

AUTONOMIA ECONÔMICA E
EMPODERAMENTO DA MULHER

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais

Diretor

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e
Documentação Diplomática

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher

9 e 10 de junho de 2011
Palácio do Itamaraty
Rio de Janeiro – RJ



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Mariana Alejarra Branco Trancoso

Revisão:

Marcelo Thadeu Carlson

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher (2011 :
Rio de Janeiro, DF).
Seminário Autonomia Econômica e Empoderamento
da Mulher, 09 e 10 de junho de 2011. – Rio de
Janeiro : Palácio do Itamaraty, 2011.
252p.

ISBN: 978.85.7631.340-3

1. Emancipação da Mulher. 2. Cidadania. 3. Movimento
Feminista.

CDU 396.1

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva
– CRB/1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei
nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

9 de junho de 2011, 7

Manhã, 7

Abertura, 7

Painel 1: A divisão sexual do trabalho e a pobreza: a importância dos equipamentos sociais para a autonomia das mulheres, 18

Tarde, 73

Painel 2: Desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho: Precarização do trabalho e discriminação salarial, 73

10 de junho de 2011, 125

Manhã, 125

Painel 3: Acesso às esferas decisórias: processos políticos e outras instâncias de poder, 125

Painel 4: A nova estrutura de governança global em políticas públicas para as mulheres e o papel da ONU Mulheres, 158

Tarde, 203

Painel 5: Sexualidade, direitos humanos e enfrentamento da violência contra a mulher, 203

09 de junho de 2011

Manhã

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Eu queria declarar aberto o Seminário Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher e dar as boas-vindas a todos os participantes. Gostaria, em particular, de assinalar a honra da presença da Dr^a. Rosana Ramos, Ministra Interina da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em nome de quem saúdo também os demais integrantes da mesa. Gostaria também de agradecer e felicitar àqueles que contribuíram para a organização desse Seminário, cujo tema é importante e central, que foi obra, especialmente, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e do Departamento de Direitos Humanos em Temas Sociais do Itamaraty. A Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais se sentem honrados por essa oportunidade de discutir uma questão que, ao mesmo tempo, tem um passado longo, mas é de grande atualidade para o Brasil.

Creio que o Brasil avançou muito em termos de afirmação dos direitos de igualdade das mulheres, como em outros direitos dos setores humanos, mas, como ocorre sempre, a distância entre as conquistas legais e formais tão distantes da realidade, que ocorrem no caso em pauta do mercado de trabalho, na área decisória das políticas, e também na área da sociedade, onde, ainda, a ocorrência da violência de gênero, é preocupante.

Eu me permito dizer algumas coisas da minha experiência. Quando entrei para o Ministério das Relações Exteriores, eu e meus colegas aqui

fizemos exames de ingresso para o Rio Branco nesta sala há mais de 40 anos. Na minha turma, havia apenas duas mulheres – era uma turma de 14 ou 15 pessoas. Ao longo da carreira, as mulheres sempre tiveram dificuldades, prevaleceram, na prática, regulamentações que impediam o acesso aos postos superiores, porque, por exemplo, não era possível que uma diplomata, casada com um diplomata, trabalhasse no exterior junto com o cônjuge. Isso prejudicou muitas de nossas colegas.

Hoje, essas dificuldades estão superadas, e não só isso, existe uma mentalidade, uma política para compensar esse atraso. No Itamaraty, as mulheres que têm as mesmas qualificações que seus colegas estão, progressivamente, ascendendo aos mais altos postos da carreira. Eu queria lembrar também, por exemplo, que, na área internacional, o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres com diversas reservas que eram absolutamente descabidas e que tinham razões jurídicas para a estrutura constitucional da época, e que felizmente foram depois retiradas. Isso para dar alguns exemplos da minha experiência, durante esses anos em que eu trabalhei no Itamaraty, e tratei da questão de direitos humanos especialmente.

Eu queria agora, dando início à parte substantiva da nossa Sessão de Abertura, dar a palavra à Dr^a. Rosana Ramos, para que faça sua apresentação.

Senhora Doutora Rosana Ramos – Obrigada, Embaixador; agradeço pelo convite. Aproveito para justificar a Ministra Iriny Lopes; ela está em Genebra, participando da Convenção da OIT. Agradeço, em nome do Embaixador, a toda a mesa que está aqui.

Eu vou falar um pouco sobre a política da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A Secretaria foi criada no início do Governo Lula, portanto, já tem mais de oito anos e, esse ano, com a eleição da Presidenta Dilma, estamos vivendo um momento muito especial, particularmente especial para as mulheres. A eleição da Presidenta Dilma abre uma janela para a luta das mulheres no Brasil e, com grande repercussão também mundial, cabe a nós fazer com que essa janela que foi aberta pela Presidenta se transforme em realidade, em políticas concretas para as mulheres. Então, é transformar essa vitória, que tivemos nas urnas, em uma vitória para todas as mulheres. Esse é um desafio que a SPM tem e nós começamos a trabalhar este ano em consonância com o que

é o eixo central do Governo Dilma, o combate à miséria. Durante os oito anos da política do Presidente Lula, muito se avançou nas políticas para as mulheres, particularmente no que diz respeito a enfrentamentos à violência contra as mulheres, mas, este ano, nós assumimos o desafio de enfrentar a questão da autonomia das mulheres, particularmente a autonomia econômica. A SPM tem trabalhado, a partir de uma matriz que nós desenvolvemos com quatro eixos de intervenção. O primeiro eixo de intervenção sobre o qual temos nos debruçado diz respeito à autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho, com a inclusão social e inclusão produtiva. O segundo eixo é a questão da infraestrutura social no meio rural e urbano, e o fortalecimento e criação de equipamentos sociais, como creches, lavanderias, restaurantes populares. O terceiro eixo é o da cidadania e garantia dos direitos, em que nós estamos trabalhando, focando, em parceria com vários ministérios, no que diz respeito à educação das mulheres, à inclusão, ao direito ao lazer, à cultura e aos esportes. A parceria com o Ministério da Saúde é quarto eixo de nossa intervenção, que é o direito à saúde integral da mulher, particularmente a luta pela redução da mortalidade materna, e também o combate à violência contra a mulher.

Sabemos que a nossa responsabilidade é muito grande, e a gente sempre se pergunta qual é o legado que a queremos deixar nesses quatro anos do Governo Dilma. Então, queremos chegar daqui a alguns anos e poder fazer uma avaliação de que a gente conseguiu, de alguma maneira, avançar na questão da igualdade de gênero – de gênero e raça, porque temos clareza de que a pobreza tem gênero: ela atinge a maior parte das mulheres e, principalmente, as mulheres negras. Temos uma preocupação muito grande, porque a Secretaria de Políticas para Mulheres tem um orçamento pequeno frente aos outros ministérios. Então, o nosso grande papel é o de articulação com os demais ministérios, é o de garantir que as políticas sejam implementadas por todos os ministérios, que as ações que são definidas. Nós temos um segundo plano de políticas para as mulheres que foi definido na Segunda Conferência Nacional de Mulheres, e este plano é o que baliza as nossas ações. Nesse sentido, estamos trabalhando com a ideia de que existem várias ações em diversos ministérios; então, a nossa grande preocupação é na escala das políticas que são implementadas pela Secretaria. Então, é diminuir o que existe de dispersão, de ações em relação às mulheres, nos diversos ministérios, e focar, centrar, para que

a gente tenha ações de forte impacto já nesses primeiros cinco meses de governo. Nós conseguimos lançar alguns projetos importantes para as mulheres e, sobre o aspecto institucional, a nossa grande defesa é garantir a institucionalização dos diversos ministérios da política das mulheres, seja ela garantir que existam diretorias, secretarias nos ministérios. Mas a gente vê que o legado que podemos deixar é a institucionalização da política das mulheres nesses ministérios.

Como linha estratégica da Secretaria, da promoção, da autonomia pessoal, econômica e social, de Políticas das Mulheres, nós estamos desenvolvendo políticas que garantem o investimento na cadeia produtiva sustentável; qualificação e intermediação da força de trabalho; produção e comercialização; assistência técnica; e apoio ao empreendedorismo, socioativismo e cooperativismo das mulheres. Políticas também que ampliem a oferta de equipamentos sociais, que contribuam para aumentar o tempo disponível para as mulheres. Quer dizer, a gente sabe qual é o papel que foi legado às mulheres na sociedade, muitas vezes, o papel das mulheres é de cuidadoras; são elas que cuidam e que fazem com que a sociedade se movimente.

Nas linhas estratégicas, também estamos desempenhando políticas que ampliam e fortalecem programas de acesso à moradia digna, de direito à terra e à infraestrutura social nos meios rural e urbano a políticas que fortaleçam a redução do analfabetismo em todas as suas dimensões (as estatísticas mostram que o número de mulheres analfabetas é muito grande, particularmente das mulheres acima de 50 anos), e também uma atenção especial quanto à questão da alfabetização das mulheres negras.

O outro aspecto que a gente também tem que destacar é a ampliação do acesso das mulheres à documentação civil no meio rural e urbano para o exercício da cidadania. Quer dizer, uma boa parte das mulheres que não tem documentação, nem os seus filhos, não tem acesso a crédito, não tem acesso aos serviços que o Estado oferece. Então, essa é uma importante iniciativa que tem que ser tocada. Esperamos, ao longo desses próximos anos, superar essa questão da falta de documentação civil, particularmente, das mulheres.

Políticas que assegurem o acesso das mulheres à saúde integral em todo o ciclo de vida, reduzindo, de maneira expressiva, a mortalidade materna – como eu já disse aqui. E políticas que assegurem uma vida livre de violência. A violência às mulheres é ainda algo que tem que ser

enfrentado. Nós temos um pacto de enfrentamento à violência que foi firmado com todos os estados; o último estado assinou recentemente, há dois meses, o Rio Grande do Sul. Todos os estados já assinaram, com o Governo Federal, um pacto de enfrentamento, e é um trabalho que vem sendo realizado com os estados e municípios.

E, por fim, políticas públicas que assegurem a ampliação da participação das mulheres em cargos de liderança política e de decisão. Nós estamos vivendo, com a eleição da Presidenta Dilma, uma nova realidade. Temos agora nove ministras; ontem, com a posse da Gleise, conseguimos uma conquista: agora são 10 mulheres no Ministérios. Isso ainda é pouco, mas é uma grande conquista que a gente tem que saudar, mas, no parlamento, infelizmente, a situação ainda é muito diferente. São poucas as mulheres que conseguem ser eleitas e são poucas as mulheres, também, que se candidatam, mas que têm condições, realmente, de enfrentar uma candidatura que, a gente sabe, o mundo masculino, seja ele das grandes corporações, de financiamento. Então, estamos com a reforma política e com a defesa de que nós tenhamos 50% de mulheres, e essa é uma batalha que a gente tem que enfrentar, se quisermos mudar a realmente em alguma coisa, se a gente quiser mudar a política no país.

Entendemos que a construção de uma agenda de erradicação da miséria ou da extrema pobreza deve, necessariamente, ser construída na perspectiva da autonomia pessoal, econômica, social e política das mulheres, e que, para se atingir essa finalidade, é fundamental articularmos as quatro grandes dimensões com que trabalhamos. Como já disse, a política da Secretaria em dois grandes pilares, que é o próprio projeto do Governo de combate à miséria e o plano de políticas para as mulheres. Então, nesse sentido, essas dimensões que eu citei são políticas públicas, implementação de políticas públicas e, em particular, políticas para as mulheres. Também a gente entende que a política do Governo Federal tem que chegar na “ponta”, na mulher que está lá no município, e isso só é possível em políticas promovidas com os entes federados, com governo e municípios. Então, a parceria com os governos municipais e estaduais, bem como a com os poderes Legislativo e Judiciário, é fundamental para que a gente consiga implementar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A outra dimensão é a criação e fortalecimento de institucionalidade de política para as mulheres nos

diferentes ministérios e órgãos do Governo Federal; então, iniciativas como essa aqui com a Fundação Alexandre Gusmão são super importantes e têm reflexo. São iniciativas que a gente também pretende ter com todos os ministérios, para que esse debate sobre a questão de gênero entre na pauta do Governo, entre na pauta da sociedade. Não é o fato só de a gente ter uma Presidenta, uma mulher na Presidência, que faz com que a gente consiga mudar a agenda; é preciso muito esforço, muito debate. Essas iniciativas são fundamentais para o fortalecimento dessas relações, para a SPM, são o eixo da nossa própria atuação.

E, por fim, e não menor, a interlocução permanente com os movimentos feministas de mulheres com a sociedade em geral, a participação da sociedade, do Governo, porque é a sociedade que nos impulsiona, que empurra o Governo, que garante que as políticas sejam executadas.

Isso é o que eu tinha para falar sobre a política que estamos implementando na Secretaria. Deixo aqui o convite para que todas participem agora das conferências municipais e estaduais. Nós temos a nossa conferência nacional, que vai ser realizada de 12 a 14 de dezembro, em Brasília. Em julho e agosto, começam as etapas municipais; em setembro e outubro, as etapas estaduais. Portanto, é importante a participação de todas nesse processo de construção de conferências que nós vamos realizar em dezembro.

Fica aqui o convite a todos e agradeço mais uma vez.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado, Dr^a. Rosana Ramos, por essa interessante apresentação sobre as atividades da Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres e os principais eixos de atuação e de prioridades. Acho que isso serve de balizamento para as discussões que se seguirão. Ela tocou em questões da maior importância, – não vou repetir –, mas sei que são vitais as questões, por exemplo, de redução da mortalidade materna, que é uma das Metas do Milênio onde o Brasil está relativamente atrasado, e precisa melhorar a sua atuação, para atingir, a tempo, essa meta, e o trabalho de articulação com as várias esferas de poder político e da sociedade.

Tenho o prazer agora de passar a palavra à Ministra Gláucia Gauch, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores.

Senhora Ministra Gláucia Gauch – Obrigada, Embaixador Gilberto Saboia, em nome de quem eu cumprimento os demais embaixadores aqui presentes, meus colegas e Rosana, que representa a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Quero cumprimentar também todas as pessoas aqui presentes, com quem tenho estado nos últimos três anos, representantes de órgãos governamentais, e também da sociedade civil, e que muito têm ajudado e colaborado conosco na nossa tarefa de levar para o exterior os nossos ganhos e buscar, das experiências e das boas práticas do exterior, a nossa implementação das políticas para as mulheres.

Eu venho dizer que não tenho dúvidas de que temos testemunhado, nos últimos anos, transformações econômicas, sociais e culturais muito importantes, tanto no Brasil quanto no resto do mundo, e com impactos bastante inequívocos no que diz respeito às mulheres, às questões de gênero e de orientação sexual. O Embaixador Gilberto Saboia referiu-se há pouco que todos nós, diplomáticos, fizemos exame de ingresso na carreira nessa sala, e eu fui uma delas. Na turma do Embaixador, foram duas mulheres; na minha turma, éramos cinco, então já aumentou um pouquinho. E queria só comentar muito rapidamente que, quando fui fazer o exame, nós tínhamos uma sessão de avaliação psicológica, e o médico que me entrevistou perguntou por que eu estava fazendo o exame; e eu disse: “porque eu quero ser diplomata”. E, naquela época, como disse o Embaixador, também não podíamos nos casar, e, se casássemos. Podíamos casar, mas tínhamos que ter autorização e, se casássemos, tínhamos que nos agregar, ou seja, tínhamos que deixar de trabalhar, em função do marido que também era diplomata, se fosse o caso. E ele dizia: “o que vai acontecer com a senhora, se a senhora se casar?”. Aí eu disse a ele que me casaria com um dos meus colegas que estava fazendo exame comigo, e que eles o agregariam, não eu. Eu me arrisco a dizer que o deixei um pouco chocado, mas não o suficiente para me reprovar e não me deixar seguir adiante. Mas é uma experiência bastante interessante. E o que quero dizer é que venho sentindo essas mudanças, como diplomata, ao longo desses 35 anos de carreira que tenho. Mudanças dentro do Itamaraty e dentro da nossa sociedade, no Brasil e no mundo. Tenho visto que têm decorrido de vários dos nossos esforços, mobilizados pelas mulheres, para alterarmos essa relação de patriarcalismo, essa lógica de desigualdade que, durante séculos, caracterizou as relações entre homens e mulheres, tanto na esfera privada quanto no âmbito público e na sociedade cotidiana.

Nós, mulheres, ao longo da história, tivemos um papel importante, tanto no Brasil quanto no mundo, na construção de democracias, no enfrentamento da pobreza, na legitimação dos princípios universais indivisíveis e interdependentes dos direitos humanos. Nós temos estado à luta pelo reconhecimento das especificidades, dos desafios que temos para a eliminação da discriminação, com base em raça, gênero, orientação sexual, e mesmo em geração. A capacidade de mobilização das mulheres, no Brasil, não tem sido diferente do que foi no resto do mundo. Os últimos anos – como disse a Dr^a. Rosana – foram decisivos a ampliação do marco legal e institucional dedicado aos direitos das mulheres, e a Secretaria de Direitos Humanos, com quem nós temos o privilégio de trabalhar, tem se destacado nessa contínua promoção de políticas voltadas para assegurar uma maior participação e uma autonomia social, econômica e política das mulheres, e também uma ampliação da presença feminina nos espaços de poder. A SPM tem sido incansável, posso dizer e tenho observado isso, no esforço de induzir políticas públicas para adequadas e fomentadas as articulações com a sociedade civil e intersetoriais, dando cumprimento à declaração e à plataforma de ação de Pequim e realizando integralmente os objetivos de desenvolvimento do milênio. À luz do que dispõem esses documentos que acabo de mencionar, tenho visto que essas mudanças observadas nessas relações de gênero e nos padrões de fecundidade têm sido, gradativamente, acompanhadas por mecanismos que asseguram às mulheres o acesso à informação. Há métodos anticoncepcionais, serviços de saúde, e proteção dos direitos fundamentais para garantir autonomia sexual e reprodutiva. No Brasil, e também no mundo, temos visto que esse percurso, esses avanços, ou ganhos legislativos, políticas públicas que são inevitáveis e que são destacadamente reconhecidas, não foram ainda suficientes para eliminar a discriminação e a violência contra as mulheres. Infelizmente, ainda temos um caminho grande a percorrer. E os efeitos dessas mudanças, multifacetadas em profundo, ainda estão por concretar-se. Daí, a consciência de que a conjugação de esforços do governo e da sociedade civil, nos âmbitos interno, doméstico e internacional, continuará sendo elemento indispensável para se criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Quero falar um pouquinho sobre o Plano Internacional, em que, desde a criação das Nações Unidas, a promoção da igualdade entre as mulheres tem sido um dos princípios fundamentais daquela entidade.

Com base nesses princípios, as Nações Unidas integraram a igualdade de gênero como valor transversal e têm adotado diversos instrumentos específicos, entre eles a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como a Convenção de Belém do Pará, e o seu protocolo adicional. O Brasil apoiou também, com entusiasmo, a recente criação da ONU-Mulheres, uma instância que, não tenho dúvidas, deverá fortalecer a governança de questões de gênero no plano internacional. O Brasil sente-se honrado de integrar o Conselho Executivo da ONU-Mulheres, e esperamos que a ONU-Mulheres possa auxiliar na promoção de experiências bem sucedidas de empoderamento da mulher e de combate à violência de gênero.

Essas experiências poderão ser replicadas por meio de cooperação, tanto norte-sul, quanto sul-sul (cooperação horizontal entre países em desenvolvimento). Cooperação que pode ser bilateral ou trilateral (envolvendo dois países em desenvolvimento, ou dois países e um organismo internacional, ou outro país). Isso é importante para a política externa brasileira; e tem sido um objeto caro à política externa brasileira, a Cooperação Sul-Sul.

Cito, como exemplo dessas experiências, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e também da ONU-Mulheres. Esse programa, que tenho quase certeza de que será mencionado nesse seminário, tem como foco a autonomia econômica e a equidade no mundo de trabalho, como a inclusão social. Além desse programa, há o Plano Nacional de Enfrentamento da Feminização da AIDS (HIV) que o Brasil instituiu em parceria com UNFPA, UNICEF e com a UNIFEM. Esse plano orienta o desenvolvimento e a implementação de ações para acelerar a preservação, o diagnóstico e o tratamento da AIDS em mulheres. Isso tem sido muito importante, ontem e hoje, são objetos de debate nas Nações Unidas os temas do HIV e da AIDS e, inclusive, o HIV e AIDS em mulheres. Sendo a promoção e proteção dos direitos das mulheres uma das prioridades da política externa brasileira, o Brasil, obviamente, tem recomendado a ratificação de todos os tratados de direitos humanos que dizem respeito às mulheres aos países que ainda não o fizeram.

Quero dizer também que a “voz do Brasil”, em favor dos direitos das mulheres nos foros internacionais, é hoje reconhecidamente importante nos debates, nas declarações, nas iniciativas que promovemos, nos foros internacionais e nos projetos de resolução que apresentamos, não só nas Nações Unidas, mas também nos foros regionais, na OEA, na Comissão Interamericana de Mulheres, nas conferências regionais sobre as mulheres da América Latina e do Caribe que é a CEPAL, e as reuniões especializadas das mulheres do MERCOSUL.

Queria destacar ainda a atenção que o Brasil tem dado a sua política externa nos órgãos políticos da ONU, da OEA, e dos foros internacionais, e a iniciativa dedicada à eliminação de todas as formas de violências e discriminação contra as mulheres. Menciono a proteção de mulheres, especialmente de crianças e adolescentes, que são vítimas de tráfico para fins de exploração sexual. Nesse contexto de preocupação e atenção, não só interna, por parte da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da sociedade civil, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, em novembro de 2008, o III Congresso Mundial sobre Enfrentamento de Crianças e Adolescentes. O Brasil apoiou também, juntamente com os Estados Unidos e os Países Baixos, em 2009, às margens da XXIV Assembleia Geral das Nações Unidas, a realização de um evento sobre violência contra meninas. O nosso chanceler com a Chanceler Hillary Clinton e com o então chanceler dos Países Baixos.

Quero finalizar as minhas palavras repetindo aqui as palavras da Presidenta Dilma em seu discurso de posse: “A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia, gostaria muito que os pais e mães das meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: ‘sim, a mulher pode’”. É com esse desejo que nós poderemos dar à mulher, às mulheres de todo o mundo, o lugar que cada vez mais lhes cabe na sociedade, não só do Brasil, mas de todos os países do mundo.

Desejo a todos um feliz seminário. Obrigada!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Como encerramento da nossa Sessão de Abertura, nós teremos a exibição de uma mensagem, por vídeo, da Senhora Michelle Bachelet, Diretora Executiva do ONU-Mulheres.

Senhora Michelle Bachelet – Buenos días a todas y todos. Quiero agradecer la oportunidad de dirigirme a un público tan selecto de personas comprometidas con la promoción de la autonomía económica y el empoderamiento de las mujeres, especialmente tratándose de Brasil que tiene hoy en la Presidencia mi estimada amiga Dilma Rousseff, y claro yo preferiría estar con ustedes personalmente y lamento no poder hacerlo. Quiero agradecer al Ministro Silvio Albuquerque y la Directiva de la Fundación Alexandre de Gusmão por la iniciativa por este evento y por la invitación.

Los esfuerzos y principalmente los resultados que viene siendo alcanzado por este gran país en la superación de la pobreza son un ejemplo para todo el mundo. Cuando se constata que en los últimos diez años casi 30 millones de brasileñas y brasileños han dejado la pobreza y han pasado a integrar la clase media se concluye que hay mucho trabajo y mucha inversión política por tras de ello; principalmente hay voluntad política que como sabemos hace toda la diferencia.

El crecimiento económico, aliado a estrategias eficientes conforme el escenario más favorable al desarrollo individual y colectivo, sin embargo todas las personas no son igualmente beneficiadas por estos procesos positivos, muchos factores influyen en ese proceso y entre ellos está la capacidad que cada grupo poblacional tiene para disfrutar de las oportunidades y de los medios a su disposición; y estas oportunidades están sujetas a tantas variables, entre otras la discriminación de género. Superar la pobreza es esencial para el desarrollo de una sociedad, pero igualmente importante es proveer las condiciones para que las personas puedan conseguir su autonomía, y las mujeres constituyen hoy casi la mitad de la fuerza de trabajo en toda nuestra América Latina y son la únicas responsables por el sostengo e más de 30% de las familias en la región. Sin embargo, la mayoría de ellas se dedica al trabajo doméstico, remunerado y no remunerado, a los empleos informales y a las actividades económicas menos rentables. Y estas son informaciones esenciales para una sociedad que quiere realmente dejar para tras la pobreza y el subdesarrollo.

Los gobiernos necesitan estar convencidos de que ningún país puede considerarse realmente desarrollado hasta que las mujeres no conquisten su autonomía plena. Los sectores productivos también necesitan entender que la autonomía se promueve a través de la visión del mundo y de uno mismo,

en otras palabras alcanza a través del empoderamiento. Ese término que en los últimos tiempos ha invadido nuestro vocabulario, inclusive en el propio nombre de la Organización que tengo el honor de liderar. “Empoderar” es literalmente dar poder es literalmente dar poder para que las mujeres conquisten su autonomía. No basta traer a las mujeres al mercado de trabajo, ellas ya están ahí y son la mayoría en todos los niveles educativos en toda América Latina, incluso, por tanto, podríamos decir que está más bien preparadas que los hombres para ejercer actividad profesional con competencia; claro les falta acceso a remuneración equitativa, a crédito a puestos de trabajo más prestigiados y rentables, y a muchas cosas importantes. Lo que falta es superar la discriminación de género que aún prevalece en nuestra sociedad. En pocas palabras le falta poder.

Otra variable fundamental es la desigualdad racial que sumada a la de género sitúa las mujeres negras e indígenas entre las más vulnerables. Conocer sus necesidades y dificultades específicas y considerarlas como prioritarias definirá el futuro de gran parte de la población de nuestro país. Es por eso que es tan importante el tema de ese Seminario y ocupa un lugar destacado en las estrategias y acciones de ONU-Mujeres, porque pensamos la equidad como esencial para lo progreso de las mujeres y de los hombres.

Quiero, por tanto, animar todas las personas que me están escuchando a reflexionar profundamente sobre eso durante el Seminario que se inicia. Deseo a todos y a todas una jornada muy productiva y las mujeres los agradecerán ¡Muchas Gracias!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Com a exibição dessa mensagem fica encerrada a Sessão de Abertura. Vamos interromper por alguns minutos para, logo em seguida, ter o primeiro painel, cujo tema é Divisão Sexual do Trabalho e a Pobreza, a Importância dos Equipamentos Sociais para a Autonomia das Mulheres. Obrigado.

Em primeiro lugar, peço que todos tomem as suas cadeiras e convido as integrantes da Mesa do Painel a tomar seus lugares. Queria aproveitar para saudar a presença da Deputada Federal pelo PCdoB do Rio de Janeiro Ana Rocha.

Vamos começar o Painel sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a Pobreza, a Importância dos Equipamentos Sociais para a Autonomia das Mulheres. Tenho aqui uma lista das pessoas que vão intervir no painel,

entendo que as intervenções serão de 10 minutos. Queria, então, convidar a senhora Luciane Mandele, Diretora da Subsecretaria de articulação institucional e ações temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para fazer a sua apresentação.

Senhora Luciana Mandelli – Bom dia a todas e todos. A mesa é muito grande, vou pedir licença para não saudar um a um aqui, mas saudar, em especial, o Embaixador Gilberto Saboia. Queria agradecer o pedido à SPM e parabenizar essa iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão de realizar esse seminário – também vou fazer rapidinho, porque é pouco tempo e muita política para a gente discutir aqui.

Gostaria de me ater às iniciativas que a gente tem debatido, à luz do que o governo brasileiro tem acumulado do ponto de vista dos equipamentos públicos, mas fazendo isso, inicialmente, qualificando a importância da necessidade de qualificar o que é a pobreza brasileira e qualificar a feminização dessa pobreza no Brasil. A Constituição do Estado brasileiro se calçou, por consequência das classes sociais no Brasil, em dois conceitos estruturais, ao longo da sua história, que qualificaram essa pobreza hoje com uma pobreza feminina e uma pobreza negra. O conceito do racismo e o conceito do patriarcado foram alguns dos conceitos que ajudaram a constituir o Estado brasileiro. Este processo de constituição se reflete hoje quando a gente vê para a pirâmide da pobreza brasileira, a pirâmide societária (aquela clássica que nos divide em classes), olha para a base dela e encontra, essencialmente, mulheres negras e alocadas no campo ou nas grandes periferias urbanas. É um mapa. A identificação dessa pobreza ajuda a gente a consolidar uma política do Estado que, observando isso, aponte para uma política diferenciada. Acho que o diferencial importante, nos últimos nove anos, foi que o Estado brasileiro conseguiu, no início do governo do Presidente Lula e, agora, no governo da Presidenta Dilma, compreender que essas diferenças estruturantes da fundação do Estado brasileiro precisavam ser combatidas, através de políticas públicas desenvolvidas também pelo Estado brasileiro. Então, nesse sentido, foi importante constituir algumas ações e algumas políticas que apontassem na perspectiva de reparações sociais.

O governo do Presidente Lula inaugurou um período muito importante para as mulheres no Brasil em vários sentidos. O primeiro

deles, uma vitória importante, foi a constituição de um organismo de política específico. A constituição da própria Secretaria de Políticas para as Mulheres foi um avanço inicial para que essa desigualdade entre homens e mulheres começasse a ser apontada como algo fundamental a ser combatido na base de nossa estrutura. Então, a constituição da SPM foi uma vitória para quem, ao longo dos anos, debateu e apresentou políticas e propostas para a emancipação e a constituição de autonomia das mulheres do Brasil. Mas, junto com ela, algumas outras vitórias foram importantes nesse início de governo, nesse processo de consolidação do Governo Lula e das políticas de reparação e ação social que emancipem as mulheres.

Outra vitória importante para nós é a constituição da Lei Maria da Penha, porque conseguiu trazer à tona algo que era latente, mas estava invisível ainda para os olhos do Estado, a forma como as mulheres são brutalmente violentadas a cada minuto, no nosso Brasil, em grandes, largos e altos índices.

A outra ação importante que visou também à ideia de que as posses e as propriedades não são restritas aos homens, e que nem sempre o chefe da família, na sua condição de masculino, merece ser beneficiado e privilegiado. Prioritariamente, foi o estabelecimento de casas e terras dos programas sociais. Leia-se a titularização prioritária das mulheres no Programa Minha Casa, Minha Vida, e a titularização de mulheres para as terras destinadas às políticas de reforma agrária no Brasil, entre outras. Mas acho que essas três são expressivas porque são, do ponto de vista estruturante, a alteração real de um marco do Estado brasileiro que dizia que só quem podia ter posse e propriedade eram os homens.

Então, essas constituições foram importantes, mas há compreensão de que essa desigualdade só será diminuída, de fato, na medida em que o Estado se responsabilize em investir em algumas políticas e equipamentos que desonerem as mulheres dessas condições, clássicas, que nós ouvimos um pouco nessa mesa anterior: à condição de cuidadoras, de responsáveis pelos serviços domésticos, as essenciais tarefas maternas às quais somos colocadas como pessoas incondicionais de cumpri-las. Então, cabe ao Estado compreender que essa divisão social, que não é uma divisão natural, e sim uma divisão que tem a ver com sua fundação, com a sua estrutura, precisa ser combatida, não só do ponto de vista da retórica, mas com equipamentos que, objetivamente, mudem a vida das mulheres.

Algumas ações foram realmente fundamentais para mudar de vez a estrutura de vida das mulheres. Alguns programas macro, às vezes, não ficam a olhos nus, para nós compreendidos dessa forma, mas gostaria de citar dois aqui que não fazem parte diretamente do escopo de políticas específicas para as mulheres, mas que mudou a vida de milhares de mulheres no Brasil. O Programa Luz para Todos que sabemos que, de fato, desonerou as mulheres, não só do ponto de vista do trabalho doméstico já que ajudou a reduzir os índices de violência sexual – porque nós sabemos em que condições fomos colocadas. Ele também garantiu a algumas mulheres ações de inclusão produtiva, o que permite certa autonomia econômica que possibilitou que milhares de mulheres no Brasil se inserissem no quadro produtivo brasileiro. Outro programa que também desonerou milhares de mulheres no Brasil e, em especial, as do semiárido, e que será ampliado em uma escala de mais de 750 mil beneficiários foi o Programa Um Milhão de Cisternas Na medida em que a mulher gastou menos quatro horas, e economizou pelo menos 20 quilômetros de labuta diária com latas d'água na cabeça, nós conseguimos fazer com que as mulheres pudessem se inserir, de outra forma, na estrutura produtiva do campo. Ela não é mais a responsável por carregar as latas na cabeça; agora ela é responsável por semear, colher, produzir, beneficiar e participar da produtividade da terra onde vive.

São programas que estão no escopo de outras grandes ações, que estão no escopo do investimento do Estado de Enfrentamento à Pobreza, mas que ainda não observaram como eles são importantes para a vida das mulheres. A gente ainda não conseguiu estabelecer os recortes devidos, dependendo de onde eles são gestados hoje, mas que, de certa forma, beneficiam e que são concebidos como equipamentos e políticas de Estado que ajudam a desonerar essa vida privada da mulher.

Eu vou listar um conjunto de programas aqui, porque acho que não são de menor importância e acho, também, que tem a ver com o pouco do que é a vocação nossa na Secretaria de Políticas para as Mulheres, que é garantir, essencialmente, que essa transversalidade, dentro desses programas, aconteçam; esse recorte de como esses programas beneficiam a homens e mulheres, e, de formas diferenciadas, se constituam. Através da Política de Segurança Alimentar, por exemplo, conseguimos constituir cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos. Isso serve para duas coisas objetivamente na vida das mulheres: para

que elas passem menos tempo cozinhando dentro de suas casas, porque já torna-se possível espaços públicos onde as famílias tenham acesso à alimentação a custo baixo, e garantir também uma qualidade nutricional mínima às mulheres, porque, sim, estamos nós, as mulheres, na base do pior índice nutricional do Brasil também.

Medidas como essas são importantes para que as mulheres também percamos necessariamente essa condição que são as “do lar”; aquelas que têm que prover essas condições. São medidas que do ponto de vista não só da Segurança Alimentar, mas da garantia de equipamentos, para que elas possam utilizar esses espaços públicos.

Do ponto de vista, ainda, da política de assistência social no Brasil, algumas iniciativas importantes, como as lavanderias comunitárias que foram, em especial, nos estados do Piauí e da Bahia com um pouco mais de profundidade avançadas, muitas vezes foram questionadas por parte das mulheres, com a ideia de reforçar a mulher como cuidadora, lavadora, mas acaba que, se a gente for olhar e observar o perfil das mulheres que utilizam esses serviços e que utilizaram esses espaços, vamos encontrar mulheres que se beneficiaram do ponto de vista econômico, que organizaram cooperativa de lavadoras, que se organizaram entre os bairros e entre as vilas. Às vezes para que parte delas cuidasse da roupa e outra parte cuidasse dos filhos, mas que se dividissem de forma que pudessem se beneficiar do ponto de vista produtivo, transformar aquele equipamento público como instrumento de gerar renda para elas. Então, acho que essa experiência das lavanderias foi desenvolvida e outro equipamento público fundamental que são os centros urbanos, em especial na Bahia e no Piauí, com um pouco mais de profundidade, financiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Percebemos que esses centros fizeram com que as mulheres também utilizassem um segundo momento, ou outro espaço que é o espaço de convívio, e são nesses centros que são debatidos os orçamentos, os planos plurianuais; enfim, os espaços onde outros serviços do Estado estão disponíveis, e as mulheres nem sequer passavam na porta deles, pois ficavam restritos, na maioria das vezes, às crianças jovens, adolescentes, mas que elas passam a utilizar esse outro equipamento também.

No processo de eleição da Presidenta Dilma Rousseff, houve um compromisso importante de nossa parte (que nós queremos reforçar e temos trabalhado nesse sentido): a efetivação da ampliação do

atendimento da rede educacional para crianças de 0 a 6 anos do ensino da pré-escola e creche que ficou sinalizado, inicialmente, pela construção de seis mil novas creches dentro da política do PAC. Claro que sabemos que seis mil creches não vão dar conta do conjunto dessas ações, mas sabemos também que a educação básica fundamental não é, necessariamente, responsabilidade do Governo Federal – o que não impede que a gente debata, aprofunde e retome algumas questões, do ponto de vista da educação básica, sobre essas necessidades. O fato é que debater essas novas seis mil creches hoje significa qualificar também o que entendemos sobre esse serviço das creches. É compreender que essa estrutura de creche, que abre às oito horas da manhã e fecha às dezoito horas, não dá conta da vida, do tempo que a mulher precisa ter para poder se envolver com outras atividades, e também que não observa as diferenças do mundo de trabalho que as mulheres estão colocadas. Então, por exemplo, tivemos um esforço, no início desse ano, de estabelecer, junto ao Ministério da Educação e o do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma parceria que vai elaborar novas propostas de creches que atendam à vida das mulheres rurais e ribeirinhas em horários e condições diferentes, porque sabemos que a mulher que vive na produtividade e que atende ou faz parte do mundo do trabalho urbano tem horários absolutamente diferenciados das mulheres que estão inseridas no mundo produtivo do campo, e também creches em que se compreendam, para além do processo educacional, um processo de lazer e de entendimento também da mulher, como elemento que precisa ser também alfabetizado. Então, não só para o mundo do trabalho, mas que essas creches também consigam absorver o tempo em que a mulher possa ser alfabetizada. Sabemos, através do Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, que quem se concentra em maior escala no analfabetismo entre as mulheres são as mulheres idosas, as mulheres, em especial, com mais de 50 anos e que estão colocadas, na maioria das vezes, nas periferias e no campo. Isso significa que precisamos garantir que essas mulheres tenham acesso a essa política de educação. Na maioria das vezes, elas não estão, porque estão cuidando das suas casas, de suas famílias. Então acho que essa iniciativa tem sido fundamental, e a gente acredita que essas seis mil creches devam ser constituídas, com base nessas observações que ainda são iniciais nesse grupo de trabalho, mas que vão se aprofundar, e que

será um marco diferencial na constituição dessa política que deve ser reforçada num próximo período.

Há ainda duas concepções importantes que estamos trazendo sobre esse debate de equipamentos, que tem a ver, não só do ponto de vista da autonomia econômica, mas também do da autonomia cultural e da autonomia social das mulheres. Há alguns outros equipamentos em que temos feito um esforço de constituir e estabelecer o olhar do recorte de gênero, por objetivo de quem usa. Então hoje fazemos uma disputa sobre a concepção e a construção das praças do PAC, que são aproximadamente 30 mil praças. No Brasil, preveem a construção de praças poliesportivas, espaços para auditório, para cinema, enfim, um espaço onde as pessoas possam conviver, mas que a constituição desses espaços preveja, não só os esportes competitivos, mas também esportes de lazer ou esportes não competitivos, como as ginásticas, as iogas, e outras práticas esportivas que não necessariamente tenham a ver com uma quadra, duas traves e uma bola de futebol. E quando houver uma quadra, duas traves e uma bola de futebol, que a mulher também possa ser utilizadora desse espaço, possa ter acesso a ele. Sabemos que, na verdade, na maioria desses espaços não é essa a realidade que a gente encontra, mas que dentro desses espaços, que são quase centros culturais de referências, a gente também possa encontrar brinquedotecas e espaços onde as mulheres possam deixar seus filhos para que também utilizem o lazer.

Outra ação que a gente tem discutido inicialmente, ainda com o Ministério da Cultura – nossas parceiras estão aqui ouvindo –, é uma ação bilateral que tem a ver com o reconhecimento da utilização dos centros dos pontos de cultura. A maioria dos centros de cultura é acessada por jovens e mulheres, e essa política ainda não observa esse recorte, então inicialmente preparar esses materiais que são distribuídos e fomentar um conteúdo específico para mulheres nesses espaços, mas também pensar na estruturação de políticas, dentro do âmbito da cultura, que qualifiquem as mulheres no Brasil. Então a gente tem pensado não só nesse edital, é claro que estamos formulando um edital específico sobre as narrativas femininas, mas do ponto de vista do que são os equipamentos; pensar em espaços como os pontos de memória, mas que qualifiquem os pontos de memória da mulher, que se qualifiquem dentro das outras políticas de cultura e de acesso à cultura, da economia criativa, e essas

novas discussões, que já não são tão novas assim, mas que estão sendo retomadas hoje, no âmbito do Ministério da Cultura, se fortaleçam com essa perspectiva de mulheres, de forma mais avançada.

Por fim, acho que temos feito um esforço, dentro da SPM, de reforçar a seguinte afirmativa: não é possível pensar políticas para as mulheres, não é possível pensar equipamentos para as mulheres, ou qualquer ação que emancipe as mulheres, que garantam a autonomia econômica para as mulheres, se o estado não conseguiu observar que, dentro do orçamento, há necessidade de, hoje, demarcarmos essa sensibilidade de gênero mesmo.

Parte do que nós investimos hoje, no Brasil, não consegue ser qualificado entre o que beneficia mulheres e homens. Uma expressão muito forte disso, por exemplo, dentro da própria Política de Segurança Alimentar, política que é um carro-chefe nesses últimos nove anos, e ao Conselho de Segurança Alimentar, é que nós, recentemente, conseguimos criar um grupo de gênero dentro desse conselho, ou seja, a política que atende, prioritariamente, mulheres. A base dessa política é a transferência de renda e bolsa família. É uma política que beneficia 90% mulheres, mas que não tinha uma observância e um olhar específico sobre essa questão de gênero, sobre a questão das mulheres. Como essa política beneficia diretamente as mulheres, por que essa política de transferência de renda tem que ser qualificada nessa perspectiva? Então, de certa forma, a SPM fez um esforço de qualificar alguns temas dentro do seu comitê de monitoramento do Plano Nacional de Políticas para Mulheres para que se aprofundasse esse recorte dentro das pautas orçamentárias. Isso se desdobrou em uma ação nossa que não é inovadora, mas que é de fundamental estruturação que tem a ver com a nossa incidência na constituição do Plano Plurianual do governo. Nós tivemos um cuidado de observar esses orçamentos e os orçamentos específicos direcionados aos equipamentos públicos para que ele pudesse ter uma ação de ampliação de direcionamento para as mulheres, reconhecendo, especialmente, para construir essa autonomia econômica que também não é só econômica, mas que precisa ser social e precisa ser cultural. O Estado brasileiro precisa compreender, e precisa incidir, de fato, nessa política de reparação e de diminuição dos objetivos das desigualdades entre homens e mulheres.

Obrigada!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado por sua intervenção. Agora convido a Senhora Teresinha Gonçalves, Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fazer a sua participação.

Senhora Teresinha Gonçalves – Bom dia a todas as pessoas presentes. Queria agradecer também o convite. Antes de começar a falar, vou falar dentro de uma perspectiva também da Divisão Racial do Trabalho. Queria fazer uma homenagem, parabenizar o Instituto Rio Branco que estabeleceu um programa de cotas de 30% para estudantes negros candidatos a vaga no Instituto. É uma medida exemplar. Espero que o Governo Federal estenda a outros ministérios. O Governo do Rio de Janeiro também fez isso na semana passada.

Na verdade, no lugar de governo vou levantar algumas questões com que as pessoas talvez se assustem – dizer como que uma pessoa do governo vai levantar tais questões tão polêmicas. Poderia aqui elencar uma série de medidas que o governo vem trazendo nesse período, principalmente desde o governo do Presidente Lula (que rompe um paradigma quando se estabelece um governo de trabalhadores nesse país), mas eu acho que temos que ir mais além, até por que minha origem é do feminismo e as feministas nunca ficam tão tranquilas, mesmo estando no governo. Então as minhas companheiras aqui feministas vão entender perfeitamente a minha fala.

A nossa mesa aqui trata da Divisão Sexual do Trabalho e a pobreza, a importância dos equipamentos sociais para autonomia das mulheres. Temos três coisas chave neste título: uma é a “Divisão Sexual do Trabalho”; a outra é a “pobreza”; e a outra é a “autonomia”. Falar de Divisão Sexual do Trabalho na América Latina sem associá-la a Divisão Racial do Trabalho e cobrir uma série de extensões que nós temos, principalmente nós mulheres, quando ao exercermos nossa autonomia, principalmente nós mulheres brancas, precisamos de uma trabalhadora doméstica que ocupe este lugar, que nos é destinado historicamente, como cuidadora do lar. Então eu, uma mulher branca, formada em Economia, tenho uma filha de 24 anos, mas para que eu chegasse a este lugar em que eu estou, gerações e gerações de trabalhadoras domésticas que trabalharam para minha família permitiram que eu chegasse ao lugar que eu estou. Então falar de autonomia das mulheres sem falar dessas outras

mulheres que nos permitiram chegar até aqui e não falar, por exemplo, da cor dessas mulheres fica parecendo que nós estamos tratando de um assunto de mulheres iguais.

O Brasil passou o Século XX, o século passado, e parte, dez anos, do Século XIX contemplando a maioria da população brasileira como se ela não tivesse cor e tratando as políticas públicas, ou as políticas universais, como se elas fossem capazes de atingir todas as pessoas indistintamente. Foi preciso que um trabalhador chegasse ao governo para perceber que não era bem assim, e dizer que “vamos ter que mudar”. A nossa companheira Luciana já falou aqui da instituição de dois organismos e tal. Só que perdura esse fosso, porque recentemente vimos os dados sobre a pobreza no Brasil, por conta do lançamento da nova campanha de Combate à Miséria no Brasil, e percebemos que 70% das pessoas que estão abaixo da linha de pobreza são negras. Ou seja, foram 110 anos de sucessivos governos sem olhar para a cor da pobreza no Brasil. E aí, muitas pessoas me perguntam assim: “Mas por que isso? Pobreza tanto faz para branco ou para negro, porque é tudo a mesma coisa, as pessoas não sofrem do mesmo jeito? Um pobre branco passa fome, um pobre negro também passa”. E essa discussão leva a grandes avanços. Acontece que há causas estruturantes nesse país para manter uma população durante 110 anos a margem da sociedade. E existe uma coisa que se chama racismo e se a gente não encara o racismo como coisa estruturante da sociedade, vamos continuar achando que discutir ser branco ou ser negro no Brasil é a mesma coisa.

A questão, por exemplo, da Divisão Sexual do Trabalho. Elegi uma categoria que é emblemática porque ela sofre essa intersecção infame da Divisão Sexual do Trabalho: as trabalhadoras domésticas, e não é uma categoria minoritária não, há 7,2 milhões de mulheres nessa situação. Dessas mulheres, 70% não têm carteira assinada, ou seja, vivem como se fossem trabalhadoras informais, a legislação não as protege.

Quando a gente pensa em política pública, a gente pensa em como quebrar esse pilar do patriarcado – considero a Divisão Sexual do Trabalho um pilar do patriarcado. Assim como considero a violência doméstica, também, um pilar do patriarcado. A Divisão Sexual do Trabalho nos mantém reféns umas das outras e tira da discussão a participação masculina, porque quando a gente coloca uma mulher trabalhadora doméstica na nossa casa para fazer o nosso trabalho

histórico, tradicional, tiramos o homem de uma discussão profunda sobre os papéis e sobre os deveres das pessoas na casa com sua manutenção e sua administração. Eu elejo as trabalhadoras domésticas por que existe um conflito entre as mulheres que precisa ser resolvido na hora em que se discute a Divisão Sexual do Trabalho. Em muitos debates, as mulheres brancas, como eu, e de classe média, em geral, dizem: “mas nós não podemos discutir essa questão a fundo. O que faríamos com 7,3 milhões de trabalhadoras ficariam desempregadas de um dia para o outro se por acaso a gente resolvesse enfrentar esse dilema e propor metas para a erradicação do trabalho doméstico remunerado?”. É um passo importante para romper com essa coluna mestra dessa igualdade que a gente vive com a mulher.

E aí, enquanto governo, passamos por uma reflexão na SEPPIR, no Ministério no qual trabalho sobre as políticas que poderíamos colocar para enfrentar esta questão da dupla opressão sobre as mulheres negras que perdura há séculos, dupla questão que é um enfrentamento ao racismo e ao sexismo, e aí ao machismo, porque no caso aqui os homens estabelecem esse poder. Pensamos em duas dimensões para isso. Uma dimensão é a questão da condição de vida e de trabalho das mulheres, por que isso? E aí, continuo com o foco nas trabalhadoras domésticas para exemplo. A mudança condição de vida das mulheres não empodera as mulheres, então não adianta falar em tirar o fogão à lenha e botar um fogão a gás, construir bica d'água, coisas desse tipo, fundamentais para a vida das mulheres, especialmente para mulheres em situação de pobreza, mas que não alteram substancialmente a posição das mulheres na sociedade, ou seja, elas continuam naquele lugarzinho delas, provedoras do lar. Não acho um trabalho, de forma alguma, desmerecedor, mas a sociedade patriarcal o desqualifica porque é coisa de mulher (coisa de mulher não é coisa séria... é um “trabalhosinho”). Apesar de agora ter mostrado os dados da questão da riqueza, de como o trabalho doméstico é responsável por 4 a 10% da economia dos países em desenvolvimento, ele não é um trabalho qualquer, ele gera valor. Então, achamos importante essa vertente de melhores condições de vida, , não estamos aqui falando que não devemos melhorar a vida das mulheres, tanto é que se a gente analisa as trabalhadoras domésticas, por exemplo, acho que igualar os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas com os dos demais trabalhadores é fundamental. Então o

artigo sétimo da Constituição Brasileira, que exclui as trabalhadoras domésticas dos direitos trabalhistas totais, tem que ser revogado, ou então, revisado. Acho que estabelecer mecanismos para fiscalizar o cumprimento da legislação – e aí a gente tem que ver o artigo quinto da Constituição que diz que o domicílio é inviolável, ou seja, os fiscais trabalhistas não podem entrar na casa da patroa para verificar se ela (a trabalhadora doméstica) está sendo assediada, se está sendo maltratada, se tem carteira assinada, se é menor de idade, ou seja, se tem menos de 18 anos como 350 mil crianças e adolescentes que estão até hoje no trabalho doméstico infantil. Incentivar a formalização do trabalho através de campanhas, ou seja, fazer uma campanha para que os patrões se sensibilizem, assinem as carteiras e paguem a previdência social das trabalhadoras. Garantir a aposentadoria, mesmo para as trabalhadoras domésticas que não tem carteira assinada. Por exemplo, Creusa Oliveira, Presidente da Fenatrad, ela trabalha desde os dez anos de idade, ela já poderia estar aposentada, no entanto ela não tem registro em carteira. O primeiro registro em carteira dela foi aos 20 anos de idade, então dos 10 anos de idade aos 21 anos ela trabalhou sem carteira.

Implantar equipamentos sociais para as famílias, creches e escolas em tempo integral, porque também não adianta escola de meio turno, porque a pessoa trabalha o dia inteiro. Restaurantes populares, lavanderias comunitárias equipadas com máquinas de lavar, porque lavanderia comunitária para as mulheres continuarem lavando na mão, como elas falam, também não é uma coisa que muda muito a situação delas. Oferecer linhas de créditos especiais para a aquisição da casa própria. A maioria das trabalhadoras domésticas não tem casa própria, e também não tem titularidade no terreno onde elas moram nas grandes cidades. Elas moram realmente nas chamadas invasões urbanas. Por outro lado, existe outra dimensão que para a gente é fundamental para esse tal de empoderamento das mulheres, porque a gente fala de empoderamento, mas estratifica muito o empoderamento; estratifica muito em relação à classe social e estratifica muito em cima da cor das pessoas. Então para que especificamente a gente mova uma política de empoderamento das mulheres é preciso que a gente verifique como que essas mulheres estão situadas tanto em relação às classes sociais, como em relação a sua cor. Então, aumentar a escolaridade das mulheres é fundamental, ações estratégicas são fundamentais para isso.

Para vocês terem uma ideia, os dados do Pinag 2009 assinalaram uma coisa muito importante para a gente sinalizar essa coisa das ações estratégicas de governo. Em 2009, na faixa de idade de 18 a 24 anos, houve um decréscimo das mulheres ocupadas com trabalho doméstico. Isso foi ocasionado pelo aumento da escolaridade das crianças jovens. Hoje, temos um aumento da ocupação, mas ela se dá especialmente nas mulheres com mais de 35 anos, que não tiveram chance de ir à escola e que querem ter um rendimento. Elas entram na primeira porta que ainda está aberta para elas, a porta do trabalho doméstico, que é, para muitas mulheres, a única porta que existe.

Promover a qualificação profissional também é importante, a gente tem que apostar na mobilidade social das trabalhadoras domésticas, e nós mulheres feministas, mulheres da classe média, temos que ter esse compromisso. É um compromisso político promover essa mobilidade e lutar por isso. Promover políticas de ações afirmativas que oferecem condições de acesso e permanência na educação profissional e superior é fundamental, também, por que não adianta você oferecer a escola e não ter políticas adicionais para manter essas mulheres em condições na escola.

Promover e enfrentar a violência doméstica. O enfrentamento da violência doméstica é uma ação estratégica e é para todas as mulheres, porque a autonomia econômica das mulheres não resolve a questão da autonomia do ser humano que as mulheres devem vencer e devem ser consideradas. Mulheres espancadas não são consideradas seres humanos. Um homem que espanca uma mulher olha para aquela mulher não como sujeito, ele a olha como objeto. Eu considero o enfrentamento da violência contra a mulher a maior ação estratégica para a autonomia das mulheres. Não considero a autonomia econômica das mulheres como a única porta para que você se torne sujeito, por que não vou lançar mão de alegorias aqui, porque a maioria das pessoas sabe disso, mas quando analisamos os dados de violência contra a mulher no Brasil a gente chega a uma terrível constatação. A de que mesmo mulheres independentes financeiramente, mulheres que têm carreira, mulheres que ocupam cargos de relevo, apanham dos seus maridos. Então, tratar de autonomia econômica separado de tratar da autonomia do corpo das mulheres é muito complicado.

A outra coisa, também, é tratar da saúde reprodutiva das mulheres, se a gente não trata da saúde reprodutiva das mulheres... Eu não estou

querendo dizer aqui que a gente não deve tratar da autonomia econômica, mas que as coisas têm que ser associadas, porque aumento de renda não significa automaticamente que você vai ter autonomia para ter uma vida digna e impor seu pensamento, sua forma de ser, enfim. Então o enfrentamento da violência doméstica é uma questão estratégica também.

Acho que as campanhas de conscientização para a adoção da responsabilidade coletiva com as tarefas domésticas por parte das famílias são fundamentais porque o governo deve tratar isso como uma questão de cidadania. A cidadania passa por essa reconfiguração dos membros da família, das famílias, não só da família tradicional de homem, mulher e crianças, mas famílias de homens com homens, mulheres com mulheres, se bem que a relação é bem diferente, porque as relações de gênero mudam muito, as configurações de parcerias do mesmo sexo. Mas acho que essa questão deve ser enfrentada com o governo como uma questão estratégica, também, para acabar com as desigualdades sociais.

A outra questão – última para terminar – e promover campanhas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, ao preconceito racial no trabalho principalmente que uma coisa que a gente percebe de uma categorização na Divisão do Trabalho Racial que pressupõe que as habilidades e as competências estão muito centradas na cor do trabalhador, e isso tem que acabar.

Por último, vou deixar uma pequena provocação que foi feita para mim por uma trabalhadora doméstica da Bahia. Na verdade, eu tinha estruturado a minha fala para contar a história dela e, permeando a história dela com os dados que existem sobre essa questão. Ela, a Maria, não é sindicalizada e, um dia, entrevistando ela, falei assim: “Maria, por que você não é sindicalizada?”. E ela disse assim: “Sabe de uma coisa, houve uma greve de ônibus em Salvador (*ela mora na periferia*), e eu fiquei três dias sem trabalhar. Minha patroa entrou em pânico, porque ela ficou três dias sem saber o que fazer com os filhos dela”. Aí ela virou para mim, deu uma risada, e fez assim: “já pensou se a gente fizesse greve?”. Essa é a última questão que eu quero colocar para vocês.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado por sua intervenção. Passo a palavra agora para a Senhora Cristina Antunes, Coordenadora de Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades

no Trabalho do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da Argentina.

Senhora Cristina Antunes – ¡Buenos días! Agradezco esa invitación y poder participar de este Seminario es un aprendizaje acelerado para mí de todas las políticas que está llevando adelante Brasil, y por otro lado pensaba que lamento estar yo sola, yo soy del Ministerio del Trabajo y que no haya otros organismos del Estado que también podrían estar trabajando en este tema para escuchar e poder intercambiar estas experiencias. Como les decía yo me voy a referir básicamente a las políticas del Ministerio del Trabajo y a la situación de las mujeres a respecto del trabajo.

Hay una pequeña presentación que la voy a pasar rápidamente para no tomar demasiado tiempo. Primero una reflexión con respecto al tema de la pobreza y al tema del significado, la conceptualización de lo que es la pobreza en términos de acceso limitado, desigual, a los recursos de la sociedad y en ese sentido significa una privación de derechos, y por lo tanto una falta de justicia.

El término “pobreza” es un término que ha ido avanzando de pasar de una mera medición de ingresos de los hogares, se han empezado a incluir otras áreas que implican áreas de intervención por parte del Estado para poder tener una política integral con respecto al tema de la pobreza. Entonces las áreas de intervención de las políticas son: los ingresos; la alimentación; la cultura; la inserción laboral; la participación política y social; la vivienda; y la educación. Esto implica determinadas políticas para – como decía – generar una política integral en respecto del tema de la pobreza. Sin embargo, todavía se sigue midiendo la pobreza en términos de ingreso para trazar una línea de pobreza y de acceso a determinados bienes básicos que dicen: “bueno, hay determinada cantidad de lugares que, por debajo de las líneas de pobreza y otros por encima”. Pero sabemos que esto implica otras cuestiones y que no se introducen una perspectiva de género en este tipo de análisis. Al tomar el hogar como la unidad de análisis y los ingresos que tiene esos hogares no se está viendo cuál es la distribución al interior del hogar en términos de ingresos.

Sin embargo, dado los avances de la perspectiva de género, las luchas que han llevado adelante las organizaciones de mujeres y las políticas de los Estados que se han ido incorporando el tema, se ha logrado

visualizar que este tema de la pobreza no afecta en igual medida a varones que a mujeres, y esto ha permitido empezar a pensar en políticas más específicas.

Nosotros, desde el Ministerio consideramos que el acceso al trabajo, a un trabajo digno, de calidad, es uno de los mecanismos fundamentales para el logro de la igualdad, de la equidad y de la posibilidad de incrementar la autonomía por parte de las mujeres. Y en este sentido tomamos el tema del trabajo no solamente en términos de ingreso de las posibilidades de generar un ingreso y esto ya por si implica una autonomía importante, sino porque el trabajo implica en pensar en un proyecto de calificación, en un proyecto de formación, en un proyecto laboral, en una trayectoria de alguna manera se refleja en un proyecto de vida para una persona.

La perspectiva de género, entonces, contempla adscritos a la pobreza, tanto como género raza, etnia – que ya se dijo bastante acá – edad y el ciclo de vida. La discriminación de género, entonces, es la que tiene que ver con la que puede haber entre la desigualdad entre varones y mujeres, en cuanto las posibilidades de llevar un proyecto de vida como les decía recién.

¿En que se basa esa desigualdad de género? Básicamente en la División Sexual del Trabajo que asigna, identidades, actividades y ámbitos de acciones diferenciados para varones y mujeres y que esos ámbitos no tiene lo mismo valor, digamos, hay una preeminencia del masculino sobre el femenino. Las políticas con enfoque de género son las que deben apuntar a reinterpretar socialmente los elementos simbólicos que atribuyen un significado inferior a las tareas femeninas y superior a los varones.

Cuáles son los determinantes de la pobreza femenina, de alguna manera la familia, las responsabilidades familiares está comprobado que las dificultades de ingreso de las mujeres al mercado de trabajo está dado por la exclusiva responsabilidad que tienen el cuidado con los hijos y las tareas de la actividad doméstica eso genera una falta de autonomía para generar sus propios ingresos. Y por otro lado, cuando la mujer, necesariamente, se incorpora al mercado de trabajo, porque es jefa del hogar, y porque la responsabilidad de mantener su hogar y sus hijos se ha comprobado que los hogares con jefatura de ingreso de hogar femenino son los hogares que sufren mayores situaciones de pobreza. Se trata de

hogares monoparentales, es decir, no se comparte el tema de trabajo y sus ingresos como en los casos donde los varones son los jefes de hogar. La mujer que es la jefa tiene que compartir, en este caso hacer los dos trabajos, el remunerado y el no remunerado. Que, cuando este jefe de hogar es el varón tiene una mujer que garantiza el trabajo no remunerado al interior del hogar, y esto obliga a las mujeres a insertar el trabajo laboral en la economía informal o en actividades más desprotegidas y peor remuneradas como se hablaba recién acá como un ejemplo típico de eso es el tema del sector de peor servicio no remunerado.

Las dificultades de las mujeres en el mercado de trabajo tiene que ver con prácticas discriminatorias vinculadas a la maternidad y a los roles reproductivos. Las mujeres no tienen, digamos, entre contratar un varón y contratar una mujer, en general, las empresas prefieren contratar varones porque hay una cultura generalizada que dice que las mujeres son caras, porque hay de pagarles licencia maternidad, hay que darles permiso para cuando sus hijos se enferman. Hay que, en algunos casos proveerles de servicios de atención infantil.

La legislación, en el caso de Argentina, es una legislación antigua, la Ley de Contrato de Trabajos que rige las relaciones del sector privado es una legislación que habla de trabajo de las mujeres como un apartado especial, siendo que las mujeres representamos en este momento casi el 50% de la fuerza de trabajo, o sea, ya no es un apartado especial, no es un colectivo especial, sino que somos tantos como los varones y tenemos exactamente igualdad de derechos en ese sentido, sin embargo la legislación lo toma así y tiene en algunos aspectos una sobreprotección al trabajo de las mujeres, lo cual también genera una barrera para la contratación de las mujeres. O sea, es una discriminación laboral indirecta, tendiendo a proteger, en realidad la está discriminado.

Ahí un conjunto de proyectos tendientes a reformular la Ley de Contrato de Trabajo, numerosos proyectos legislativos que están en tratamiento que incluyen o no incluyen la obligación por parte del empleador de proveer un servicio de atención infantil, esto es lo que de alguna manera traza una línea entre un proyecto y otro con el costo que implica esto para el empleador y se ha discutido sucesivamente durante bastante tiempo en el parlamento sin llegar a un proyecto consensuado con respecto a esos temas.

En el Ministerio hemos tomado una línea que tiene que ver con complementar este tema que tiene que ver con la discusión con cláusulas con perspectiva de género en los convenios colectivos de trabajo que de alguna manera supera lo que dice la ley y que por otro lado constituye también un ámbito privilegiado dado que es un acuerdo entre partes que seguramente va a ser cumplido, porque lleva a un largo proceso de discusión y de los acuerdos, entonces lo que se lleva ahí es posible garantizar el cumplimiento quizás, a veces más que con una ley federal. Otra de las dificultades en el acceso al mercado de trabajo es la ausencia de medidas para compatibilizar las responsabilidades familiares, todavía estamos hablando de un modelo en el mercado de trabajo donde el hombre es el proveedor que dispone de absolutamente toda la jornada de trabajo y tiene amplia disponibilidad para el trabajo y tiene una mujer que es la que hace el trabajo de las tareas reproductivas. Eso no es una realidad hoy en el mercado de trabajo, en Argentina no y en muchos otros países seguramente estamos hablando de estos hogares donde los ingresos son compartidos y las responsabilidades también deberían ser compartidas, las responsabilidades familiares. Y donde hay una carencia de términos de hacerse cargo o de discutir socialmente a quién corresponde o a quién es la responsabilidad del cuidado de los niños. Debería ser responsabilidad del Estado con responsabilidad de los actores obviamente, pero no tomar básicamente una responsabilidad del Estado queda esto en exclusiva responsabilidad de las mujeres, pero han hecho históricamente. Por otro lado hay un limitado acceso por parte de las mujeres a actividades de formación que les permitan contar con competencia y calificaciones requeridas a los puestos más demandados y mejor remunerados.

En Argentina luego de la situación de crisis más grave que vivimos en el año 2001 y 2002 se inicia un proceso de crecimiento económico sostenido y con una expansión de este crecimiento en términos de empleo muy significativo, está bien que veníamos de una situación muy terrible de donde hubo una destrucción de puestos de trabajo impresionante, pero una creación sostenida se logra reducir las tasas de desempleo a un dígito tanto para varones como para mujeres, sin embargo este es un impacto positivo en el mercado de trabajo, la creación de puestos, la mayor registración laboral no tuvo el mismo impacto para las mujeres que para los varones, es decir que todos estos avances siguen siendo un desafío pendiente para el caso de las mujeres, entonces como se refleja esto en

la inserción de las mujeres, no poder aprovechar de estas oportunidades que daba el crecimiento la expansión del empleo en un estancamiento de la tasa de actividad femenina, es decir, el empleo en el caso de las mujeres es contra cíclico. En los momentos en que hay crisis y depresión económica es cuando las mujeres van al mercado de trabajo muchas veces para complementar los ingresos de sus hogares, insertándose en las ocupaciones que veníamos diciendo en el sector servicios, en el sector servicios domésticos remunerados, etcétera.

En los momentos de expansión cuando crece la economía crecen los puestos de trabajo, generalmente se estanca la tasa de actividad, es decir, las mujeres se retiran, porque no pueden aprovechar estos mejores puestos de trabajo y porque, además, las mujeres en situación de pobreza que son las que además tienen hijos, familias más numerosas les implica no tener acceso a los servicios de atención infantil y, por lo tanto, tampoco dedicar tiempo al trabajo remunerado.

Entonces la participación laboral es diferenciada por estrato de ingreso y número de hijos. Las mujeres que sí se mantienen en el mercado de trabajo son las que tiene posibilidades de solventar quien cuide sus hijos y mantiene, por supuesto, puestos de trabajo, ocupaciones más calificadas y con mejor remuneración.

Voy a pasar rápidamente esto último para explicar un poco el objetivo de esto hacia las políticas laborales con perspectivas de género.

Bueno, acá me voy a referir esta segregación que existe en el mercado de trabajo, esta concentración de trabajadoras en el empleo, en el servicio doméstico remunerado con ocupaciones de baja calificación implicó avanzar en la perspectiva y en la transversalización de la persona en perspectiva de género en el Ministerio del Trabajo. En ese sentido, en esa dirección está la creación de la Coordinación de Equidad de Género y Oportunidades cuya misión fundamental es transversalizar la perspectiva de género a las políticas. En este marco de crecimiento del mercado de trabajo se puso énfasis, recuerden que venimos de una situación de crisis de un programa gigantesco de transferencia de ingresos que configuró una red de contención que se fue desarmando poco a poco a medida en que los trabajadores iban pasando al mercado de trabajo formal, pero quiénes se quedaban con dificultades para poder hacer ese traspaso justamente las mujeres las beneficiarias de estos programas de transferencia de ingresos, me refiero al Programa Jefes de Hogar y otros

sucesivos que se hizo como para generar un puente y un paso de estas trabajadoras al mercado de trabajo formal presentaba dificultades en el caso de las mujeres. Se trabajó entonces en dos direcciones, en dos líneas políticas para poder mejorar la situación de las trabajadoras que estaban en la peor situación: una equiparar los derechos de las trabajadoras del servicio doméstico remunerado con el resto de los trabajadores, en el caso de la Argentina estas trabajadoras estaban regidas por un estatuto que databa del año 56 en el cual dejaba el 40% de las trabajadoras afuera las que no se retiran del hogar, nosotros le llamamos a eso de “trabajadoras con cama”, no sé cómo le chaman acá, “sin retiros”; y con retiro que trabajara por cuatro días un mínimo de cuatro horas. Con eso 40% de las trabajadoras quedaban afuera de la protección de la legislación y, por lo tanto, de la inspección laboral.

Se implementó una forma de transición mientras se discute, porque en este momento está en el Parlamento un nuevo proyecto de ley que ampliaría todos los derechos de los trabajadores y equiparía a las trabajadoras de domésticas, entretanto se implementó un reforma tributaria que les permite a las trabajadoras que están un mínimo de 6 horas por semana en el trabajo se da el derecho de tener una registación laboral y, por lo tanto, acceso a la cobertura de salud, a la jubilación y a las pensiones por fallecimiento y invalidez. Mientras tanto está en discusión la nueva ley.

Por otro lado se está trabajando con el sector en la formación y en la jerarquización de este trabajo, pensando nuevas trayectorias laborales, es decir, en capacitaciones y formaciones técnicas que le permitan pensar en un trayecto laboral posterior, por otro lado, con respecto al mismo sector se está trabajando en un programa que tiene que ver con la formación en oficio no tradicionales que, es decir, la posibilidad que las mujeres ingresen en programas de formación – les aclaro que en el Ministerio de Trabajo de Argentina la formación profesional es uno de las áreas más fuertes, con mayor cantidad de programas que cubren todos los sectores posibles, sin embargo la cantidad de mujeres... siempre las mujeres se distribuyen en las mismas ocupaciones y en las mismas áreas de formación. Entonces se partía de una cosa indistinta, los programas serán para todos, no había ningún tipo de barreras ni distinción, pero que casualmente se reproducían exactamente las mismas condiciones de inserción de la que veníamos hablando, por lo tanto se generó un

programa en el cual se promueve la formación de trabajadoras en oficios no tradicionales. En este momento estamos trabajando con la capacitación de dos mil trabajadoras en reparación de motores y maquinarias, esto es un acuerdo con una empresa de motocicletas que tiene que ver con generar futuros centros de atención y reparación y servicio técnico para las motos que son uno de los transportes más usados en este momento.

Bueno, no quiero extenderme más. Probablemente podemos seguir este intercambio a partir del debate.

¡Muchas gracias!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado! Convido agora a Senhora Natali Brisona Moute, funcionária de questões sociais da divisão de assuntos de gênero da CEPAL. Pode tomar uso da palavra.

Senhora Natali Brisona Moute - ¡Buenos días a todos y a todas! Quiero antes que todo agradecer a la Fundación Alexandre de Gusmão por la invitación para hacer una presentación sobre el tema de la importancia de los equipamientos sociales para la autonomía económica de las mujeres. Voy a abordar este tema a partir de la noción de redistribución de las responsabilidades del cuidado partiendo de una definición general, primero, de la autonomía de las personas. Consideramos que la autonomía de las personas tiene que ver con la capacidad para tomar decisiones libres e informadas sobre su vida de mujeres por el ser y hacer en función de sus deseos y aspiraciones en el contexto histórico que se hace posible.

Se tratamos de traducir esta definición, en el espacio de la autonomía económica podríamos decir que en primer lugar la autonomía económica tiene que ver con la capacidad de acceder a ingresos propios y a libertad de usar estos ingresos. Pero podemos decir un poco más allá de eso que la autonomía económica idealmente sería por lo menos una articulación entre 3 condiciones, la primera es el acceso a los ingresos propios, la segunda sería el acceso a los ingresos en condiciones de igualdad con respecto de los hombres, y en tercer lugar el acceso a ingresos equitativos, o sea, ingresos que retribuyen en forma justa el trabajo realizado.

Sabemos, no me voy a extenderme por el tema, que la división sexual del trabajo tal como la conocemos está en el corazón del tema Autonomía Económica, sobretudo por la asignación de las mujeres al trabajo remunerado o al trabajo no remunerado, tanto para reproducir

la fuerza de trabajo futura como para mantener la fuerza de trabajo pasada (hablamos de las personas mayores), y también de las personas dependientes o con capacidad.

Les voy a mostrar unos gráficos, no me voy a extender, lo importante es guardar como cuatro ideas: la primera es que todavía en América Latina tenemos alrededor de 30 mujeres de 15 años y más que no tiene ningún acceso a ingresos propios. La proporción de mujeres con ingresos propios es generalmente más alta en el medio rural, puedo tomar el caso de Bolivia donde 40% de las mujeres en medio urbano no tiene acceso a ingresos propios y en medio rural son 60%. El segundo hecho que hay que recordar que independientemente de la participación de las mujeres en la actividad económica o independientemente de la duración de la jornada laboral, claramente las mujeres dedican mucho más tiempo que los hombres al trabajo doméstico o no remunerado. En tercer lugar, el tercer hecho que es muy importante es que entre las mujeres ocupadas claramente se observa lo que llamamos la doble jornada de trabajo, o sea que las mujeres suman las horas de trabajo doméstico a las horas de trabajo remunerado, pero cuando vemos esta doble jornada cruzándola con la condición de pobreza aparece que, por ejemplo, en algunos países que la jornada de trabajo remunerado de las mujeres pobres es más corta que la jornada de los hombres pobres.

Basta ver esos hechos claramente hay que cambiar esta situación, hay que definir los ejes para el cambio. Esta presentación se limita a doce ejes que proponemos como ejes que tienen que articularse entre sí. El primer eje es bastante evidente en cuanto la necesidad de liberar el tiempo de las mujeres y aquí cobra la importancias del tema de las infraestructuras sociales e de los servicios de cuidado, porque eso permite, primero abrir as oportunidades para una mayor inserción laboral entre las mujeres para permitir a las mujeres que tengan una trayectoria laboral más continua y más larga, para también permitir, sobre todo en el caso de las mujeres ocupadas a reducir su carga de trabajo total. Pero para tener esos resultados, primero por el lado de las infraestructuras sociales hay por lo menos cuatro condiciones básicas que deberían realizarse, podemos discutir las después, una es articular las infraestructuras con servicios de cuidado, porque eso permite primero abrir las oportunidades para una mayor inserción laboral para las mujeres, para permitir a las mujeres que tengan una trayectoria laboral más continua y más larga

para también permitir, sobretudo en el caso de las mujeres ocupadas a reducir su carga de trabajo total.

Pero para tener esos resultados, primero por el lado de las infraestructuras sociales hay por lo menos cuatro condiciones básicas que deberían realizarse, podemos discutir las después. Una es articular las estructuras con servicios de cuidado de calidad, la otra es articular el despliegue de infraestructuras sociales con un desarrollo de infraestructuras económicas, porque sabemos que buena parte del tiempo de trabajo que las mujeres dedican al trabajo doméstico tiene que ver con la insuficiencia en términos de infraestructuras económicas por el tiempo de cargar el agua o cargar leña, ese tipo de cosa. Una tercera condición fundamental es que hay que ver los servicios de cuidado como servicios universales que valen tanto para las mujeres asalariadas como las mujeres trabajadoras por cuenta propia; tanto para las que trabajan en los empleos formales como a las que trabajan en los empleos informales. Y en cuarta posición, pero que no es nada menor, tenemos la necesidad de asegurar las equidades financieras de los servicios de cuidado sin penalizar a los (y a las) que van a proveer esos servicios, o sea, en relación con las poblaciones que viven en condiciones de pobreza, sí hay que proveer servicios de cuidado, pero sin reproducir esta penalización de las cuidadoras que ya es conocemos en los mercados de trabajo en la región donde las cuidadoras reciben salarios, remuneraciones más bajas que los demás trabajadores.

Mas allá de proveer servicios de cuidado hay que ver cómo articular y liberar el tiempo de las mujeres con la provisión o la creación de empleos, porque podemos liberar ese tiempo sin tener la garantía definitiva de que las mujeres van a tener acceso al empleo. Por tanto hay de ver como fomentar la creación de empleo, tanto dentro de la economía de los servicios de cuidado, de las infraestructuras sociales, también de las infraestructuras económicas y fuera de ese espacio eso significa que es necesario establecer un apego de las condiciones de funcionamiento de los mercados de trabajo para ver cuáles son las potencialidades en términos de creación de más empleos en la región. También requiere establecer un perfil de la demanda de trabajo por un lado y de la oferta de trabajo por otro lado. Ya sabemos que en términos de participación en la actividad económica claramente las tasas de participación de las mujeres más educadas son las más altas en la región lo que significa que

son las mujeres con menos educación que están más retraídas, digamos, con respecto a los mercados de trabajo. Como desarrollar posibilidades de empleo para estas mujeres y atraerlas en los mercados de trabajo es una pregunta que no es nada menor y por eso hay que analizar finalmente las fuentes de creación de empleos que podemos desarrollar en la región.

Todo eso es fundamental, porque al final, si nos creamos en los espacios o en los escenarios que ya conocemos podemos desarrollar servicios de cuidado pobres para poblaciones pobres lo cual ya ocurre en distintos países de la región y hay de ir mucho más allá de eso, porque al final, cuando decimos que los servicios de cuidado liberan el tiempo de las mujeres para que las mujeres puedan acceder al trabajo y a ingresos propios, esto también porque estos ingresos propios tiene que permitirles no solamente aumentar su capacidad de compras de bienes y servicios, pero también aumentar la capacidad a pagar servicios de cuidado que dentro de los cuales las cuidadoras podrían acceder a mejores condiciones de empleo y mejores ingresos.

Quiero terminar diciendo que eso es una propuesta exploratoria que los problemas son mucho más complejos, digamos, que esa propuesta no aborda, por ejemplo, el tema de la segmentación del empleo de las mujeres en el mercado de trabajo, pero por lo menos si tratamos de ver como construir una economía de cuidado institucionalizada, organizada, articulada con el resto de la economía; y ahí podríamos pensar o tratar de pensar ese espacio, como un espacio donde implementar nuevas pautas para la desegmentación del trabajo de las mujeres.

¡Gracias!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Quero dar a palavra agora à senhora Márcia Vasconcelos, coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Senhora Márcia Vasconcelos – Boa tarde. Agradeço o convite da Fundação Alexandre de Gusmão, na pessoa do Embaixador Gilberto Saboia. Quero dizer da alegria de estar aqui, dividindo essa mesa com essas colegas de tão importante trabalho sendo desenvolvido nessa área; algumas, de longa data, companheiras e parceiras nessa discussão. Muitas das ideias e dos argumentos que estão sendo elaborados, discutidos,

e que tem orientado a ação da OIT, não só no Brasil, mas também na região da América Latina, já foram aqui destacados nas falas que me antecederam. Então, vou me permitir aqui destacar algumas ideias fundamentais que foram aqui colocadas, a partir de um tema que entra na pauta da OIT, de maneira bastante forte, que é o tema das políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal, e a abordagem da ideia de conciliação a partir da noção de corresponsabilidade social. Por que essa ideia, esse tema, entra na pauta da OIT de maneira forte? Porque se observa, recentemente, uma crise no modelo tradicional dos cuidados – como foi colocado aqui, anteriormente – que diz respeito aos papéis de gênero dos homens como provedores, inseridos no mercado de trabalho e responsáveis pela esfera produtiva da vida, e o das mulheres com sua identidade definida basicamente a partir dos cuidados e da sua responsabilidade pela esfera reprodutiva da vida, que é um modelo que não responde mais à realidade e à forma como o mercado de trabalho, tanto no Brasil, quanto na América Latina, se estrutura nos últimos anos. Então, observa-se uma forte entrada das mulheres no mercado de trabalho, que, por outro lado, não veio acompanhada de uma redistribuição, de uma redefinição e de uma construção de estratégias para dar conta de toda a esfera dos cuidados e das responsabilidades familiares.

Esse tema é um tema que se articula com toda noção de toda ideia de igualdade de oportunidades no tratamento do mercado de trabalho. A inserção das mulheres no mercado de trabalho e a sua ascensão no mercado de trabalho, bem como as ocupações que são buscadas pelas mulheres ou que estão disponíveis para as mulheres no mercado de trabalho, são marcadas por essa maior responsabilidade das mulheres, muitas vezes, exclusiva pela esfera reprodutiva da vida, pelo trabalho reprodutivo.

E essa tensão entre a esfera do trabalho produtivo e a do trabalho reprodutivo aumenta nos últimos anos porque estamos no momento em que as jornadas de trabalho são mais intensas. Existe uma pressão com relação à questão das remunerações – principalmente em tempos de crise. É uma reorganização do mercado de trabalho que exige uma maior presença, maior disponibilidade de trabalhadores e trabalhadoras para as instituições, para as empresas, para as organizações nas quais se inserem.

Nesse contexto, as mulheres tem sido responsáveis por armar, encontrar e construir estratégias de conciliação entre as suas

responsabilidades no âmbito privado, no âmbito da reprodução da vida e da sociedade, e a sua presença no trabalho produtivo, no mercado de trabalho. Então, essa conciliação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, a responsabilidade de conciliar essas duas esferas tem recaído, quase que exclusivamente, sobre as mulheres. Isso tem impactos que vão além dos impactos na vida individual das mulheres em aspectos já bastante conhecidos por todos nós.

Com relação à dupla jornada de trabalho, à sobrecarga de trabalho, e aos impactos sobre a saúde das mulheres. Isso tem impactos na própria estrutura do mercado de trabalho. As mulheres apresentam taxas de participação recorrentemente menores do que as dos homens no mercado de trabalho. Elas estão sobrerrepresentadas, tem uma maior presença, nas ocupações informais. A maior presença das mulheres muitas vezes se relaciona à possibilidade de encontrarem ocupações com jornadas de trabalho mais flexíveis, que permitam que elas conciliem as responsabilidades familiares com a sua presença no mercado de trabalho, então, a sua maior presença nas ocupações informais e precárias. Além disso, persistem mecanismos de discriminação que são baseados nas responsabilidades familiares, mesmo quando as mulheres superam obstáculos e se inserem no mercado de trabalho, muitas vezes a sua ascensão e sua progressão profissional são afetadas pelas responsabilidades familiares.

É importante lembrar nesse contexto que o cuidado fornece um importante subsídio para a sociedade, ele é um aspecto que garante a própria reprodução social. E, na medida em que existe essa progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho e que não é acompanhada por políticas conciliatórias, políticas que permitam uma conciliação mais equilibrada entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, isso gera custos.

É interessante observar que muitas vezes os discursos e as abordagens sobre o tema da conciliação, das políticas de conciliação, entre trabalho e família são abordados do ponto de vista do quanto essas políticas custam, do investimento necessário para o desenvolvimento dessas políticas, por outro lado, pouco se analisa o custo da ausência dessas políticas. É importante ressaltar que quando falamos da ausência de políticas de conciliação observamos custos na esfera econômica, na esfera das empresas, da organização dos espaços de trabalho, e, também custos sociais bastante significativos. Isso em que sentido? Em termos

econômicos, estamos falando, como foi colocado aqui anteriormente no exemplo da Argentina, de contextos nos quais as mulheres chegam a atingir 50% da população economicamente ativa. É uma força de trabalho que tem muito a contribuir a partir de suas habilidades, do seu conhecimento, para o desenvolvimento econômico dos países. A ausência de políticas de conciliação tem um impacto significativo no desperdício da força de trabalho, e, portanto, na trajetória de crescimento e de desenvolvimento econômico e social. Esse é um aspecto fundamental a ser destacado.

Do ponto de vista da organização dos espaços de trabalho, das empresas, observa-se que a ausência de políticas conciliatórias tem um impacto significativo na produtividade, na rotatividade de mão de obra, no clima laboral e no absenteísmo. Então, são aspectos que a médio e longo prazo impactam nos lucros gerados e nos objetivos aos quais as empresas, organizações, e instituições estão dedicadas. Então, uma empresa, organização ou instituição que se dedique a estabelecer mecanismos que promovam maior equilíbrio entre trabalho e família a médio e longo prazo pode observar impactos significativos na produtividade de seus trabalhadores e trabalhadoras. E existem aí também custos sociais que são importantes de serem considerados. O primeiro deles, evidentemente, é o impacto na qualidade de vida das pessoas, gerando problemas de saúde, poucas oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho e mulheres com menor renda. Além disso, todo um impacto que ocorre sobre as pessoas que necessitam de cuidados, e aí falamos tanto de crianças, meninos e meninas, como também das pessoas idosas para as quais as políticas não são ainda suficientes de cobertura e de cuidados a essa população. E esses custos recaem basicamente sobre o estado, o estado acaba arcando de maneira principal, arcando com esses custos. Então, esse contexto coloca a necessidade de desenvolvimento de novas políticas, de uma nova lógica que esteja baseada na ideia de conciliação entre trabalho e família com corresponsabilidade social. Lembrando que ao articularmos essa discussão com o tema da superação da pobreza, as mulheres de domicílios com menor renda são aquelas que mais sofrem com a ausência de políticas de conciliação. A falta de renda impede que as mulheres acessem os serviços de cuidado, contratem os serviços de cuidado disponíveis na sociedade, e, portanto, acabam por terem que encontrar estratégias para cobrirem essa ausência de políticas para dar cobertura às atividades de cuidado.

O tema do trabalho doméstico foi abordado aqui de maneira bastante importante, e as trabalhadoras domésticas estão na ponta dessa cadeia de cuidados. Essas trabalhadoras domésticas fazem parte dessa estratégia elaborada pelas famílias e pelas mulheres para cumprirem as responsabilidades familiares e as tarefas de cuidado, porém são um conjunto da população coletiva que sofre com a falta de cobertura de políticas nessa área.

Esse contexto coloca desafios bastante importantes nessa área das políticas públicas. A necessidade de desenvolver políticas públicas de conciliação com corresponsabilidade social que significa uma melhor divisão de responsabilidades, não apenas entre homens e mulheres na esfera privada pelas tarefas de cuidado e pelas atividades relacionadas ao trabalho reprodutivo, mas também uma divisão de responsabilidades entre as famílias, o Estado e o mercado. Então, a ideia é a de que os cuidados são de responsabilidade da sociedade, não são de responsabilidade exclusiva das mulheres, e as políticas que sejam direcionadas e elaboradas com esse objetivo atingirão não apenas as mulheres, mas beneficiarão todo o conjunto da sociedade porque, devemos lembrar, o cuidado é o que garante o funcionamento da sociedade. Nesse sentido, algumas ideias e algumas boas práticas já começam a ser observadas nessa direção.

Então, com relação ao papel do Estado. O que se coloca como sendo fundamental? Adequar os marcos legais às normas internacionais. Nós temos, atualmente, no âmbito da OIT, duas grandes convenções que abordam esse tema: a Convenção 111, sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação, que coloca a necessidade de desenvolver uma política que promova a igualdade e oportunidade de tratamento – uma convenção ratificada pelo Brasil; e, por outro lado, temos a Convenção 156, sobre trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares, ainda não ratificada pelo Brasil, e cujo todo processo de discussão ocorrido no âmbito da OIT para sua formulação girou em torno justamente da ideia de que a real igualdade de oportunidades no mercado de trabalho só será alcançada se essa divisão entre mulher cuidadora e homem provedor for superada. Por quê? Isso porque essa divisão organiza o mercado de trabalho, tem impacto sobre a segmentação ocupacional, e orienta a formulação de políticas públicas. As políticas públicas, muitas delas, ainda são elaboradas a partir desta concepção e da ideia de que as mulheres são uma força de trabalho secundária, são uma força de trabalho

que complementa a renda familiar, sem considerar que o trabalho cada vez mais passa a ser parte de um projeto fundamental para as mulheres, tanto de autonomia quanto de realização pessoal e de inserção na esfera pública e participação nas esferas de poder. Então, essa convenção traz essa discussão, e coloca o desafio para os países de adequação de seus marcos legais.

Além disso, a organização do trabalho a partir de uma noção de corresponsabilidade social. O que isso significa concretamente? Pensar mecanismos eficientes de proteção à maternidade, de proteção à paternidade, e também trabalhar com a noção de parentalidade. A noção de que o cuidado de meninos e meninas, das crianças, é compartilhado entre homens e mulheres. Em muitos países, fala-se em licença parental, não se fala em licença maternidade ou licença paternidade mas de uma licença parental que após o período de amamentação pode ser tirado tanto pelo homem como pela mulher, tanto pelo pai quanto pela mãe. Então, a noção da parentalidade viria apoiar essa melhor divisão de responsabilidades com relação aos cuidados.

Outro aspecto fundamental é a não discriminação por responsabilidades familiares. Aí toda discussão sobre os benefícios e os direitos que são centrados nas mulheres trabalhadoras quando se fala em responsabilidades familiares é um ponto fundamental. Então, o desafio é pensar que trabalhadoras e trabalhadores que tenham responsabilidades familiares devem ser sujeitos de benefícios e direitos, e que esses direitos e benefícios não deveriam apenas estar centrados nas mulheres trabalhadoras. Outro ponto fundamental é favorecer a incorporação e a permanência das mulheres no mercado laboral através de medidas que promovam a igualdade de oportunidades e tratamento. Um desafio enorme é garantir que essas medidas de conciliação atinjam e alcancem trabalhadores e trabalhadoras da economia informal.

E, por último a ideia de que toda essa elaboração, em termos de políticas públicas, programas e ações, só pode ocorrer a partir do fortalecimento das institucionalidades relacionadas ao trabalho.

Outro ponto que também é desafiador, e que também pode trazer avanços significativos nessa área, é aproveitar o potencial de criação de emprego e de trabalho decente na área dos cuidados. Aproveitar esse potencial para a criação de novos postos de trabalho. E, além disso,

melhorar a capacidade de proteção social para enfrentar as necessidades de cuidado.

Sem querer me estender muito além do meu tempo, agradeço, então, a oportunidade, por ter compartilhado com vocês algumas dessas ideias, e lembrar que soluções, receitas prontas para enfrentamento dessa questão não existem. Existem, sim, boas práticas, iniciativas que vêm ocorrendo tanto na área das políticas públicas quanto avanços também já observados no âmbito da negociação coletiva que podem ser compartilhados e que podem contribuir, de maneira bastante concreta, para a igualdade de oportunidades e tratamento efetivo no mercado de trabalho. Então, muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Dou a palavra agora à senhora Hildete Pereira, Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.

Senhora Professora Hildete Pereira – Muito obrigada. Agora fala a sociedade civil. Agradeço o convite para estar nessa mesa refletindo com tantas amigas que junto comigo, ao longo desses últimos 40 anos, estão discutindo e debatendo a condição feminina na sociedade brasileira. Eu tinha feito um *Power Point*, pensei que tinha botado no *pen drive*, mas, quando cheguei aqui, estava faltando. Ele tinha os números, eu tomei a ideia de pobreza e divisão sexual do trabalho e tentei traçar uma linha da pobreza para ver como essas questões estão impactando, já no início do século XXI, a condição feminina, e o que está acontecendo, o que mudou e o que permanece, nessa longa jornada por construção de uma sociedade igualitária.

O que podemos pensar é que o século XX registrou mudanças significativas na sociedade em relação à inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho e mesmo nos espaços de poder. Quer dizer, isso devido a fatores econômicos, políticos e culturais que vão desde a transformação na estrutura produtiva pela industrialização e urbanização, à questão do controle das mulheres da sexualidade, portanto, a pílula é um marco na vida de todas nós, das políticas reprodutivas e mundiais. E essas questões, quer dizer, isso permitiu alteração na identidade feminina em todas as classes sociais, no Brasil e no mundo, mais emprego para as mulheres. O problema é que essa mulher que emerge, que somos

nós, da segunda metade do século XX, tem uma interdependência muito forte entre a vida familiar e a vida no trabalho, como todas as outras palestrantes já enfatizaram. Quando mexemos nesse ponto, isso remete à uma questão da denúncia do movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino, porque essa invisibilidade que cerca as atividades ligadas à vida reprodutiva. O invisível é desvendado no plano simbólico quando se caracteriza os afazeres domésticos como trabalho complementar, assessorio e de ajuda. Então, o mercado de trabalho que vai se desvendar para as mulheres na segunda metade do século embora tenha superado alguns obstáculos de acesso a cargos de direção e chefia, ainda permanecem diferenciais substanciais nos rendimentos entre os dois sexos. E quando eu olho essa questão do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e da pobreza das mulheres... O problema é que a inserção feminina aconteceu em paralelo com as atividades informais, atividades sem remuneração, e eu não estou falando do trabalho executado nos afazeres para a reprodução da vida. Há quase 6 milhões de mulheres no Brasil de hoje que estão no mercado de trabalho e trabalham sem remuneração, estou falando destas, não estou falando do trabalho que a sociedade ignora, que é o trabalho dentro de casa, e do aumento das taxas de desemprego. Quer dizer, na perspectiva feminista a persistência da divisão sexual do trabalho aliada a pobreza e a exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada os dois sexos, para as mulheres essa realidade de carências é muito mais aguda porque nós realizamos uma enorme gama de atividades não remuneradas seja no âmbito mercantil ou no seio das famílias que se evaporam no ar. A pergunta pode ser: o que mudou e o que permanece nesta passagem do século XX para o século XXI? Qual é a repercussão dessas transformações no caso das mulheres? Do aumento da escolaridade, do controle da reprodução? Quer dizer, não esquecer que o controle da reprodução, a pílula, permite certo controle, mas tem questões que nós estamos tentando o tempo inteiro colocar embaixo do tapete, que são a gravidez indesejada, questões que ainda não estão resolvidas na sociedade brasileira. Quer dizer, permanecem as diferenças. Porque essas diferenças fazem com que a literatura das políticas públicas, que as mulheres são muito eficientes na administração das situações de miséria e de pobreza. Então, por isso, de repente nós somos as perfeitas gestoras, não do mundo produtivo, não dos lucros e do dinheiro, mas da miséria.

O que aconteceu com a crise – primeiro, com a globalização e, depois, com a crise de 2008, que ainda não passou. A onda diminuiu, mas a questão ainda existe, e as economias hegemônicas não saíram ainda dos seus impasses. A Europa é um continente – eu ia dizer sem destino, quase isso. Mas, nos Estados Unidos, a crise também não está debelada, e a situação é de desemprego, de possibilidade de quebra do movimento social, de diminuição do estado de bem estar. Mas, de qualquer maneira, as mudanças em curso na divisão sexual do trabalho – que esse processo de escolarização permitiu as mulheres de maior isenção no mercado de trabalho – provocam uma bipolaridade no emprego feminino, quer dizer, a conciliação entre vida familiar e profissional, alguma conciliação, ou propostas e pontuais transformações, nos locais de trabalho. Quer dizer, indo de trás para frente, as transformações vão que: em algumas atividades que antes eram redutos da mão de obra masculina, as mulheres entraram; e em alguns lugares que eram redutos da mão de obra feminina, os homens entraram. Há um jogo entre os sexos, embora isso sirva para fazermos análises sociais, econômicas, mas não significa muitas coisas porque nós dizemos “as mulheres entraram na construção civil”, mas entraram como os homens entraram no trabalho doméstico, passaram de 3% para 5%, e nós passamos a ser um pontinho de 5% na construção civil. Mas, de qualquer maneira, há uma ‘movida’ no mundo do trabalho, transformações pontuais. Do ponto de vista da bipolaridade, a escolaridade não nos garantiu ascensão na vida profissional, somos poucas nos cargos profissionais, nos cargos de gerência e nos cargos executivos. E a minha impressão é a de que há 10 que o mercado de trabalho não muda; os dados (dizíamos antigamente que ‘as cartas não mentem jamais’), eles mentem porque depende de como eu busco as informações nos bancos de dados, mas, de qualquer maneira, olhando com a nossa perspectiva, com a perspectiva feminista, houve transformações, mas a participação no mercado de trabalho aparentemente, há 10 anos, não muda. Nós não saímos dos 43, 44%, depende de como você mensura, e não é só no Brasil... é no Brasil e no mundo. Quer dizer, portanto há uma – se da taxa de atividade e da presença no mundo do trabalho, nós formos para uma convergência, há um movimento de convergência... somos quase 50% no mundo do trabalho, aí deveria ser 50%, ou um pouquinho mais, porque, como tem um excedente de mulheres, no caso brasileiras, de quase seis milhões

de pessoas, mas só que o excedente é velho. O excedente é acima de 60 anos; os homens novinhos que estão aqui podem ficar todos tranquilos, não tem mais de uma mulher para eles. Tem uma, uma na mesma idade, agora, velha tem bastante! [risos] É uma animação! O excedente é todo acima de 60 anos, portanto, sou eu e um bando de, [risos], portanto, essa convergência da presença e da taxa de atividade não significou nem a mudança em rendimento, nós continuamos ganhando menos que os homens. Claro que ela diminuiu, mas ainda é ganhar 70% do que os homens ganham. E o bloqueio, o teto de vidro, como a Paula Capelim já chamou, nos cargos de poder: se nós somos maravilhosas administradoras na miséria e na pobreza, somos péssimas administradoras nos negócios, pelo menos é assim que a sociedade nos vê. Porque os espaços de poder e de negócios estão bloqueados e nós não conseguimos mudar, apesar de toda luta e de toda onda feminista que, como dizia Celso Furtado, nos idos de 1975, na época da primeira conferência mundial da mulher, a revolução das mulheres é a coisa mais importante da segunda metade do século, porque ele não podia se atrever e dizer que a revolução de 17 não era uma coisa que tinha mexido muito com o mundo, mas a nossa onda, a onda da luta das mulheres por cidadania completa era a coisa mais significativa da segunda metade do século. E parece que o século XXI vai continuar essa luta e disputa em curso, e as nossas netas terão um mundo diferente do que nós vivemos, mas é preciso que a sociedade como um todo se organize para essas questões.

Não vai dar tempo de mostrar, gente. Inclusive, eu queria propor aqui uma discussão mais forte a respeito dessa questão da pobreza. Eu já tinha feito um trabalho para a Secretaria de Política para as Mulheres em 2004 junto com a CEPAL sobre uma linha de pobreza para o começo do novo milênio, para 2001. Então, aproveitei e atualizei, fiz para 2009, fechei a década com a linha de pobreza para mostrar o que tinha acontecido. No caso brasileiro, temos umas questões muito interessantes com relação a isso, é que realmente nos últimos sete anos você vai ter uma distribuição de renda no Brasil porque com a valorização do salário mínimo, isso a linha de pobreza mostra, infelizmente está rodado, tinha no *Power Point*. Acontece que a valorização de 2,5%, a valorização real do salário mínimo dos últimos sete anos levou a que ampliasse, diminuísse, na pirâmide salarial, o topo. O topo da pirâmide foi: quem ganhava mais de 20 salários mínimos, a percentagem de trabalhadores homens e mulheres

que ganhavam mais de 20 salários mínimos anteriormente diminuiu em 2001, diminuiu quando eu olho a PINAD de 2009, por exemplo, os homens, eram quase 20% dos homens, que ocupados, ganhavam acima de 20 salários mínimos... não... não eram 20... 13% dos homens ocupados ganhavam mais de 20 salários mínimos e 8% das mulheres ocupadas ganhavam mais de 20 salários mínimos; em 2009, reduziu-se, achatou-se a pirâmide, os homens ocupados que ganhavam mais de 20 salários mínimos passaram a 9%, e as mulheres a 4%. Então, a pirâmide em cima achatou. O que aconteceu? Portanto, diminuiu a pobreza e melhorou a distribuição de renda, só que como o salário mínimo cresceu e como o Brasil tem uma tradição de pagar muito mal aos seus trabalhadores, isso se reflete em uma questão interessantíssima, ganhando até um salário mínimo, aumentou em 2009 a percentagem de mulheres e homens, por exemplo, 48% das mulheres ocupadas no Brasil, em 2009, ganham até um salário mínimo; e, 30% dos homens ganham até um salário mínimo. Eles eram antes, em 2001, 28%, passou a 30. Eles perderam menos. E as mulheres que eram 45% delas, passaram a 48 e pouco – quase 50%, da forma de trabalho feminina que está no mercado de trabalho, ocupada, ganha até um salário mínimo. Então, vocês percebem, isso ainda precisa ser um pouco mais pensado, inclusive é uma ótima oportunidade estar aqui, porque tem muitas cabeças que pensam essas questões, e refletir sobre isso. Quer dizer, a valorização do salário mínimo, bendita seja porque senão não tem justiça social nesse país, mas ela, como a velha tradição rançosa elitista da sociedade brasileira aparece na forma como quem pagava dois salários mínimos às suas empregadas domésticas, passou a pagar menos, não acompanhou o salário mínimo, porque o salário mínimo valorizou 2,5% real, não é nominal, nominal foi mais. Então, quer dizer, em cima dessas reflexões; aí, na linha de pobreza, nós trabalhamos com as ocupações para as famílias pobres e para famílias indigentes. Quer dizer, indigentes e pobres continuam, mais ou menos quando eu boto número de pessoas, tem 25% das famílias brasileiras; em 2009, tínhamos 62 milhões de famílias no Brasil; 25% dessas famílias são, ou indigentes, ou pobres. Pobre é renda *per capita* média de meio salário mínimo, e indigentes, de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo vigente da época em que a pesquisa que a PINAD foi a campo – setembro de 2009, setembro de 2001. Então, isso não mudou muito, quer dizer, diminuiu um pouco, mas mantém os 25% da pobreza. Quando vocês vão ver, o Brasil indigente é o

Brasil sem misérias que o Ministério do Desenvolvimento Social lançou a semana passada. A minha linha: como eu não sei a metodologia deles, eu sei a minha, que é uma renda monetária, que eu não tenho como fazer de outra forma, a minha tem um pouquinho mais de gente, não tem 16 milhões, tem um pouco mais, tem 22 milhões, porque a minha renda, provavelmente, é mais alta que a dele, não era o Bolsa Família, metade do salário mínimo, era $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que dá 90 reais. Portanto, era um pouco diferente. Eles pegaram 70, mas eu não peguei 70. Eles pegaram o Bolsa Família, e eu não, eu peguei o salário mínimo – eu nem tinha metodologia deles, e eles também não divulgaram ainda. Então, é um diálogo, esses números, essas coisas, um diálogo que estabelecemos para poder traçar políticas efetivas tanto para lutar contra a miséria como também as mulheres para lutar por uma construção de igualdade passando por todos esses pontos que todas as minhas colegas aqui da mesa já enumeraram.

Um ponto que chama a minha atenção, quando vi as ocupações, é que a pobreza tem um pé na agricultura, na agropecuária, que é terrível. Nas famílias pobres e indigentes tem um peso na agropecuária muito forte. Quer dizer, o problema de o Brasil nunca ter feito a reforma agrária é que explica essa questão porque é no campo que a questão da propriedade da terra aparece com mais força, porque, em geral o trabalhador é o proprietário da terra e ele se confunde. Na cidade, as rendas monetárias da vida urbana diferenciam um pouco, e aí a minha capitação de renda monetária é mais fragilizada, mas, no campo, a terra é um ativo concreto. É na terra que a questão é mais dramática. Não é à toa que eu fiquei muito contente quando eu vi meus dados e o Brasil Sem Miséria, que a questão rural é uma questão que está focada no programa porque isso aparece claramente na linha de pobreza que nós traçamos.

Por último, outra questão que aparece tanto para 2001 como em 2009 é que nas famílias indigentes você tem um contingente pesado de mulheres, mais ou menos nas famílias pobres e indigentes, são 22% de mulheres chefes de família. Mas, a chefia feminina quando traçamos a linha de pobreza não difere muito. Na desgraça, homens e mulheres são muito parecidos. Então, é tudo muito ruim. Essas famílias têm mais crianças, mas diminuiu quando eu comparo com 2001, as crianças de 0 a 4, e as famílias não pobres têm mais velhos. Então, quer dizer, se nasce muito da pobreza, mas se morre cedo; quer dizer, a perspectiva

de envelhecimento é mais dos extratos médios e altos, e essa questão aparece claramente. Mantém-se famílias indigentes e pobres, o peso das crianças é maior, diminuiu, mas é maior. E nas famílias não pobres, o peso dos idosos. Portanto a ideia da economia dos cuidados é uma ideia que teremos que enfrentar com muita força. Eu diria, portanto, por exemplo, fizemos a renda média e mediana, continua – só para fechar o dado – continua a ideia, por exemplo, em 2009, eu não estou falando de ontem, eu estou falando de ontem, mas é de 2009, porque eu não tenho dados para outra aferição, o CENSO não vai sair tão rápido. As famílias indigentes, que tem a chefia feminina, masculina, elas tinham uma renda média – é o pé no forno e a cabeça no fogão –, a renda média do corpo é ótima; a mediana, eu cortei em 50% – quem ganha 50% acima, quem ganha 50% abaixo. Portanto, a mediana os economistas gostam mais de trabalhar com a mediana porque ela corta nos 50%. A renda média das famílias indigentes quando o chefe era homem, era 231 reais e 77 centavos, e a mediana era 200, para o homem; quando é a mulher é a chefe, a renda média é 145 reais, e a mediana, 120, das indigentes, do Brasil miserável. Do Brasil pobre, as famílias com homem, a média era 486, e a mediana, 265. Você vê como faz uma diferença grande. E das mulheres, a renda média era 351, e, 400, a mediana. A mediana era mais alta nas mulheres, nas famílias pobres, o que é bem interessante e mostra o fosso entre os dois critérios. E a outra renda, a renda média das famílias não pobres dos homens, a média era de 1593 reais, 1600 reais; a mediana 1000. Das mulheres, a renda média era 1057, 400 reais a menos, e a mediana é 600. Portanto, o fosso dos rendimentos mantém-se nas camadas que não são pobres, nem indigentes, portanto, o efeito da escolaridade e do teto de vidro cai, como uma luva, nas explicações dessa questão. E depois tem para todas as famílias brasileiras a média, a média feminina e a média masculina saem entre 800 e 500 reais. Portanto, é o Brasil da desgraça.

Estou fechando. Portanto, fiz o que era uma perspectiva de uma política pública de combate a desigualdade e pobreza do ponto de vista feminista? Da perspectiva nossa, de uma política social feminista. Aí, não terei mais tempo porque já esgotei, mas tinha pensando que é preciso uma política de proteção à família. Olha que eu demorei muito a chegar nessa conclusão porque nós defendemos a igualdade, mas acho que não tem como fechar os olhos para o Brasil miserável e para as crianças. Então, creche, lavanderias – já foram faladas aqui – são essenciais. Quer dizer,

sem ter creche para todas as crianças... Não bastam seis mil creches, nós não temos nem dois milhões de crianças nas creches do Brasil (pelo menos nos dados que peguei, o último de 2009, do INEP, do Ministério de Educação). Então, creche tem que ser uma política para universalizar. Quero ver, na eleição do ano que vem de prefeitos, porque, na prefeitura, a política de creche... Que nós consigamos enfiar, nas plataformas eleitorais dos candidatos a prefeito, a ideia da creche com muita força, porque, até agora, temos sido derrotadas fragorosamente. Quantos alertas feministas nós já fizemos aqui? Tem uma porção de colegas minhas aqui que já, e nada! Esse é um tabu que nós precisamos quebrar.

E a outra política para velho, que eu acho que a sociedade brasileira vai ter que se preocupar. Não dá para esconder o envelhecimento da população, não dá para esconder porque estamos aí presentes, é preciso ter uma política para isso... e velho não é igual a criança. Criança é cheirosa e dá alegria para nossos olhos, velho, não. Velho é rabugento, pode ser rabugento, e, portanto, merece um olhar todo especial para quem vai cuidar desse segmento da população, que hoje ainda é pouco. Quer dizer, a sociedade alarda mais essa questão do que na realidade ela é verdadeiramente na pirâmide etária brasileira (vinte e poucos milhões de brasileiros dos cento e noventa milhões). Mas é preciso pensar, e é preciso começar de agora colocando essa questão. Portanto, acho que a questão do envelhecimento é uma questão de ação contundente relacionando gênero, pobreza, raça e etnia. Tenho os dados por raça e etnia para as linhas de pobreza. Quer dizer, esse segmento é o Brasil miserável e tem cor: é negro! Entendeu? Basicamente.

Então, essas são as questões. A outra, só para fechar, a última frase é que acho que temos que pensar na universalização das políticas públicas. A focalização deve ser para aquelas políticas que são transferências em dinheiro, financiadas pelos impostos. Essas devem ser focalizadas nos pobres. A educação, a saúde, a previdência e a segurança são políticas de acesso universal, e o ideal é que as políticas sociais, de caráter universal, sejam neutras à renda dos beneficiários, porque como dizia Calbrett, políticas exclusivas de pobres são essências políticas pobres.

Eu queria fazer uma frase, Embaixador. Esta casa é uma casa muito importante para o Movimento Feminista Brasileiro, o Itamaraty, porque na década de 30, na década de 40, na década de 50, não havia mulheres como embaixadoras, mas havia mulheres de embaixadores, e tem todo

um recorte muito forte na literatura feminista, no arquivo nacional, a respeito de muitas e muitas participações do Itamaraty nas discussões que o movimento feminista comanda. E, na parte tinha o Movimento Sindical de Bertha Lutz, levaram para o Brasil. Então, devemos muito do pensamento dessa discussão à esta casa. Queria fazer esse respaldo porque essa casa tem história.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Queria agradecer especialmente, professora Hildete Pereira, pela sua apresentação, apesar de ter excedido o tempo, mas acho que justificou pelo entusiasmo e pelos argumentos que trouxe ao debate. Creio que será muito interessante discutir algumas coisas que ela trouxe. Eu discordo da qualificação dos velhos como rabugentos, não necessariamente. Há moços que são muito mais rabugentos do que os velhos.

Senhora Professora Hildete Pereira – Eu também, Embaixador.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Então agora vamos dar a palavra à senhora Nalu Faria, Coordenadora Geral da Sempreviva, Organização Feminista (SOF). Por favor.

Senhora Nalu Faria – Obrigada, Ministro. Boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar rapidamente meus colegas e as colegas de mesa, e tentar ver se consigo falar o mais perto possível dos 10 minutos.

Em primeiro lugar quero só reforçar que estou aqui como parte de uma organização feminista, e, como SOF, nós somos parte de um movimento internacional que é a Marcha Mundial das Mulheres. Digo isso porque tudo o que vou falar vai estar muito referenciado no que é a nossa prática e a nossa ação no movimento feminista e no diálogo com as companheiras de outras organizações feministas, inclusive muitas que estão aqui presente. Acho que essa tem sido uma tradição nossa no movimento feminista de aprender umas com as outras mesmo com as nossas diferenças e com nossas diferentes inserções, de posições políticas.

Acho que a primeira coisa – já foi dito aqui, mas acho importante reforçar – é que para fazer essa discussão, tanto da divisão sexual do trabalho, da autonomia e da questão da pobreza, nós vemos, justamente, que não tem como separar essa questão das de classe, de

raça e de gênero. Portanto, todo debate que temos que fazer, tem que ser justamente buscando construir uma sociedade que esteja fundada não na desigualdade, que hoje estrutura nossa sociedade, mas na igualdade. E já vimos aqui, inclusive, como essas questões vão se conjugando, e que no caso do nosso país faz – o que já foi dito aqui – que a população rural, a mais pobre, e, que, portanto, é maioria negra ou como diz o IBGE parda e preta, mas afrodescendente e indígena como nós sabemos.

Então, temos pensado esse tema, portanto, muito a partir do que é a contribuição do feminismo e do que foram os questionamentos que o movimento feminista fez a partir de diversas correntes teóricas. O processo de construção dessa desigualdade, dessas relações de opressão, mas em particular, claro, como faz parte do nosso tempo, analisando e questionando como se dá dentro da atual sociedade, que é uma sociedade onde o que hegemoniza é o capitalismo. Sabemos que a desigualdade das mulheres é anterior ao capitalismo, mas é muito importante perceber como é que o capitalismo incorpora essa desigualdade de gênero, reforça a divisão sexual do trabalho, justamente para estruturar o seu modelo econômico e aí acho que a gente se ancora muito na contribuição das economistas feministas, que vem justamente problematizar que no capitalismo a ideia de economia foi reduzida àquilo que é mercantil, aquilo que pode ser trocado no mercado, e, portanto, invisibiliza e desconsidera toda uma dimensão da economia que é não monetizada. Claro que isso corresponde a uma divisão dual da sociedade, entre público e privado, entre produção e reprodução, que não assumimos como nosso, ao contrário, queremos justamente mostrar que não existe essa dualidade, e que não existe produção sem reprodução. E justamente o não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres, colocando-o como algo que faz parte da natureza, que é grande parte do aporte econômico das mulheres para essa sociedade, e ao mesmo tempo, ao colocar o trabalho doméstico como aquilo que não vale, é como se fosse aquilo que temos que nos livrar, a parte inválida da sociedade.

E é justamente isso que acho, que temos que colocar para fazer o debate, não só reconhecer o peso, o papel do trabalho doméstico de cuidados, mas, pensar que não tem como modificarmos a situação de desigualdade existente hoje se não recolocamos essa relação, portanto, não repensamos como é que o modelo econômico vai se estruturar. E aí, na nossa visão, não centrada no mercado, mas sim no bem-estar de

todos e todas, isso faria, justamente, com que se alterasse globalmente como pensamos o trabalho produtivo, as jornadas de trabalho, o modelo produtivo; e, justamente, como que também repensaríamos o que hoje nós colocamos que é a sustentabilidade da vida humana, em parte, que depende do trabalho das mulheres,. Temos dito que o tempo e o trabalho das mulheres é uma variável de ajuste, como se fosse infinito, justamente para garantir o bem-estar e para garantir a produção do viver.

Acho que esse debate, como já foi dito aqui na mesa, nós fazemos pensando duas coisas. De um lado, o que são os ganhos, o que é a construção do feminismo que influenciou não só os estados, academias, e vários outros setores que colocam o tema, hoje, da desigualdade de gênero como um tema estendido na nossa sociedade. Também não podemos deixar de olhar o que significou, nos últimos anos, o processo de globalização neoliberal e como isso redefiniu as relações de gênero. E, no caso do Brasil, acho extremamente importante fazermos esse debate porque ao mesmo tempo temos uma avaliação que não só no Brasil, mas em vários outros países da América Latina, temos uma oportunidade ímpar de buscar, justamente, superar as políticas neoliberais e recolocar uma política voltada ao bem-estar de todos e todas, mas para isso, não podemos deixar de refletir não só sobre as heranças desse período neoliberal, como também os desafios maiores que foram colocados para nós nesse período. E mesmo entendendo que estamos nesse momento bastante promissor, e quando falamos, por exemplo, em relação ao Estado, estamos colocando o Estado como um todo, não é só uma ou outra política, mas é pensar isso como um todo. Então, acho que isso é extremamente importante.

Eu queria, muito telegraficamente, só dizer que nesse período de globalização neoliberal e as heranças que nos deixou, vários temas já foram levantados aqui. Um primeiro é, justamente, nós pensarmos o que foi a ampliação da mercantilização de processos de setores que antes não estavam sobre o mercado, mas ao mesmo tempo, no que significa para as mulheres tudo isso que nós já falamos aqui: a sobrecarga das mulheres, não só com trabalho remunerado, mas também com trabalho de cuidados, inclusive no momento quando se diminuiu o Estado. O processo das migrações, não só as migrações internas – como nosso caso aqui no Brasil –, mas as migrações do sul para o norte que inclusive tem a ver com a crise dos cuidados, que já foi referido aqui, justamente

porque grande parte da migração das mulheres do sul para o norte para os trabalhos de cuidados, no caso lá em particular dos mais velhos. Para o tema da prostituição, o que significou a extensão da prostituição nesses últimos anos. O tema da desconstituição da agricultura familiar, e aqui no nosso país, justamente a retomada de uma política de apoio à agricultura familiar mostra para nós o que estava significando a destruição da agricultura familiar. Então, são várias questões, e neste processo – o que a Hildete já chamou de bipolarização no trabalho feminino, e a Daniele fala mais, ela fala mesmo de uma dualização do trabalho feminino, e fala, inclusive, sobre o neoliberalismo – um setor de mulheres teve acesso ao capital por elas mesmas, e não só pelas suas relações de parentesco, isso, inclusive, coloca contradições de interesses entre essas mulheres e as outras que estão nos trabalhos precários e tudo o que já dissemos. Mas, ao mesmo tempo em que começa a legitimar, por exemplo, a ideia do emprego doméstico como algo que se está regulamentado, está bem, o problema então não é a existência da empregada doméstica, é a existência ou não da regulamentação. Isso, para nós feministas, em relação ao que comecei falando do que significa outra sociedade, outra forma de pensar a reprodução, nós, feministas, não podemos. Nós temos que defender que, enquanto existe empregada doméstica, elas têm que ter todos os direitos reconhecidos, mas, ao mesmo tempo, temos que pensar um outro modelo.

Acho que a questão colocada pela Terezinha sobre o mercado de trabalho... Justamente, se estamos repensando outro modelo, a própria noção do que é econômico e o papel do monetário se modificam. Isso não significa que não temos que ter acesso a renda, mas outras modalidades vão sendo formadas. Uma coisa bastante visível, mesmo nas condições do mercado de trabalho atual: basta aquecer o mercado de trabalho, e começa a diminuir a oferta de mão de obra de empregadas domésticas. Claro que isso não é igual no Brasil como um todo. Em São Paulo, já começa a ser até notícia de jornal de domingo, a escassez de empregadas domésticas, que elas estão podendo, as que tem, reivindicar melhores salários, e assim por diante. Então, o que temos que pensar é que quando você mexe em uma engrenagem, vai modificando. Se articularmos isso com a luta que hoje está no movimento sindical pela redução da jornada, poderemos vislumbrar a quantidade de mudanças.

Quero entrar muito rapidamente no último ponto, em função do tempo, justamente o nosso desafio. É pensando a mudança de paradigma

que queremos sem abrir mão, porque nós sabemos que tem que ter políticas concretas de melhorias da condição de vida hoje, mas pensando o que nos acumula para o futuro para essa mudança de paradigma. Então, nesse sentido o que foi dito aqui de creches e escolas cada vez mais em períodos maiores e de acesso universal é fundamental. Os estudos têm demonstrado, e a Bila Sorj foi uma que fez essa análise, que ter filho na creche aumenta a possibilidade de jornada de trabalho das mulheres, porque uma das formas de maior desigualdade, como já foi dito aqui, não é a única, é que mulheres, em particular as que têm filhos pequenos, tem jornadas de trabalho menores, portanto estão com trabalho mais mal remunerado, em geral precário. A creche melhora a jornada e o tipo de emprego. Ao mesmo tempo, se pensamos o que tem acontecido nas nossas políticas em relação à agricultura familiar: muito recentemente as mulheres no Brasil tem acesso a um crédito específico – tudo o que a Luciana já colocou aqui sobre as políticas – e hoje na pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostrou que as mulheres do campo dizem ter mais satisfação com seu trabalho remunerado do que as mulheres da cidade, e muito provavelmente tem a ver com isso. Mas o reforço da agricultura familiar, e não é dado de pesquisa, é dada a nossa experiência, tem produzido outro fator extremamente importante quando discutimos o tema da autonomia, nesse sentido mais geral que já foi colocado aqui: é o papel que as mulheres estão desempenhando na construção da agroecologia, e como os processos de construção da agroecologia têm a ver com processos de organização coletiva – como isso tem empoderado as mulheres, feito elas recuperarem o seu reconhecimento na agricultura. E, mais ainda, é considerado hoje um dos elementos importantes para adaptação às mudanças climáticas que faz parte da outra crise que temos. Então, são várias políticas muito concretas que vão alterando no sentido do modelo que queremos construir. Se as mulheres têm condições de produção no campo, elas vão migrar menos para as cidades para serem empregadas domésticas, por exemplo.

E, por fim, outro remendo que para nós, da Marcha, é muito importante tem a ver com a questão que a Hildete falou em relação ao tema do salário mínimo. Nós entendemos, justamente, que em uma sociedade de profunda desigualdade como é o Brasil, e que tem um leque salarial muito amplo, aumentar esse salário de base, o salário mínimo – que é onde estão as mulheres, os negros e as negras, os trabalhadores

rurais, os jovens e as jovens – vai fazer a gente diminuir a pirâmide salarial, diminuir esse leque salarial e ir construindo, inclusive, uma ideia de trabalho mais solidária e não da competição entre as carreiras, e não da hierarquia entre as carreiras especializadas ou não, porque nós sabemos que parte dessa competição passa pelo não reconhecimento da qualificação das mulheres.

Então, eu acho que esse pequeno aumento do salário mínimo já foi mostrando várias coisas para nós dessa alteração e de como é importante reforçar esse tipo de política. Então, agregando à questão das políticas como a das creches (e, escolas) em período integral, e pensar também outras... Não podemos pensar os modelos das políticas a partir de nós que vivemos nas grandes metrópoles, isso se altera se é no campo, na cidade, em uma pequena cidade, pensando, por exemplo, restaurantes coletivos, como é que vamos fomentando também experiências comunitárias e coletivas de rearticulação da vida de outra forma, não baseado somente na família individual como é hoje.

Por fim, uma palavrinha sobre a questão da renda mínima. O tema da renda mínima, que tem a ver com a política de transferência de renda, acho que temos que retomar justamente aquela questão da polêmica a que eu me referi inicialmente. Justamente nos anos de maior hegemonia do neoliberalismo, o tema do combate à pobreza se tornou agenda central, mas de uma forma que a pobreza é colocada como não econômica, como se fosse uma questão social e culpa dos pobres. Então, era combater a pobreza como se fosse combater os pobres. E, nesse momento, as mulheres se tornavam as protagonistas de uma política de combate à pobreza justamente por essa análise que “nós mulheres invertemos todos os recursos da família, os homens gastam com eles, e assim por diante”. Então, claro que hoje quando, não só no Brasil, mas em todos os países da América Latina que são parte desse processo de mudanças, a transferência de renda é uma das políticas centrais, mesmo que ressignificadas. Como, por exemplo, no Equador, é dirigido às mulheres... em castelhano se chama bônus de desenvolvimento humano em reconhecimento, mesmo que precário, insuficiente, ao trabalho não pago realizado pelas mulheres. Busca ter uma ressignificação política, mas continua focalizando nas mulheres essa responsabilidade. Claro que consideramos importante, e reconhecemos a importância dessa política no Brasil, principalmente porque ela está realmente orientada à essa

questão do combate à pobreza e de trabalhar o tema da pobreza e está articulada à outras políticas, ela não está isolada, e ao mesmo tempo ela tem uma extensão enorme (no caso do nosso país são 12 milhões de famílias). Sempre digo que o próprio fato que 12 milhões de famílias continuam precisando receber Bolsa Família mostra a magnitude dos nossos desafios para alterar a situação de pobreza no nosso país, e que isso não pode fazer com que deixemos de discutir como é que, nessas mudanças que queremos construir, não reforçemos essa ideia de políticas maternalistas, e que, inclusive, os dados estão mostrando que não altera a capacidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, nem de melhoria da sua renda, altera até a sua capacidade dentro da família, se é ela que vai consumir, vai ser ela que vai fazer a compra do material escolar, e assim por diante. Não altera seu empoderamento como mulheres e como transformação da sua condição de vida, e, além de tudo, todo esse tema não é uma política permanente, como, por exemplo, é a política da previdência. Então, acho que colocarmos esse debate aqui, dentro dessa perspectiva, reconhecendo a importância, mas ao mesmo tempo não deixando de debater que outras questões nós temos que fazer e como avançar para que realmente tenhamos políticas que façam a superação da divisão sexual do trabalho e não esse reforço das mulheres no seu papel de mães, acho que é extremamente importante para esse debate.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Chegamos assim ao final das exposições, e abrimos espaço agora para um breve debate de 15 minutos. Abro a possibilidade de fazerem perguntas.

Não identificado - Boa tarde. Estou aqui representando o Conselho Nacional de Migração, que é um órgão tripartite. Essa questão das migrações tem sido objeto de preocupação do Conselho que, desde 2009, criou um grupo de trabalho especificamente voltado para a questão de gênero, e que tem sido muito fecundo. Atualmente, depois de vários meses de debates, chegou-se a um documento preliminar do que seria uma proposta de política nacional para a questão do trabalho de migrantes. Dentro dessa minuta, há a previsão de um capítulo específico sobre a questão de gênero, mais objetivamente, recentemente, dentro dessa perspectiva que a OIT tem trazido do trabalho doméstico, temos

feito uma discussão dentro do grupo de trabalho de gênero pensando o que o Conselho de Migração pode fazer para colaborar nesse sentido. E está prevista uma oficina para agora, dia 16, eventualmente pode até haver alguma mudança, para se pensar em uma cartilha que trate dessa questão, tanto para mulheres migrantes estrangeiras, que eventualmente possam estar trabalhando, por exemplo, em oficinas de costura de São Paulo, como para mulheres brasileiras que estão nas várias partes do mundo, no sentido de oferecer informações que possam ser úteis, em caso de situações de risco a quem essas pessoas podem recorrer. Esse é um trabalho que está em andamento, aguardando um pouco as notícias da Conferência da OIT que está tratando dessa Convenção.

Por fim, eu sou auditor fiscal do Ministério do Trabalho há 15 anos, membro suplente lá no CENIG e coordenador nacional da inspeção na área marítima. É impressionante como vemos entre as oficiais de marinha mercante, que estão se formando pela marinha, no mercado em grande expansão que é o mercado do *Off-shore* do petróleo, mais de 50% das turmas é de mulheres. Estamos hoje nos debruçando sobre eventuais desdobramentos disso no trabalho, mas é uma prova de como havendo esse espaço, as mulheres estão ocupando com muita competência essas funções.

Muito obrigado.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Entendo que isso é uma informação e um comentário. Não sei se alguém gostaria de acrescentar algo a isso.

Não identificada - Aproveitando a intervenção do colega do CENIG, gostaria de fazer apenas um breve informe. Está acontecendo, no âmbito da OIT, a Segunda Rodada de Discussão sobre a Possível Adoção de um Instrumento Internacional de Proteção ao Trabalho Doméstico.

Esse tema vem sendo debatido desde 2008. No ano passado, em 2010, aconteceu a primeira rodada de discussão, e, agora, em 2011, a segunda rodada e a rodada de encerramento da discussão. Trago a notícia de que, no âmbito da comissão tripartite que está discutindo o tema, já foi consensuado o instrumento – o texto da convenção. Já se chegou a um consenso no âmbito da comissão tripartite e, agora, esse instrumento irá para votação no plenário da conferência. Para que a convenção seja

adotada no âmbito da OIT é necessário 2/3 de votos favoráveis. Então, o texto da convenção já foi consensuado no âmbito tripartite. Está se discutindo agora a recomendação, que complementa a convenção, e depois os instrumentos serão discutidos em plenário. O resultado final sai no dia 16, a votação acontece agora no dia 16 de junho.

Não identificada – Só complementando a informação da Márcia, tanto a Ministra quanto a nossa Secretária de Articulação Institucional estão acompanhando a atividade em Genebra. Estamos acompanhando essa atividade quase em tempo real pelo *site* da SPM – elas estão postando diariamente o acompanhamento dessas negociações, as posições. Está superinteressante, eu recomendo, a quem tiver um tempinho, dar uma olhada no *site* da SPM, está lá o *link*.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado. Alguma outra pergunta?

Senhor Cláudio Silveira - Boa tarde, Embaixador. Eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes. Eu sou Cláudio Silveira, sou professor de Relações Internacionais da UERJ. Estudo sobre as questões de segurança internacional e defesa, portanto, sobre Forças Armadas. E, de vez em quando, na sociologia militares, escrevo algumas coisas relativas à questão de gênero, às mulheres nas Forças Armadas. Se na Marinha Mercante existe uma presença maior das mulheres, não há necessariamente na Marinha de guerra (chamada de décadas para cá de Marinha do Brasil), no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira tantas mulheres assim. Elas existem nas atividades meio, nas atividades relacionadas à saúde, educação, administração, mas não na área combatente, quando tem é na Força Aérea em função de processo judicial que foi levado para AFA, e depois entraram algumas mulheres e entram, até hoje, como mulheres combatentes. Isso me parece muito mais uma decisão que se refere às Forças Armadas do que a uma política de Estado. Aí eu queria perguntar, sobretudo para as colegas que são da Secretaria de Políticas das Mulheres, se há um diálogo no Governo Federal a respeito disso, porque parece assim “ah, isso é coisa para os militares resolverem”. São 300 mil postos do efetivo brasileiro. As Forças Armadas de outros países sul-americanos, como a Argentina, as de outros

tantos no mundo, têm mulheres, e a nossa atual comandante-chefe é uma mulher, a Presidente da República. A Espanha tem Ministra da Defesa. E aqui parece que esse tema é um pouco deixado de lado, e não vejo uma questão de governo ser levantada aí. Obrigado.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado. Próxima pergunta, por favor.

Senhora Graciela Rodriguez - Meu nome é Graciela Rodriguez, sou do Instituto Eco, e de uma rede internacional que trabalha os temas de gênero e comércio internacional.

E, aproveitando a oportunidade que a mesa tem, não só feminista, mas pessoas ligadas à nossa perspectiva também, ligadas ao Itamaraty. É uma oportunidade de dialogar com a Fundação Alexandre Gusmão.

Parece que seria interessante relacionar um pouco, como estava falando a Hildete, a importância que teve no século passado todo o processo de industrialização e de urbanização, além do surgimento da pílula e do feminismo com a atual situação e o modelo de desenvolvimento do país, que tem a ver também com essa discussão que ela trazia sobre a situação das mulheres na área rural e as desigualdades. Acho que nós, mulheres, precisamos cada vez mais, fazer a ponte entre o que são as políticas especiais, as políticas econômicas, que afetam as políticas da economia do cuidado, com as macropolíticas, com as políticas econômicas, e com o que está se discutindo nos âmbitos internacionais, e nos acordos internacionais, entre outros, de comércio que junta, para mim, a divisão sexual do trabalho com a divisão internacional do trabalho. Tem bastante a ver, a divisão internacional tradicional que os países norte e sul tem.

Eu digo isto porque também as políticas comerciais que têm sido adotadas, e há um pouco, a Nalu fazia essa referência ao processo da globalização, processo de abertura econômica etc., tem trazido muitas consequências para as desigualdades de gênero. De fato, em alguns estudos percebemos, que as desigualdades de gênero são uma vantagem adicional, às vezes, para as empresas internacionais. Estávamos fazendo, por exemplo, um estudo na zona franca de Manaus e vimos como essa desigualdade de gênero ainda é uma coisa que pode ser muito bem aproveitada pelas empresas transnacionais que se instalam ali, e que muitas vezes só a legislação de proteção ao trabalho não dá conta de

pensar essas questões. Então, não dá tempo aqui para juntar, mas acho que nós também temos que ter uma preocupação maior quando pensamos nas políticas de emprego para as mulheres, quando pensamos nas políticas de conciliação. É ver como essas macropolíticas e a lógica internacional e a lógica das negociações internacionais também estão impactando a vida das mulheres e também precisamos conciliar com esses aspectos.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Mais alguma pergunta?

Senhora Suzana Lira - Boa tarde. Queria agradecer a oportunidade de conhecer essas pessoas que estão aqui e de participar de um debate tão importante. Meu nome é Suzana Lira, sou cineasta, e trabalho então com cinema e fazendo documentários. O meu filme mais recente foi “Positivas”, que fala sobre a feminização da AIDS. Agora estou fazendo um filme chamado “Nada sobre meu Pai”, sobre crianças que crescem sem a figura paterna, e um documentário sobre a dona Elizabeth Teixeira, que vem a ser a viúva do cabra marcado para morrer, que fala de questões de reforma agrária.

Eu tenho uma questão pessoal que gostaria de trazer à mesa. Sou filha de uma mãe solteira – estou usando esse termo mãe solteira, mas sei que é um termo de uma construção social, mas, na minha época eu era vista como uma filha de mãe solteira, e assim que a minha mãe é. Estou passando a ter essa identidade agora e me colocando dessa forma porque, observando essas questões de desigualdade de gênero, percebo o quanto não discutimos a responsabilidade do homem na questão da paternidade. E, há pouco tempo, o Governo Brasileiro naturalizou a ausência paterna, a não obrigatoriedade de ter no documento o nome do pai. Então, como uma filha que cresceu sem a figura paterna acho que isso é extremamente desigual e problemático para essas políticas públicas que estamos discutindo aqui. E, em vários temas que trabalhamos aqui, não falamos diretamente desse sujeito homem, que também tem que participar dessa conversa que estamos tendo aqui. A minha mãe cuidou de mim, ela teve condições econômicas de me formar, uma pessoa empoderada, mas, ainda assim, extremamente sobrecarregada com essa função. O que vemos é que as políticas públicas invisibilizam esse homem, cada vez mais, ao naturalizar o fenômeno da deserção de paternidade. Sabemos

que os homens, quando os filhos precisam de cuidados especiais, vão embora; quando são delinquentes, eles não visitam nos presídios. Então, há uma série de discussões que não colocamos na mesa quando se fala em desigualdade de gênero. Eu queria saber o que a mesa pensa sobre isso.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Próxima pergunta.

Senhora Valéria - Boa tarde. Eu me chamo Valéria, e pertenço ao CEN, Coletivo de Entidades Negras, e sou presidente do Centro Cultural Agué Marê. É uma colocação, não é nem uma crítica à senhora Terezinha, mas quando nós, mulheres negras, escutamos: “olha, não é só mulher negra que passa fome, a mulher branca também passa”. Nós temos consciência disso, não estou atacando, só quero dizer que nós temos consciência de que a mulher branca também passa fome, mas a questão das oportunidades que são concedidas à mulher branca são muito maiores do que aquelas que são concedidas às mulheres negras. Então, me preocupa muito ouvir. Sei que a senhora depois se colocou, não foi uma crítica dizendo que a mulher vem para cá reclamar, mas quando ouvimos, inicialmente, a fala de que a mulher branca também passa necessidade, também é pobre quanto a mulher negra, isso nos causa certo constrangimento porque temos consciência de que as duas passam necessidades. Agora, o que lutamos é pela mesma oportunidade, é para ter acesso aos mesmos bens que são muito mais fáceis à mulher branca do que à mulher negra. Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Dou a palavra à Dra. Luciana.

Senhora Doutora Luciana – Cláudio, acho que você levantou uma questão que talvez eu não qualificasse dessa forma, não acho que há um IAP, que não seja para nós, em especial nós da Secretaria de Mulheres algo que não se veja. Esse ano, pela primeira vez na história da Força de Exército Brasileiro, tivemos uma mulher que passou a dirigir um avião que não sei o nome, um avião específico de guerra – eu não tenho familiaridade com os termos. *Intervenções fora do microfone*. Um F5 da Força Aérea, *intervenções fora do microfone*. Estou só tentando ilustrar

a você, que essa não é só uma iniciativa que partindo de nós será feita. O Exército Brasileiro tem uma constituição em si condicionada à condição masculina, sabemos como as mulheres passaram a entrar nesse processo, como é que esses espaços estão sendo construídos. Então, óbvio que há diálogos, inúmeros diálogos, não só na composição das bases das forças de exército, com função de guerra, mas para as outras funções, que hoje acreditamos que essas forças têm condição de cumprir, como, por exemplo, o cuidado com as fronteiras, o enfrentamento ao tráfico de mulheres. Acho que são questões que para nós, hoje, se tratamos no campo do que é delicado, não porque é difícil de falar, mas porque são questões que estamos inaugurando, de fato, não era comum. Acho que, não sei de vocês, mas imagino que a maioria das mulheres dessa sala, como eu, no dia 1º de janeiro sentiram-se extremamente emocionadas por ver uma mulher guerrilheira passando em guarda à Força Nacional. Foi uma sensação... eu não conseguia parar de chorar. Não sou da geração formada na mesma faixa etária dela, sou alguém formada no posterior disso, mas ver aquela cena é algo extremamente inédito. Para muitas de nós, inimaginável. Não é só uma mulher virando Presidente da República, uma mulher que foi guerrilheira passando em guarda à Força Nacional. Então, acho que isso inaugurou um período de debate para nós que qualifica esse trato, e que qualifica muito das formas como nós tratamos e trataremos daqui a diante o conjunto das Forças Armadas. Então, acho que há diálogos, há construções, mas que não dependem unilateralmente de nós, e nem dependem bilateralmente, e sim da constituição do Estado. Acho que tem um pouco a ver com isso. Então, não é falta de cuidado, nem falta de interesse no tema, tenha certeza disso.

Suzana, queria dialogar um pouco com a fala que você fez aqui. A maternidade, a visão materno-infantil que o Estado tem da mulher, ela é construída historicamente. Nós temos *n* problemas relacionados a isso. Quando falamos, por exemplo, da história das creches... nós só pensamos em creche... por isso que acho que essa é uma dificuldade que tínhamos – estou dando um exemplo. A história da creche é sempre vista pela história da educação da criança, da necessidade da criança de 0 a 3 anos de ter creche. Não é só essa a formulação da política, não passa só da ideia da criança, mas, da mãe, daquele cuidado com aquela mãe, então, entre outras políticas. Essa visão materno-infantil da mulher sempre esteve muito enraizada na Constituição Brasileira e nas formulações de

políticas. A criação da SPM, e acho que, (aproveitando que estou no Rio de Janeiro e que a professora Hildete que está na mesa), as formulações e a criação da SPM, as formulações que conseguimos alcançar são algo quase revolucionário para o Estado Brasileiro. Acho que a passagem da ex-ministra Nilcéia, da professora Hildete e de tantas outras que nos antecederam nessa tarefa foram fundamentais para hoje podermos chegar aqui e dizer: “olha, queremos falar sobre lavanderia, queremos falar sobre orçamento, gênero”. Falar sobre assuntos que antes não era nem possíveis de serem ouvidos nessas esferas. E aí, tem um dado que acho importante para essa consideração que você disse. Esse último IBGE agora apresentou um dado que para mim é muito interessante, o das famílias chefiadas por mulheres: aproximadamente 52 delas são monoparentais, significa que 52% dessas famílias só têm mulheres. Das famílias chefiadas por homens, somente 3% são monoparentais. Significa que na constituição da família brasileira, essa ideia homem/mulher/criança está em descenso, não é a toa que aumenta o número de mulheres chefes de família, foi uma proporção de quase oito pontos percentuais de crescimento nessa condição. A despeito disso, as famílias que são chefiadas por elas, na maioria das vezes só tem elas como elemento financiador ou organizador, então, é verdade que o Estado não olha para a condição masculina? É! Mas, nem é só por causa dessa... o registro, talvez seja a menor das condições. Poderíamos falar aqui da lei, por exemplo, das questões que se relacionam com a pauta do aborto, das questões que se relacionam com os direitos trabalhistas. Estamos fazendo um debate hoje sobre a lei. Estamos propondo ao Congresso Nacional – está parada na mesa do Congresso Nacional uma lei de igualdade de gênero no mundo do trabalho. Uma das questões da lei, que acho que nos coloca hoje no debate mais duro dentro do Congresso é que essa lei prevê que o empregador tem responsabilidades de garantir creche para homens e mulheres, um benefício estendido, que não é recurso exclusivo das mulheres. Os homens também tem que ter direito a acessar esse tipo de serviço – é um pouco dessa ideia do cuidado com a família, da divisão, porque se a licença maternidade ela é uma exclusividade feminina, uma exclusividade não, o homem tira sete dias, a mulher, no mínimo, três meses, em alguns lugares, agora seis meses, mas não se estende, é como se a maternidade fosse uma questão exclusivamente feminina e ponto. E isso se expressa em *n* leis. Então, eu acho que inauguramos um período

onde algumas questões, inauguramos um período – que não fomos nós agora, começou há muitos anos, com as feministas fazendo debate. O Estado brasileiro, com a criação da SPM, inaugurou uma perspectiva de debate de política pública, que aprofunda um pouco essas contradições, e tenta, ao contrário do que você está afirmando – como crescente –, construir uma lógica decrescente dessa visão da mulher como mãe e a paternidade como algo invisível, acho que tem um pouco desses outros conjuntos de informações que cerceiam essa opinião sua.

Por fim, vou pedir para que a professora Hildete responda à companheira que não falou o nome porque eu acho que a professora tem um conjunto de dados aqui já anotados que serão mais aproveitados.

Senhora Professora Hildete Pereira – Acho que a Graziela lembrou uma questão que está ligada... aqui tem uma participação, tem tratados internacionais, sabemos que o comércio e a sua liberalização a partir da década de 80, que vai culminar com a criação da Organização Mundial do Comércio em 94, na rodada do Uruguai, trouxe muitas coisas que naquele momento a questão das pessoas, de homens e mulheres não estava na negociação dos países, é um órgão muito mais forte do que foi o GATT, e que o empoderamento do movimento de mulheres da sociedade civil nessa discussão do comércio e dos efeitos do comércio no processo de especialização vertical das economias nacionais dentro do mundo global tem provocado consequências graves. Nesse sentido, acredito que o Itamaraty deve ter um comitê de comércio que se incorporasse – o que o movimento social tem colocado na mesa é uma incorporação das questões de gênero na discussão dos acordos que o Brasil faz no âmbito da OMC e da própria OMS, da Organização Mundial do Serviço. Não podemos esquecer que o mundo é povoado por homens e mulheres, e que, portanto, os efeitos das políticas caem na cabeça de todos nós. Eu acredito que seja nesse sentido, um alerta, e uma solicitação que provavelmente a SPM pode ajudar na formulação da questão.

Com relação à questão que a Suzana colocou: acho que os homens não têm responsabilidades, toda ligação dos homens com os filhos são via mãe. Se rompe-se a relação dele com a mulher, ele esquece os filhos, infelizmente essa é uma constatação. Ninguém bota a carapuça na cabeça – tem homens que não fazem isso. Não posso generalizar, eu generalizo, mas os casos individuais existem. Então, essa questão é muito

difícil para nós do movimento feminista. Estamos com a bandeira na mão da igualdade, quer dizer, a maternidade tem que ser vivida no seio da sociedade com os pais, mas o que se pode fazer se essa ruptura acontece? Quer dizer, o Estado tem uma legislação que pode forçar a ir atrás, dá prisão se não pagar a pensão, mas diria que por hora o movimento de mulheres, movimento feminista, tem como grande preocupação a questão das mulheres. Diria que é uma estrada muito complexa, Suzana, que não sei como te responder. Apesar de uma militância de várias décadas nessa questão, nós ainda não conseguimos botar os homens na mesma panela infelizmente. O que podemos fazer é alegar a justiça e a lei em cima deles, amor tem sido difícil, isso tem que ser a sociedade, como um todo, envolvida nessa discussão.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Agradeço à professora. Queria fazer um comentário primeiro a respeito da questão da Organização Mundial do Comércio. Imagino que as referências feitas às negociações de rodadas comerciais tenham sido motivadas pela insistência dos países desenvolvidos na inclusão de cláusulas sociais em uma eventual rodada comercial. A posição do governo brasileiro e a posição dos governos dos países em desenvolvimento, em geral, são de que a competência para tratar de assuntos trabalhistas e sociais é, respectivamente, da Organização Internacional do Trabalho e, no caso da saúde, da Organização Mundial da Saúde, onde se tem feito muito por questões vitais para a saúde das famílias, a melhoria da saúde materno-infantil, e o Brasil tem contribuído muito com isso. A razão pela qual o Brasil se opõe aqui essa cláusula tal como concebida pelos países desenvolvidos fosse introduzida é porque ela tem um caráter visivelmente protecionista. Quer dizer, a Organização Mundial do Comércio estabelece regras de caráter recíproco e passíveis de sanções comerciais, e a aferição dessas questões sociais por uma organização que não está baseada na sua, digamos, filosofia de base, nos seus instrumentos conceituais e de origem em um foco de natureza social serviria, basicamente, para dificultar o acesso de mercadorias produzidas nos países em desenvolvimento ou mercado dos países desenvolvidos. Acho que é, enfim, uma consideração importante, e nós, o governo brasileiro, por outro lado, trabalhou na OIT, para que se adotassem medidas de maior força com relação àquelas convenções. E aí se a nossa colega da OIT pudesse falar, ou dizer alguma coisa sobre isso: as convenções

consideradas centrais para a proteção das situações mais difíceis em matéria de trabalho. Enfim, são situações de trabalho forçado, de trabalho infantil, de cerceamento da liberdade sindical. Houve um esforço para que a OIT dispusesse de mecanismos de verificação e de implementação dessas convenções para atender a essa necessidade de que a comunidade internacional pudesse contribuir para a melhoria efetiva das condições de trabalho e das condições sociais em todos os países.

Intervenções fora do microfone.

Bom, já que estou falando e falei sobre a OIT, gostaria de perguntar à Dra. Márcia, da OIT, sobre a Convenção 156, que não foi ratificada pelo Brasil. Fui representante, há 20 anos, como membro da Missão do Brasil em Genebra, nas reuniões da OIT e estava a par da existência de uma convenção sobre trabalhadores com responsabilidade familiar. Essa convenção agora é chamada Trabalhadores e Trabalhadoras, portanto deve ser uma nova convenção, imagino. E queria saber se a razão porque o Brasil não ratificou essa convenção e se não era o caso de incorporar ou retomar essa.. enfim... se, para o tema que estamos discutindo, valeria a pena recolocar essa matéria em exame.

Senhora Márcia Vasconcelos – Respondendo a questão colocada pelo Embaixador. A Convenção 156 da OIT tem sido uma das convenções que tem feito parte do trabalho do escritório da OIT no Brasil em termos de divulgação e de promoção do seu conteúdo. Considerando a importância dessa convenção para a igualdade de oportunidades e tratamento, e entendendo essa convenção como sendo complementar à Convenção 111, que é considerada uma convenção fundamental, que já tem uma ratificação quase universal pelos Estados membros da OIT.

Em 2009 aconteceu, na Conferência Internacional do Trabalho, uma discussão sobre gênero no coração do trabalho decente. A contribuição que foi feita, o objetivo dessa discussão, foi fazer uma avaliação sobre o trabalho de cooperação técnica da OIT nos países com relação à igualdade de gênero. A contribuição que foi feita pela região da América Latina nessa discussão foi justamente a produção de um relatório regional sobre o tema do equilíbrio entre trabalho e família com corresponsabilidade social.

Essa agenda da OIT, que ocorre em 2009, trouxe novamente para o centro da discussão a Convenção 156 como instrumento fundamental

justamente para você promover a conciliação entre trabalho, família, e vida pessoal, protegendo trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares de qualquer tipo de discriminação.

Em que pé estamos hoje no Brasil com relação a essa convenção? A partir do momento em que essa discussão ressurgiu, houve um processo de discussão da Convenção no âmbito da comissão tripartite de igualdade, oportunidades e tratamento no Ministério do Trabalho. A discussão se iniciou em 2004 e, no final de 2009, a comissão decidiu, a partir de um voto favorável da bancada do Governo e outro da bancada dos Trabalhadores e de um voto contrário da bancada de Empregadores, enviar o pedido de ratificação dessa convenção para a comissão tripartite de relações internacionais – que avalia todos os pedidos de ratificação de convenções no Brasil. Nessa comissão também foi feita uma votação e a bancada governamental e a bancada de trabalhadores aprovaram o pedido de ratificação e os empregadores mantiveram sua posição contrária. A a partir disso foi solicitado um parecer tanto da Advocacia Geral da União quanto do Ministério das Relações Exteriores sobre o conteúdo da Convenção. Esses pareceres já foram emitidos, inclusive, em consulta com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o parecer foi favorável considerando que a Convenção não apresenta nenhum ponto ou conteúdo que contraria os princípios da legislação brasileira, que estão defendidos e colocados na Constituição Federal. Esse parecer foi enviado à Casa Civil e nesse momento estamos aguardando o início do processo de ratificação. O primeiro passo é o envio de uma mensagem Presidencial ao Congresso Nacional solicitando o pedido, então, nesse momento, essa Convenção encontra-se na Presidência da República com parecer favorável de todos os órgãos envolvidos nesse processo.

Agradeço, inclusive, a questão colocada pelo Embaixador e resalto que, do ponto de vista da OIT, essa convenção traz uma contribuição fundamental para esse debate e retomar esse processo seria bastante significativo e oportuno nesse momento para avançar nos debates sobre igualdade, oportunidades e tratamento.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado. Encerrada a primeira parte do nosso Seminário e vamos passar ao almoço.

09 de junho de 2011

Tarde

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Vamos dar início ao segundo painel, intitulado “Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. Precarização do trabalho. Discriminação salarial”.

Convido a Senhora Vera Soares, Coordenadora Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério da Ciência e Tecnologia, para fazer sua apresentação.

Senhora Vera Soares – Queria então agradecer o convite. Estar aqui nessa mesa hoje. Há dois elementos que eu gostaria de falar.

Um deles é que esse ano é o ano da Conferência de Política para as Mulheres. Então, acho que é superadequado estarmos debatendo esses temas aqui nesse lugar, ao mesmo tempo em que articula gestores e gestoras junto com o Movimento das Mulheres, o Movimento Feminista, que tem contribuído bastante na construção da igualdade das mulheres.

E a segunda coisa que queria comentar (que foi comentário nosso de manhã, no café, e mesmo agora almoçando) é que ontem acordamos com um país que tem três mulheres em postos chave da nossa nação: uma Presidente da República, uma Ministra do Planejamento, e agora uma mulher na Casa Civil.

Então, estávamos perguntando, quem são essas mulheres. Então, também queria dizer que esse Seminário parece estar bastante dentro

da conjuntura. Discutir, então, essas questões nesse momento do país, e eu espero – esse é o meu desejo – que essa seja uma mudança de fato, não uma coisa que aconteceu de repente, mas que de fato se cristalice uma realidade de termos homens e mulheres em igualdade de posição na direção do nosso país. Acho que tudo só tem a contribuir quando temos um governo desse jeito.

É um desafio incrível ter que falar em dez minutos, precedida de uma mesa na parte da manhã com tanto conteúdo e tanta discussão, tantas ideias. Então, obviamente vou-me repetir e vou tentar cumprir os dez minutos que nos foram oferecidos, assim podemos também conversar um pouquinho mais.

Queria dizer, isso já foi apontado de manhã: qual é o nosso conceito de autonomia? Mas sem repeti-lo, queria só pontuar que entendemos que o avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres, na vida pública e privada, como garantia dos nossos plenos exercícios. A falta de autonomia, portanto, é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos nossos direitos. Tudo isso nós comentamos, mas é só para reforçar o que já foi tão apresentado na parte da manhã.

Eu tinha preparado um conjunto de informações do mercado de trabalho, tanto pensando a última década como pensando também os dados que foram publicados recentemente pelo Ministério do Trabalho, mas eu juro que nesse tempinho aqui que eu tenho vou falar muito pouco. Mas eu queria dizer que a intenção que tive ao fazer essa apresentação é olhar o mercado de trabalho. Esses dados, que surgem das PINADs, e ao mesmo tempo olhar também o que as mulheres pensam sobre... Qual é a percepção que as mulheres tem da sua condição? Observando os dados que vem da PINAD, portanto do IBGE, e os outros dados vem da pesquisa da Fundação Perseu Abramo que, pela segunda vez, faz uma pesquisa nacional utilizando uma metodologia de opinião pública para a percepção “o que as mulheres acham das suas vidas”. Quero fazer essa comparação só para reforçarmos essa ideia de que tem um mal-estar, digamos assim, entre o que os dados apresentam da vida das mulheres, a percepção que as mulheres têm da sua condição, e obviamente tem um ator que é fundamental, que é o Estado que pode fazer e trabalhar com essas informações e respondê-los positivamente, tendo em vista, como eu

disse inicialmente, que é o ano da Conferência de política para as mulheres, é o momento adequado para olharmos esses dados e também o que as mulheres pensam de si mesmas.

Então, só queria chamar a atenção, que a diferença maior de salário, está entre as mulheres mais escolarizadas, quer dizer, quanto ao nível superior as diferenças salariais são maiores.

E reforçar que apesar dessas diferenças de salário, esse aumento crescente das mulheres no mercado de trabalho tem gerado essas informações que cada vez mais nós mulheres assumimos o sustento das nossas famílias. E mesmo quando existe um cônjuge, a contribuição do salário das mulheres ao salário da família é extremamente relevante.

E, mostrando também, essas são as contas que agora aparecem nos dados analisados pela PINAD é a contribuição dos rendimentos das mulheres para a renda das famílias, não é?

Mas, então, apesar de que esse grande – somos quase 50% de nós, mulheres no mercado de trabalho, seja formal ou informal –, nós nos concentramos, como já foi dito, em atividades de baixa remuneração, com rendimentos inferiores nos trabalhos informais. E é importante assinalar que 34% de nós mulheres no mercado de trabalho estamos em situações de vulnerabilidade, ou seja, somos trabalhadoras domésticas, trabalhadoras não remuneradas, ou trabalhadoras para o consumo próprio, enquanto que somente 9% dos homens estão nesse tipo de situação.

Queria concordar com a CEPAL quando nos afirma que as mulheres na América Latina e Caribe são protagonistas de uma das maiores mudanças culturais da história. Isso está refletido no mercado de trabalho, no tipo de exercício e o que as mulheres fazem, está refletido no aumento do nosso grau de escolaridade, hoje no mercado de trabalho temos uma escolaridade mais alta do que os homens, e obviamente todo enfrentamento político que as mulheres tem feito para essa mudança que acontece hoje na América Latina.

Eu só queria observar que obviamente tem uma diferença substantiva da vida nossa com a vida das nossas avós. E veremos isso na pesquisa da Fundação, que as mulheres reconhecem essas mudanças e acham que preferem a vida que nós levamos e não a vida que levavam as nossas avós. O mal-estar das mulheres põe a descoberto essa brecha entre a sua contribuição para a sociedade e o reconhecimento, de fato, do que fazemos.

Queria pontuar uma questão: que se hoje há o reconhecimento de que existem essas diferenças, em particular no mercado de trabalho, acho que nós superamos um pouquinho a ideia de que o Estado é extremamente responsável por alterar essa situação. Acho que o governo brasileiro demonstrou, como foi dito também pela manhã, pela existência de uma secretaria, com *status* agora de ministério, que pode interferir nessa situação, é um reconhecimento de que o Estado é um ator fundamental para alterar essa situação. Acho que temos muito ainda a debater quando olhamos o mercado de trabalho, prevalece ainda a ideia de que é no mercado de trabalho que se resolvem essas diferenças. Acho que se temos dificuldade em discutir um conjunto de políticas públicas, é muito mais difícil quando se discutem essas relações de trabalho, é como se ainda imperasse nas nossas cabeças que há uma mão invisível do mercado que vai alterar essas relações. Essa mão invisível chama-se divisão sexual do trabalho, que debatemos na parte da manhã, de uma maneira bem conceitual e que, portanto, refaz e mantém essas diferenças. Podem ter alterações; hoje, somos mais engenheiras físicas, médicas e tal, mas essa divisão ainda permanece. O que nos espelha. Acho que o dado mais representativo disso é que quanto mais educadas maior a diferença salarial. Então, nesse sentido, acho muito bem-vinda a ideia da Secretaria Nacional de Mulheres em discutir esse tema exatamente na Conferência porque acho que temos que trabalhar com muito afinco no sentido de superar essa ideia de que é no mercado de trabalho que se constrói, ou se pode corrigir, essas distorções. É necessário um conjunto de políticas, não só de fomento ao emprego, articuladas com políticas sociais para que possamos superar.

Próximo *slide*, por favor. É Aquilo que tinha anunciado, a percepção das mulheres sobre a nossa própria condição. Eu só queria dizer então que a pesquisa, de certa forma, espelha – é uma pesquisa nacional, muitas de nós que estamos aqui acho que deram palpites, na época da construção do questionário, e foi a campo, em agosto do ano passado, antes do início das eleições. E o que é interessante é que as mulheres ao avaliarem a situação das mulheres... há uma percepção entre nós de que a nossa vida está melhor do que estava há 20 ou 30 anos atrás. Ela subiu a – vejam a diferença –, quase 10 pontos percentuais, a diferença entre 2001 e 2002, de que a nossa vida está melhor.

Quais são as causas? O destaque está para maior liberdade e independência das mulheres, ou seja, essa percepção da construção da

nossa autonomia. E novamente aparece como um dado extremamente importante: a nossa inserção no mercado de trabalho. E as piores coisas para ser mulher, ainda respondido espontaneamente, se dividem entre o espaço público, no destaque então a subordinação aos homens, quer dizer, tem o reconhecimento por parte das mulheres, que a nossa vida melhorou, mas ainda temos uma subordinação extremamente importante decorrente do machismo, e, por outro lado, a coisa ruim também ainda se refere as desigualdades no mercado de trabalho.

Então, temos exata percepção dessas disparidades, embora ao perguntarmos para um gerente: tem diferenças de salário, ou de condição, aqui, na sua empresa? Nunca tem. Só a gerência não percebe.

Terminando, queria, então, reafirmar o que disse anteriormente, que, para a construção da igualdade no mercado de trabalho, e para o exercício da autonomia das mulheres, faz-se então necessária uma ação determinada do Estado, criando tanto condições que interfiram diretamente nas relações de trabalho com políticas ativas de emprego, com inclusão de cláusulas na negociação coletiva que contemplem esse princípio. Isso aqui, certamente, é um tema polêmico porque tanto gestores, trabalhadores e trabalhadoras costumam dizer: não, na negociação coletiva, o Estado não vai interferir. Acho que vale a pena. Ano passado fizemos um estudo das alterações que tanto a Espanha como a França fizeram colocando exatamente itens obrigatórios, quer dizer, não é que você obriga que negociem de determinadas maneiras, mas o Estado pode, perfeitamente, induzir que se inclua nas negociações coletivas determinadas questões que vão para esse princípio. Por exemplo, a França colocou uma cláusula que as empresas deveriam debater como elas poderiam fazer diminuir a separação das diferenças salariais. Era uma negociação entre trabalhadores e empresários que deveriam discutir como enfrentar este problema.

E, além disso, é preciso também implementar políticas sociais que deem suporte a essa construção. E, obviamente, políticas que pretendam criar condições de igualdade e autonomia. Elas devem incluir medidas para assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham iguais ou equivalentes, facilidades de formação profissional, treinamento, e acesso a empregos, ou seja, precisamos bater na porta do Ministério do Trabalho, porque isso é uma questão de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, quer dizer, os números são poderosos, são importantes, e não

se faz nenhuma; é como novamente impera a ideia de que essas questões se deixa para resolver no mercado, se deixa para discutir nas relações entre homens e mulheres, entre trabalhadores e trabalhadoras.

E, além disso, como foi muito bem tratado na parte da manhã, políticas sociais que contribuam para que homens e mulheres possam articular a vida profissional e privada, deixando de cair sobre quase que exclusivamente como mostram. É interessante nessa pesquisa da Perseu Abramo, como mostram a percepção que as mulheres tem do uso do seu tempo, ela quase é equivalente depois ao que se pergunta, que está refletido na PINAD. E na pesquisa de 2010, eles incluíram uma questão dos homens; tem uma mostra masculina, e sobre essa questão eles reconhecem mesmo que eles contribuem pouco com o trabalho doméstico e quase que as mesmas horas indicadas pela PINAD.

Agradeço.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado e agradeço também a sua preocupação com o tempo. Agora, passo a palavra para a senhora Ana Carolina Querino, coordenadora da área de direitos econômicos da ONU – Mulheres para o Brasil e Cone Sul.

Senhora Ana Carolina Querino – Muito obrigada, embaixador. Gostaria de cumprimentar as amigas da mesa Vera, Anhamona, Betânia. Boa tarde a todos e todas que estão aí presentes. Se a minha chefe conseguir chegar da Argentina, ela estará aqui amanhã, falando da nossa estrutura da ONU para o empoderamento da mulher e igualdade de gênero.

Vou falar, basicamente, das nossas ações na área de empoderamento econômico das mulheres aqui no escritório sub-regional do Brasil e países do Cone Sul. Qual é a nossa principal ação, nosso principal programa de intervenção e qual é o nosso tema prioritário, que está diretamente relacionado com o tema dessa mesa sobre a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho.

O principal programa que implementamos no nosso escritório tem um nome enorme, mas o nome curto que chamamos é ‘Gênero, Raça, Etnia e Pobreza’, implementado em quatro países: Brasil, Paraguai, Bolívia e Guatemala. Ele relaciona essas quatro dimensões, de gênero, raça, etnia, e pobreza, buscando colocar em discussão e provocar reflexões

e estimulações sobre quais são as especificidades da pobreza feminina, principalmente das mulheres negras e indígenas.

Nesse sentido o grande eixo de argumentação está em torno de que as mulheres negras e indígenas são maioria entre a população pobre pelos papéis sociais e pelos espaços ocupados a partir da estruturação feita na organização social provocadas pelos sexismo e racismo, então, já foi mencionado aqui, de manhã, todas as questões da divisão sexual do trabalho, na fala da Vera também teve vários elementos sobre essas desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e em rendimentos, e isso tudo afeta de forma muito particular as mulheres negras e indígenas.

Temos que, em função desses dois fenômenos ideológicos, há uma hierarquização social das relações entre as pessoas, as diversidades e as diferenças acabam refletindo em desigualdades e há uma restrição muito significativa no acesso a bens materiais simbólicos. E essa restrição fundamenta-se, reflete-se particularmente no mercado de trabalho. E essa esfera do trabalho é uma esfera central na vida de nós, seres humanos, de uma forma, em geral, porque define a nossa identidade, define o reconhecimento social que temos, e define as nossas condições de pobreza ou não.

Como podemos até ver do lançamento desse grande programa que o governo acabou de lançar, o Brasil sem miséria, um dos eixos centrais é justamente esse eixo da inserção laboral e da qualificação profissional para ver como esse eixo tem uma ligação direta com a condição ou não de pobreza da população.

E um dos conceitos que gostaria de deixar marcado aqui para depois continuarmos no diálogo, no debate, é justamente o conceito de interseccionalidade, que é o conceito que trazemos e que trabalhamos a partir dele na área de empoderamento econômico das mulheres. E o que quer dizer esse conceito de interseccionalidade? Ele traz uma discussão sobre as dimensões de desigualdade racial na desigualdade de gênero, e as dimensões da desigualdade de gênero na desigualdade racial. Então, temos que muitos fenômenos que são vistos como questões de gênero têm uma marca racial muito acentuada, e isso, na mesa da manhã, isso aí eu já estaria me adiantando, vou deixar para falar mais tarde.

Aqui foi colocado que as mulheres são maioria nos empregos informais, já foi colocado que têm uma inserção precarizada, têm maior

carga global de trabalho, que seria a carga do trabalho remunerado e a carga do trabalho não remunerado, de cuidado e reprodução, e que têm maiores dificuldades de ascensão profissional. E, quando desagregamos essas informações por raça e cor, vemos que as mulheres negras e indígenas em outros países e aqui no Brasil também, estão em condições muito mais precárias. Quando falamos, a professora Odete, hoje de manhã, falou-se na questão do teto de vidro que limita a ascensão profissional das mulheres, e que você tem essa coisa que você vê que o teto é de vidro porque você ainda consegue ver quem está acima. Quando trazemos essa discussão para a questão racial a mesma literatura, a literatura americana, que trata da questão das desigualdades raciais no mercado de trabalho, que se inspirou nessa analogia do teto de vidro, fala em teto de concreto – porque nem conseguir ver quem está acima é possível. Isso mostra a dimensão da maior dificuldade de ascensão profissional da população negra. Nesse sentido, quero deixar aqui para o nosso debate e trazer algumas informações, alguns dados, duas perguntas essenciais. Onde não estão as mulheres negras? Quando falamos em mercado de trabalho. E onde elas estão?

As mulheres negras têm uma taxa de formalização de apenas 23%, a taxa de desemprego é de 12%, e se desagregarmos os dados entre mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros, vemos aquela escadinha, vem os homens brancos em melhor situação, e alguns indicadores trocam, mas aí tem as mulheres brancas, homens negros e as mulheres negras sempre na base. Então, só para comparar esses 12% de desemprego das mulheres negras com os 5%, dos homens brancos, para ver a distância que existe entre esses dois grupos.

Foi mencionada também a proporção pela professora Odete, se não me engano, do rendimento de uma mulher quando comparada com um homem que está entre 60 e 70%. No caso das mulheres negras, elas recebem apenas 34% do rendimento médio de um homem branco. E quando vamos para aqueles postos, pontos, onde estão os postos mais valorizados, onde estão as questões..., onde está realmente a esfera de poder, onde estão os maiores salários percebemos uma completa ausência das mulheres negras. Apenas 1,2% das mulheres negras são empregadoras. Pegando os dados da pesquisa, o perfil racial, de gênero das 500 maiores empresas, aquela pesquisa que o Instituto Ethos faz a cada dois anos, é muito interessante observar que essa desigualdade fica

realmente gritante. Quando pegamos o corpo funcional, pegando assim mulheres e homens, 33% do quadro funcional é composto por mulheres, e 13% está no quadro executivo. Quando vamos para a população negra, o quadro funcional é 31%, e apenas 5,3% dos negros estão nos quadros executivos. Mas, quando pegamos os dados de mulheres negras, vemos realmente ausência nesse sentido, apenas 9,3% do quadro funcional é formado por mulheres negras, e menos de 1% está no quadro executivo, esse menos de 1% são apenas seis mulheres em um universo de mais de mil que estava na pesquisa. Então, aí percebemos onde não estão as mulheres negras. Até se formos andar nas empresas vamos ver algumas, mas veremos mulheres negras que são contratadas por empresas terceirizadas e que estão ali no serviço de limpeza, que estão servindo café ou fazendo algum outro tipo de serviço que é completamente invisibilizado. E, onde estão as mulheres negras? Qual é o grande ponto que realmente une essa questão da interseccionalidade que havia mencionado, juntando essas questões das discriminações de gênero e racial? É no trabalho doméstico remunerado. O trabalho doméstico, como já foi mencionado aqui pela manhã, então, tem todas as questões de gênero, que vem da divisão sexual do trabalho, e etc.

E a questão racial ela traz outro elemento que é o da servidão. No nosso país, o trabalho doméstico remunerado é a principal herança que temos do período de escravidão – foi a forma de inserção que as mulheres negras tiveram no mercado de trabalho, uma vez abolida a escravidão. E, nesse sentido elas foram as responsáveis pelo sustento das famílias, era a única fonte de renda mais fixa que as famílias negras tinham na sociedade e isso vem se perpetuando ao longo do tempo. Então, o trabalho doméstico, já mencionado aqui, é um trabalho que não é valorizado economicamente, que não tem reconhecimento social, e enquanto profissão só foi reconhecido no Brasil na década de 70. Aí avançou um pouquinho na Constituição para garantir alguns direitos, mas ainda tem lá um artigo que exclui as trabalhadoras domésticas de vários direitos consentidos às demais categorias de trabalhadores.

E, se formos parar para pensar assim, já foi mencionado isso, mas só para colocar na linha de raciocínio, se não existissem as trabalhadoras domésticas, se não houvesse esse pacto entre as mulheres, de uma forma geral, e essas outras mulheres que têm que vender sua força de trabalho nas atividades de cuidado não poderíamos estar aqui, como já foi colocado

pela Terezinha, não seria possível muitos chefes de famílias, homens inclusive, estarem em atividades produtivas e gerando riquezas para o país, então temos que começar também a ter claro que existe esse pacto, que deve ser valorizada essa atividade profissional.

Do total de mulheres ocupadas, 17% estão no trabalho doméstico – é a principal ocupação da mulher. E quando desagregamos esses dados, por cor ou raça, temos que 22% das mulheres negras estão no trabalho doméstico, e 12% é o percentual para mulheres brancas. E que no total das mulheres ocupadas no trabalho doméstico, 62% são mulheres negras. E é a principal, hoje em dia, ainda é a principal porta de entrada para mulheres jovens negras, com pouca escolaridade, com pouca qualificação profissional, e que vivem em ambientes de pobreza extrema.

Já passei várias coisas que queria falar. Comparando, só para ter uma ideia do quanto ele é desvalorizado socialmente. A taxa de formalização do mercado de trabalho, mais ampla, é de 69,9%. Comparando o dado que temos de 1998, com o dado que temos de 1999, da PINAD, houve uma evolução significativa da formalização no mercado de trabalho no Brasil. Em 98 havia 57% de formalização e em 2009 passou para esse 69,9%, quase 70%. E esse mesmo movimento, ele não se observa com relação ao trabalho doméstico. Em 1998, só 23% das trabalhadoras domésticas tinham carteira de trabalho assinada. E em 2009, 26%. E quando comparamos o nível de formalização das trabalhadoras domésticas brancas e das negras, vemos de novo essa diferença que não vai se afunilando, ela se mantém ao longo do período. Temos 29% das trabalhadoras domésticas brancas formalizadas contra 24% das negras, e aí também tem uma desigualdade regional muito significativa, no Sul/Sudeste, esse nível é de mais ou menos 33%, e, no Norte, é de 12%. Então, vamos vendo mais ou menos a precarização e como isso se reflete na remuneração das trabalhadoras domésticas. A média é de 386 reais. Isso comparando com o salário mínimo de 465 reais. Então, vemos que existe um salário mínimo, mas que o rendimento médio do trabalho doméstico está lá embaixo.

E, desagregando, falando de mulheres negras e de mulheres brancas. As mulheres negras recebem em média 364 e as brancas 421. E, pensando nessa questão da remuneração, podemos ver a importância de se ter ou não a carteira de trabalho assinada. Entre as trabalhadoras domésticas que têm a carteira de trabalho assinada, a média do rendimento é de 568 reais. Então, chega ao menos no nível do salário mínimo.

Já havíamos mencionado aqui também a questão da pobreza, já foi mencionada a questão da chefia de domicílio feminina. Essas mulheres trabalhadoras domésticas são o público base dos programas de transferência de renda que temos. 37,6% dos domicílios chefiados por trabalhadoras domésticas estão abaixo da linha de pobreza, e isso em 2009, se pegarmos o dado lá de 1999, essa proporção era de 56%, só baixou sim, pela política de valorização do salário mínimo, mas em grande medida pelos programas de transferência de renda que foram criados ao longo desse período.

E, precisamos começar a ver essa questão a partir da perspectiva de direitos, por isso que é importante pensar a pobreza a partir dessa perspectiva de direitos e de uma melhoria da inserção da população no mercado de trabalho, da população, assim, das mulheres negras, de uma forma mais concreta.

Agora, de fato temos um... – estou de fato muito feliz e otimista, porque tem esse processo de discussão internacional no âmbito da OIT de possível adoção de uma convenção seguida de uma recomendação. Aqui, nós, a partir de uma parceria muito positiva com a SPM, com a SEPPIR, com a OIT, e depois agregando novas forças nesse processo que foi a articulação feminista Marco Sur (que tem o SOS Corpo) como a representação aqui, no Brasil, vemos promovendo espaços de discussão e de articulação para as trabalhadoras domésticas participarem nesse processo. Pensando na perspectiva de direito, se falamos de direitos das trabalhadoras domésticas, elas tem que ser o sujeito protagonista da história.

Então, desde 2008, quando começou a ser discutida essa questão na OIT, que essas instituições veem realizando atividades com a FENATRAD (Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas), propiciando espaços, para incentivar nesse processo. As trabalhadoras participaram da primeira rodada de discussão no ano passado, nesse momento, estão em Genebra também participando dessa rodada de discussão. Esperamos realmente poder, na semana que vem, comemorar a adoção desse instrumento, que de fato vai trazer um novo fôlego para a discussão simbólica de valorização do trabalho doméstico.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Agora passo a palavra à senhora Maria Betânia Ávila, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia.

Senhora Maria Betânia Ávila – Eu queria agradecer o convite à Fundação e saudar aqui a presença dos Ministros. Queria saudar minhas companheiras de mesa e todas as pessoas aqui presentes.

Bem, para pensar a questão das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, tomo como ponto de partida da minha análise a divisão sexual do trabalho tomando a definição de que nessa sociedade a divisão sexual do trabalho está estruturada na separação entre tempo e espaço, entre trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, trabalho produtivo como trabalho dos homens, trabalho reprodutivo como trabalho das mulheres, que implica uma hierarquização e uma separação entre trabalho de homens e trabalho das mulheres. E a divisão sexual do trabalho dando significado às práticas do trabalho no interior de cada esfera de trabalho produtivo e reprodutivo.

Coexistindo com essa divisão, temos no país uma desigualdade e uma discriminação de raça na esfera do trabalho produtivo e na do trabalho reprodutivo que historicamente está fundada nas relações de trabalho escravo, impingido à população negra a qual foi violentamente traficada do continente africano para se tornar força de trabalho no Brasil colonial. Temos, então, uma estruturação do mundo do trabalho que se configura na imbricação de relações de classe, raça e gênero. Portanto, estamos tratando de um mercado de trabalho que está situado em um sistema capitalista, patriarcal, racista, e podemos acrescentar heterossexista também. Segundo Lugones, tratando da questão do poder colonial e capitalismo, “a divisão do trabalho se faz completamente racializada, assim como geograficamente diferenciada”. Aqui ela está falando da América Latina, vemos a colonialidade do trabalho como um cuidado entrecruzamento de trabalho e raça. Para as mulheres negras, no Brasil, a questão das mulheres como trabalhadoras e como parte da classe trabalhadora se constitui um problema, desde o início, marcado pela negação das mulheres como sujeito. Para as mulheres negras, a sua exclusão como classe trabalhadora estava tanto marcada pelas relações de gênero, como pela desigualdade de raça. As mulheres negras foram sujeitos fundamentais nos movimentos de libertação da população negra, segundo Jurema Werneck, e esta luta, segundo essa autora, antecede a muitas outras no sentido da constituição das mulheres como sujeito. De acordo com Jurema Werneck, a participação das mulheres negras em várias dimensões da vida social deve ser considerada a partir das

origens africanas, as quais vão constituir um legado fundamental a ser considerado como parte da formação histórica e das expressões plurais das mulheres negras como sujeito no novo mundo. Queremos salientar que experiências diferentes marcaram, portanto, a presença de mulheres vindas, ou de tradição, do continente africano, e de mulheres vindas de tradição do continente europeu para o Brasil colonial. Portanto as referências simbólicas, culturais, religiosas que fundam os processos de integração no mercado de trabalho desde a origem da nossa formação social, não só foram incorporadas desigualmente, do ponto de vista material, mas foram também valoradas ou combatidas segundo os padrões da dominação capitalista dos senhores brancos. As mulheres negras, como sujeitos históricos, aportaram e aportam suas formas próprias de resistências e visões do mundo do trabalho que criam uma alteridade de experiência ao longo do tempo.

O conceito de relações sociais de sexo e de gênero dialoga e altera a concepção marxista de classe, como relação social determinante de toda organização, contradição, conflito e antagonismos da vida social.

Ao trazer a questão racial como relação de desigualdade, as contradições e antagonismos da vida social ganham também uma nova dimensão. Avançar na construção de aparatos conceituais que desnaturalizem a relação entre mulheres negras e pobreza é um desafio teórico-metodológico para superar uma visão, ainda persistente, na qual a pobreza é o único elemento discriminador e a questão racial apenas um atributo natural da mesma. Nessa visão, a questão racial fica descartada como uma dimensão que estrutura as relações sociais e as desigualdades. Como têm insistido as pesquisadoras e militantes do movimento de mulheres negras feministas, o racismo não se restringe à pobreza. Em que pesem a discriminação racial e o preconceito serem elementos que historicamente são estruturadores da pobreza das mulheres e da população negra no país. As desigualdades raciais devem, portanto, ser analisadas como um campo de relações sociais que conforma as tensões e as contradições presentes no mercado de trabalho, e, para além disso, na realidade social.

A inserção das mulheres, os estudos sobre as mulheres no mundo do trabalho, ou em qualquer outra temática, devem, portanto, considerar relações sociais nas quais elas estão inseridas. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, como já foi mostrado aqui, está dada por

uma tensão entre autonomia econômica e desigualdade. A perspectiva feminista na qual nos referenciamos traz a crítica a uma visão sobre inserção no mercado de trabalho como um processo progressivo da chamada equidade de gênero, sem considerar as contradições dessa inserção. Nessa visão progressista, inserção e alinhamento ao modelo da ordem econômica e social vigente se confundem, o mercado de trabalho é também um lócus de lutas, tensões, entre inserção desigual e transformação social. Nesse sentido, a autonomia é um processo tenso, longo e contraditório de construção dos sujeitos individuais e coletivos. Por isso, é importante salientar que quando buscamos a historicidade das estruturas das desigualdades nos remetendo a processos sociais situados no passado não significa que o passado permanece como um dado imutável, como foi mostrado aqui amplamente, mas que as contradições e os conflitos oriundos das relações sociais de classe, raça e gênero, que permanecem e podem ser observados nas práticas de trabalho cotidianas, estão diretamente forjados como dimensão da formação social desse país.

Os dados do mercado de trabalho – isso foi amplamente mostrado aqui – confirmam, de fato, que trabalho dos homens vale mais do que o trabalho das mulheres e que, portanto, a divisão sexual do trabalho continua a vigorar como elemento estruturador desse mercado e que essa divisão está configurada pelas desigualdades raciais. Segundo DIEESE, apesar da presença cada vez mais expressiva das mulheres no mercado produtivo, as desigualdades de oportunidades ocupacionais permanecem. As mulheres, segundo o próprio DIEESE, as mulheres estão concentradas em ocupações pouco valorizadas, apesar de essas ocupações serem fundamentais para organização social. Como foi visto aqui de manhã, o impacto da valorização do salário mínimo sobre as condições de vida das mulheres é justamente uma consequência dos baixos patamares salariais nos quais estão inseridas e, por isso, realmente, a questão do salário mínimo de todas as maneiras é uma questão estratégica para a luta das mulheres e para a questão feminista.

Os dados mostram que a mulher é portadora, portanto, de uma força de trabalho que vale menos no mercado de trabalho. E, como foi visto aqui, a escolaridade não tem conseguido alterar isso.

A relação entre mulher, corpo, reprodução e trabalho está na fundação da dimensão discursiva da dominação capitalista patriarcal e racista que se materializa na divisão sexual do trabalho. De um ponto de vista prático,

essa associação se faz a partir da capacidade reprodutiva associada à responsabilidade com a reprodução social no cotidiano.

A questão racial, segundo os relatos das mulheres negras, também vai determinar o valor da força de trabalho e as oportunidades de emprego. A estética branca, europeizada, ou de herança européia, é mais valorizada no mercado de trabalho. O valor do trabalho voltado diretamente para reprodução e sustentação da vida humana vale menos do que o trabalho voltado para produção de mercadorias. Sempre me pergunto por que vale mais fazer copo de plástico do que reproduzir ser humano, mas é assim que vale no mercado.

Dentro dessa diferenciação desigual, ainda encontram-se trabalhos sem valor, que é o trabalho reprodutivo doméstico, sendo esta, do meu ponto de vista, uma questão teórica, política e estratégica para teoria e para análise crítica feminista: qual o valor desse trabalho, pensando a partir de outros parâmetros que não da relação mercantil? A centralidade do trabalho doméstico na divisão sexual do trabalho e na reprodução da desigualdade das mulheres no mercado de trabalho nos leva a considerar essa questão como uma coisa específica e importante para análise do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, porque o emprego doméstico – pensando no trabalho doméstico remunerado e não remunerado –, é majoritariamente formado por mulheres, 93% da categoria, e é uma ocupação marcante, a maior do mercado de trabalho no Brasil. Portanto, não é uma questão trivial, é uma questão da maior importância, é uma questão estrutural.

O fato de as mulheres negras serem majoritárias nessa profissão faz essa relação entre gênero e raça e a questão do emprego doméstico. O fato de as mulheres negras serem majoritárias na categoria, e minoritárias entre àquelas com carteira assinada, revela como esse campo de trabalho está estruturado pela coextensividade das relações de raça, de gênero e de classe. No mercado de trabalho, a categoria das empregadas domésticas está sujeita ao trabalho precário, sem a integralidade dos direitos trabalhistas, está legalmente desigual e discriminada no âmbito das relações de trabalho. A nossa constituição, chamada Constituição Cidadã, tem uma ‘vírgula’ na hora que define os direitos trabalhistas a todas as categorias de trabalhadoras, vírgula, e aí faz a inserção das trabalhadoras domésticas. É isso que está na chamada Constituição Cidadã.

Um outro aspecto importante do trabalho doméstico, e aí trabalho doméstico remunerado e trabalho doméstico gratuito, é o seu peso na sustentação do trabalho assalariado, isto é, na sustentação da reprodução da força de trabalho no mercado. As políticas públicas de bem-estar social que, segundo Chico de Oliveira, vem sustentar a reprodução da força de trabalho na parte não coberta pelo capitalista no trabalho pago, gera o que ele chama de direitos de anti-valor, portanto, ao tempo socialmente necessário para reprodução se somam, segundo ele, essas políticas públicas. Considero que se deve acrescentar ainda o trabalho doméstico, não remunerado e remunerado, como parte dessa sustentação, eu e mais um monte de feministas no mundo. É também o trabalho doméstico remunerado que possibilita, em grande medida, a liberação do tempo das mulheres para garantir sua presença e estabilidade no mercado de trabalho.

A migração, fenômeno atual na divisão internacional do trabalho, é a migração de mulheres dos países do sul para os países do norte para trabalharem no mercado de trabalho reprodutivo doméstico. Justamente porque com a quebra do bem-estar social, as mulheres de carreiras estáveis no mercado de trabalho precisam dessas mulheres migrantes do sul para sustentar no cotidiano a estabilidade das suas carreiras, portanto, uma questão a ser considerada sobre o mercado de trabalho é a disponibilidade de tempo como parte dos atributos importantes que um trabalhador ou uma trabalhadora deve aportar para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho. Disponibilidade não só para jornadas extensivas e regulares e para deslocamentos, como também para investir em processos de formação e qualificação profissional, portanto, nessa produção de disponibilidade as mulheres no mercado de trabalho também se apóiam no tempo de trabalho doméstico de outras mulheres para enfrentar competição já que os homens continuam majoritariamente liberados desse trabalho.

Um trabalho remunerado é, sem dúvida, uma necessidade social e política das mulheres para sua própria manutenção, a da sua família e para sua autonomia. De acordo com a CEPAL, deve-se reconhecer que, no mundo de hoje, a principal fonte de recursos monetários das pessoas é o trabalho remunerado dependente ou independente. Isso se soma ao fato de que é por meio do emprego que se tem acesso a outros benefícios, como proteção social. A realização profissional e a autonomia

financeira, portanto é uma dimensão fundamental do fortalecimento das mulheres e da sua construção como sujeito. Segundo a CEPAL ainda, a participação econômica das mulheres, no entanto, ocorre em condições de desigualdade, discriminação e sobrecarga de horas de trabalho que relativizam esse avanço. O que devemos também considerar é que as condições precárias no mercado de trabalho não é uma anomalia, mas é uma forma de estruturar as relações de trabalho nesse sistema.

Segundo dados da CEPAL sobre a América Latina as mulheres indígenas e afrodescendentes são as que têm menos oportunidades de acesso ao trabalho, à terra e à educação. E, sabemos que as mulheres negras são as que se encontram majoritariamente nos postos mais precarizados de trabalho.

A taxa de pobreza das mulheres na América Latina é 1,15 vezes, ou mais, do que a dos homens. Nos extratos mais pobres da população latino americana, estão as mulheres negras e, em grande parte dos países, também as mulheres indígenas e negras.

E queria fazer uma ressalva fortalecendo o que Nalu falou. Essa questão da pobreza, que tem sido majoritariamente tratada como um sistema fechado em si mesmo, quer dizer, a pobreza é algo incontornavelmente ligado à riqueza, quem produz a pobreza é a riqueza. E geralmente, como ela disse, a pobreza é sempre tratada como um sistema fechado, produzido. Por isso é que o combate é aos pobres e às pobres, e não à pobreza, porque se combate a pobreza se combatendo a riqueza.

Então, queria dizer que as análises sobre desigualdade no mercado de trabalho são importantes, mas só através de uma análise que contemple a relação entre mercado de trabalho e trabalho doméstico, no cotidiano, é possível aprofundar a compreensão da relação de desigualdade das mulheres na divisão sexual do trabalho. Porque a vida cotidiana, como afirma Thorne, aparece como um cenário analítico, a partir do qual podemos observar como se desenrola essa dinâmica e por meio do qual tem sido possível delimitar as presenças e as ausências masculinas e femininas, de maneira estrita, e reconhecer, a partir daí, a hierarquia que as preside. Por isso, considero que a noção ou conceito de vida cotidiana é um caminho metodológico fundamental para compreender as desigualdades entre trabalho produtivo, reprodutivo, e mercado de trabalho.

E, por fim, quero dizer que os estudos, os debates, as lutas dos movimentos de mulheres e a perspectiva crítica feminista evidenciam e reforçam a prioridade das políticas públicas voltadas para democratização e a justiça social no mundo do trabalho como elemento central para igualdade das mulheres, considerando as desigualdades de raça, e para democratização das relações sociais no cotidiano. Esse é um caminho incontornável para avançarmos na construção da democracia, entendendo democracia não só como relativa ao sistema político, mas como um processo de reinvenção, de organização da própria vida social.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Passo a palavra agora à senhora Magna Neves, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Senhora Professora Magna Neves - Boa tarde a todas e todos. Queria cumprimentar, em primeiro lugar, o Embaixador Gilberto Saboia e o Embaixador José Vicente Pimentel, as colegas de mesa. E dizer que é um prazer estar aqui com todos vocês, refletindo sobre essa temática, que dá nome a esse Seminário Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher.

Algumas das questões que vou levantar aqui vão ser mais do que reforçadas porque já foram muito faladas tanto na mesa de manhã, como colegas que falaram anteriormente. Vou aproveitar o momento, já que estamos falando de pobreza e de empoderamento das mulheres, gostaria de tomar dois exemplos de pesquisas, feitas recentemente na região metropolitana de Belo Horizonte, para falar de situações de vulnerabilidade social e de precarização do trabalho. Duas situações concretas: onde estão as mulheres pobres que detêm pouca formalidade para entrar no mercado de trabalho, como elas exercem a sua autonomia e como elas adquirem, ou não, aquilo que gostaríamos que todas detivessem, o empoderamento, ou seja, essa capacidade de decidir sobre o seu próprio destino, de reafirmar sua identidade e de construir suas possibilidades enquanto mulheres na sociedade.

Todos nós já reforçamos aqui que a presença da mulher no mercado de trabalho hoje é uma realidade incontestável, mas que se ela aumentou fortemente nos últimos anos evidentemente que ainda permanece uma

verdadeira ruptura nos processos de produção e desigualdades de gênero. Um fato que chama a atenção, para nós todos, é que as mulheres cresceram e se formaram com alta incidência nos últimos anos. De acordo com os dados do Ministério da Educação, em 2009, o total de mulheres concluintes do ensino médio era de 55,6% e no ensino superior 56,8% com projeção de melhoria para os próximos anos.

Outro ponto importante que mostra a possibilidade das mulheres avançarem, e que Ildete já lembrou hoje de manhã, ou que mostraram, mudanças no comportamento das mulheres na entrada no mundo do trabalho foram a queda da fecundidade e novos valores relativos à inserção das mulheres na sociedade brasileira.

Apesar dessas mudanças, ainda permanecem polarizações no mercado de trabalho e constata-se a convivência de um polo precário, tradicional, ocupado por mulheres, e um polo virtuoso ocupado pelos homens. Como muitas de nós já chamaram a atenção para o telhado de vidro, gostaria de retomar uma fala da *Done Richard*, uma francesa, que nos diz o seguinte: a mobilidade feminina seria limitada pelo telhado de vidro, de uma representação masculina de autoridade e poder, e essa hipótese baseia-se na constatação de que a divisão social dos espaços, do masculino e do feminino, é assimétrica e hierarquizada. Sempre quando penso em hierarquia nas relações entre homens e mulheres, eu me lembro de uma relação de poder. Gostaria de relembrar aqui, Elisabeth Souza Lobo, que em um dos seus textos sempre chama a atenção para essa relação. Ainda segundo a autora, estando a razão e o poder socialmente associados ao masculino, as organizações burocráticas baseadas na racionalidade e na hierarquia tendem a reservar para as mulheres posições subordinadas.

Os processos pelos quais se introduz essa sexualização do poder no emprego são múltiplos e complexos, eles passam também pela mediação da sexualidade. Nos espaços mistos, o trabalho onde convivem homens e mulheres, pode-se identificar o mecanismo quase universal, a construção da diferença. Ora, em matéria de categorização social, a via é estreita entre diferenciar e hierarquizar. Então, gostaria de chamar a atenção para isso, porque acho que esse é um elemento fundante das nossas reflexões. Diferenças e hierarquias.

Bom, de acordo com a OIT as desigualdades no mercado de trabalho persistem, pois existe um forte contingente feminino concentrado nas

atividades de serviços precarizados, recebendo remunerações mais baixas, principalmente no trabalho doméstico.

No Brasil, a presença de mulheres negras, nesse segmento do mercado de trabalho, é marcante, o que caracteriza como uma atividade onde a discriminação de gênero e raça contribuem para perpetuar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, principalmente pelas mulheres negras no mercado de trabalho.

O banco de dados da Fundação Carlos Chagas evidencia com clareza que a presença das mulheres no mercado de trabalho está marcada por continuidades e mudanças. As análises efetuadas pela Fundação demonstram também que as atividades ocupacionais femininas continuam concentradas no setor de serviços, principalmente no emprego doméstico, no setor informal e desprotegido do mercado de trabalho. Entretanto, pode ser constatado um aumento da presença feminina entre chefes, gerentes, administradores de empresas, profissões técnicas e científicas de prestígio como arquitetura, engenharia, jornalismo, odontologia e medicina. Outro fator salientado pela Fundação Carlos Chagas é que a partir de 1980 a atividade produtiva fora de casa torna-se tão importante para as mulheres quanto a maternidade e o cuidado com os filhos. Efeitos da maternidade permanecem mais atenuados uma vez que as taxas de atividades das mulheres entre 25 e 29 anos passaram a se assemelhar e até superar aquelas entre 20 e 24 anos.

Se os dados apresentados pelas pesquisas sobre mercado de trabalho apontam o aumento crescente da presença feminina em diversas ocupações, isso não se reverteu, como já foi dito também anteriormente por uma igualdade salarial. As mulheres ganham 70% do salário médio dos homens. Além da permanência dessa desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito aos rendimentos auferidos, ainda persistem os guetos ocupacionais como enfermeiras, secretárias, professoras primárias, caracterizando outra forma de discriminação, pois ocorre uma segregação das mulheres em ocupações de pouco prestígio, baixo nível de remuneração, com forte presença das mulheres negras.

Mesmo que as mulheres tenham alcançado uma participação crescente no mercado de trabalho, obtendo efeitos mais positivos, na busca pela igualdade e cidadania, elas ainda encontram limites para realização de sua autonomia, uma consequência visível da articulação entre trabalho profissional e trabalho familiar e doméstico, é perceptível

na transformação da noção de tempo e de espaço. Novas fronteiras se desenham entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, e as mulheres, principalmente vivem a tensão da pluralidade dos tempos. Acho que essa é a questão mais forte do nosso momento hoje. Como as mulheres vivenciam essa pluralidade dos tempos, como eles se confundem, como eles pressionam, como elas vivem essas tensões.

Uma publicação conjunta da OIT e da Secretaria Especial de Política para as Mulheres chama a atenção para os conflitos na vida de homens e mulheres que ocorrem pela compreensão ainda hegemônica na sociedade brasileira de que o trabalho reprodutivo é de responsabilidade exclusiva das mulheres, e uma habilidade “natural”. As duas instituições salientam a relevância da conciliação entre o trabalho, a família e a vida pessoal, e o questionamento dos papéis tradicionais exercidos no interior das famílias nas agendas dos países.

Bom, tendo colocado isso, gostaria de chamar a atenção para um conceito caro à OIT, e acho que deve ser caro para nós também, estudiosos do mundo do trabalho, que é o conceito de trabalho decente. O trabalho decente, segundo a OIT, é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança, sem qualquer forma de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho. São quatro eixos apontados pela OIT para conseguir trabalho decente: criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, extensão da proteção social, promoção e fortalecimento do diálogo social e respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho expressos na declaração de direitos e princípios fundamentais no trabalho da OIT em 1998. Dito isso, gostaria de chamar a atenção para dois tipos de trabalho, pesquisados na região metropolitana de Belo Horizonte, de mulheres em situação de vulnerabilidade e de pouca qualificação para o mercado de trabalho. Uma delas, evidentemente, é o trabalho informal de mulheres trabalhadoras à domicílio. Mas, antes gostaria de salientar, dizer e lembrar, uma nossa colega e amiga, a Lena Lavinias, que disse o seguinte: a pobreza é resultado da desigualdade extrema, imposta via mercado de trabalho pelos empregos pouco qualificados e, sobretudo, pelos níveis salariais extremamente baixos, instituídos aquém dos patamares da subsistência. A pobreza não é resultante apenas da ausência de renda, mas se articula a fatores como o acesso precário aos serviços públicos, aquilo que de

manhã vimos aqui na mesa, relembando a questão dos equipamentos necessários, e especialmente a ausência de poder. Essa nova formulação se associa à exclusão e se vincula às desigualdades existentes especialmente a privação de poder de ação e de representação, principalmente para aquelas mulheres que se encontram em uma situação de exclusão social.

As mudanças no mundo de trabalho cada vez mais estabelecem vínculos pouco protegidos e instáveis para os grupos mais pobres e as mulheres pouco qualificadas. O trabalho decente, tal qual foi definido pela OIT como promotor de direitos e de cidadania e de gerador de solidariedade na comunidade produtiva e nas instituições, torna-se difícil de ser implementado.

As assimetrias entre mulheres e homens manifestam-se de diversas formas. Essas desigualdades possibilitam complexos sistemas de interações que provocam o acúmulo de desvantagens femininas. As exposições a fatores como vulnerabilidade, pobreza e privação são responsáveis por manter as mulheres em circuitos de precariedade muitas vezes difíceis de serem rompidos. A chefia familiar é capaz de indicar a vulnerabilidade ou estado de pobreza em que as mulheres são mais expostas por dois motivos: dificuldade em conciliar trabalho fora de casa e as tarefas de cuidado com os filhos e menores rendimentos auferidos por elas em suas ocupações. A proporção de mulheres chefes de família cresce no Brasil e isso provavelmente tem um impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. Para a OIT, de 1998 a 2008, aumentou a proporção de mulheres chefes de família, de 25,9 para 34,9, o que equivale a mais de 1/3. Aumentou também os núcleos formados por mães que cuidam dos filhos, de 4,4 em 98 para 5,9 em 2008.

Uma das características mais marcantes do trabalho a domicílio contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina, o que caracteriza segregação ocupacional. As mulheres inseridas nessa ocupação conseguem aliar as tarefas domésticas com o trabalho produtivo, que na maioria das vezes é temporário e cujas tarefas não possuem qualificação reconhecida. O que percebemos no trabalho realizado por mulheres à domicílio é que é um trabalho realizado na informalidade, por quê? Geralmente a informalidade exercida por essas mulheres, principalmente na indústria de confecção, a indústria que pesquisamos, é um tipo de trabalho que se encontra na ponta da cadeia produtiva onde a relação entre formal e informal faz parte da dinâmica do

mundo de trabalho hoje. Nessa nova reestruturação produtiva que agregou trabalhos formais a trabalhos informais. As mulheres geralmente estão nessa situação de informalidade, vulneráveis, com pouca proteção social, confundindo o seu espaço doméstico com espaço produtivo. Muitas delas se encontram em uma situação fortemente precarizada e desprotegida socialmente, geralmente não tem nenhuma proteção social. Em termos de ganho, elas ganham de um a dois salários mínimos. O quê podemos reconhecer nesse tipo de trabalho? Sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação dos trabalhadores, intensificação do trabalho, extensa jornada de trabalho para cumprir os prazos contratados. Elas, evidentemente, trabalham por produtividade, por número de peças feitas, por contratos estabelecidos. Não existe jornada de trabalho. Irregularidade dos rendimentos, devida demanda variável do trabalho, pequena ou nula capacidade de negociação, não tem representação sindical, não tem como negociar, elas negociam individualmente com seu contratante, o que as colocam em uma situação de extrema fragilidade e de pouca autonomia de decisão. Difícil registro fidedigno de sua magnitude devido ao seu caráter oculto ou invisível, e utilização predominantemente de mão de obra feminina. Essas características desse trabalho em domicílio – evidentemente que estou falando só de algumas aqui, a pesquisa é muito maior e muito mais extensa do que isso – mostram esse tipo de trabalho exercido por mulheres mais pobres, vulneráveis, em uma situação de inclusão no mercado de trabalho, mas, como já disse, fortemente desprotegidas e precarizadas.

Outro tipo de experiências que veem tentando inserir mulheres socialmente pelo trabalho são as chamadas cooperativas. As cooperativas têm uma denominação diversificada, economia social, economia solidária ou, só, cooperativas. As mulheres que integram as cooperativas, e trabalham com cooperativas, mulheres que formam cooperativas de reciclagem de lixo... pudemos perceber é que são mulheres mais velhas, de 40 anos, na sua maioria, negras, sem nenhuma formação escolar mais forte, e nenhuma qualificação definida, evidentemente, formal para o trabalho. O que ocorre com essas mulheres? A tentativa da formação das cooperativas é de inserção social dessas mulheres. Tem uma autora, Gerrin, que chama a atenção que as mulheres são as primeiras a praticarem economia solidária e que essas experimentações oferecem oportunidades para avançar na promoção da equidade de gênero, no entanto, ressalta

a autora, muitas dessas experiências não são suficientes para garantir a igualdade para as mulheres, pois existem três obstáculos importantes para alcançar tal objetivo: o caráter multidimensional da pobreza – a que eu já me referi anteriormente, não é só uma questão de renda, tem todo um contexto onde essas mulheres se inserem e são definidas como pobres –; a inadequação das instituições; e, por fim, a desigualdade da divisão das tarefas domésticas já tão faladas aqui nas nossas mesas.

Outra coisa importante é que a entrada das mulheres nessas cooperativas apresenta uma contradição muito grande: ao mesmo tempo em que muitas vezes as condições de trabalhos nessas cooperativas são precárias e os rendimentos são baixos, elas se sentem realizadas socialmente porque saíram de um lugar estrito do espaço doméstico e conseguem começar a perceber a sua potencialidade enquanto mulher, enquanto aquele espaço onde elas podem tomar as suas decisões e adquirirem, como possibilidade, evidente, a realização de sua autonomia.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação. Passo agora a palavra para a senhora Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Senhora Anhamona Silva de Brito – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Primeiramente gostaria de saudar o Embaixador Gilberto Saboia, na pessoa de quem saúdo os demais representantes da Fundação de Alexandre de Gusmão pelo prestimoso convite. Saúdo também o Embaixador José Pimentel, aqui presente, e as demais mulheres que compõem esta mesa.

Antes de mais nada, gostaria de dizer a vocês, até mesmo para dar uma distensionada, que cheguei um pouco tarde e aí fazendo essa colocação de forma muito carinhosa para Vera Soares, porque viajo logo mais e aqui no Rio de Janeiro quando chove, trava tudo. Fiquei com muito receio e resolvi pegar a minha mala, colocar ali no fundo para não correr o risco de perder o voo.

E o meu impedimento de estar aqui amanhã foi o que fez com que a minha fala que, na verdade, é centrada no eixo 3, naquilo que será discutido na primeira parte do dia de amanhã, voltado à discussão de

políticas de empoderamento da mulher. Esse meu impedimento de estar aqui amanhã foi o que fez com que a minha fala, que na verdade, versa sobre a inclusão da perspectiva racial de gênero no contexto da reforma política, no debate sobre a reforma política, fosse trazida para hoje. E, considerando, inclusive, que essa fala meio que pousaria como extraterrestre nas discussões da parte da tarde, fiz a solicitação que ela ficasse para o final. Enfim, de certa forma, mudamos um pouquinho o contexto, a discussão.

Gostaria de firmar a importância de incluirmos a perspectiva racial de gênero no contexto, nas discussões, nos debates sobre a reforma política, mas, antes gostaria de trazer aqui, algumas informações que o Censo 2010, na verdade, nos colocou. Ela têm a ver com a ampliação de brasileiros e brasileiras no nosso país, passamos a quase 191 milhões de habitantes, dos quais – sem sombra de dúvida, já sabíamos que as mulheres perfaziam, perfazem a maioria da população – as mulheres hoje, nós, mulheres, somamos 97 milhões de habitantes no país. A população negra, autodeclarada preta e parda perfaz (também me incluo, nós nos incluímos, Carol) o quantitativo de 97,7 milhões de habitantes – pouco mais do que isso –, 50,7% do total da população, tanto as mulheres, quanto as pessoas negras perfazem a maioria em nosso país. Quando passamos, na verdade, a olhar, a trazer um outro fator, uma outra questão para mensurar maioria em nosso país, e aí quero referenciar o número de pessoas aptas a votar, percebemos que, igualmente, as mulheres perfazem maioria. Não vou, na verdade, apontar apenas como um momento em que as mulheres passaram a ser maioria em nosso país da população apta a votar as últimas eleições, as eleições de 2010, porque já nas eleições de 2006, nós mulheres, perfazíamos maioria. Éramos a maioria da população a poder votar, 51,3% das pessoas aptas a votar naquele processo eleitoral nas eleições de 2006, de um total de 126 milhões de habitantes, de brasileiros e brasileiras, que podiam votar. Não posso dizer aqui a vocês que a população negra também é a maioria no que diz respeito às pessoas aptas a exercerem a cidadania ativa, a votarem, não posso falar, na verdade, porque infelizmente o sistema de registro de candidaturas do TSE, o CANDEX, não tem um quesito que possibilite, na verdade, que o candidato ou candidata auto declare o seu pertencimento étnico racial. Então, isso impede, que eu faça aqui uma afirmação mais contundente de que a população negra, por todos os “efes” e “erres”,

com tudo comprovado, perfaça a maioria da população que exerce o direito de voto.

E, apesar de as mulheres perfazerem a maioria da população apta a votar, é consabido, todas sabemos que essa realidade não se transporta quando o que está em jogo é a ocupação nos cargos, nos espaços políticos institucionais de poder. O movimento de mulheres e o movimento feminista, as representações dos movimentos de mulheres e do movimento feminista, após um processo de intensas lutas, vários períodos, várias questões, e propostas colocadas à consideração das representações políticas e institucionais daqueles e daquelas, que na verdade, decidem, de fato, os rumos de nosso país e colocam as nossas questões à consideração e análise no processo legislativo; esses movimentos conseguiram, de fato, imprimir mudanças significativas em nossa legislação eleitoral. Podemos voltar os olhos para o ano de 95, quando, pela primeira vez na legislação brasileira, na legislação eleitoral brasileira, conseguimos perceber a institucionalização de uma política afirmativa para garantir determinado percentual de representação de um determinado sexo, no ano de 97, a lei das eleições introduz, na verdade, uma nova cara, uma nova roupa, e as discussões continuam e no ano de 2010 tivemos uma última alteração na legislação eleitoral mais significativa com a aprovação da Lei 12034, de 2009, que alterou a lei das eleições e incluiu algumas medidas bastante interessantes e que agora, depois das eleições de 2010, pudemos e podemos, ainda, refletir um pouco mais sobre os efeitos dessas mudanças na realidade – que é o número de mulheres candidatas e o número de mulheres que conseguiram, de fato, ultrapassar as barreiras e as dificuldades da candidatura em si: conseguiram a vitória nas urnas.

Essas mudanças que digo que chegaram, no ano de 2009, foi a determinação de que 5% da receita do fundo partidário seja reservado para, no caso, o investimento na formação política de mulheres, pelos partidos políticos. Outra mudança bastante recente é o fato de os partidos terem de reservar 10% do tempo de sua propaganda partidária, aquela que acontece no ano que não é das eleições, a propaganda em que o partido espalha o seu ideário político, sua ideologia, para as mulheres, fora do período eleitoral. Teve, na verdade, um aperfeiçoamento redacional no que diz respeito a cota de 30% de vagas para as candidaturas de mulheres. Todas essas mudanças, em uma reflexão muito breve que

faço sobre elas, não conseguiram, infelizmente, se reverter em uma sensível ampliação do número de mulheres tanto candidatas quanto que efetivamente conseguiram vitórias nas urnas, que conseguiram obter mandatos eletivos, seja na esfera do poder legislativo, seja na esfera do poder executivo.

E aí quando digo que a proposta que trago aqui é a de fazermos o exercício de incluir, no debate sobre a reforma política, a perspectiva racial de gênero para fazer algumas considerações, faço essa reflexão tendo como base uma constatação que é a de que as discussões sobre a sub-representação feminina nos espaços políticos institucionais do poder, na verdade, não consideram as extremas desigualdades que a questão racial impõe sobre as mulheres negras, diferenciando-as em oportunidades, mesmo quando o que está em jogo, quando a tônica da discussão é a inclusão. Os debates acerca da reforma política versam sobre uma potencialização da presença das mulheres nos espaços políticos institucionais de poder, é esta a finalidade, a fim de possibilitar aqui a democracia; ela, no Brasil, permita que as mulheres efetivamente exerçam poder e coloquem, na verdade, nos mais variados meios e mecanismos da estrutura de estado a sua colaboração para que este país atenda aos anseios e necessidades das pessoas. Mas, quando pegamos aos nossos olhos e pegamos à nossa atenção e direcionamos para a situação da mulher negra, na verdade, percebemos que a mulher negra está, de fato, sub-representada neste contexto que é de sub-representação de um público maioria no país. E gostaria de considerar que inserir a dimensão racial nessa realidade, efetivamente demonstrará que as mulheres negras estão afastadas das esferas de decisão, e aí parafraseando Suely Carneiro e coloco que este afastamento se dá pelo fato de a opressão incidente no ser mulher e no ser negra, principalmente, pelo fato de a variante racial reproduzir gêneros subalternizados com diferentes enquadramentos, impeditivos e oportunidades sociais a que fazem jus as mulheres brancas e os homens brancos, e isso, na verdade, precisa, no meu entendimento, ser só pesado.

Nas discussões sobre reforma política, um número significativo de mulheres ativistas, tanto do movimento de mulheres quanto do movimento feminista apresenta ou apresentaram contribuições teóricas fantásticas, que, na verdade, balizaram muitas das mudanças introduzidas no Brasil de hoje. Entre as brasileiras, vou citar Clara Araújo, cito também

a Ana Alice Costa, inclusive fazendo uma referência do estado de onde venho, posso, no caso, referenciar aqui também a contribuição de Celi Pinto, Avelar, Phillips e Scott, também, referenciando as clássicas. Só que em uma discussão como essa, o desafio que faço aqui é o de que nós, no caso, trabalhemos, analisemos um pouco a contribuição teórica de pesquisadoras, ativistas do feminismo negro, que na verdade tem contribuições importantes para que na nossa tessitura de propostas, dentro desse contexto de reforma política, enxerguemos esse outro sujeito mulher negra, não tratando, na verdade, as nossas propostas, não elaborando formulações de forma exagerada e indevidamente universalizante. Nesse sentido, vou fazer aqui alguns aspeados. Acho importante trazer a contribuição dessas mulheres para o debate, e, relevar, como já coloquei, a contribuição de ativistas pesquisadoras do ativismo negro, para que nós, no caso, percebamos, “como outros fatores relacionados às identidades sociais, tais como casta, raça, cor, etnia, sejam percebidos enquanto diferenças que fazem diferenças”, e aqui, estou, na verdade, fazendo alusão ao pensamento de que Kimberly Crenshaw, “trazer a perspectiva racial de gênero para o contexto de reforma política significa ir além da justaposição de raça e gênero para a concepção de estratégias, implica reconhecer que a interseção dessas duas dimensões produz situações de opressão, bem como demandas específicas, que são distintas daquelas produzidas pela atuação somente do racismo ou somente do gênero, tal condição singular coloca as mulheres negras desprotegidas e em desvantagem social tanto do ponto de vista dos mecanismos de proteção contra discriminação de gênero quanto do ponto de vista dos mecanismos de proteção contra discriminação racial”, e aqui é Santos, fazendo referência à Crenshaw e Jurema Werneck. Além disso, as teóricas do feminismo negro alertam que a ausência da dimensão racial, da luta antissexista, também expressa a sobrepujança da ideologia colonizadora, *eurocêntrica*, masculina e branca, heteronormativa, nas entrelinhas e “de uma teoria e de uma prática que se afirmam como libertárias”, aqui é Luísa Bairros citando Lélia Gonzáles. Sueli Carneiro cunhou a expressão enegrecendo o feminismo para designar a trajetória de mulheres negras no interior dos movimentos feministas, e ao tempo em que assinalou recorte ocidental e branco das produções teóricas do feminismo hegemônico, que balizam proposições, como as da reforma política, em análise no Congresso Nacional, demonstrou como essas

produções não percebem, e aí aspeio Sueli Carneiro, “desigualdades de gênero e intragênero justamente por não valorar a condição específica do ser mulher negra, e, em geral, pobre”, referenciando, mais uma vez, Lélia Gonzáles, “se o quadro da classe política no Brasil, hoje – e aí é Lélia Gonzáles na fala de Luísa Bairos – é a mesma coisa desde que Brasil é Brasil, é o cara, e daqui a pouco é o filho dele, daqui a pouco é o neto dele, o racismo e desigualdades que lhe são consequentes precisam ser relevados nas construções que tencionam incluir as mulheres nos espaços políticos institucionais de poder, a fim de que elas, construções, não atendam tão somente – e aqui não é Lélia, sou eu – aos interesses e anseios das mulheres brancas, daqui a pouco, aos de suas filhas, daqui a pouco ao de suas netas”, e aí, acho que essas contribuições, as contribuições dessas mulheres não podem, sob qualquer hipótese passar ao lado dos debates que giram em torno da reforma política aqui no Brasil. Neste ano, 2011, estamos, na verdade, antecedendo eleições municipais, e isso significa que teremos, um novo processo de reforma política, por agora até, na verdade, o mês de outubro, um ano antes das eleições, e são considerações que trago para reflexões coletivas.

E gostaria de fazer outra ponderação aqui, nós temos, na verdade, nessa nossa – para potencializar mesmo–, essa nossa intencionalidade de promover mudanças na legislação que permitam, na verdade, fazer com que as mulheres, de fato, consigam para além de ampliar a presença nas candidaturas, no caso, obter êxito, se eleger deputadas, senadoras, governadoras.

Voltando ao centro das minhas discussões, a situação da mulher negra. Para mim, é importante que também consideremos um fator que passa ao lado da reforma política, que é o seguinte: como é que o racismo, como é que o ser negro, na verdade, reflete e direciona o voto? Como o eleitorado brasileiro se comporta frente à candidatura de mulheres – é uma reflexão que precisamos fazer –, mas frente à candidatura de mulheres negras? Como este comportamento, como a intencionalidade, como o direcionamento do voto efetivamente se dá. E para isso é importante, também, que nós formulemos sobre essas questões.

Tem um cientista político baiano, Clóvis Oliveira, que é professor da UEFS, e faz parte, compõe o grupo, projeto, A Cor da Cultura, que foi reavivado, Terezinha, ele, na verdade, fez uma publicação muito interessante que é intitulada da seguinte forma: Quando um cavalo

negro entra na disputa. Essa referência achei um tanto quanto agressiva, mas quando um cavalo negro entra na disputa. E, tem a ver... a intenção do Clóvis é justamente fazer uma avaliação do comportamento do eleitorado quando aquele que se candidata é uma pessoa negra, como isso efetivamente se desenrola. Clóvis centra as suas reflexões no processo eleitoral estadunidense, que no final da década de 90, início dos anos 2000, em determinados estados da Confederação, houve, na verdade, uma ampliação de eleição de pessoas negras, de homens negros em determinado contexto. E ele reflete o cenário brasileiro da seguinte forma: realmente temos poucas contribuições voltadas para o comportamento do eleitorado brasileiro frente a uma pessoa negra.

E, se aqui, todas as considerações feitas nessa mesa, de certa forma, retrataram que as mulheres negras vivem em tais e quais condições de precarização, enfim, mulheres negras que estão à margem. Como é que isso, na verdade, se comporta? Como este fator repercute no processo de reforma, repercute também na intencionalidade do eleitorado brasileiro?

Outra consideração que gostaria de fazer aqui dentro desse contexto de reforma política, e fazendo com que a questão racial, na verdade, recorte as demandas, das variadas demandas das mulheres é a seguinte: no ano de 2009 a Secretaria de Políticas para Mulheres fez um movimento político muito importante para fazer com que o Congresso Nacional refletisse sobre algumas demandas das mulheres, constituiu uma comissão tripartite com representações do Poder Legislativo, Executivo e do Movimento de Mulheres. E, na verdade, o fruto do trabalho dessa comissão foi encaminhado ao Congresso Nacional. O fruto desse trabalho, na verdade, apresentava propostas de emendas para consideração de legisladores brasileiros, legisladoras brasileiras. Algumas dessas propostas foram acolhidas, tramitaram e foram aprovadas, geraram as alterações da Lei das Eleições, a 9504 de 1997, outras não. Dentre as que não foram relevadas, sequer relevadas pelo parlamento, das que não foram aprovadas está um pleito que para nós, mulheres negras, seria, na verdade, uma forma necessariamente importante para que mensurássemos o número de candidaturas de mulheres negras, e também do êxito eleitoral dessas mulheres. Seria justamente a inserção do quesito raça-cor no sistema de registro de candidaturas do TSE no CANDEX. Enfim, essa proposta de inserção do quesito raça-cor no sistema de registro de candidaturas não foi aprovada, não passou, e

isso, na verdade, impossibilita que tenhamos dados desagregados acerca das candidaturas, e que possamos fazer também a desagregação de informações de pessoas eleitas, e para nós, isso seria muito importante. Não que com a desagregação dos dados, automaticamente, o estado brasileiro imprimisse mudanças na legislação e também outras medidas de forma a assegurar que as mulheres negras tivessem uma oportunidade de concorrer no processo eleitoral de forma que permitisse uma vitória mais sensível. Enfim, propostas mais diversas, mas minimamente, se só tivéssemos os dados, poderíamos, na verdade, pegar esses dados e em cima deles tecer mais considerações e reivindicações. Só que eles sequer existem. E, venceu, na verdade, o mito da democracia racial e a tese de que é melhor defender a igualdade formal como se real fosse do que considerar as abissais desigualdades existentes entre pessoas brancas e negras em nosso país, e aí no caso, em específico, entre mulheres brancas e mulheres negras em nosso país.

Para finalizar, gostaria de considerar aqui, trazer para a nossa consideração, algumas informações que a SEPPIR buscou fazendo no âmbito do programa interagencial gênero, raça e etnia. Uma provocação que foi a seguinte: a SEPPIR tinha e tem a curiosidade de saber como, na verdade, o eleitorado brasileiro, como as mulheres negras, de forma mais específica, comportaram-se no processo da disputa e também no final dele. E, no ano de 2010, no âmbito do programa interagencial gênero, raça e etnia, uma pesquisa foi feita para... na verdade, a intenção era fazer uma análise das candidaturas no Brasil. Tivemos nessa pesquisa, essa pesquisa, já que não há, na verdade, o quesito raça-cor no âmbito do sistema de registro de candidatura, ela foi feita através da heteroclassificação. As pesquisadoras abriram ficha de registro por ficha de registro no computador – qualquer pessoa pode acessar. Elas olharam as fotos que foram inseridas pelas candidaturas e elas categorizavam aquela mulher candidata como branca ou negra, ou não negra. Isso foi feito no final de 2010, e na avaliação das pesquisadoras do total de 5.059 mulheres que concorreram, elas fizeram a aferição por heteroclassificação de 4.253 mulheres, foi essa a amostragem utilizada. Vou fazer um parêntese: tivemos nas eleições de 2010, 22.555 candidaturas no total, tivemos 5.059 mulheres candidatas – e dos 4.253 registros de candidatas, tínhamos apenas 875 mulheres negras como candidatas. Enfim, 875 mulheres negras como candidatas, 3.241 mulheres não negras e 137 mulheres não

identificadas por ausência de fotos. Destes cargos, nenhuma mulher negra concorreu à vaga de governadora, das que foram avaliadas, 5 concorreram à vaga de senadora, 241 à vagas de deputadas federais, e 80 às vagas de deputadas estaduais. Em síntese, as candidaturas de mulheres negras para todos os cargos perfizeram 20,6% do total de mulheres que disputaram as eleições de 2010. O *paper* que consta da publicação da Fundação Alexandre de Gusmão não traz a íntegra dessa pesquisa, que tem várias nuances e tudo mais. Não me senti à vontade de fazer isso, porque este trabalho traz o resultado da pesquisa apenas como um aspecto, não é o total do conteúdo que foi pro mim discorrido no *paper* que baliza essa apresentação, mas os dados que aqui trago são bastante pesaros para nós, mulheres negras, demonstram, de fato, a necessidade de refletirmos esse processo de reforma da legislação eleitoral, de modo a permitir uma maior participação das mulheres no processo de disputa e uma maior presença de mulheres nos cargos políticos eletivos, de forma a não relevar o peso da questão racial como fator que efetivamente impede que nós, mulheres negras, consigamos também nos fazer representadas nesses cargos.

Gostaria, para finalizar, de considerar que as propostas consideradas como indutoras da presença de mulheres nos cargos eletivos não podem, em hipótese alguma, recaírem em mais do mesmo. Este ano de 2011 é um ano efetivamente importante para propormos alguns mecanismos de mudança na legislação eleitoral e, se conseguirmos a inserção do quesito raça-cor no sistema de registro de candidaturas, teremos minimamente condição de analisar, discutir e reivindicar, tendo como base dados oficiais. É importante que não estandardizemos as barreiras sociais que impedem a participação e o acesso das mulheres nos cargos político-eletivos. É importante, ainda, que consideremos de fato que as desigualdades raciais oprimem, diferenciam as mulheres, e que por conta disso não podem, sob qualquer hipótese serem relegadas, minoradas ou deixadas à margem no processo de discussão da reforma política no Brasil.

São essas as contribuições. Agradeço a paciência de todas e todos e a consideração da digníssima Leisa. Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Queria, apenas, fazer um comentário antes de passar a palavra ao Embaixador José Vicente Pimentel, que quer fazer algumas considerações.

Dizer que fiquei surpreendido com a questão da recusa da inserção da autodeclaração no sistema de registro eleitoral. Isso foi uma questão que ocorreu no Congresso?

Senhora Anhamona Silva de Brito – Sim, ocorreu no Congresso. É uma reivindicação, notadamente, do Movimento de Mulheres Negras e foi uma medida requerida na relação das QSPM, e as demais representações da Comissão Tripartite e encaminhou ao Congresso Nacional no ano de 2009, Infelizmente, essa medida não foi aprovada, e é algo de fundamental importância para que tenhamos uma melhor avaliação deste cenário.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Antes de passar ao debate que, naturalmente, versará tanto sobre as questões do painel 2 quanto sobre a intervenção da Senhora Anhamona, passo a palavra ao Embaixador José Vicente para fazer algumas observações.

Senhor Embaixador José Vicente Pimentel – Obrigado, Gilberto. Antes de mais nada, quero me apresentar. Meu nome é José Vicente Pimentel, acabo de chegar, de voltar para o Brasil, e estou assumindo um Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, uma espécie de braço, de ponta de lança da Fundação Alexandre de Gusmão, presidida pelo Embaixador Gilberto Saboia, e cujo objetivo fundamental é o enlace com o meio acadêmico em geral, interno e externo. Mas, estou chegando depois de três anos como embaixador na África do Sul, e antes disso estive como embaixador na Índia, portanto, são os dois países que constituem, junto com o Brasil, o IBAS, o Fórum Índia, Brasil, África do Sul.

Estava pensando aqui, inclusive conversando com a professora Lia, da UnB, que um diálogo como esse, um debate como esse de uma qualidade tão grande pra que ele pode servir de uma maneira mais concreta? Acho que domesticamente ele pode servir até como uma espécie de preparação para formulação de posições no PPA, pode servir para uma série de coisas. Mas acho que ele tem um interesse também em política externa. Dentro do IBAS existe, além de vários grupos de trabalho, um foro específico, um foro da sociedade civil sobre especificamente mulheres. A Nilcéia, por exemplo, é extremamente ativa nisso aí, frequentava sempre, participava sempre de uma maneira muito clara, muito decidida. Acho que o que faltava, no entanto, a esses fóruns, a

todos os fóruns do IBAS, mais especificamente nesse, são certas ideias centrais, porque se você pega um grupo de mulheres do Brasil, um da Índia e um da África do Sul para debater problemas, elas vão tender a enfatizar certas questões nacionais específicas, e dependendo também da oportunidade, do interesse específico delas.

Se ao final desse seminário aqui, se formasse um grupo de trabalho, um grupo voluntário de trabalho que coligisse as tantas e importantes resoluções, propostas que foram feitas aqui. Se isso fosse oferecido ao departamento do Itamaraty que se ocupa especificamente do IBAS, como um oferecimento de temas para a próxima reunião desse foro de mulheres ou para outros grupo de trabalho, acho que essa seria uma contribuição efetiva para o diálogo com esses países, para o diálogo com os países emergentes. E, efetivamente, poderia contribuir para nos entendermos melhor com esses países e atingir o objetivo fundamental do IBAS, que é trazer essas sociedades, fazer com que elas se aproximem e se entendam melhor. É apenas uma sugestão, pode ser um grupo de trabalho, pode ser que haja professoras aqui que tenham alunos que poderiam, talvez retirar das apresentações as principais sugestões, as principais propostas. Mas, enfim, acho que seria um trabalho muito útil retirar desses painéis tão – vou usar uma palavra já que estou entre mulheres – prenhes de informações, e tirar o sumo disso aí e utilizar como base de uma reunião internacional.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado, José Vicente. Acho que é uma excelente ideia, é uma ideia, inclusive, que pode servir para o próprio seminário, quer dizer, se for possível para a publicação que se fizer recolhendo o que for degravado e as apresentações feitas por escrito, também fazer uma síntese de algumas propostas ou, pelo menos, é difícil. Sei que é difícil, porque nem todas as propostas são necessariamente convergentes, embora haja um razoável grau de convergência aqui nas intervenções. Mas isso exige o trabalho adicional, mas acho uma ideia muito pertinente tanto para o IBAS quanto para esse tipo de seminário que haja algo que recolha os sumos, o extrato final das contribuições que são muito úteis.

Bom, então, agradeço a sua contribuição. Agora vamos ter então um período aberto ao debate que pode se referir tanto ao painel número 2, quanto à intervenção que ouvimos por último da senhora. Tem a palavra.

Senhora Clara – Para a companheira Mona, queria dialogar no seguinte sentido: são três questões.

Primeiro, qual é a sua opinião acerca de possíveis processos disparadores do protagonismo político? Encontramos muitas mulheres em funções, com cargos eleitorais, assessoras, enfim, mas, talvez, possamos também dentro do movimento pensar o que é subjacente a esse protagonismo. E de que forma ele pode se exercitar, principalmente agora no momento em que a reforma política está sendo debatida da forma como ela está sendo debatida.

Quero dizer assim, é na perspectiva mesmo talvez psicológica, social, histórica, cultural, o que é que nos falta e o que é que pode nos impulsionar no estabelecimento desse protagonismo?

A outra questão é assim, acho que é uma reflexão: para uma mulher entrar no Parlamento precisa um homem sair, *[risos]* então, acho que temos que ter muito claro que essa relação tem que estar posta de uma maneira bastante pragmática e isso nos leva a dimensionar de uma outra forma essa luta também.

E queria, também, pensar com você, assim, o que você pensa do financiamento público das campanhas e se esse é um fator de democratização do acesso às candidaturas principalmente das mulheres e das mulheres negras.

Senhora Anhamona Silva de Brito – Não sei se começo pela saída dos homens, *[risos]* mas não vou começar pela saída dos homens não! Vou começar, mais uma vez, vou trazer, na verdade, para a discussão mais uma vez, a base teórica de Sueli Carneiro, a contribuição, na verdade, que essa feminista negra, que essa ativista do feminismo negro traz para nós.

Desculpe-me, qual é o seu nome?

Intervenção fora do microfone: Clara.

Clara fez uma consideração sobre os processos disparadores do protagonismo das mulheres. Enfim, a contribuição de Sueli, que quero trazer aqui é a seguinte: Sueli Carneiro tem alguns estudos voltados que refletem para o protagonismo de mulheres em alguns espaços de ativismo político que não os da política institucional, enfim, elas fazem uma aferição de como as mulheres desenvolvem as suas ações no espaço sindical, também em organizações outras. Quero, na verdade, trazer essa contribuição de Sueli, quando, na verdade, Sueli reflete sobre o espaço

sindical, e também, de certa forma, posso empurrar um pouquinho a situação dos partidos políticos, ela faz a seguinte consideração: sim, há uma presença de mulheres, mas as mulheres estão, na verdade, em papéis subalternizados, as mulheres negras se encontram ali perfazendo maioria em papéis subalternizados, em outras organizações, em organizações que, inclusive, propiciam desenvolvimento comunitário, manutenção da comunidade, das mais variadas formas, inclusive a econômica conseguimos perceber de forma muito mais consolidada o protagonismo das mulheres negras.

Não dá para, no caso, deixarmos de discutir como desencadear processos que fomentem o protagonismo das pessoas sem primeiro reconhecer que as pessoas, na verdade, estão no embate político, estão fazendo movimentações das mais diversas, não apenas naqueles espaços que são tidos como os que propiciam, de fato, a disputa, para além dos partidos políticos. Precisamos fazer essa avaliação da participação, e do que, na verdade, a participação política das pessoas contribui para o desenvolvimento social para além desses espaços, que de forma mais direta propiciam o estar nas candidaturas. Enfim, essa reflexão, eu gostaria de trazer aqui, só que não dá para nós, também, desconsiderarmos que esses espaços partidários, por excelência, ou que possibilitam um ativismo que, de certa forma, conduz as candidaturas. Neles, no caso, estamos à margem, mesmo que propiciando a manutenção e a sustentação desses espaços e daquilo que eles, no caso, desencadeiam, nós estamos à margem. Precisamos pensar em estratégias que propiciem a mudança.

Como a SEPPIR – pensando na SEPPIR –, ela poderia, no caso, contribuir no processo de discussão sobre a reforma política? Qual seria a contribuição da SEPPIR? Aí, é bom que tenho uma representação das mulheres aqui. Essa pesquisa que, na verdade, faz uma radiografia das candidaturas de mulheres no último processo eleitoral, na verdade, a nossa intenção é fazer uma publicação desse conteúdo, uma publicação rápida, de uma forma que possibilite variados usos, não apenas pelas representações que estão debatendo o tema no Parlamento, mas também as mulheres, todas as mulheres nos variados espaços, por isso, inclusive, que não me senti à vontade de fazer referência de forma mais detalhada ao conteúdo dessa pesquisa. Acho que servimos como um organismo a fomentar esse tipo de debate e inclusive a requerer politicamente que

propostas como essa da inserção do quesito raça-cor, no caso, sejam aprovadas no Congresso.

Então, vamos publicar isso, Ana.

Sim, para as mulheres entrarem os homens tem que sair. Acho que saiam os homens. Não dá para centrar e pensar o desenvolvimento político-social do Brasil, tendo as mulheres, que perfazem maioria, a população negra, que também perfaz maioria, em um espaço, em uma condição de sub-representação nos locais, nos espaços que efetivamente decidem os rumos políticos do país. E aí, invocando um pouco da base teórica, que inclusive referenciei no artigo, que é do feminismo hegemônico, Phillips, é na relação entre ideias e presença que podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação. Sim, nessa relação entre ideias e presença, não dá para olvidarmos de fazer um debate sobre reforma política desconsiderando a presença das mulheres negras e os mecanismos que possibilitem uma presença mais equilibrada de nós, mulheres negras, nas candidaturas, e também na assunção dos cargos.

E sobre, por fim, processos disparadores, sim, agora é financiamento público de campanha. É uma grande polêmica. Particularmente, acho que se o Estado brasileiro financiasse as campanhas eleitorais, não que nós garantíssemos, de forma não questionável, a lisura do processo, a não ocorrência de corrupção; enfim, mas haveria, na verdade, mecanismos mais isonômicos, inclusive, a fazer com que as pessoas dos mais variados espaços, vivências, condições, pertencimento racial, enfim, elas disputassem as eleições. Para mim, o Estado, de certa forma, – falo muito, viu Embaixador –, por favor, vamos parar aqui com isso, para ouvirmos mais. Os julgados do Tribunal Superior Eleitoral, das cortes regionais eleitorais demonstram que a corrupção, o abuso de poder econômico e político é o que faz com que muitos candidatos eleitos tenham seus mandatos cassados. Enfim, isso demonstra que não é o fato de inexistir o financiamento público de campanha que faz com que o Estado não faça destinação de recursos de forma indevida, ímproba, através da corrupção, mas os recursos públicos estão, na verdade, são depositados de forma indevida, de forma ilegal nas candidaturas.

Senhora Regina Cruz – Boa tarde, companheiras e companheiros que estão aqui nessa sala. Sou Regina Cruz, aqui representando as

mulheres da CUT, as mulheres trabalhadoras na nossa Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil. A companheira Rosane Silva está em Genebra, também lá na OIT, junto com a Federação, com a FENATRAD, que é a Federação das Trabalhadoras Domésticas, que também é filiada à CUT. Estamos lá também enquanto central trabalhando para que esse processo lá nós consigamos vencer.

Como aqui, a parte da tarde e a parte da manhã também foi muito rica, falando sobre as mulheres no mercado de trabalho... nós, mulheres trabalhadoras, além de estarmos as 8 horas no trabalho, quando voltamos para nossa residência, ainda temos a dupla ou tripla jornada de trabalho em casa, que é o cuidado com a família, fazer a janta em casa, cuidar do filho, dar banho nele, cuidar da questão de casa para ele ir para a escola no outro período, no outro dia. Então, temos esse acúmulo, e nós, mulheres, temos esse cuidado, e somos nós que fazemos, as mulheres que ainda estão no mercado de trabalho, e também tem esse trabalho em casa. Então, em média as mulheres trabalham 44 horas semanais, mas elas trabalham por semana 13 horas a mais nesses cuidados familiares dentro da sua casa, as mulheres trabalhadoras.

Hoje, uma pesquisa: 35% das mulheres trabalhadoras são chefes de família, são pais e mães de família, que também é um dado importante aqui para nós, mulheres brasileiras.

Então, essa questão da redução de jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, que é uma luta da CUT, uma luta da Central Sindical, é importante para as mulheres ficarem 4 horas a menos, mas não para fazer o trabalho doméstico em casa, para elas irem trabalhar, estudar, se qualificar, essa é nossa proposta da CUT também, que é importante.

A outra que também é uma luta das mulheres trabalhadoras, é a luta por creche de qualidade em tempo integral. Então, é muito importante também porque se não tem autonomia as mulheres não têm como deixar os seus filhos em casa e irem trabalhar, então, por isso que precisamos de mais creches públicas aqui no Brasil, de norte a sul.

Falando um pouco mais, também, nós, mulheres do movimento sindical estamos vendo que em vários setores do ramo, que nem o ramo, a categoria de professoras, bancárias. As professoras são 70%, no movimento sindical das mulheres trabalhadoras; as bancárias, 48%. Mas tem um aumento de mulheres em outros segmentos, que não de serviços, que estão crescendo também, que são as mulheres que estão

na construção civil, que teve um aumento nesses 10 anos aí; estamos em 14% das mulheres nesse setor: as mulheres metalúrgicas, 17%, e as mulheres no setor de segurança privada, elas eram, em 2001, 2%; e, agora, são 7,9%. Então, teve um crescimento, no Brasil, das mulheres nesse setor de serviços também.

A importância, nós enquanto central sindical, também de estarmos juntas e unidas com o movimento feminista. Achamos importante porque o movimento feminista tem as mulheres da academia, companheira Vera Soares, que está na mesa, companheira Maria Betânia, companheira Analu, que estava de manhã também, da Marcha Mundial de Mulheres. Então, esse espaço entre as mulheres do movimento sindical e as mulheres do movimento feminista, é muito importante para nós, mulheres trabalhadoras aqui, do Brasil, as mulheres da classe trabalhadora. Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Alguma outra solicitação de palavra? Por favor.

Senhora Marlise Matos - Bom, sou Marlise Matos, cientista política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Então, duas perguntas rápidas. Uma para Anhamona, pegando esse tema da reforma política. Acredito que a discussão da reforma política, claro, é um tema crucial no Brasil, mas acho que temos que levar em consideração que não estamos sequer falando de uma reforma política *strictu sensu*, estamos falando de uma reforma eleitoral e talvez tenhamos que nos contentar com uma reforma congressional. E, nesse funil, já vamos perdendo muitas das demandas que poderiam ser, de fato, democratizadoras do sistema político brasileiro. Só para termos uma ideia está se pensando na comissão do Congresso, em propor um voto proporcional misto, que seria um ineditismo na história da humanidade, o Brasil seria o primeiro país no mundo a propor um voto proporcional misto, metade lista aberta, metade lista fechada, o que nos parece bastante contraditório do ponto de vista teórico... mas, de qualquer maneira é o que está sendo discutido atualmente dentro do Congresso Nacional. E aí, nesse sentido, Mona, quais outros mecanismos, por exemplo? A Clara tocou no financiamento público de campanha, mas o financiamento público só faz sentido com lista fechada, não faz o menor sentido pensar

o financiamento público com listas abertas e você financiando recurso público a perder de vista para pessoas que você não saberá quem. Então, queria te ouvir um pouquinho a respeito disso. E, também, se analisasse, existe uma plataforma feminista da reforma política, que leva em consideração a questão étnico racial; lista fechada só faz sentido para nós, feministas, enquanto considerando critérios étnico raciais e geracionais, na alternância da ocupação dos lugares na lista.

E aí, para a mesa, em geral, Betânia, Magda, Vera, Carol, também, a minha indagação. Acho que hoje de manhã, até agora, estamos tratando aqui de um tema que é recorrente, que é o do transbordamento do patriarcado do mundo privado para o mundo público. Estamos falando de disso: o patriarcado deixou de ser uma dimensão estrita do privado, e está nas nossas instituições, e está no nosso mercado de trabalho, está no nosso parlamento, então, precisamos despatriarcalizar as nossas instituições públicas. Acho que é disso que se trata, e aí a pergunta que queria que explicassem: isso está institucionalizado, enraizado, cultural, social e politicamente na nossa cultura – mãe cuidadora, pai provedor? Porque foi disso que tratamos aqui ao longo dessa jornada de hoje. O que se pode fazer? Queria ouvir, assim, mais possibilidades, e, assim, para pensar o que fazer, acho que gostaríamos de saber quem o sustenta. Por que isso está sendo sustentado e mantido, da forma como tem sido sustentado e mantido, ao longo do tempo? Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado.

Senhora Anhamona Silva de Brito – Concordo com Marise, vou ser até breve, para permitir que as demais companheiras façam referências à segunda colocação da Marise, quarta, na verdade. Quando Marise disse que não estamos falando de um processo de reforma eleitoral, que vá à raiz das estruturas do poder que, efetivamente, possibilitem que as pessoas ocupem os espaços políticos institucionais, não apenas aqueles que a assunção se dá através do mandato eletivo. A reflexão que faço é que a casuística eleitoral é que gera as mudanças apenas de forma recortada na legislação eleitoral. A cada dois anos percebemos uma movimentação no Congresso Nacional, na sociedade como um todo, a fim de possibilitar que alterações na legislação favoreçam determinados segmentos em detrimento de outros. Coloco aqui, a interrogação, mas o

que percebemos acerca das últimas mudanças, inclusive, também, sobre a forma como os tribunais eleitorais, efetivamente, o TSE, no caso, decide determinadas questões, a vigência ou não vigência de tal ponto que foi legislado, a partir de quando determinado instituto passa a ter vigência, se abrange ou não, se passa a abranger ou não os fatos dados, a partir de tal momento em que a lei recai, passou a vigorar. Enfim, demonstra que é a casuística eleitoral, que é, na verdade, toda a movimentação político, conjuntural, que de certa forma dá a tônica dos processos de mudança na legislação. Concordo com você em relação a isso.

No que diz respeito à lista fechada. Sim, financiamento público de campanha só faz sentido se tivermos lista fechada. Não dão para concebermos que o Estado vai abrir de forma legal os cofres a financiar as candidaturas, se não houver um mecanismo estabelecido a possibilitar que as pessoas que estão afastadas dessas cadeiras, desses mandatos, elas também tenham possibilidade real de ter uma candidatura com estrutura que percebemos como importante, essencial para disputa eleitoral. Não dá para dizermos que a campanha da militância, do coração, da pichação apaixonada, daquela camiseta, no caso, que nós mesmos fizemos as considerações políticas ali, daquela faixa, do cartaz em cartolina, no caso, tenham a mesma capacidade de espraiamento e de obtenção de votos, de ressoar na intencionalidade do eleitorado, afim de demonstrar, inclusive, que tem possibilidades reais de vitória, não é assim que funciona. É importante lista fechada? Eu vejo que sim, como condicionante para o financiamento público de campanha, sim! Caso contrário, estaríamos legalizando o que já acontece, de certa forma, em certos níveis. Concordo com você em relação a isso, queria muito ficar aqui amanhã, para te ouvir.

E, no que diz respeito a uma fatia generosa, inclusive, do movimento de mulheres feministas que no processo das minirreformas que sempre acontecem na legislação eleitoral defendem que na constituição de lista fechada haja alternância entre mulheres brancas e negras, sabemos que se essas questões, que trago aqui, se não fizermos uma discussão mais difunda sobre a importância de permearmos a perspectiva racial de gênero nos debates em torno para além das reformas, acessos, enfim... Fica muito difícil que tenhamos, de fato, candidaturas, de mulheres negras a serem alternadas. Não dá para nós, no caso, desconsiderarmos a importância desse debate, e a importância de as mulheres negras, no caso, reivindicarem o local de agentes e atrizes que falam sobre essa

perspectiva, apresentam essa perspectiva para figurar como importante, inclusive para toda essa produção teórica, para validar, redimensionar, reinventar, visitar todas essas produções teóricas, valorosas, que, no caso, nos robusteceram, que potencializam os nossos direitos políticos, mas que é importante que nós, no caso, mulheres negras, nos posicionemos, reivindicemos esses espaços e coloquemos, também, a nossa base teórica, como uma alternativa importante para a mudança, para propiciar a mudança.

Olhe, não quero falar mais. *[risos]*

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Não contou que eu vou fazer uma pergunta. A minha pergunta é a seguinte: a lista fechada para ser democrática pressupõe sistema partidário democrático, como nós podemos garantir o sistema partidário democrático se nós, sequer, temos sistema partidário, digamos funcional? Temos um sistema partidário com uma multiplicidade de partidos, quer dizer, temos alguns grandes partidos, que realmente são os que valem, mas que na realidade tem uma importância maior em alguns lugares, menor em outros, entram em coligações. É uma questão extraordinariamente complexa, quer dizer, não sei, quer dizer, lista fechada, se não houver um sistema democrático de escolha, no fundo, você pode ter uma clique de pessoas que dirigem um partido, pequeno ou médio, que determina qual é a lista, recebe financiamento e concorre.

Senhora Anhamona Silva de Brito – Marise, queria tanto te ouvir falando isso. Mas, sobre isso, penso várias coisas. Vou tentar, na verdade, fazer apenas duas abordagens. Penso que o senhor não fez, Embaixador, sobre qualquer hipótese, uma pergunta; fez, na verdade, uma reflexão que nos dá margem para várias outras. Para amanhã, pronto, para amanhã.

Intervenções fora do microfone.

Pronto. Maravilha. Pronto, Ildete. Amanhã, o debate é esse, e aí nós conversamos no cafezinho. Ótimo!

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Ok.

Intervenções fora do microfone.

Tem outras perguntas?

Intervenções fora do microfone.

Então, por favor.

Não identificada - É rapidinha a minha pergunta. O tema da reforma política me move – estou mexida –, pois estou trabalhando com isso, mas não vou fazer pergunta sobre isso. Vou deixar para amanhã, Mona.

Estou voltando um pouco ao tema da mesa, e queria ouvir de Betânia, e de outras feministas da mesa, mas, porque você tocou com muita ênfase em uma questão, que considero um desafio no feminismo, que sempre foi um desafio. E aí queria que você desenvolvesse um pouco mais, até dizendo como é que você se sente com essa tensão entre o trabalho doméstico remunerado e o feminismo mesmo. Você, como feminista, como é que você se sente, como é que você vê? Porque vejo isso como um grande, um eterno desafio que sempre trouxemos. Eu me lembro da pergunta, anos atrás, quando entrei no feminismo, a grande pergunta, que ainda acho que é uma grande pergunta, que é: quanto teriam os governos, os estados e as empresas que gastar se fossem remunerar o trabalho que é realizado, de graça, pelas mulheres? Mas vamos pensar no trabalho doméstico remunerado, que concentra as mulheres, com trabalho significativo, no país, para a economia, e as mulheres negras, principalmente, mas, quero que você aborde um pouco como é que você vê. Você só, não, aliás, acho que é uma questão para nós mesmo, sempre que se coloca com força e está sempre presente nas discussões para as políticas públicas, nas nossas intervenções. Obrigada.

Não identificada – Eu também fiz a pergunta do patriarcado público.

Não identificada – Embaixador, podíamos dar uma sugestão: faziam as perguntas e a mesa respondia no bloco. Fica mais fácil, fica mais rápido.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Tem a do patriarcado.

Não identificada – Queria só retomar um tema que ficou em aberto, no final da manhã, e que tem a ver com esse debate. Muitas vezes quando estamos falando de trabalho doméstico de cuidado, nós nos referimos muito às crianças e aos idosos, mas, na verdade, o trabalho doméstico de cuidados é um contínuo na vida das mulheres e sempre me chama muito a atenção que as mulheres casadas, com filhos, tem uma jornada de trabalho doméstico maior do que as mulheres com filho e sem cônjuge. Isso significa, concretamente, que trabalhamos para os homens. E, de

fato, o que a Susana levantou de manhã, quando fazemos a análise sobre essa questão do trabalho e família, esse ponto dos homens não realizarem trabalho dentro de casa é a maior resistência em relação a toda a nossa trajetória. Então, claro que isso é um ponto mais difícil porque não há como obrigar os homens a fazerem trabalho doméstico, tem toda uma questão ideológica do convencimento, mas também, que eu acho que remete a uma questão para nós... Há um texto da Helena Hirata, em que ela se pergunta sobre a nossa servidão voluntária no trabalho doméstico: por quê mulheres acadêmicas, escolarizadas, profissionais continuam trabalhando para os seus maridos? Então, é um tema que temos que discutir, não dá para aprofundar muito, e acho que, inclusive, temos que colocar mais no cotidiano da nossa agenda do movimento feminista.

E a outra questão, muito rapidamente, e até *linkando* com uma questão que a Magda levantou em relação à economia solidária... De manhã colocava justamente essa ideia de pensarmos uma economia ampliada, que é o que de fato existe na nossa região, no mundo, não é só economia de mercado, tem outras relações econômicas, seja na agricultura, na economia solidária, o artesanato. Mas, no nosso país, hoje, vemos nos dados de mercado de trabalho, que ainda o mercado de trabalho é a melhor opção de inserção porque todas as outras formas são muito mais precárias e desassistidas. Então, acho que é muito importante pensarmos também essa relação do papel do Estado nessa questão de inverter de um mercado no seu centro e ser o centro bem estar, de impulsionar os outros processos. Então, só para citar um exemplo, no tema da agricultura familiar os programas mais importantes do Governo Federal que os agricultores gostam é o PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Escolar. Inclusive, porque, na competição do mercado com os grandes supermercados, com as feiras dos grandes produtores, há várias problemáticas, mesmo a questão da economia solidária; por exemplo, na Prefeitura de Osasco, está se desenvolvendo uma experiência superinteressante com as cooperativas de mulheres, já que a prefeitura compra uniformes feitos pela cooperativa. Então, também temos que esperar, desde o Estado às políticas que impulsionem essas outras formas de economia, justamente reconhecendo que a economia é dominante. A economia de mercado

não abarca o conjunto das relações econômicas e dos processos de produção.

Não identificada – Até me sinto contemplada com a pergunta dela, porque eu ia trabalhar com a história da precarização, porque qual é o futuro? Todos os postos de trabalho que estão vinculados ao que chamamos de informalidade são muito mal remunerados, quer dizer, essa questão remete um pouco para a história política brasileira. Por que o Brasil – até já fiz essa pergunta – paga salários tão baixos a sua população? Quer dizer, somos tradicionalmente um país de baixos salários.

E então, essa questão volta à história do emprego feminino, das trabalhadoras domésticas. Pela primeira vez na história do Brasil, em 2008, com o crescimento da economia brasileira (que não era nem um “crescimento Brastemp” da economia brasileira, mas era um crescimento mais significativo do que tinha havido nos anos anteriores) cresceu, o emprego doméstico não perdeu a primazia, mas estava batendo por 100 mil pessoas com as comerciárias, mas a crise de 2008 reverteu essa tendência, e as domésticas, em 2009, são mais de 500 mil, portanto, o desemprego de 2008/2009 reverteu essa tendência. E o emprego doméstico não acabou no mundo. Quando comecei a estudar emprego doméstico, na década de 79, nós já achávamos que o emprego doméstico ia desaparecer do mundo ocidental, no capitalismo. Não aconteceu nada disso. Quer dizer, as migrações, agora, é até imigração de brancas, das eslavas que vêm correndo para a Europa ocidental, e as nossas do sul que vão para o norte, e do Brasil que vão para os Estados Unidos; quer dizer, melou essa ideia, e o emprego doméstico continua como uma questão. Acho que é melhor não tapar o sol com a peneira, porque o que o emprego doméstico mostra é que há distribuição de renda, e que, enquanto tiver rico e tiver pobre, vai ter empregada doméstica ou empregado doméstico.

Agora, para os números da Renata, a média de afazeres domésticos nossos é em 20 horas, para todas as mulheres. Os seus números são interessantes, porque são de mulheres sindicalizadas – porque, se é sindicalizada, faz uma diferença, porque esse é outro lugar que nós temos perdido posição. Quer dizer, como estamos nos setores mais desorganizados da propriedade, nossa inserção no movimento sindical é uma inserção mais delicada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Vai dar o toque de encerramento.

Intervenções fora do microfone.

Senhora Vera Soares – Na ordem das apresentações, vou ver se eu respondo, então, de uma maneira como eu procurei. Quanto tempo então? Cinco?

A primeira questão que a Marlise nos traz: ela trouxe para uma discussão, qual é o plano de transformação da sociedade, e por quê? Falar desse transbordamento do patriarcado – retomo as ideias que já foram citadas aqui, pela Betania e pela Danièle Kergoat – que traz, na realidade, essas dimensões de gênero, raça e classe. Elas fazem um nó indissociável entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Então, quando a Marlise nos pergunta como superar esse transbordamento do patriarcado do público para o privado, ela nos pergunta qual é o plano e a estratégia para uma mudança da sociedade do patriarcado, do capitalismo e do racismo.

Quer dizer, não será em três minutos, que dois dos quais já foram, que teremos uma resposta. Desculpe, a pergunta é boa, mas não para dois minutos.

A Lena pergunta para a Betânia, mas estendeu um pouco para nós, e ela fala da tensão. Lena, eu falo em mal-estar. Então, essa relação com as trabalhadoras domésticas remuneradas, é um mal-estar que, como disse a Ildete, cresceu no mundo; se na Europa, nos Estados Unidos não existiam esse tipo de trabalho, está aí a divisão internacional do trabalho, e as migrações mostraram que países como a Bolívia, o Peru e os países do Leste Europeu são países que fazem essa importância de pessoas que estão trabalhando, internacionalmente, no mundo do trabalho. Isso tem a ver com a crise do Estado, com a crise do mercado de trabalho, e com essa ideia de que... discutimos aqui, no Brasil, que ela tinha a ver com o processo de escravidão, que, no nosso país, foi extenso e longo. Por tempo mais longo vivemos o período de escravidão do que vivemos sem ele, mas o trabalho doméstico também tem essa dimensão agora internacional.

Agora, esse mal-estar, que se, na realidade, perguntarmos para todas nós, estamos aqui, como disse a Terezinha hoje de manhã, porque tem uma pessoa que está me substituindo em fazer as coisas. Eu mudei

recentemente de São Paulo para Brasília e senti no cotidiano o que significa não ter alguém com quem repartir, dividir ou repassar essas tarefas. Então, Lena, é mal-estar absoluto. No meu juízo, não é uma tensão, e é um mal-estar internacional.

A Analu quando ela comenta... só queria comentar uma observação que Analu fez em relação a outras formas de economia, e queria dizer que, no ano passado, estava trabalhando e coordenando uma incubadora de cooperativas populares, portanto, trabalhando com economia solidária na Universidade de São Paulo, e a conferência do ano passado, acho que temos que recuperar. A Conferência Nacional de Economia Solidária trouxe uma contribuição que acho essencial, assim, superimportante, para nós. O Estado tem que reconhecer o direito de as pessoas se organizarem de outras formas, para gerarem os seus rendimentos, ou seja, a conferência reivindicava o direito do trabalhador associado, aquele que se organiza junto com outros, de outras formas. Então, acho que os resultados da conferência são importantes para trazer essa dimensão de que há necessidade de reconhecer; o Estado reconhece o trabalho assalariado e sobre ele legisla e faz uma série de questões. Então, os trabalhadores que estão trabalhando no trabalho associado, no qual se inclui a produção familiar, entre outras, acho que é uma lição que temos que trazer conosco e então, agora, estando no governo pensar que essa é uma reivindicação perfeitamente justa e que tem que ser construída, e que espero que os trabalhadores associados e as trabalhadoras associadas mantenham esse vigor na proposição e criação de novos direitos, que é essencial das pessoas se reunirem e se organizarem para gerar renda de outra, mas, no entanto, tem que ser garantido um conjunto de direitos para sua, ou seja, o trabalho assalariado não pode ser o único meio para o exercício da sua cidadania como hoje é, embora, um pouco mais, chegando a 40% agora, nesse ano, de trabalhadores e trabalhadoras que vivem em uma relação formal de trabalho, onde você reconhece uma série de outros direitos.

Falamos pouco disso hoje, mas obrigada, Analu, por ter trazido essa questão.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Eu acho que – alguém mais vai, aqui na mesa?

Por favor.

Não identificada – Em relação à questão da Marlise, o transbordamento do patriarcado privado para público. Queria dizer o seguinte: na minha perspectiva, não há esse transbordamento. Da minha perspectiva, o patriarcado sempre dominou o mundo público. Tanto é que os homens sempre foram quase absolutos e continuam majoritários e, a partir do mundo público, o patriarcado, os homens sempre regularam e controlaram o mundo privado. O que acho que acontece é que a entrada das mulheres, na esfera pública, vai tencionar essa questão do patriarcado no mundo público. Mas isso é, quem se deslocou mais expressivamente, e mais visivelmente, por causa do feminismo que visibilizou, foram as mulheres que se deslocaram do privado para o público. Mas o patriarcado sempre dominou o público e o privado, e, através do privado, controlou e normatizou a vida privada da porta da sala até o quarto de dormir, passando pela cozinha; então, todas as normas e regras estão lá. Então, esse patriarcado sempre esteve lá e continua lá no mundo público, nesse sistema capitalista em que estamos. Então, na minha perspectiva, é isso. Basta ver como é que são as mulheres que tencionam, é a presença das mulheres que tenciona esse patriarcado no mundo público. Na campanha para eleição presidencial, o que é que foi utilizado, do ponto de vista do patriarcado, para desqualificar a candidatura de uma mulher com trajetória da Presidente Dilma, que é sujeito da sua própria história, não herdeira da história de ninguém? Mas, o patriarcado foi lá, buscar no fundo da sua própria concepção, os argumentos para desqualificar a sua candidatura.

Em relação à questão do trabalho doméstico, Lena, primeiro queria concordar com a visão que foi colocada pela Analu, pela manhã, e a Vera retomou, quer dizer, acho que como perspectiva histórica, como referência, nós queremos superar essa relação, porque queremos superar as relações de trabalho tal qual elas estão aí tanto no mundo produtivo como no mundo reprodutivo. Então, hoje, acho que nessa questão, entre trabalho doméstico e feminismo, concordo com a Vera, é um mal-estar, mas é um mal-estar que gera tensão, que são as tensões das relações de classe e de raça, no interior do feminismo, porque sempre acrescento, porque, no discurso pós-moderno, as mulheres são diferentes e desiguais. As feministas e marxistas, desde a origem, dizem, sempre botaram lá, a questão de classe para mostrar; depois, vêm outras questões que são colocadas, mas então, acho que é uma desigualdade, é uma tensão e um mal-estar que se expressa na relação política e, evidentemente, se

expressa nas relações privadas entre as mulheres. Acho que é uma relação dramática, porque independente das boas intenções, ela está construída em uma estrutura de desigualdade, que não há intenção pessoal que supere isso; pode até torná-la mais cruel ou menos cruel, mas ela é de desigualdade e é, incontornavelmente, desigual.

Acabei de ler, inclusive, recentemente um livro que se chama “A casa da Virgínia W”, um romance baseado no diário de uma empregada da Virgínia Wolf, empregada dela durante 18 anos, e que a autora fez isso, inclusive, motivada, porque o que era aquela relação em um círculo de pessoas que defendiam a causa operária, que falavam da libertação, é um romance, mas baseado nesses dados, e realmente uma coisa que acho importante do romance é que mostra a dramaticidade, a desigualdade profunda dessa relação, porque são interesses contraditórios. E acho que mostra que os interesses contraditórios estão tanto no campo da relação do trabalho produtivo, como no campo das relações do trabalho reprodutivo.

E, sobre a questão da Analu, também quero reforçar isso, realmente as mulheres não cuidam e não trabalham no trabalho doméstico só para as crianças e para os idosos, trabalham para os homens. As mulheres liberam o tempo dos homens, e essa é uma dimensão fundamental e que temos que avançar na teorização do que é a exploração na relação do trabalho reprodutivo doméstico, porque inclusive passa pela capturação do trabalho da outra nessa relação, que não é igual à forma de exploração no trabalho produtivo, por isso, inclusive, menos visível, porque não temos ainda um conceito que, de fato, dê conta de que relação de exploração se estabelece aí. Mas, o que nós pudemos ver em uma pesquisa que fiz com as empregadas domésticas, isso se revela é que a falta de tempo é uma dimensão da pobreza das mulheres, sem dúvida. É uma das questões que eu colocava para as mulheres, era sobre o tempo para isso, o tempo para aquilo, e, no final, eu perguntava: e o tempo para você? E era um tempo que não estava concebido. E uma delas usou uma frase que acho absolutamente elucidativa disso, ela disse: “tempo para nós? Esse tempo existe?”. Quer dizer, é realmente uma dimensão da pobreza das mulheres. Os homens quando fazem trabalho doméstico, fazem em tarefas muito pontuais, e que não são as tarefas indispensáveis para manter a vida no cotidiano. E aí essa questão da servidão realmente mostra que temos que ver não só a dimensão objetiva, mas a dimensão, também, subjetiva que constitui essa espécie de servidão, inclusive que naturalizada como algo

próprio do afeto feminino. Então, realmente, é uma questão dramática e da maior importância quando estamos pensando criticamente a sociedade em que vivemos.

Não identificada - É, na verdade, assim, várias das ideias que penso já foram colocadas, colocaria as mesmas ideias com palavras diferentes. Mas, a pergunta que você fez, Marlise, que pega essa história da invasão do patriarcado nas instituições, no espaço público e de como acabar com isso... Assim, não acabamos com esses fenômenos ideológicos; eles têm uma propriedade que é: *intervenções fora do microfone*. É pior do que fênix, porque se você acaba com uma parte, ele renasce de uma forma ainda mais sofisticada, de forma ainda mais velada, mais sutil e, realmente, não consigo imaginar. Nós lutamos por isso no cotidiano, mas resolvemos uma parte, e estamos sempre pensando ainda estar lançando mão de instrumentos que são paliativos, que não são instrumentos que vão, de fato, na raiz dos problemas, porque a raiz do problema é algo muito próprio – eu também sou cientista política – do nosso objeto de estudo, que são as relações de poder. Então, para resolver isso teria que, de fato, alguém abrir mão do poder, seja esse alguém homem, seja a população branca etc.

E sobre os fluxos migratórios do trabalho doméstico. Ele tem uma característica muito peculiar, a gente fala que, no Brasil, o trabalho doméstico ocupa, majoritariamente, as mulheres negras, e que, nos países da América Latina, as indígenas estão na mesma situação. Mas se formos ver esse fluxo migratório que tem na Europa, ainda são de grupos racializados, são de grupos considerados, que não tem o mesmo patamar; você não está ali empregando como trabalhadora doméstica quem você vê como igual. Ainda tem uma coisa, que está aí por baixo, que é muito sutil, que não está unicamente relacionado com a cor da pele.

Agora, tem esse fluxo que sai daqui que vai para os Estados Unidos, tem toda essa história... Gente, eu não consigo. Às vezes, eu paro para pensar, Betânia falou de um livro, até achei que ela fosse comentar desse livro, chama-se “Resposta”, que fala das trabalhadoras domésticas na década de 60 nos Estados Unidos, que eram todas negras e que tinham os mesmos dilemas que a maioria das trabalhadoras domésticas tem aqui. Não sei como eles conseguiram fazer para acabar com o trabalho

doméstico negro nos Estados Unidos ainda, porque realmente quem se ocupa dessa atividade lá são as latinas, são as brasileiras que vão para lá, não são as mulheres negras americanas. Isso é uma coisa que queria conseguir entender como se deu essa transição.

Não identificada – Queria falar para Analu, porque acho que ela colocou uma questão muito importante. Acho que temos duas grandes polarizações da presença da mulher no mercado de trabalho: uma polarização é das mulheres, vamos dizer, vitoriosas, que aumentaram sua escolaridade, que entraram no universo masculino, que enfrentaram uma série de barreiras e conseguiram deslanchar no mercado de trabalho. Mas, temos outra ponta da cadeia e do mercado de trabalho, onde existe um grupo muito grande de mulheres pobres, pouco qualificadas, baixa escolaridade, que estão, principalmente, no mundo urbano das grandes cidades, das metrópoles, etc. Então, essas mulheres se integram ou no serviço, de maneira geral trabalho doméstico, que sempre falamos, ou elas hoje tem uma opção que é o trabalho associado. Agora, a conformação desse trabalho associado pelo que pude observar nas pesquisas realizadas, há uma heterogeneidade muito grande nessa organização do trabalho associado. Então, você tem trabalhos associados, cooperativas que o Estado é indutor dessa política, como uma política pública, fazendo face, então, é outra possibilidade face ao mercado capitalista ou ONG's das mais diferentes origens, que também fomentam essa forma de trabalho cooperado ou associado e aí tem um leque imenso de condições de trabalho, de vulnerabilidades, de renda, da forma como as mulheres trabalham e vivenciam essa realidade. Acho que é uma heterogeneidade muito grande. Acho que temos que nos debruçar sobre isso, porque isso abre um campo sim que pode ser promissor para a entrada dessas mulheres, saindo da exclusão, saindo de uma situação de serviços extremamente precários para uma entrada no trabalho cooperado, mas que também é indutor de empoderamento dessas mulheres. Acho que esse é um caminho que pode ser profícuo, mas que ainda tem muitos dilemas a serem enfrentados. É o que eu gostaria de falar.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Bom, eu creio que encerramos o nosso longo debate, que foi muito interessante, e que

promete muito para amanhã. Eu acho que vamos, talvez, continuar pelo fim de semana [*risos*], então, agradeço a todos os participantes tanto da mesa quanto dos debates e suspendo a sessão até amanhã, às 9 horas. Muito obrigado.

10 de junho de 2011

Manhã

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Bom dia. Gostaria de pedir a todos que ainda estão no corredor que tomem seus assentos, porque vamos iniciar o terceiro painel do seminário, que é intitulado “Acesso às Esferas Decisórias, Processos Políticos e Outras Instâncias de Poder”. Como vocês recordam, ontem, por razões de força maior, uma das palestrantes sobre esse tema, a senhora Anhamona, abordou o tema que foi, inclusive, debatido e objeto de várias perguntas e observações. Então, vamos prosseguir com as palestrantes desse painel, que tem também um palestrante, não são todas mulheres, o senhor Luiz Felipe Miguel. A primeira palestrante é a senhora Renata Rossi, Subsecretaria de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Tenha a palavra.

Senhora Renata Rossi – Bom dia.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Eu queria pedir, só por uma questão de metodologia, que as intervenções se mantivessem em torno de dez a quinze minutos, para termos tempo para o debate.

Senhora Renata Rossi – Bom dia a todas e a todos os senhores aqui presentes. Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome do Ministério

de Políticas para as Mulheres, pela oportunidade de estarmos aqui hoje fazendo esse debate que está sendo muito rico, com uma composição de mesas muito interessante. Queria saudar Gilberto Saboia e agradecer mais uma vez pelo convite. Esperava falar um pouco depois da professora Marlise, que nos ajudará aqui e nos brindará com uma apresentação teórica sobre a participação das mulheres nos espaços de poder. Nós trouxemos alguns dados que subsidiaram esse debate.

Primeiro que o Ministério de Políticas para as Mulheres entende que o debate sobre a participação das mulheres nos espaços de poder é um debate central, que faz parte, inclusive, como um dos eixos do nosso Plano Nacional de Política para as Mulheres, que foi aprovado no âmbito da 2ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Nós elaboramos um eixo que trata da importância de garantirmos a participação das mulheres nos espaços de poder, tendo em vista a promoção de transformações das estruturas de poder, de modo que possamos e que as mulheres sejam protagonistas no processo de desenvolvimento do país e, além disso, na promoção de uma mudança na cultura política no país.

Se é verdade que o Brasil hoje caminha para se tornar a 5ª economia do mundo, se é verdade que o Brasil avançou no processo de redução da pobreza e de erradicação da miséria, é verdade também, e as eleições de 2010 provaram isso, que ainda existe uma demanda por uma mudança na cultura política da sociedade brasileira, de modo que esse avanço e essa promoção e desenvolvimento do país estejam acompanhados de uma mudança da cultura política, enfrentando o sexismo, a homofobia, o racismo e a xenofobia, que vimos, nesse processo eleitoral, aparecer de uma forma muito intensa. De toda forma, traremos aqui e apresentaremos alguns dados que revelam uma posição nossa de que é preciso superar a visão formal da participação das mulheres nos espaços de poder e consolidar a participação da mulher no desenvolvimento do país, embora compreendamos que as leis de cotas, a legislação eleitoral, que amplia o número de mulheres nas chapas de candidaturas, sejam importantes. Consolidando que esse é o único caminho para, de fato, consolidarmos a democracia na medida em que, com essas ações, expressamos as demandas coletivas da sociedade, não apenas porque as mulheres são 52% da população, mas porque isso reflete – não é possível pensar em democracia sem incorporar um conjunto de questões específicas e exclusivas desse setor da sociedade. A nossa contribuição é para

debatermos e apresentarmos as causas, que chamamos de estruturais, históricas e culturais, que determinam a participação de mulheres nos espaços de poder. Considerando que as desigualdades históricas entre homens e mulheres, que determinam as dificuldades que as mulheres enfrentam para ocupar esses espaços de poder, tanto do ponto de vista cultural, através da necessidade de mudança dos valores e crenças que colocam as mulheres em posição inferior ao homem, sobretudo quando observamos historicamente que as mulheres se restringem a um espaço privado enquanto os homens estiveram voltados aos espaços públicos. Os indicadores nas áreas de trabalho e acesso a serviços e equipamentos públicos, que mostram a desigualdade com as mulheres no acesso a esses serviços e espaços. E a sua expressão máxima de desigualdade entre homens e mulheres, que é a violência contra as mulheres e, mais do que isso, a naturalização das mulheres como objeto de violência sexual e doméstica. Na parte da tarde, vamos aprofundar mais sobre esse tema, que consideramos ser a expressão máxima dessa desigualdade entre homens e mulheres e que impacta diretamente na possibilidade de as mulheres acessarem os espaços de poder. Mais do que isso e, além disso, as desigualdades entre as próprias mulheres. Então, percebemos que além de superarmos as desigualdades entre homens e mulheres, há, entre as próprias mulheres, desigualdades entre as mulheres brancas, negras, indígenas, urbanas e rurais, heterossexuais e lésbicas, as diferenças regionais e as diferenças geracionais.

Trouxe alguns dados, que vou tentar passar de forma mais breve, para que possamos cumprir o nosso tempo. O primeiro deles diz respeito ao trabalho – esses dados são frutos de um trabalho realizado em parceria da SPM com o DIEESE, que aglutinou e organizou um conjunto de indicadores sociais, através da PENADE, do IBGE, do IPEA, algumas fontes de dados que compilamos nesse trabalho, que será lançado no próximo mês, inclusive, pela Ministra Iriny Lopes e pela geração do DIEESE, mas que já podemos adiantar alguns dados que mostram essas desigualdades que as mulheres enfrentam, do ponto de vista estrutural e que determinam a sua participação nos espaços de poder. Então, passando muito rapidamente, o percentual de mulheres economicamente ativas e não economicamente ativas, comparando com os homens, formam hoje 47% da população brasileira, enquanto dos homens, 28%. Distribuição das ocupadas, por atividade econômica – então, hoje, percebemos que

de todas as mulheres ocupadas, a maior parte delas se encontra nos trabalhos domésticos, e não são contabilizadas as donas de casa, mas a metodologia incorpora apenas as trabalhadoras domésticas mesmo, que hoje forma cerca de 6,7 milhões de mulheres, que foi tratado na mesa de ontem. O rendimento médio das mulheres, e das mulheres negras, em especial, é extremamente inferior ao rendimento médio dos homens. O tempo médio, a nossa análise sobre o uso do tempo das mulheres, que determina o tempo disponível que elas têm, inclusive, para participar de espaços, de organizações sociais, tempo dedicado aos afazeres domésticos, inclusive, das economicamente ativas, muito superior ao dos homens. Alguns dados dos acessos aos equipamentos sociais, que também determinam a possibilidade das mulheres terem o seu tempo livre para participar de outras atividades, que não as domésticas. O debate de ontem apontou a importância da constituição de equipamentos sociais, para que as mulheres possam, em primeiro lugar, se dedicar a atividades laborais fora de casa e, mais que isso, possam se dedicar a organizações sociais e com isso alcançar espaços de poder. Alguns dados sobre as creches, de como é deficitário o acesso das mulheres às creches, principalmente para crianças de zero a três anos. Idem para a questão do abastecimento de água, com destaque para as mulheres do campo. Vou passar muito rapidamente e depois poderemos socializar esses dados. Ainda como equipamentos sociais, destacamos o acesso à máquina de lavar roupa. Acredito que ontem foi tratado aqui sobre a importância da constituição de lavanderias comunitárias, assim como restaurantes populares, creches, ou seja, como mais um tipo de equipamento social que não é acessado pelas mulheres, com destaque às mulheres pobres. Elas precisam passar, de fato, uma parte do seu tempo organizando suas atividades domésticas, de modo que a elaboração e implementação de políticas públicas – e aí o papel do Ministério de Políticas para as Mulheres, nesse sentido – visa à constituição dessas políticas visando reverter esse quadro de desigualdade de direitos e com isso ampliando o que chamamos de autonomia econômica, política, social e cultural das mulheres. Mais do que isso, a possibilidade de garantir que essas políticas públicas e essas ações se deem tanto no âmbito do governo federal, quanto dos governos estaduais e municipais, fortalecendo, assim, a rede de políticas públicas para as mulheres.

Então, como já foi dito, o nosso intuito, a nossa missão e o nosso objetivo é construir ações específicas que permitam a ampliação do acesso ao mercado formal de trabalho, a constituição desses equipamentos sociais, a educação não racista, não sexista e não homofóbica, a atenção à saúde da mulher e o enfrentamento à violência contra as mulheres como condição para que possamos reverter o quadro de desigualdades entre homens e mulheres. De modo que, inclusive, expressando a nossa formulação no PNPM, que é o Plano Nacional de Política para as Mulheres, que diz que ponderará sobre os fatores que geram a exclusão social e produzem as desigualdades de oportunidades de acesso e permanência ao trabalho e renda das mulheres, é assim que se espera que todas as pessoas excluídas adquiram um olhar crítico sobre a sociedade e que desenvolvam a capacidade de se recuperar, de lutar pelo seu reconhecimento, atuar como agentes sociais, com direito a participar de igual para igual no desenvolvimento do país. Então, é essa a contribuição de ressaltar a importância de constituir condições estruturais para que as mulheres possam se dedicar às atividades políticas, organizativas, enfim, que possam avançar na participação política, que comporta várias frentes. Aí, já entrando em um debate mais específico que essa mesa traz, a participação pode se dar através das organizações sociais, dos partidos, dos cargos e da ocupação dos mandatos eletivos no parlamento, seja nos municípios, nos estados e no poder executivo. No Brasil, atualmente, esse é um dado de 2008, mas podemos ainda afirmar que a presença de mulheres ocorre de forma mais expressiva nas organizações e associações da sociedade. As variáveis que explicam essa sub-representação – a professora Marlise vai aprofundar esse tema em seguida e eu vou apresentar somente alguns pontos – que é a cultura patriarcal, que é a participação das mulheres nos espaços privados e a sub-representação e a pouca participação nos espaços públicos; o peso do poder econômico no processo eleitoral; e mais adiante veremos como, no debate da reforma política, que o financiamento público de campanha é um passo fundamental para garantir que as mulheres tenham acesso a um financiamento de campanha, porque, atualmente, as mulheres têm mais dificuldades de acessar essas formas tradicionais de financiamento de campanha; o tempo das mulheres dedicado a ações políticas. Então, vimos lá atrás, como o tempo das mulheres está dedicado aos afazeres domésticos ou ao mercado de trabalho e ainda assim, as mulheres

ocupadas destinam grande parte do seu tempo às atividades domésticas; a própria trajetória política; e os agravantes que são os preconceitos de classe, de raça, de orientação sexual e geracional na trajetória política das mulheres.

Então, eu trouxe alguns dados, também desse estudo que elaboramos, que mostra a participação das mulheres na chefia de empresas. Um dado de 2009, que mostra que as mulheres ocupam apenas 21% na chefia de empresas. Vou passar esses dados bem rapidamente, porque em seguida temos uns dados sobre participação nos espaços políticos e que acho que nos interessa mais. Bom, aí a participação das mulheres, o número de mulheres reitoras, em 2010. A participação das mulheres em sindicatos, e com destaque aqueles sindicatos que não tem mulheres na sua diretoria. Quase a maioria, que na verdade possui 25% de mulheres compondo a sua diretoria. A participação das mulheres em um comparativo entre Brasil e América Latina nas instâncias dessas horas de partido. Percebemos que o Brasil está bem atrás de outros países como Bolívia, Honduras, Peru. Finalmente, a participação das mulheres nos espaços de governo. Esses dados foram recolhidos até 2010 e, certamente nesse ano, a partir de 2011, a nova composição do governo já alterou esse quadro, mas de toda forma o histórico mostra que 14% das mulheres ocupavam os gabinetes ministeriais, mas esses dados refletem na verdade no número de ministros e ministras. Aqui, a participação dos DAS, que são os cargos de confiança, comissionados. Percebemos que enquanto os homens ocupam a maior parte dos chamados DAS6, que é o mais alto posto nessa escala, as mulheres ocupam no DAS1 e DAS2, que são aqueles menos remunerados, com atividades menos complexas. Na participação das prefeituras e câmaras – dados da última eleição de 2008 apontam que 9,1% das mulheres foram eleitas prefeitas, enquanto que 90% são os homens e 12% da vereança são ocupados por mulheres, enquanto 88% são ocupados por homens. Na participação no Senado, esse quadro não é diferente. 85% são compostos por senadores, enquanto 14% são compostos por senadoras. Na Câmara de Deputados, esse dado é extremamente desigual, sendo 91% dos homens ocupando a Câmara de Deputados e 8% de mulheres. O que impacta decisivamente no debate sobre a reforma política, que veremos mais adiante, uma vez que quem decide sobre a reforma política são os homens que hoje ocupam esses espaços. Isso significa que eles estariam legislando contra eles mesmos,

como alguns deles costumam apresentar, ou seja, seria uma forma de composição da Câmara de modo que as mulheres precisariam ocupar uma parte desses espaços que hoje são ocupados pelos homens. Idem para as assembleias legislativas e, embora o Brasil tenha sido um dos primeiros países a garantir o direito político para as mulheres, do ponto de vista comparativo com outros países da América Latina, o Brasil ocupa um espaço, um desempenho ainda intermediário – e bem atrás de outros países da América Latina, como podemos ver. O percentual de candidatas nas eleições – esses dados foram recolhidos em meados de 2009. o Brasil ocupa o último lugar. No percentual de mulheres eleitas para as Câmaras de Deputados, o Brasil aponta em penúltimo lugar, em relação aos países da América Latina.

Bom, a dificuldade das mulheres de acessar esse espaço de poder é que elas, na verdade, são excluídas desde o primeiro momento. Sem a menor chance de disputa, menor chance de captação de recursos para suas campanhas, menor condição dentro dos partidos – o que significa que o tempo de TV dedicado às mulheres não é o tempo de TV destinado aos homens. A baixa participação das mulheres nos partidos, e então temos os partidos políticos como elemento central de organização desses movimentos, de organização das mulheres, de organização dos processos de disputa eleitoral, determinando as poucas candidaturas. Na verdade, é fundamental dizermos e o debate que explica as desigualdades entre homens e mulheres tanto na vida, como no processo de disputa pelo poder, é importante para mostrarmos e quebrarmos aquela ideia de que as mulheres não são candidatas porque não querem ser candidatas, ou porque não gostariam de ser candidatas, ou porque não faz parte do perfil das mulheres ser candidatas, mas, na verdade, debater as condições que não são apresentadas às mulheres, de modo que elas são poucas, em relação aos homens candidatos. Como havia dito, sobre a seleção econômica, que determina a desigualdade na disputa. No processo de reforma política, que é um debate que está colocado, é fundamental que as mulheres se organizem e apresentem esse debate, mais do que uma mudança de regras, é fundamental alterar as condições e a cultura política da sociedade, de modo que as mulheres possam participar do processo eleitoral.

Outro debate que é fundamental ser feito, e que não faz sentido fazer o debate, por exemplo, sobre lista fechada e alternância se não houver um debate sobre o financiamento público de campanha, porque, na verdade, o

que vemos é uma espécie de mercantilização da política, de modo que as empresas e os financiadores de campanhas se constituem como eleitores privilegiados. Ou seja, temos os nossos votos, mas aqueles que financiam as campanhas participam de outra forma, inclusive, determinando os rumos e definindo o resultado e, portanto, o perfil da composição desses espaços de poder. Finalizando, é fundamental que a reforma política dê conta de alterar as regras e condições – isso através do financiamento público de campanhas, através de uma lei de cotas eficaz, não basta garantir que os partidos tenham 30% na composição das suas chapas, se não houver uma fiscalização e uma punição para esses partidos que não cumprem essas medidas. Os partidos utilizam, inclusive, dos mais diversos artifícios quando se trata de garantir a ampliação de mulheres nas chapas de disputa de candidaturas proporcionais. É fundamental que a reforma política dê conta de debater a lista fechada com alternância de sexo – é importante ficar claro a alternância de sexo, porque a lista fechada paritária não basta, uma vez que o lugar que as mulheres ocupam nessa lista não estaria definido, então a alternância é fundamental para garantir que tanto homens, como mulheres estejam em condições iguais de participação e eleição. Ampliação do fundo partidário para atividade de formação política para mulheres e – já existe a lei que determina isso – uma punição e fiscalização para os partidos que não cumprem com essas medidas. A ampliação do número de mulheres candidatas e o incentivo e a garantia de incorporação das mulheres no processo de participação nos partidos e garantia do tempo de televisão, também, como uma condição e um elemento fundamental para garantir viabilidade e visibilidade para as candidaturas femininas.

Muito obrigada e depois, no debate, poderemos aprofundar outras questões.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação. Passo a palavra para a senhora Marlise Matos, Chefe do Departamento de Ciência e Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

Senhora Marlise Matos – Bom dia a todos. Gostaria de iniciar agradecendo à Fundação Alexandre de Gusmão pela oportunidade de, não só vir debater com vocês, mas de estar aqui, no Itamaraty, que acho

um lugar especialmente bonito. E agradecer ao Embaixador Gilberto Saboia, em nome de quem eu saúdo os demais membros da nossa mesa, aqui hoje apresentados.

Não pretendo fazer uma discussão baseada em números, nem em dados empíricos. Foi até bom, Renata, você me preceder, porque vou falar muito pontualmente de números. A minha proposta de discussão é que seja mais teórica. São cinco pontos. Vocês têm o texto aí naquele resumo, na compilação dos textos que foram entregues nas pastas ontem. São cinco pontos, não garanto que chegarei até o final dos cinco, mas eles estão discutidos no material que vocês receberam.

O primeiro deles, e que julgo ser de maior importância, é tratar, ou pensar, a sub-representação política das mulheres como uma questão para além de ser um elemento comprometedor da qualidade democrática do nosso país. Eu tendo a crer que já passamos da necessidade de avaliar, exclusivamente nessa dimensão e nessa perspectiva, mas entender, também, essa sub-representação como uma questão de justiça social. Aí é um componente, também, importante e absolutamente necessário, um ingrediente fundamental para processos de desenvolvimento sustentável, que o país precisa desenvolver como um desafio nos próximos anos. Então, esse seria o primeiro ponto. Não é só um déficit democrático, é uma questão política e de injustiça social e, se nós desejamos um projeto de desenvolvimento eficaz e sustentável ao longo do tempo, ele terá que ser, necessariamente, construído com as mulheres e não apesar das mulheres.

O segundo ponto. Tenho tentado insistir muito na necessidade e na urgência – ontem tentei mencionar esse ponto aqui – da despatriarcalização das nossas instituições estatais, ou seja, precisamos destradicionalizar o Estado brasileiro. Nosso caso emblemático da ausência das mulheres – acho que nem se trata de sub-representação, mas de ausência de mulheres nos espaços de poder, que são dados que a própria Renata mencionou, são emblemáticos do quanto o nosso Estado está absolutamente permeado e atravessado por essas dimensões patriarcais. Ontem, também, quando mencionava essa ideia de um transbordamento do patriarcal, do privado para o público, não necessariamente significava dizer que existiria uma temporalidade para isso, mas vou tentar mencionar na minha fala a ideia do contrato sexual, precedendo, inclusive, o contrato social. Essa ideia é uma ideia cara, para nós feministas, e é um ponto em que, se der tempo, nos estenderemos um pouco mais.

O terceiro ponto, esse acho que não vou explorar, mas também está aí no texto. É entender que a cidadania incompleta das mulheres, essa política completamente inacabada... Nós conquistamos o direito a votar, mas não conquistamos o direito a nos eleger. Há uma distancia gigantesca desde 1932, para podermos ser eleitoras e sermos eleitas. No Brasil esse dilema se ocupa na teoria, a partir de dois polos teóricos que tem de um lado, o liberalismo, e do outro, o comunitarismo republicano. No texto eu tento mostrar que há uma vertente convergente entre esses dois polos, que é a vertente das teorias críticas feministas contemporâneas e mostrar que existe uma possibilidade de entendimento para além dessa cilada teórica colocada pelo liberalismo e o comunitarismo.

O quarto ponto. Acesso desigual das mulheres ao poder, muito em convergência com o que foi o debate das mesas ontem, tem uma relação direta e imediata com o acesso desigual dos homens aos espaços do mundo privado. Então, essas duas dimensões estão absoluta, sincronica e convergentemente associadas e, infelizmente, é um modo muito perverso, de modo que poderíamos falar de modos pós-tradicionais de opressão das mulheres e eu, talvez, me estenda um pouco mais nesse ponto.

Ao final, o papel do Estado nisso tudo. Qual é o papel e a relevância do Estado nessa dimensão. Então, se conseguir chegar até o final, pretendo explorar esses pontos. Eu vou pular mais esse da discussão teórica do liberalismo e do comunitarismo. Então, nesse sentido, para que possamos entender essa pouca representação das mulheres na política – isso como um dado que já é histórico –, seu estado subordinado na economia, na família, em minha opinião, provavelmente, não mudarão se não expandirem muito uma representação política efetivamente pluralista, se a participação das cidadãs brasileiras na construção das políticas públicas permanecer limitada. Nesse sentido, para compreender o porquê que nesses espaços institucionalizados e formais da política, a exemplo do parlamento, elas estão em desvantagem, seria, também, necessário entender porque as mulheres, de forma abrangente, generalizada, mesmo após três grandes ondas (e já tanto falar de uma quarta onda do feminismo), se encontram ainda, sistematicamente, em desvantagens sociais, políticas, simbólicas e econômicas em relação aos homens. Então nisso, os dados de ontem, também, e alguns que a Renata apresentou aqui, são evidências empíricas dessa subordinação. Então considero a situação da sub-representação política das mulheres um elemento comprometedor

dos nossos avanços democráticos e, também, da nossa construção de justiça social, no que tange a gênero. Isso acontece aqui no Brasil, mas infelizmente também acontece em vários países do mundo. Acho que é preciso compreender e situar essa persistente ausência das mulheres nos espaços de poder e decisão, para além de ser um exclusivo déficit da democracia brasileira, como um problema de exclusão e de injustiça social e, também, um fenômeno que compromete qualquer projeto de desenvolvimentos sustentável em longo prazo em nosso país. Nesse ensaio, nesse texto, a tentativa é estabelecer alguns parâmetros para compreender a representação política e de acesso às esferas decisórias como instrumentos de democratização, instrumentos de inclusão social e política, a demais, de meios de promoção de desenvolvimento de justiça social.

Só para não ficar sem nenhum dado, gostaria de chamar a atenção de que, em termos populacionais e econômicos, o Brasil é um dos países que mais cresceram ao longo do século XX. A população brasileira passou de 17 milhões de habitantes em 1900 para 170 milhões de habitantes em 2000, isso ainda sem os dados do CENSO desse ano, cresceu, portanto, em 100 anos, dez vezes. Vamos alcançar o nosso ápice populacional em 2040 com cerca de 220 milhões de habitantes. Essa magnitude do desempenho demográfico e populacional não impediu, felizmente, o nosso crescimento econômico. O PIB brasileiro aumentou em cerca de 127 vezes ao longo desses mesmos 100 anos; o que condicionou uma ampliação da renda de 12,7 vezes no mesmo período. Então, crescemos economicamente, demograficamente e do ponto de vista da riqueza do Brasil. O problema é que esse crescimento não está distribuído igualmente e as desigualdades sociais, direcionais, de raça, de gênero estão aí presentes como nós, perfeitamente, percebemos ontem e, também, em alguns dos dados. Então, acho que a ausência das mulheres no poder tem uma dimensão importante, está associada a esse tipo e a esse modelo de crescimento, que foi construído, ao longo dos anos, no Brasil. O modelo de desenvolvimento e de crescimento que se faz, apesar das mulheres e não com elas.

Parece-me claro, então, que precisamos pensar o jogo democrático, a justiça em nosso projeto de desenvolvimento, a partir do modo como os grupos sociais, e aí suas múltiplas dimensões e perspectivas, gênero, raça, sexualidade, etnia e geração, experimentam, ou não, uma estrutura

institucional e real de oportunidade de liberdades, que em nossa conjuntura atual, deveriam estar apresentadas e difundidas pelas instituições do estado, e não estão, esse é que é o fato. Tratar dos temas da democracia, da justiça e do desenvolvimento ignorando a configuração dinâmica e concreta das sociedades contemporâneas, desconhecendo as experiências e as demandas, que vêm trazendo contemporaneamente e apresenta como consequência inevitável a produção tanto de um sistema teórico fechado em si mesmo – que eu me digladio com ele na Ciência e Política o tempo todo, um sistema teórico que é abstrato e, em minha opinião, irrelevante para a análise da vida política cotidiana, como afirmava ontem aqui na mesa – quanto um formato de estado e de gestão pública, em suas mais diferentes instituições, refratada e distanciada das demandas societárias concretas, que desafiam o nosso projeto de crescimento. Significa constatar, também, que o desenvolvimento econômico, por si próprio, é incapaz de gerar automaticamente padrões societários e políticos de mais inclusão cidadã e de justiça social. Portanto, vou afirmar que o reconhecimento simbólico dos grupos minoritários e a ampliação e efetivação dos seus direitos humanos é absolutamente uma condição necessária nessa busca efetiva pela democracia e por padrões sustentáveis de desenvolvimento nos estados contemporâneos. Eu também tenho afirmado se, de fato, é isso, se esses grupos minoritários deveriam fazer parte constitutiva da gestão e dos projetos de desenvolvimento que compõem o horizonte dos governos. Parece claro e urgente que temos que ter estratégias mais incisivas de despatriarcalização e de destradicionalização desse Estado. A renda relativamente recente, importante mencionar isso, a dinâmica de aproximação dos movimentos feministas e de mulheres com as distintas esferas de estado, de sua agenda governamental, justamente por quê? Porque historicamente as feministas, das mais diferentes matizes e orientações teóricas, criticaram e repudiaram o patriarcado público que o modelo de estado e o modelo econômico capitalista exercitam. E é compreensível, mas não justificável que as mulheres participem tão pouco desses espaços políticos no Brasil. Compreender, portanto, não é concordar. Nós, mulheres, sobretudo aquelas que estão preocupadas com a política, temos que ser, de fato, mais ativas nessa decisão, nessa discussão.

Vou falar alguns dados. A participação das mulheres em todo o mundo não chega a 20%, na média segundo a IPU, é de 18,5% no mundo

inteiro. É, portanto, generalizada. Pouquíssimos países se aproximam de uma posição de paridade de gênero na representação. O Brasil ocupa, segundo dados de 2010, a posição 104, em um *ranking* de 140 países no globo, está em penúltimo lugar, ou último, empatado com o Panamá, praticando esses irrisórios 8,6%; o Panamá pratica 8,5%, e temos praticados percentuais abaixo dos países árabes. Nos países árabes, a média é de 2,5% de participação política de mulheres na câmara baixa. No Brasil praticamos menos de 9%. Desnecessário, nessa casa, dizer das diferenças significativas que existem na conquista e na expansão dos direitos da mulher no mundo árabe e das mulheres no Brasil. Vou me dispensar de fazer essa argumentação, porque, de fato aí há um quadro muito perverso de fatores – a Renata também mencionou com o conjunto deles – que tem condicionado essa condição de sub-representação. Ao longo de 75 anos, de 1936, quando se elegeu a primeira mulher no Brasil, até 2011, quando elegemos a primeira mulher Presidente da República, a nossa representação passou de 1% para 9%. Isso com todas as intensas e duradouras transformações políticas, econômicas, sociais, e, de fato, isso contrasta, de modo absolutamente desproporcional, com a significativa presença das mulheres em outras áreas.

Acho que daí já vou para o meu ponto três. Se imaginarmos que a discussão teórica, da literatura e da ciência política opera para pensar a cidadania a partir desses dois polos, de um lado, o liberalismo, e de outro, o republicanismo – duas vertentes que tratam da conquista de direitos e de justiça. Não vou explorar muito o tema aqui, mas um dos temas que gostaria, e acho importante – foi uma colega feminista nossa que me chamou a atenção para isso. Parece-nos claro que não adianta mais as mulheres só lutarem pelos direitos, nós precisamos lutar pelo poder. Não se trata mais de conquistar direitos, porque, em última instância, esses direitos, em parte, já estão consagrados em normativas, regulamentos e legislações, mas de fato não conquistamos o poder, inclusive o poder de decidir sobre como legislar sobre esses direitos. Nesse sentido, acho que a discussão feminista tem trazido um avanço gigantesco para pensar não dessa forma bipolar, nessa perspectiva individualista liberal e uma perspectiva comunitarista republicana – eu, no texto, retomo Nancy Frazier, que é uma autora importante para discutir uma perspectiva alternativa, um terceiro ponto nessas relações. Não vou me estender aqui, mas de qualquer maneira vamos imaginar que ficássemos com

essas duas dimensões: direitos individuais de um lado e a comunidade do outro. Se pensarmos que a nossa comunidade tem contornos nitidamente patriarcais, patrimoniais, tradicionais, mesmo hoje, que cindem hierarquicamente o público e o privado, o público político como masculino e o privado doméstico como, exclusivamente, feminino, onde encontramos as mulheres nesse formato cultural e político? Acabaremos encontrando as mulheres muito mais como objetos do que, propriamente, como sujeitos nessa lógica.

Do outro lado, se você pensa em uma lógica liberal, individualista, que disseminou coletivamente nosso, em minha opinião, o feminismo, e no texto menciono um pouco isso, como que a lógica liberal ao mesmo tempo autonomizou e permitiu as mulheres do seu protagonismo, também estigmatizou a luta dessas mulheres e transformou o feminismo em um resto deslegitimando o feminismo, como uma luta legítima por mais direitos. Também, essa perspectiva disseminou a ineficácia dessa luta pautada em uma dimensão coletiva ou invisível a uma agenda liberal que treme, ou que disciplina, as diferenças ou tratou rapidamente, de um modo mais perverso, de reconstruir o estatuto histórico dessa luta como lugar da piada, da chacota, do riso, do esquecimento e da amnésia. A esses lugares que são destinados a luta do feminismo. Como que se consolida e se expande direitos nesses dois limites, nesses dois polos, que nenhum dos dois reconhece a atuação e a legitimidade do papel das mulheres na luta? Então, acho que a incompletude dessa cidadania feminina, mesmo que a maioria não aceite ou pretenda, intencionalmente, ignorar, é a incompletude da cidadania humana, na experiência humana de direitos em uma dimensão de emancipação e de justiça. Então, retomo a dimensão de que pensar e considerar a democracia e o reconhecimento das diferenças pode contribuir como uma forma de solução para os problemas e para as exigências indenitárias que hoje o feminismo contemporâneo vem colocando ao nosso mundo e implica, necessariamente em trazer e atribuir poder a esses grupos, a essas identidades, e não mais só direitos. Acho que isso tudo levaria – como tem sido muito reivindicado pelas feministas acadêmicas – a dar destaque a essas diferenças multiculturais, de raça, de etnia, de gênero, seria, de fato, do ponto de vista das relações de poder, atribuir poder para esses grupos, não só direitos.

Eu terminaria, porque acho que já estou extrapolando bastante o meu tempo, chamando a atenção de que a mais antiga dessas batalhas – e eu não

escrevi esse texto tendo contato com o que foi discutido ontem e achei muito curioso como convergimos muito em certos diagnósticos – que é uma batalha do feminismo, está direcionada para uma das fronteiras finais dessa luta, que seria romper com as barreiras e os obstáculos sociais, culturais e políticos, que ancestralmente temos construído e que impedem que as mulheres ocupem mais posições de mando no âmbito público e impedem os homens de ocupar uma posição de mando no mundo privado. A forma como o campo de gênero se integra, ou integra esses requisitos de articulação dessas diferenças encontra muitas respostas, mas dentro desses modelos que estão analisados no texto é necessário, e estou reputando importante e fundamental, que façamos uma ruptura nessa última fronteira e sem isso parece que seria impossível estabelecer paridade participativa, inclusão democrática, justiça social ou desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque esses projetos terão de estar apoiados em bases sociais, econômicas e políticas de um exercício político em plenitude, nesses distintos campos e espaços, sejam eles públicos ou privados. Precisariamos contrariar esses padrões historicamente arraigados de acesso desigual dos homens ao mundo privado-doméstico e das mulheres ao mundo público.

Vou só mencionar, para finalizar mesmo, que acho que se nós não entocarmos nessa pedra, nesse rochedo, nessa dimensão cristalizada do acesso dos homens ao privado e das mulheres ao público, será ineficaz. Todas as estratégias institucionais, reformas das instituições, das regras, se não modificarmos essa cultura, de lidar com o público e o privado dificilmente conseguiremos modificar, de fato, a realidade como está posta. Nesse texto, falo um pouco do que chamaria de forma de subordinação pós-tradicionais. Aí, só para finalizar, estou chamando esse conceito, associando à exigência de superar essa fronteira, e essas subordinações estruturais e sistêmicas permanecem naquilo que a Carole Pateman chama de contrato sexual e depois a Susan Nokan chama de ciclo de vulnerabilidade claramente assimétrica e socialmente provocada pelo casamento. Aqui se trata de uma perene não redistribuição material e social do cuidado, que foi alguma coisa que mencionamos ontem aqui. Vários fenômenos menciono aí: a tecnologia dos eletrodomésticos, as formas perversas de retorno ao lar para as mulheres, a estratégia exploratória da contratação da empregada doméstica. Tudo isso são estratégias que as mulheres têm adotado e que revelam essa subordinação

e essa forma de opressão pós-tradicionais. E finalizaria dizendo que outra maneira é reforçar o lugar das mulheres na política, chamando a atenção para aquilo que a Renata mencionou, que se você perguntar para qualquer liderança política – e já fizemos isso com pesquisas – eles dirão que as mulheres é que não querem, nós que não conseguimos compor as cotas, as mulheres não desejam, não ambicionam espaço político. Aí acho que temos que abrir a escuta para compreender o que está sendo dito por esse enunciado das lideranças partidárias. De fato, não é que seja real que são as mulheres que não desejam, mas é que estão absolutamente constrangidas, limitadas por vários motivos, que não nos caberia aqui chamar a atenção.

Agora para terminar mesmo, as mulheres são aquelas que são socialmente responsáveis pela escuta, pela atenção, vulneráveis, pelos carentes, mais sensíveis à pobreza, mais capazes de educar, de socializar, aquelas que sabem bem como conduzir a superação de aspectos conflitivos que obscurecem a convivência harmoniosa. Por outro lado, esse tipo de relação com essa ética do cuidado leva as mulheres a serem vistas como mais éticas, menos corruptíveis, mais virtuosas e mais conciliadoras. Então, quando você vai para o campo político, as mulheres ficam responsáveis por salvar a política de todo o fenômeno da corrupção. Então, esse é outro lugar impossível colocado para as mulheres. Então, elas solucionarão todo o problema do patriarcado, do patrimônio, do clientelismo, então esse é o lugar impossível. Ela não pode ser masculina, porque ela é mulher, então ela tem que ser sensível, conciliadora e delicada. Se ela for delicada e conciliadora ela será devorada por um processo competitivo em que ela some nele. A ela, também, é atribuído esse lugar de salvadora da política. Então, construímos, realmente, um lugar impossível para as mulheres políticas no Brasil. Terminaria fazendo pensarmos que precisamos, portanto, pensar o papel que o Estado tem nisso e a minha alternativa, não quero que solucionemos todo o nó do gênero, raça e etnia de uma vez só, mas acho que o Estado tem um papel nisso e, em minha opinião, deveríamos pensar em políticas de estatização do cuidado. Acho que é uma das soluções imediatas em que podemos pensar.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação. Passo agora a palavra à senhora Eliana Graça, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Senhora Eliana Graça – Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer o convite da Fundação Alexandre de Gusmão, ao INESC, à minha pessoa, para estar aqui. Realmente é muito bom, inclusive para rever as minhas amigas e companheiras, que há muito tempo não via. Desde quando saí do CFEMEA, fiquei um pouco afastada dessas reuniões e debates. Quero agradecer, especificamente, e cumprimentar o Embaixador Gilberto Saboia, em nome de quem eu cumprimento essa mesa em que tenho muita honra de estar participando.

Eu trabalho no INESC, que para quem não sabe é uma ONG que existe há 32 anos em Brasília e trabalha com as questões dos direitos humanos, principalmente com a questão da democracia. Tem um trabalho, desde o início da sua fundação, junto ao Congresso Nacional, ao Parlamento, e a partir desse lugar que vou falar, quer dizer, como uma assessora do INESC, que está trabalhando com a questão da discussão dentro do Parlamento com relação à reforma política. Já faz alguns anos que estamos participando desse debate em conjunto com vários outros movimentos, inclusive, com o movimento das mulheres, o movimento negro, enfim, movimento indígena. A partir daí fazemos algumas reflexões. A fala que preparei ficou um pouco vencida, já perdeu o prazo de validade, porque a maioria dos pontos já foram tocados desde ontem, inclusive pela nossa companheira da CP, que adiantou um pouco o debate na tarde de ontem.

O que queria trazer para reflexão é que a organização que temos tentado fazer é a organização daqueles setores sociais que tem ficado de fora. Pego uma das últimas coisas que a Marlise disse, que a luta é pelo poder. Acho que essa é a grande discussão. Aí temos uma grande organização, que acho que vocês já devem ter ouvido falar, uma articulação que se chama Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que é onde temos colocado alguns eixos bastante importantes da mudança, não só das regras eleitorais, mas de todo o sistema político brasileiro, que conformado por toda essa cultura política, pela questão do patrimonialismo, patriarcalismo, sexismo, racismo, enfim, de todas essas questões estruturantes de igualdades no país. Para o acesso ao poder como direito, o direito de exercer o poder, o direito de cidadania, também as desigualdades condicionam esse acesso, quer dizer, a forma como esses grupos sociais, principalmente das mulheres, dos negros, dos indígenas, como essa desigualdade conforma essa sua não participação.

Se pensamos nesse locus de poder institucional que é o Parlamento, quer dizer, principalmente na composição do Parlamento, na questão da sub-representação do homem branco, empresário, que tem grana e que exerce o poder e que é a grande maioria da composição do Parlamento. Vimos os dados, que a nossa companheira da SPM colocou. Não vou entrar nesses dados, porque eles já foram suficientemente colocados.

A outra forma de organização que temos tentado levar para chegar a uma reforma política que busque atender minimamente a essa necessidade não só pela questão do direito, mas pela questão da própria justiça, como já foi colocado. Outra forma de organização que temos proposto, que tem dado um pouco mais de discussão e tem nos aproximado do centro da discussão dentro do Parlamento, é a frente parlamentar pela reforma política com participação popular. Nós, organizações, participamos diretamente da coordenação dessa frente parlamentar, que tem sido presidida pela Deputada Luiza Erundina, e temos participado: em 2007, participamos ativamente da discussão daquela proposta que estava encaminhada e depois, em 2009, também participamos. Inclusive, ontem estava conversando com a Anhamona e estava contando para ela que (aquele momento em que ela se referia à proposta de ter o quesito raça/cor colocado nos cadastros do Tribunal Eleitoral) nós estávamos na reunião em que isso foi negado e foi negado com bastante clareza, quer dizer, não podemos partir para essa questão do cadastro, de botar o quesito raça/cor, e foi dito muito claro por um deputado que a partir daí haveria a questão da cota para negros. A clareza que eles têm das nossas estratégias, das nossas tentativas de quebrar o bloqueio, de quebrar a resistência e, realmente, eles sabem que para entrarmos eles têm que sair. Então, eles utilizam todos os recursos, estão muito atentos a todas as tentativas e essa foi uma tentativa aparentemente inocente, que era somente fazer um cadastro, mas eles perceberam que o que queríamos é que, a partir daí, nós conseguíssemos ter uma cota de presença da população negra naquele espaço.

Para testar um pouco e para dar um pouco de subsídio à nossa atuação, a MINESC realizou uma pesquisa em 2009, com os parlamentares, de qual era a opinião do Parlamento – está publicado nesse livrinho aqui – sobre a reforma política. O resultado que tivemos é que ninguém quer mudar nada, vão permanecer do jeito que estão as coisas. Também perguntamos sobre a questão da sub-representação. Então, com relação

a todos aqueles pontos de financiamento público, lista pré-ordenada, fim das coligações, fidelidade partidária, em vários pontos vimos essa posição de não quererem mudar nada. Aí perguntamos, também, qual era a posição dele e se ele achava que tinha pouca mulher, pouco negro, pouco índio, ou nenhum índio, no Parlamento. Há um reconhecimento de que realmente essa população, esses setores da população não estão presentes, mas há uma total reação com relação a qualquer medida afirmativa para proporcionar o avanço dessas presenças. É interessante que a maior resistência é com relação à população indígena, 75% dos parlamentares que foram pesquisados foram contra qualquer medida para que os indígenas tivessem presentes; em seguida vem a resistência deles com relação à população negra, que fica em torno de 70%, muito próximo dos indígenas; e com uma certa distância vem a resistência contra as mulheres, onde vai para 51%. Lógico que os homens são os mais resistentes. As mulheres são as mais acessíveis, que estão mais abertas a essas medidas de ação afirmativa, mas talvez eles já estejam mais acostumados com a presença das mulheres. Será? Não sei o que significa esse dado, mas a resistência é grandiosa. Esse resultado combina bastante com quando perguntamos sobre a lista. Eu acho que todo mundo está sabendo e eu preciso ficar explicando a questão da lista partidária com alternância de sexo. Somente 25% dos parlamentares ficaram favoráveis a essa mudança, o restante acha que não há necessidade, porque eles acham que as mulheres já estão lá.

Outro dia estávamos em uma audiência pública, da comissão especial, discutindo a reforma e a Cida do CFEMEA estava falando exatamente sobre a discriminação e os impedimentos que existem para a mulher chegar ali, na porta, e entrar como deputada, e o presidente da Comissão Especial da Reforma Política ficou muito indignado e disse: “Eu acho que as mulheres estão muito bem lá dentro, que não existe discriminação e quem quiser chegar lá, chega.”. Quer dizer, ele fez um discurso de quase meia hora para justificar essa posição dele. O que temos percebido, pela nossa experiência – não temos nenhuma elaboração teórica maior –, é que a vigência das cotas, inclusive nesse segundo momento em que temos a penalidade, quer dizer, o partido que não conseguir a cota deveria ser penalizado, não tem bastado. Permanece mais ou menos a mesma coisa há muito tempo. Eu não sei de quando são os dados que a companhia da SPM colocou, o último. Não sei se foram de 2006, mas enfim,

vem persistindo aquele percentual de 8 ou 9% na média da presença principalmente na Câmara. No Senado, aumenta um pouco mais essas eleições, mas a questão das cotas e não só das candidaturas – e se dizia: “Enquanto não tiver punição, nós não vamos conseguir mudar.”. Aí nós conseguimos em 2009 colocar uma punição para os partidos políticos que não cumprirem as cotas. O que aconteceu? A questão foi para os tribunais, chegou ao judiciário e o judiciário disse: “Não podemos obrigar os partidos. Cadê as mulheres?”. Essa foi a questão colocada. Então, o que temos entendido e o que tem orientado muito a batalha que temos travado lá dentro, tanto no âmbito da plataforma, quanto na questão da frente parlamentar, é exatamente tentar alterar as regras eleitorais, que a nosso ver e de uma maneira geral, enquanto se trabalha toda a questão cultural, que para nós é fundamental.

Ontem foi colocado também aqui, como o eleitor vê a candidatura feminina, de um indígena, de uma mulher negra, enfim, a sociedade tem ainda um lugar que é o lugar da mulher. Será que ele acha que aquele lugar não é um ambiente todo montado para ser um ambiente masculino. O plenário da Câmara, não tem muitos anos, não tinha nem banheiro feminino e isso foi uma luta das deputadas para colocar um banheiro feminino lá dentro. É um ambiente todo montado para os homens. As regras eleitorais estão dentro dessa configuração toda que conversamos aqui, foi colocada a questão teórica, elas fazem parte dessa questão mais ideológica de como pensar a política, de como fazer a política, de como exercer o poder e elas estão dentro desse quadro. Então, alterar as regras eleitorais é fundamental para que se conquiste algum espaço, alguma abertura, que óbvio que vai demorar, não vai ser uma coisa imediata, mas que, pelo menos, tenham garantidos alguns espaços, que permitam a essas populações, tradicionalmente isoladas e retiradas do poder, excluídas por um sistema de dominação. É fundamental que esses espaços sejam colocados, por meio da mudança dessas normas, dessas regras. Parece-me que os dois pontos fundamentais, que já foram colocados também, é a questão do financiamento democrático, que chamamos de financiamento democrático e transparente, porque além de permitir – porque as mulheres são as mais pobres, a questão da população negra...

Então, a mudança desse parâmetro permite a democratização do espaço, o acesso pode ser democratizado, apesar de que temos uma questão partidária que precisa, e com o financiamento público, ter uma

democratização interna dos partidos. E um maior espaço para que as mulheres tenham chance, toda essa população negra e indígena também tenha a chance de chegar perto do Parlamento, de chegar lá.

A outra questão é a questão da lista, é aí que eu acho que reside a maior resistência. É uma lista que não só permite que se faça outro ordenamento interno aos partidos, da disputa interna dentro dos partidos, como permite que saibamos em quem estamos votando. Por isso que falamos na lista transparente, porque daí você não vai votar como se vota hoje, em que você vota em alguém e elege outra pessoa. Então, você tem uma transparência dos candidatos. Os candidatos são esses, estão ordenados assim, e aí temos a nossa proposta que é a alternância de sexo. É claro que é nessa hora que pula na cabeça dos parlamentares que tem que sair, com isso eu não me reelejo, quer dizer, essa continha feita. Será que com essas novas regras eu volto para cá ou não? Essa é uma conta que é feita e que orienta as posições que eles têm tomado ao longo de todas as tentativas de reforma que têm sido feitas.

Não vou me alongar mais. Depois poderia contar mais um pouco das coisas que vemos lá e ficamos perto dessas coisas. Queria terminar dizendo que concordo plenamente que existe um déficit e que não lutamos por isso, pela presença dessas populações, que estiveram fora e estão fora do exercício do poder institucional dentro do Parlamento. Não só para formar um quadro bonito, que terá toda a nossa diversidade, mas principalmente porque a pauta política do Congresso é altamente influenciada pela ausência dessas pessoas, ausência desses grupos. A forma como as questões são votadas, são discutidas, abordadas. O próprio número de propostas em andamento, por exemplo: temos doze projetos sobre as questões que interessam à população negra, tramitando hoje pelo Congresso Nacional. Então, a ausência dessas populações causa um déficit democrático, óbvio, e causa a não termos um projeto de país, a não termos políticas públicas. Que levem em consideração esses fatores sociais, essa parte significativa da população. Então, acho que é por isso que temos que lutar cada vez mais e acho que temos todas as chances de, mais uma vez, termos uma reforma política com o financiamento público. É misto? Então, vamos sem lista. O Estado vai financiar pessoas individualmente e eles poderão receber também o financiamento privado, para não continuar essa promiscuidade com o capital, com os donos do dinheiro. E não teremos a lista e teremos um distrital misto, que eles estão

chamando. Então, acho que esse é outro grande risco que temos que é a ausência e a destruição dos pequenos partidos, inclusive, porque são os partidos que muitas vezes são mais sensíveis às candidaturas dessas populações. Então, é mais ou menos ficar com o bipartidarismo bem à moda que já conhecemos de outros países.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Agora passo a palavra ao senhor Luiz Felipe Miguel, Coordenador da Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Tenha a palavra.

Senhor Luiz Felipe Miguel – Bom dia. Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade de estar aqui e debater um pouco.

Vou tomar como gancho para a minha reflexão aqui as eleições do ano passado. Creio que as eleições de 2010, no Brasil, refletem com clareza a situação em relação à presença política das mulheres, porque temos avanços e impasses demonstrados na eleição de 2010, que não apenas convivem, mas estão, na verdade, misturados nas mesmas situações. Tivemos, então, pela primeira vez uma mulher eleita para a Presidência da República, mas do que isso, duas candidatas mulheres obtiveram mais de dois terços dos votos válidos no primeiro turno das eleições. É algo que, há dez anos, seria considerado o inimaginável. Por outro lado, elegemos 45 deputadas federais que é menos do que tínhamos elegido em 2006. Elegemos apenas duas governadoras de estado, quando em 2006, dependendo se contamos a Roseana Sarney como eleita ou não, elegemos três ou quatro. A Presidente Dilma não conseguiu alcançar sua própria meta modesta de colocar um terço de mulheres no ministério. No segundo escalão do governo, por conta principalmente da pressão dos partidos, temos um pouco menos de mulheres do que tínhamos no final do segundo mandato do Lula. Então, mesmo em termos numéricos temos um resultado complicado e, mais grave ainda, a eleição de 2010, que foi marcada por uma agenda regressiva em relação à discussão sobre os direitos das mulheres. Houve uma imposição de um enquadramento conservador, por parte da direita política e religiosa, que fez com que recuássemos nessa discussão durante a campanha. Então, temos um saldo muito ambíguo nas eleições brasileiras de 2010.

A partir desse contexto vou, com o intuito de ser bem sintético, apresentar a minha fala em torno de quatro proposições. A primeira proposição é que não se pode minimizar os ganhos do resultado de 2010, ou seja, a presença de uma mulher na Presidência da República possui por si só um componente simbólico que é importante, significativo e que tem que ser levado em conta. Temos, acredito eu, como um dos principais bloqueios a possibilidade de ingresso de mulheres nas arenas políticas, na verdade um bloqueio ao primeiro passo para esse ingresso, que é o despertar da ambição política entre as mulheres. Uma associação amplamente presente entre o masculino e o mando, e o feminino e a submissão. Isso vai levar tanto ao mecanismo de introjeção das expectativas, tendemos a nos comportar da forma socialmente esperada, quanto ao mecanismo de adaptação às condições objetivas, quer dizer, as expectativas dos outros vão gerar abertura ou fechamento de espaço para nós mesmos. Então, nós tendemos a, como se diz, não dar murro em ponta de faca.

Então, temos um espaço na política que é visto como impermeável em determinados grupos, os integrantes daqueles grupos aprendem, muito rapidamente, a orientar as suas trajetórias para outras direções, porque quem quebra expectativas enfrenta maiores obstáculos. No nosso regime político, a Presidência da República é, de longe, a posição singular de maior visibilidade. O fato de que temos uma mulher ocupando esse cargo não resolve milagrosamente os problemas das desigualdades dentro da política. Como digo, tivemos um ex-operário ocupando esse cargo por oito anos e o caráter classista permaneceu de pé, mas o fato de termos uma mulher, assim como a presença do Lula em relação à divisão de classe em um passado recente, é um lembrete permanente de que os estereótipos sobre homens e mulheres não esgotam as possibilidades de trajetórias no espaço social. Isso é o componente simbólico que é importante. Mas, e essa é a minha segunda proposição, ao mesmo tempo, o número é importante, quer dizer, uma andorinha só não faz verão. O fato de que temos uma Dilma no meio de uma elite política, que é esmagadoramente masculina, faz com que ela pareça, frequentemente, com uma exceção, que confirma a regra.

Faz alguns anos, fiz uma pesquisa sobre o noticiário político, de revistas e de telejornais, e constatei que cerca de 90% das pessoas que aparecem nos noticiários políticos são homens. As mulheres correspondem

a 10%, o que eu chamo de personagens do universo político. E quem são esses 10%? Quem eram? Isso foi em 2006/2007. Quem eram esses 10%? Eram, em primeiro lugar, populares, quer dizer, pessoas que não pertencem ao universo da política e aparecem para dar uma espécie de cor local, para reclamar da corrupção ou alguma coisa assim, e o restante, praticamente, toda a visibilidade estava concentrada em três mulheres, que eram a própria Dilma, a Heloisa Helena, que foi candidata à presidência e a Marta Suplicy. Então, tínhamos que – para quem conhecia a política a partir do que os meios de comunicação apresentavam, que é a esmagadora maioria das pessoas – o mundo político era um mundo com muitos homens e três mulheres. Essa pesquisa foi replicada para as eleições de 2010. A presença das mulheres nos noticiários políticos subiu de 10 para 28%, é um avanço significativo. Todo esse avanço se deve à Marina Silva e Dilma Rousseff. Continuamos tendo as exceções à regra de que a política é feita pelos homens, que a política, como dizia um velho *slogan*, que talvez alguns se lembrem, é a “Terra de Marlboro”, onde os homens se encontram e as mulheres aparecem episodicamente. Quer dizer, saímos de uma situação em que temos muitos homens e poucas mulheres com alta visibilidade para uma situação em que temos muitos homens com alta visibilidade e pouquíssimas mulheres com altíssima visibilidade. Essa é a situação que temos hoje. A quantidade importa, não só em relação à visibilidade na mídia; se pensarmos em órgãos colegiados, como Congresso Nacional, a ausência de mulheres, a baixa presença de mulheres no Congresso significa que, em muitos dos fóruns do Congresso não tem nenhuma mulher, e, em todos os outros, elas são extremamente minoritárias.

Então, apesar de toda a importância simbólica de termos uma mulher na posição mais importante de poder no país, continuamos precisando de mecanismos mais eficazes, do que os que temos hoje, para disseminar a presença de mulheres nos diferentes espaços de poder. Começando pelas eleições para os próprios cargos legislativos, que já foi discutido aqui, precisamos de regras que sejam capazes de se converter em resultados, e não regras para inglês ver, como temos hoje. Podemos pensar em muitos mecanismos, inclusive mantendo o nosso sistema de listas abertas, que tornem essas cotas mais efetivas.

A minha terceira proposição é que a quantidade, então, importa, mas que quantidade também não basta. Precisamos de mais mulheres

nos espaços da política, eu estou falando em relação a que as mulheres poderiam estender para os outros grupos, em posição subalterna na nossa sociedade, mas a quantidade, embora seja importante, não se desdobra automaticamente em influência na agenda e no debate. A política vai se estruturar na forma de um campo, para usar aí um conceito de um sociólogo francês, Bourdieu, que é um espaço social estruturado capaz de impor os seus próprios critérios de hierarquização e capaz de exigir, de quem ingressa nele, determinados padrões de comportamento. Então, a estrutura do campo político contribui para adaptar o discurso e a ação de quem ingressa no campo aos padrões dominantes. Então, a presença de vozes potencialmente disruptivas é, em grande medida, compensada pelo incentivo que o campo dá ao seu padrão dominante. Nós temos como um exemplo bastante evidente disso a trajetória do partido no poder, o Partido dos Trabalhadores, em que a capacidade de alcançar as posições de poder vai sendo bastante proporcional à sua adaptação a determinados padrões na forma de fazer política no país. No campo político, essa estrutura vai premiar com cargos, com respeitabilidade, com influência, aqueles que se adaptam ao seu *script*. Em suma, o que estou dizendo é que as mulheres na política têm incentivos palpáveis para aceitar a agenda dominante já dada, em vez, ou renegando em segundo plano, a luta por pautas alternativas em que os interesses vinculados aos direitos das mulheres, por exemplo, sejam mais centrais. Você fará uma carreira política com mais facilidade, você chegará a posições centrais na política com mais facilidade se você se adequar à agenda que já está dada. Lutar pela imposição de temáticas alternativas significa, frequentemente, um empecilho para fazer carreira política. Não basta termos mais mulheres no espaço de poder, precisamos que esses espaços de poder se adequem para serem mais receptivos às agendas dessas mulheres.

A última proposição, que queria colocar, que também já foi adianta aqui pelas falas que me antecederam, é que a política não está separada do resto da sociedade. O problema da igualdade política das mulheres não se inicia e nem se esgota nas eleições, ou no Parlamento, ou nos espaços da política institucional. O problema da desigualdade está vinculado às diferentes atribuições e responsabilidades, em primeiro lugar, na esfera doméstica. Quer dizer, o fato de que as mulheres são as grandes responsáveis pelo cuidado com as crianças e pelos cuidados domésticos em geral, têm uma repercussão básica na possibilidade de

atuação política dessas mulheres. O fato de que não temos uma rede de creches, que sejam suficientes para atender minimamente uma demanda, tem um impacto, quer dizer, as atividades eletivas das pessoas dependem do seu tempo livre e o tempo das mulheres é muito mais pressionado do que o dos homens. Além disso, se as mulheres são isoladas na esfera doméstica, elas têm menor capacidade de estabelecer as redes de relações necessárias à militância política e ao alcance de influência política. Se elas saem da esfera doméstica, elas se veem presas na situação de uma dupla jornada de trabalho, que vai pressionar esse recurso essencial, que é o tempo livre para a militância política. Por outro lado, a sobrevivência do patriarcalismo, as relações familiares, faz com que as mulheres tenham, desde seus primeiros anos de vida, dentro da família, um treinamento social de subordinação e não de autonomia, e a autonomia é um recurso essencial à participação política ativa. Em suma, por mais que demos voltas, não conseguimos escapar da questão da distinção da esfera pública e privada como algo central para discutir a possibilidade de uma política mais igualitária. A compreensão convencional, a compreensão que a teoria liberal nos dá é a de que essa distinção é algo prévio à própria disputa política e está na raiz de muitos dos principais obstáculos à maior presença das mulheres nos espaços de poder.

Só para concluir. Em geral, quando nós enveredamos nessa discussão, aparece a idéia de que estamos tratando de questões culturais a respeito dessa divisão, das responsabilidades, dos papéis, no caso de gênero. Seria uma questão cultural, e quando se fala que uma questão é cultural significa que é bom sentarmos e esperarmos, porque a cultura se modifica tão lentamente que não temos muito o que fazer. Eu discordo disso. Acho que essas questões são, sim, estruturais e culturais e são modificadas muito eficazmente com política pública e com legislação. Aqui, nós voltamos para o ponto anterior. Se tivermos a capacidade de modificarmos a agenda política e colocar as questões relacionadas à produção da igualdade como sendo centrais, teremos condições de buscar um universo de políticas e de legislação que caminhem nessa direção. Esse é o círculo, que é o nó que precisa ser desfeito. Dar as condições para uma presença maior das mulheres na esfera política depende, também, de ações dentro do próprio universo da política, que sirvam para fomentar essas condições socialmente.

Obrigado.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação e que se encerre, assim, a fase de apresentações desse painel. Passamos, então, à fase de debates e perguntas. Pediria, então, que as pessoas se identificassem, eventualmente, se for uma pergunta dirigida a algum dos painelistas ou se é uma observação geral. Já temos uma pessoa pedindo a palavra aqui. Depois a senhora lá atrás também. Já temos várias inscrições para o debate.

Senhora Terezinha Gonçalves - Bom dia a todas as pessoas, sou Terezinha Gonçalves, da SEPPIR. Na verdade, não são perguntas, são meus incômodos com algumas coisas que foram colocadas aqui. Incomodou-me, primeiro, uma afirmação de que não precisamos lutar pelos direitos, e sim pelo poder. É preciso que entendamos uma coisa, marcos legais, pela forma que foi colocado, não significa garantia de direitos. Até porque cidadania é o direito de ter direitos. Como é o direito de ter direitos, algumas pessoas acessam esses direitos e outras não, então, o fato de existirem marcos legais não garante o direito para as pessoas. Mais do que direitos, deveríamos discutir a justiça. Queremos justiça para as mulheres, e é em cima dessa frase que a discussão deve ser feita quando discutimos, por exemplo, a participação das mulheres no poder.

A questão, também, que gostaria de colocar aqui é que encobrimos um processo, do qual as mulheres estão inseridas, principalmente no Brasil e o Brasil é exemplo disso no mundo inteiro, que é a democracia participativa, que é uma forma de exercício de política e que deve ser reconhecido e valorizado. Não é reconhecido e nem valorizado, porque a democracia participativa no mundo inteiro é feita por esses grupos que são excluídos, dessa outra dimensão da democracia representativa. Pegando este fio, que gostaria de dizer que essa reforma política que estamos discutindo tem que extrapolar o processo da democracia representativa e passar a ser discutida a possibilidade de que os movimentos sociais, os grupos organizados da sociedade, que fazem parte historicamente dessa democracia participativa, também possam se candidatar, também possam lançar candidatos. Aí estaríamos, efetivamente, rompendo com esse círculo vicioso, que é mantido por um estado, absolutamente conservador, que mantém o privilégio de oligarquias, de famílias que indicam, durante gerações e gerações, suas representações nas câmaras legislativas do país

e que acho até, desculpe a forma como estou colocando, uma piada que você legisle em causa própria.

Temos hoje um congresso absolutamente conservador, muito marcado por grupos oligárquicos, por corporativismo de profissionais como médicos, agricultores. Temos um congresso que tem um forte viés religioso afrontando o estado laico, votando por interesses puramente religiosos e morais, que só dizem respeito a quem segue as determinadas religiões. Como vamos confiar que um congresso com esse perfil vá, de fato, votar em uma reforma política que contemple a maioria do povo brasileiro. Acho que essa votação é ridícula, me perdoe, encaro isso de legislar em causa própria – não é à toa que os dados que a Eliana traz aqui refletem isso. É uma vergonha para nós, brasileiros, que no Congresso Nacional, em uma pesquisa, negue a identificação de cor e raça só porque se sentem ameaçados, porque descobriram, pelo IBGE, que a maioria do povo brasileiro não é branco. Então, como negar a 53% da população brasileira, que é de negros, a representatividade no Congresso Nacional? Isso é uma afronta à democracia. Então, em minha opinião, não como participante do governo brasileiro, não estando no cargo que estou, mas como uma pessoa que é cidadã brasileira, gostaria que refletíssemos aqui não por essas consequências todas.

Estamos sempre remendando as coisas no Brasil. Nós não atacamos as coisas onde elas estão de fato. O Estado brasileiro precisa ser reformado e acho que precisamos arriscar em fazer essa proposta, da reforma do Estado brasileiro. Se o Estado brasileiro não for reformado, não adianta reformar a política, porque a reforma política se dará em cima de estruturas absolutamente arcaicas, patrimonialistas, clientelistas, com todos os vícios que a nossa fraca república não conseguiu acabar. Se pegarmos o fio da história das famílias que estão hoje no Congresso Nacional, nos assustaremos, porque são tetranetos de pessoas que participaram do Império, ou seja, que participaram e foram contra a república, em alguns instantes, e hoje continuam sendo donos da república. Precisamos de um Estado republicano de fato. Onde as pessoas tenham os seus direitos assegurados e que, de fato, cheguemos um dia e digamos que não precisamos mais lutar por nossos direitos, porque os direitos evoluem também. Se formos ver a história dos direitos, os direitos que chamamos de direitos modernos acompanham a evolução da sociedade. Então, a sociedade evolui e os direitos evoluem com ela.

Há cinquenta anos, não pensaríamos na bioética, por exemplo. Não seria um direito a legislar em cima de uma realidade que não pensássemos que existiria. A questão dos transgênicos e coisas assim. Então é preciso que nos debrucemos sobre isso.

Outra coisa que me incomodou, e desculpem estar me alongando, é que não deveremos nunca, como feministas ou como cidadãos que lutam pela democracia e pela igualdade, nos referirmos aos países árabes como uma referência negativa, a ponto de dizer que “até os países árabes...”. Esse tipo de colocação, sou da SEPPIR e falo isso com muita propriedade, é muito ruim, porque desconhecemos os processos que se dão nesses países. Até porque somos muitos eurocentristas e a nossa vida é baseada no que os franceses ou ingleses falam, e os americanos um pouco. Então, os países árabes têm um processo diferenciado, mas nos assombramos quando vemos o número de mulheres nas universidades nos países árabes – é muito alto. Inteirando, por exemplo, no Irã, as mulheres estão na área tecnológica. No Brasil, não estão. Então, não devemos estabelecer esse tipo de parâmetro. Os processos eleitorais que se dão nesses países também são bem diferenciados do nosso. Acho que poderíamos citar como exemplo, e um bastante interessante, Ruanda, que é um país da África e que hoje possui quase 50% das vagas do parlamento ocupadas por mulheres. Mesmo Moçambique, África do Sul e por aí vai. Outro exemplo interessante, que temos certo preconceito ao falar, é a Índia, que tem uma participação muito interessante nas eleições e que poderíamos pegar como exemplo, na inserção de grupos minoritários, a questão dos *dalits* e de como eles conseguiram romper com o bloqueio da inserção das camadas mais oprimidas, dos excluídos, que são eles, historicamente por castas e que conseguiram romper com essa barreira.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado. Pergunto se alguém da mesa gostaria de usar da palavra.

Senhora Marlise Matos – Terezinha, acho que você entendeu totalmente distorcido o que afirmei. Sinceramente, acho que você fez uma leitura muito particular, muito própria daquilo que afirmei aqui. Justamente lutar – quando tento afirmar da necessidade de lutar por poder, mais do que por direitos, não é que a luta por direitos está descartada, pelo contrário. Se você ocupar espaços de poder, a efetivação, a democracia

real, efetiva e substantiva, e não a formal, poderá ser experimentada. Enquanto ficamos nesse espaço da democracia formal, dos mecanismos, dos regulamentos, daquilo que está formalizado na lei, estaremos distanciados da vida real. Então, acho que esses grupos, e é isso que tentei afirmar aqui o tempo todo, tem que ocupar espaços de poder. De fato estarem nos postos de mando, de tomada de decisão para que os direitos se efetivem, porque, se não estiverem, eles estarão consagrados nessa democracia formal e não na democracia cotidiana do dia a dia. É exatamente nessa condição. Tentei afirmar isso. Isso não é por uma questão exclusiva de exercício democrático, mas uma questão de exercício social. Esses grupos precisam, necessitam dessa ocupação do poder de modo estratégico e de modo justo. É uma dimensão de injustiça não colocar, permanecer ou estarem localizados aí. E é justamente isso, os movimentos sociais precisam estar organizados, plataforma é uma discussão nesse sentido, existem as frentes parlamentares também nesse sentido, mas, como o Luiz comentou, o campo político se estrutura e organiza as suas próprias forças para poder impedir e fechar essas oportunidades para esses grupos. Reformar o Estado, como você mencionou, chamo de outro termo, chamo de despatriarcalização do Estado. É a mesma coisa. Uma das dimensões importante a serem reformadas no Estado brasileiro é tirar essa dimensão patriarcal, que está inerentemente organizada nas nossas instituições.

Desculpe-me, mas quando comparei os países árabes ao Brasil foi para ver o quanto somos um país que tem um desequilíbrio estrutural em relação à participação das mulheres na política. Nesse sentido, e exclusivamente nesse sentido. Não estou com a comparação de menosprezar, renegar as condições das mulheres nesses outros países; é só para chamar a atenção de que temos uma dimensão no nosso país, somos uma democracia, e boa parte dos países árabes não são, e, nessa situação dos países árabes, as mulheres estão em melhor situação do que nós aqui, que somos um país democrático. É exclusivamente esse o argumento.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado. Queria passar a palavra à senhora ali.

Não identificada – Desculpem. Queria sugerir que sejam mais breves, e não só breves, mas que fizessem um bloco de perguntas e a

mesa respondesse. Talvez, ficaria mais fácil e melhoráramos a nossa performance de tempo.

Eu mesma tenho uma pergunta para o Luiz Felipe, porque fiquei bastante intrigada com ele, primeiro, dizendo que temos culpa no cartório. Nós e a torcida do Fluminense. Queria perguntar. Na República de 1889 até 2010, tivemos 19 mulheres que foram ministras, sendo que está repetindo com a Dorothea, Dilma, Marina e a Nilcéia, que fizeram dois mandatos. Portanto, vocês percebem que participação nossa no governo, em termos de gestão é mínima e a república não tem nenhuma tradição.

Agora, a questão é a seguinte: já fizemos um trabalho e a representação maior das mulheres não é nos estados mais industrializados e mais desenvolvidos, é na periferia do capitalismo brasileiro, é na fronteira. Na fronteira é onde aparece uma representação maior no Congresso. Então, a minha pergunta é a seguinte: o que podemos fazer para... se no mundo do trabalho nós conseguimos avançar, ter certa convergência, embora estejamos paradas, na política não atravessamos o rubicão. Estamos empacadas na margem. Então, será que conseguiríamos, se colocassem no currículo do ensino médio uma ação para recuperar que a política não é lugar de ladrão, como a sociedade brasileira faz questão de frisar e a mídia diz o tempo inteiro que político é ladrão, corrupto, quem gosta disso é quem não tem ética, construir um futuro igual?

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado. Vou fazer mais algumas perguntas e depois passo para a mesa. Pediria que as perguntas e as observações fossem breves.

Senhora Maria Helena Souza – Meu nome é Maria Helena Souza, sou feminista de Salvador e estou aqui porque trabalho com a Senadora Lídice da Mata, que não pôde vir, então, estou representando o gabinete. Porque um Senador, ou um parlamentar, não se representa por outra pessoa efetivamente. Desculpe, estou falando muito.

Quero também agradecer o convite, em nome da Senadora, mas queria, principalmente – concordo e conheço a plataforma política dos movimentos sociais, temos batalhado. Fizemos uma das sessões da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que foi lá em Salvador, com muita participação, com muita discussão e exatamente com essa linha, que, aliás, as duas senadoras presentes estavam lá e as deputadas

defendem, também, a questão da lista fechada, do financiamento público exclusivo e essa lista fechada com alternância de sexo, levando em consideração as questões raciais. Enfim, estou identificada com as colocações que, de modo geral, estão feitas, mas tem uma coisa que me preocupa muito e que me preocupou mais ainda quando ouvi as senadoras dizendo que elas próprias, que estão batalhando, que estão levando isso, não confiam que essas decisões possam ser – como nenhum de nós.

Então, penso assim: se a reforma do sistema político ficar entregue ao Congresso Nacional, serão raposas tomando conta de galinheiro. Teríamos uma fileira de decisões só Congresso Nacional, em relação a si próprio, a seus próprios interesses que não cabem aqui neste momento, não tem tempo para isso, mas seria interessante levantarmos isso. Acho que cada um aqui contribuiria com isso. Se fizesse uma pesquisa em relação aos parlamentares, seria semelhante a uma pesquisa que foi feita em uma grande escola, que é o ICEA, lá em Salvador. Quem dirigia aquela escola ao longo do tempo? Era a mãe, depois era o filho, depois veio a filha e depois cada uma daquelas pessoas que passaram por ali viraram secretários de educação, depois um político, etc. Então, a primeira coisa é isso: a reforma política não ficar entregue exclusivamente ao Congresso. Houve uma proposta nesse encontro em Salvador que acho muito interessante, que foi de uma professora Mariângela Nascimento, que também está ligada às plataformas dos movimentos sociais, e ela propõe um referendo. Exista na constituição. Acho importante reforçar a questão da democracia participativa, não para substituir, mas a democracia representativa deixa de ser representativa se não funcionar, a democracia participativa com os instrumentos, inclusive, constitucionais, que já temos. Então, o ponto é esse. Acho que deveria se pensar em uma consulta efetiva, com regras claras, que não sei se é o referendo mesmo.

Outra coisa é o seguinte: tem muito a ver com a nossa discussão aqui, inclusive de ontem sobre os equipamentos, das políticas públicas. Em relação à primeira questão, quero dizer que se os partidos majoritários, que já foram minoritários um dia, forem acionados para apoiar essa consulta, seguramente sairemos vitoriosos. Se os nossos partidos das pessoas que são filiadas e nos representam apoiarem isso, não tenho dúvida de que é possível, com boa articulação política, como foi feita na época da constituinte pelas mulheres, etc. Agora a outra questão, e última é a questão da coincidência, e que tem a ver com os nossos debates

das políticas e que foi colocada, inclusive, por Lídice em um desses debates, a coincidência entre as eleições do executivo e as eleições do legislativo. Será que isto é necessário? Isso não faz com que o legislativo e o Congresso Nacional, os legislativos municipais e estaduais fiquem sempre em segundo plano? Isso não estimula a vinculação de pessoas e de candidatos para ter cargos? Isso não é uma coisa que contribui? Será que é muito difícil descascar as datas de realização dessas duas eleições? São duas questões que estão muito bem colocadas e estou realmente feliz de poder participar.

Muito obrigada.

Senhora Cláudia – Bom dia. Meu nome é Cláudia e faço parte de um grupo de empresas do sistema elétrico com cerca de 27 mil trabalhadores. Uma das questões que acho muito relevante é que temos conquistado o ingresso no mundo do trabalho, mas como o Luiz Felipe falou, não qualitativamente. As mulheres têm ingressado, mas não têm se apoderado. Passo o meu olhar sobre uma construção educacional de mudar o pensamento – porque se o homem não cuida da sua própria saúde, se delega isso à uma mulher, como ele pode ter um olhar sobre a vida familiar como conciliador? Começo a pensar sobre essas questões. Aí queria perguntar para a Renata, o que a SPM tem feito, na agenda ministerial, com o Ministério da Educação, uma proposição de uma agenda em que consigamos formar profissionais com esse olhar, mas desde a base com os brasileirinhos e brasileirinhas, como a Presidente Dilma fala. O que a SPM e como os movimentos têm ido de encontro na área educacional no nosso país.

Se não formos direto na base, no meu entendimento, só enxugaremos gelo, porque não tem condições de termos um grupo de homens, como tem nas nossas empresas, que não mensuram, por exemplo, os riscos sociais dos nosso empreendimentos com esse olhar de gênero na hora de construir uma usina. As consequências de levar tantos homens para um determinado local e todas as consequências que cinco mil homens, em uma comunidade tão pequena, o que acontece com aquele povo. Não mensuram risco social, porque não passam por isso e não têm um olhar desses na faculdade, os engenheiros e nem as engenheiras. O discurso tem sido muito fora dessas carreiras e aí passo também para o Luiz Felipe, como podemos equacionar a situação educacional do nosso povo?

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Vou ter que encerrar o debate, porque temos mais um painel antes do almoço, e mais dois depois do almoço. Então, teremos um pequeno intervalo agora, antes do painel seguinte. Que as conversas transcorram de maneira informal, e nós nos encontraremos daqui a 10 ou 15 minutos aqui, para o painel sobre a nova estrutura de governança global e políticas públicas para as mulheres, e o papel da ONU Mulheres. Então, fica suspensa a sessão por dez minutos.

Obrigado.

Intervalo.

Vamos prosseguir com mais um painel. Peço que todos tomem os seus lugares, porque vamos iniciar o painel sobre a nova estrutura de governança global e políticas públicas para as mulheres e o papel da ONU Mulheres.

Então para dar início a essa discussão sobre a nova estrutura de governança global e políticas públicas para as mulheres e o papel da ONU Mulheres, é com prazer que passo a palavra para a Embaixadora Vera Lúcia Machado, Subsecretária Geral Política 1, do Ministério das Relações Exteriores.

Senhora Embaixadora Vera Lúcia Machado – Muito obrigada, Embaixador Gilberto Saboia. Bom dia a todos. Quero dizer inicialmente que vejo na plateia uma maioria esmagadora de mulheres e muito poucos homens. Gostaria que obtivéssemos uma participação mais igualitária, afinal de contas, o tema é de interesse geral para ambos os sexos.

Acho que é importante que essa nossa discussão aborde as questões internacionais, ou como a questão de igualdade e gênero aparece na agenda internacional e como evolui e de que maneira há uma interconexão entre o que se discute nos fóruns da ONU e da OEA, sobretudo, e as políticas públicas brasileiras – com elas se alimentam mutuamente.

Gostaria de começar lembrando as origens do tratamento multilateral internacional da questão de equilíbrio de gênero, que aparece, na verdade, na União Pan-Americana, em 1928 ainda. Talvez isso seja influência do movimento das Suffragettes americanas, não cheguei a pesquisar exatamente porque a União Pan-Americana começou a se dedicar ao tema, mas de toda maneira, já começa uma preocupação internacional de eliminar ou diminuir o desequilíbrio entre homens e mulheres. A União Pan-Americana se extinguiu, mas a comissão que foi criada, a Comissão

Interamericana de Mulheres, foi absorvida pela OEA. A OEA, desde muito cedo, começou a trabalhar nas questões.

As Nações Unidas, criadas em 1945, também despertaram, não de forma institucional, mas despertaram, a participação de mulheres que poderiam aproveitar aquela nova instituição universal para a questão de gênero. Eu me lembro que vi fotografia da assinatura da carta da ONU, a participação de muitas pessoas ilustres, que marcaram história do continente e do mundo, mas me deu muito prazer de ver, por exemplo, a Dra. Bertha Lutz, já naquela época sendo uma figura, enfim, uma mulher – eram poucas as mulheres – ela, Eleanor Roosevelt e muito poucas outras, que já tinham a ideia do grande potencial das Nações Unidas para questões, também, de gênero. Com relação a outras questões e ao tratamento do tema, acho que a própria carta da ONU influenciou bastante com a instituição de 1946, que já trata de igualdade de gêneros, pelo menos há um enunciado de que todos são iguais perante a lei, independentemente de cor, raça ou gênero.

Eu queria lembrar aqui que a primeira diplomata mulher, que entrou no Rio Branco, depois da criação do Rio Branco, teve o acesso bloqueado porque era mulher, simplesmente. Apesar de já ter havido outras mulheres, que no tempo dos concursos de provas de currículos, feitas pelo DASP, conseguiram o acesso à carreira e chegaram ao nível de embaixador, mas a Sandra Vieira de Melo teve o seu acesso bloqueado e ela invocou esse preceito constitucional para conseguir dar amparo à sua luta, que durou muito tempo e em 1954 ela conseguiu ser admitida e abriu a porta para todas nós. Somos sempre muito gratos à ela.

A cena internacional evoluiu até que, nos anos 70, o grande tema em debate era o subdesenvolvimento e como superar o subdesenvolvimento. Aí também aparece a questão da mulher, muito na base de como a mulher poderia contribuir na luta pelo desenvolvimento nacional. Isso provocou a Conferência de Nações Unidas sobre a mulher, que se realizou no México. Tive o privilégio de participar dessa conferência e, de novo, estava a Dra. Bertha Lutz na subchefia da delegação. Eu me lembro muito bem de quão indignada ela estava, porque a chefia da delegação cabia a um homem, cabia ao Embaixador Lauro Escorel e ela dizia: “Mas ele não entendia nada de mulher. Quem entende de mulher sou eu.”. De fato ela contribuiu muito, mas a conferência foi muito distinta, pois por ser muito inovadora, ela ainda procurava um formato de participação, que

incluísse a sociedade civil, os movimentos feministas, mas naquela época, os governos não estavam muito, enfim, primeiro interessados, depois estavam temerosos da participação dos movimentos feministas que não fossem exclusivamente governamentais. Então houve a necessidade de criar um foro especial para as ONGs, que ficavam muito longe do local da conferência e que tinham, de fato, uma agenda muito importante e diretamente vinculada à igualdade de gênero, enquanto a conferência governamental e oficial perdeu-se muito em questões políticas; o desenvolvimento.

Eu me lembro que a grande polêmica foi em torno da questão da qualificação do sionismo como uma praga da humanidade, juntamente como colonialismo, neocolonialismo, enfim, algo que tinha a ver com o movimento feminista, mas muito remotamente, e nunca contribuía para que as agendas e discussões se centrassem no tema da mulher e da igualdade de gênero. De qualquer maneira, as contribuições das ONGs foram incorporadas de alguma maneira. Não exatamente de forma precisa e objetiva e pragmática na declaração final da conferência, mas foi, de fato, um primeiro passo da ONU para a discussão, debate e promoção de políticas públicas, que posteriormente seriam incorporadas aos Estados-membros. Essa conferência foi a primeira de uma série de grandes conferências temáticas que as Nações Unidas promoveram, juntamente com habitação, população, enfim, um ciclo que infelizmente terminou. Quando houve a conferência, no Brasil, houve certa repercussão, muito mais por causa da própria participação de feministas, do que propriamente de políticas que pudessem ter sido inspiradas pela conferência da ONU.

A situação melhora bastante nas décadas seguintes e nos anos seguintes. Nos anos seguintes, já por causa da discussão da negociação de uma comissão para eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a CEDEAO. A conferência do México foi uma inspiração para que essa convenção viesse a ser concluída. Essa convenção foi ratificada pelo Brasil em 1984 – e lamento que, por causa de limitações de tempo, eu não possa me deter no conteúdo da própria convenção. Talvez outros palestrantes possam complementar essa análise. De qualquer maneira, há um esforço contínuo das Nações Unidas de fazer um *update*, uma discussão e instigar as políticas públicas em todos os seus países membros.

Acho que bastante importante nisso, nesse contexto, é a Conferência de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. O presidente dessa conferência foi o Embaixador Gilberto Saboia, aqui presente, que, até hoje, é elogiado. Não é por estar na sua presença que digo isso, mas, em todos os foros em que se fala de direitos humanos, de questões de gênero, e a questão de gênero gerou uma discussão muito importante nessa Conferência dos Direitos Humanos, importante e difícil. Esse foi o ponto de mais difícil negociação na conferência e todas as pessoas que encontro, que participaram e que trabalham ainda com o resultado dessa conferência, fazem questão de elogiar a capacidade de diálogo, de poder de conciliação, de posições tão díspares, e elogiar o desempenho do Embaixador. Sei que não é de meu feitio e nem é do seu agrado, mas não podia deixar de comentar.

Outro marco importante para a questão a que nos dedicamos hoje e eu acho que fundamental, foi a 4ª Conferência Sobre a Mulher, em Pequim. Acho que a conferência de Pequim teve a participação de órgãos da sociedade civil muito relevante, muito numerosa. Foram grupos de especiais, de profissões específicas, não exatamente incorporados a nossa delegação formalmente, mas tiveram uma participação importantíssima na própria formulação da posição brasileira. O formato da reunião, como sempre, deixou de incorporar as organizações governamentais com as não governamentais, mas, de qualquer maneira, houve já um empenho grande do governo brasileiro, da Dra. Ruth Cardoso, especialmente, que foi a chefe da delegação e que liderou todo o processo preparatório de incorporar os pleitos, as reivindicações de todos os grupos que assim quiseram. A conferência, até hoje, também é um marco importante, de referência para os trabalhos que se seguiram depois sobre o tema e também teve uma importância grande nos trabalhos da OEA. A OEA tinha como principal objetivo à época a negociação de uma convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Essa convenção foi muito trabalhada, enfim, aprovada pela cúpula que concluiu as negociações, mas ela só foi ratificada pelo Brasil em 1995. Aí, há uma definição de violência, que abrange qualquer ação ou conduta, que tenha por base o gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico na mulher, tanto no âmbito público, quanto no privado. Acho que essa formulação foi bastante importante; talvez, a primeira vez que tenha sido colocada

de uma maneira explícita; o enunciado genérico e claro, que serviu, certamente, para que as legislações nacionais se estimulassem a pontualizar melhor e prever punições para violência contra a mulher. Vemos que tudo isso começa muito tarde, ao meu juízo, quer dizer, a atenção para com a questão da mulher, da violência contra a mulher, na verdade, como vimos, começou, na década de 70, de uma maneira um pouco tímida, incluindo a questão de gênero em um emaranhado de outros problemas a serem minorados, mas não exatamente para a atenção prioritária no tema da mulher.

Creio, de qualquer maneira, que toda essa movimentação internacional, como disse no início, tanto estimulou o debate interno em todos os países, não só no Brasil, mas também foi inspirado pelo que já havia de inventário, de iniciativas.

Com relação ao que acontecia no Brasil, por exemplo, depois da questão de todo esse esforço internacional, tanto na OEA, quanto na ONU, criou-se, finalmente, a Secretaria de Mulher. A Secretaria da Mulher, que no início foi presidida por Jacqueline Pitanguy, não sei se ela está aqui, enfim, queria reconhecê-la como uma personalidade importante.

Como? Esteve ontem?

Enfim, a secretaria teve um trabalho pioneiro em estimular os órgãos da administração pública brasileira, incorporar perspectiva de gênero nas suas políticas, a fazer programas transversais envolvendo vários ministérios. A discussão no nível ONU, e no nível regional, estimulou, também, o a nível sub-regional. Criou-se uma reunião especializada sobre mulher no MERCOSUL, há outros órgãos transregionais, como foram os das mulheres do IBAS, juntando a Índia, o Brasil e a África do Sul, e um foro de diálogo e de cooperação entre os países de língua portuguesa, os PALOPS.

Outro marco importante, acho que nos dá muita esperança de que seja efetivo, é a *UN Women*, representada aqui pela Rebecca Tavares. Acho que até pelo fato de o Secretário-geral ter escolhido a Michelle Bachelet para presidir a organização, enfim, primeiro reconhece o valor da Michelle Bachelet e depois dá uma mensagem de estímulo para que a questão de gênero se fortaleça nas Nações Unidas. A junta executiva da organização se realizou pela primeira vez em janeiro de 2011, quer dizer, é um organismo absolutamente novo, mas aí já

foram definidas as prioridades de atuação: expandir a voz, a liderança e a participação das mulheres; por fim, a violência contra as mulheres, implementar uma agenda transversal quanto ao gênero nas políticas públicas, aprimorar o empoderamento econômico das mulheres, ou seja, são pontos que estão na agenda de movimentos feministas do mundo inteiro. A própria criação de uma agência especializada da ONU para o tema mulher me parece bastante obsiãreia, me parece que dará um ímpeto maior à internacionalização desses princípios e a feitura de políticas públicas nacionais, especialmente agora no início e sobre esses três pontos. Expandir a voz e a liderança das mulheres tem a ver com reforma de sistemas políticos. Por fim a violência contra mulheres, implementar uma agenda transversal de gênero e, finalmente, aprimorar o empoderamento da mulher, que são temas que nós vimos, hoje de manhã bastante debatidos e que são fundamentais.

Temos, também, uma continuidade na Secretaria Especial de Política para a Mulher, continuidade nos programas de cooperação, desde os tempos em que, no governo passado, a secretaria foi alçada à condição de ministério. Tivemos um início de trabalho bastante ativo, com a Dra. Nilcéia Freire, que agora continuar com a Ministra Iriny. Conta-se também com uma expectativa favorável, que já foi discutido aqui, do avanço da causa feminina com a eleição da Presidente Dilma Rousseff. A presença simbólica de uma mulher na presidência do Brasil, com as características que começamos a discutir aqui e todos sabemos as condições que temos, é uma esperança de que todos esses temas da agenda possam vir a ter um conteúdo político maior, possam ser mais promotores de mudanças, possam ter uma maior acolhida por parte da sociedade e, de fato, ser uma – possa ser a presença da Presidente Dilma, possa ser um fator importantíssimo para o aprimoramento da sociedade brasileira.

Já estou passando de 15 minutos e queria terminar a minha palestra e depois participar dos debates.

Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado, Embaixadora Vera Machado. Eu tinha que passar um bilhetinho para você, porque senão eu ficava desmoralizado aqui, porque eu já passei bilhetinho para quase todo mundo.

Senhora Embaixadora Vera Lúcia Machado – Passou o bilhete, apesar dos elogios a Vossa Excelência.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Pois é, senão eu seria taxado de corporativo. Mas já que você falou, vou me permitir dizer duas palavras sobre a Conferência de 1993. Primeiro para fazer uma pequena correção, precisando o que você disse. Eu não fui o presidente da conferência, foi o Chanceler da Áustria. Fui o presidente da comissão de redação, que foi o órgão negociador, e foi realmente um trabalho muito difícil, no qual fui ajudado por nosso colega José Augusto Lindgren e outros, onde pude ver o ativismo importante na delegação de ONGs brasileiras, no grupo de mulheres com quem tinha frequente contato e que atuavam não apenas na agenda puramente feminista, mas também na agenda de direitos humanos em geral; outros países também. O papel das ONGs ativistas femininas, na conferência, foi muito importante, não só nos temas de gênero, mas também nos outros temas. Por isso, queria, já que aqui se falou de direitos e poder, dizer que com toda a importância que reconhecemos da agenda feminina, e acho que a agenda feminista é um dos instrumentos para chegar a implementação, é preciso que nela também estejam inscritos os direitos humanos em geral, porque é uma influência grande que ela pode exercer na sociedade.

Então, agora, queria passar a palavra a Dra. Rebecca Tavares, representante da ONU Mulheres para o Brasil.

Senhora Rebecca Tavares – Muito obrigada, Embaixador Saboia. Obrigada, também, à Embaixadora Machado e ao Embaixador Pimentel. Devo confessar que a Embaixadora Machado, para mim, é sempre um exemplo de mulher tranquila, então, vou tentar emular essa tranquilidade que é importante para nós, especialmente quando temos recados bastante fortes para comunicar. Queria agradecer muito a esse convite de estar aqui, nesse lugar tão maravilhoso, como o Palácio Itamaraty. É realmente uma honra estar aqui e me sinto privilegiada de poder compartilhar minhas experiências e reflexões sobre a ONU Mulheres, e como parte do processo.

Vou passar muito brevemente alguns indicadores sobre a situação da mulher na América Latina. Só para dar um pano de fundo à conversa. A participação das mulheres no mercado de trabalho na América Latina e do

Caribe é caracterizada pelo emprego precário. De forma geral, a diferença do salário por gênero aumentou entre 1990 e 2008, quando foi verificado em 15 países da América Latina. 80% para mulheres empregadas em 2008, comparadas com 74% em 1990. Tem muitas observações de porque isso aconteceu assim com o modelo de crescimento, com o modelo de desenvolvimento econômico. Só para constatar que a situação está piorando e a região apresenta a feminização de trabalho agrícola ou entrada para exportação. Por exemplo, no Chile, 52%; no México 60% e Colômbia, 80%. Os números de mulheres em situação de pobreza no campo e na cidade, na América Latina, aumentaram em todos os países desde 1999. Em 2008, 44% das mulheres em áreas rurais sofriam com o problema de escassez de alimentos, assim como 32% das mulheres nas cidades. Ao contrário do que acontece com as mulheres, a porcentagem de homens na mesma situação é de 10% nas áreas urbanas e de 14% nas áreas rurais. Isso indica falta de autonomia econômica.

A maior vulnerabilidade das mulheres na pobreza: em áreas urbanas, as mulheres sofrem mais do que os homens com a volatilidade do ciclo econômico, com o aumento de desemprego e a flexibilização nas margens da economia. Para cada 100 homens desempregados em 2008, havia 142 mulheres. As mulheres negras são as que sofrem mais e são mais excluídas da economia. No Brasil, por exemplo, as mulheres negras ganham 33%, em média, do salário do homem branco. Nossa região é caracterizada por níveis persistentemente altos de todas as formas de discriminação; violência contra as mulheres, baixo acesso à justiça e altos níveis de impunidade; desigualdades salariais e de acesso a altos postos de liderança nas empresas e na política, como já foi bem explicado hoje de manhã.

Novas formas de insegurança e violência por atores não estatais e criminais resultam em fenômenos como o feminicídio, tortura, tráfico e sequestro de mulheres. Por exemplo, em 2010, 871 mulheres foram assassinadas na Guatemala. Sou Guatemalense e existem números altos em vários outros países da região. Ainda que a América Latina e Caribe sejam uma região com mais alto número de chefes de Estado mulheres, a Presidente Dilma Rousseff no Brasil, a ex-Presidente do Chile, Michelle Bachelet, Cristina Kirchner da Argentina e Laura Chinchilla na Costa Rica, existem 24% nos parlamentos da região. Como vocês sabem, aqui no Brasil, o número é bem mais baixo, 11%, e a taxa de representação

feminina em câmaras municipais na região é muito baixa, 8%. Esse é um fenômeno que a Renata, da SPM, apresentou sobre o Brasil esta manhã e que o Brasil é uma situação bastante difícil de entender. Com todos os aspectos e características do Brasil que já conhecemos. Em suma, enfrentamos desafios muito importantes na América Latina e no Caribe, avançamos sim, mas tem muito ainda para fazer.

A atuação das Nações Unidas na promoção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres tem contribuído para o progresso de igualdade de gênero no mundo há mais de três décadas. As primeiras conferências internacionais de mulheres da ONU foram importantes passos para reflexão e debates sobre o papel das mulheres para o desenvolvimento nacional e sobre os direitos das mulheres como direitos humanos. Como a Embaixadora Machado explicou, 1993 foi um momento extremamente importante com relação à questão dos direitos da mulher, que agora vamos, desde a luta de direitos da mulher como de direitos humanos, vamos para as mulheres no poder, como ouvimos hoje de manhã. A CDO foi o primeiro instrumento internacional de proteção dos direitos das mulheres, formulado sobre a ótica de gênero, que era, na época, uma grande novidade. Até um momento a convenção foi ratificada por 186 países, inclusive o Brasil, desde 1984. Naquele mesmo ano, a CDO foi promulgada no Brasil, adquirindo assim a condição de lei nacional. Definitivamente, a CDO foi o primeiro instrumento a tornar a questão da igualdade de gênero uma norma internacional a ser perseguida pelos países membros das Nações Unidas. Além de se tornar uma referência internacional, dentro dos tratados internacionais de direitos humanos, ela define a situação legal das mulheres como indivíduos independentes de sua situação conjugal e reconhece que elas são vitimadas por violências e violações de direitos em todo o mundo. A partir de sua promulgação, a mulher passa a ser reconhecida juridicamente pelos estados signatários sem necessitar do respaldo do vínculo conjugal.

Outro momento importantes na formulação das políticas de igualdade de gênero e direitos da mulher, como a Embaixadora Machado explicou, foi no Cairo, em 1994, a Conferência Internacional da ONU sobre a População e Desenvolvimento e a 3ª Conferência Internacional da Mulher em Pequim, em 1995. Nessas conferências, o papel da sociedade civil foi fundamental para o reconhecimento dos direitos das

mulheres como direitos humanos, da autonomia plena das mulheres e do papel dos movimentos de mulheres, como importantes atores políticos.

Temos tido uma longa caminhada e certamente o que celebrar. Em 2009, os países ao redor do mundo celebraram o aniversário de 30 anos da CDO, o aniversário de 15 anos da Plataforma de Ação de Pequim e o aniversário de 10 anos da resolução do Conselho de Segurança 1325, que garante a segurança das mulheres em situações de conflito, além dos 10 anos do aniversário da Declaração do Milênio, que também garante igualdade de gênero. Esses documentos com declaração universal estruturam a base normativa para a ONU Mulheres e o Sistema de Apoio das Nações Unidas na superação dos desafios para alcançar a igualdade de gêneros. Devo também reconhecer que este ano estamos celebrando dez anos da Convenção de Durban, que especialmente deixou de ser cumprida por muitos países e estamos trabalhando muito para promover a implementação e o cumprimento com os compromissos de Durban. Parece que também podemos celebrar a Convenção de Trabalho Doméstico, que foi votado ontem em Genebra, e é uma grande conquista, tanto do movimento de mulheres, como dos movimentos de afrodescendentes no mundo e de várias entidades do sistema da ONU como Mulheres, o IPEA, o PNUD e outros. No Brasil, os marcos normativos das Nações Unidas também servem como fundamento para abordar as interseções entre inequidades raciais e de gênero. A Convenção de Durban, eu já mencionei.

O contexto de desenvolvimento atual no Brasil claramente mostra que erradicação da pobreza, o Brasil sem miséria, e de grave insegurança alimentar – será impossível conseguir políticas públicas para afrodescendentes, mulheres e indígenas se não forem implementadas. E se antes desse fato, a equipe das Nações Unidas no Brasil estabeleceu um grupo temático de gênero e raça em 2004, isso quer dizer que todas as agências do sistema da ONU estão trabalhando de uma forma “intransgencial” para abordar a interseccionalidade de raça e gênero. O objetivo desse grupo é de promover a incorporação transversal dos assuntos de gênero e raça, em ações estratégicas, políticas, programas e projetos implementados pelo sistema das Nações Unidas no Brasil.

A ONU Mulheres foi criada no ano passado, em junho de 2010, e representa um primeiro passo na reforma da ONU, buscando maior coerência nas ações de várias entidades do sistema. Importante destacar

de que a ONU – como vocês devem estar acompanhando a Assembleia Geral – está debatendo a necessidade de tornar a ONU mais eficiente, mas eficaz e mais coordenada. A criação da ONU Mulheres foi um grande passo nesse sentido e sentimos uma grande responsabilidade, não somente para promover a igualdade de gênero e empoderamento da mulher, mas também de coordenar e atuar nesse novo papel de coordenação do sistema ONU com relação a um tema específico. Aguardamos o apoio de todos vocês nesse sentido. Desse modo, a ONU passa a ter uma única entidade de mulheres, centralizando o trabalho dessas quatro entidades que existiam anteriormente e agora consolidadas. O trabalho da ONU Mulheres baseia-se em acordos intergovernamentais, globais e regionais como a CDO, a plataforma de Pequim, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança e os objetivos de desenvolvimento, entre outros. O Conselho Executivo da ONU Mulheres é composto de 41 estados membros da ONU e, pela primeira vez, existe um organismo da ONU com uma estrutura de governança representando em 8% os países do sul. Esse é outro aspecto muito interessante da ONU Mulheres para se observar. Porque é a primeira vez, dentro do contexto da reforma da ONU, que a estrutura de uma entidade da ONU está composta com a grande maioria de países do sul e não dos chamados “desenvolvidos”. Então, 41 países são muitos. O nosso conselho executivo inclui, não vou mencionar todos os nomes, mas a representação da África, Ásia, Europa Oriental, Europa Ocidental e da América Latina e Caribe, temos Argentina, Brasil, El Salvador, Granada, Peru e República Dominicana. Os principais países financiadores, que também tem um número de assentos no conselho, são Arábia Saudita, Espanha, Estados Unidos, México, Noruega e Reino Unido. Importante mencionar que o México está entrando no conselho executivo como país financiador, e esperamos que o Brasil entre nessa categoria, em um momento próximo.

A Embaixadora mencionou as áreas prioritárias, então não vou entrar nessas de novo, mas o mandato em geral, da ONU Mulheres, é apoiar os parceiros nacionais na implementação de compromissos globais, tais como aqueles originários da assembleia geral, na comissão sobre a situação das mulheres, a CSW, e no Conselho de Segurança. Liderar e coordenar a atuação do sistema ONU sobre igualdade visando um acordo mais consistente e coordenado às prioridades de igualdade de gênero e fortalecer vínculos com os interesses e aspirações das mulheres e das

organizações de mulheres em todo o mundo. Dado que a ONU Mulheres foi criada em resposta à reivindicação de redes de mulheres em todas as regiões do mundo, importante notar que os dados da Secretária Geral Adjunta, da diretora da ONU Mulheres, a Dra. Michelle Brachelet, reportando diretamente ao Secretário-geral lhe permite botar a agenda das mulheres no mais alto nível de tomadas de decisão na ONU. Os parceiros da ONU Mulheres, em nível nacional, incluem organismos nacionais para as mulheres, Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Finanças e Planejamento, Comissões Eleitorais, Ministério do Trabalho, Saúde e Justiça e sistemas de execução legal. A ONU Mulheres também trabalha em proximidade com a mídia, com o setor privado, fundações e instituições acadêmicas, religiosas e líderes tradicionais. Com a criação da ONU Mulheres, o nosso mandato também criou uma prioridade em trabalhar com homens e meninas, cujas atitudes e a participação no mundo privado, como foi explicado muito bem hoje de manhã, é muito importante em fatores determinantes para as vidas das mulheres e meninas.

Vamos passar pelas áreas prioritárias, que já foram apresentadas pela embaixadora. É essencial um forte foco na implementação desses compromissos, esses prioritários e, particularmente, em apoiar países para aperfeiçoar as suas capacidades na provisão de serviços e alocação de recursos; fortalecer o apoio às organizações e redes das mulheres, desde a base até aquelas trabalhando globalmente, é crucial para garantir que novos assuntos, anteriormente não reconhecidos, cheguem às agendas de políticas públicas dos Estados. É essencial construir a vontade política e mudar atitudes enraizadas que perpetuam a discriminação de gênero. Reconhecemos as diferentes realidades de cada região, abrangendo os países de renda alta, média e baixa; países receptores e também países financiadores. Os países de renda média estão em uma situação especial e muito bem posicionadas para alavancar parcerias sul-sul e a cooperação triangular. Aqui no Brasil e no sul como um todo, com exceção do Paraguai, esse é o enfoque de nossos apoios. A ONU Mulheres está em diálogos permanente com os Ministérios de Relações Exteriores e outros agentes dos governos, no sentido de apoiar e promover a capacidade de governos para implementar políticas para a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher; para participar em operações de manutenção de paz, em situações de conflito e atuar em crises humanitárias, influenciando os debates sobre desenvolvimento sustentável.

Vou tocar esses três temas rapidamente. Mulheres de paz é uma nova área prioritária da ONU Mulheres. Com a presença em 80 países, trabalhamos com os governos para fortalecer as capacidades das tropas de paz em apoiar a participação das mulheres em situações de conflito. Nessas situações, as mulheres são mais vulneráveis, dado muitas vezes o contexto de caos, crise e de violência generalizada atinge, sobretudo, as mulheres. Sabemos que soldados mulheres capacitadas a desenvolver o conjunto de ações de *skipping* resultam em menos abuso das mulheres refugiadas ou vítimas de guerra, como vimos recentemente. Muitas vezes, o estupro é utilizado como instrumento, arma de guerra. Então, a ONU Mulheres está priorizando essa área.

Mulheres em desenvolvimento sustentável. A ONU Mulheres também apoia os governos em suas metas de cooperação sul-sul, no sentido de fortalecer as capacidades desses países em atingir as suas metas de desenvolvimento, através da ampliação da contribuição econômica, social e política das mulheres. Temos o potencial de atuar juntos na assistência técnica aos governos, inclusive, utilizando a expertise das ONGs de mulheres e dos movimentos das mulheres na sociedade civil brasileira. Este ano, a Conferência das Nações Unidas, sobre desenvolvimento sustentável, o RIO +20 – quer dizer, no ano que vem, em 2012 – está sendo organizada para junho de 2012 e marcará a comemoração de 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada aqui no Rio de Janeiro em 1992. Também marcará o aniversário de 10 anos da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que foi realizada em 2002, em Johannesburgo. Conhecida por Rio +20, a conferência é prevista como uma das de mais alto nível possível, incluindo chefes de Estado e Governo e outros representantes. A conferência resultará em importantes documentos políticos globais. Três principais realizações do Rio 92, especialmente relevantes para 2012, são os conceitos concretizados de três pilares de desenvolvimento sustentável. O RIO +20 pretende incluir o pilar social, em equilíbrio com os outros dois pilares mais tradicionais, que foram estabelecidos em 1992, que são o meio ambiente e a economia. Isso é significativo na medida em que conceitos anteriores de desenvolvimento sustentável tinham focado, quase inteiramente, em ciência do meio ambiente e mercados econômicos, deixando de lado os conceitos sociais e de equidade. O momento do RIO +20 também é

particularmente significativo para a agenda de igualdade de gênero. O momento coincide com a próxima sessão da comissão sobre o status da mulher, ou CSW, para fevereiro de 2012, que terá como tema prioritário o empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da pobreza e fome. Enquanto a próxima sessão é da CSW apresentar análises mais detalhadas das ligações significativas entre o empoderamento das mulheres rurais e a agenda de desenvolvimento sustentável, parte dizia que existem ligações críticas. A proximidade e frequente dependência das mulheres rurais dos recursos naturais, para subsistência e energia doméstica, ou acesso limitado delas aos serviços e fontes de energia sustentáveis e seu potencial como atores principais no avanço de soluções de desenvolvimento sustentável as coloca como parte interessada nessa agenda.

Vou passar. Eu tinha um pouco mais para falar sobre mulheres rurais, mas para finalizar, as duas conferências em 2012, declarado pelas Nações Unidas como o ano internacional da energia sustentável para todos, representa convergências desses assuntos de desenvolvimento sustentável, acesso universal à energia sustentável, ao empoderamento das mulheres rurais, todos esses darão oportunidades adicionais para a ONU Mulheres e para aumentar a conscientização e o comprometimento para responder às necessidades urgentes do empoderamento econômico das mulheres, especialmente em áreas rurais.

Vou falar rapidamente sobre o Brasil, porque estamos muito interessados nesse momento. O papel do Brasil. Com relação ao papel do Brasil nas estruturas de governança global, que é o tema da conferência sobre igualdade de gênero, estamos em um momento único com uma mulher como Presidente, a Dilma Rousseff, e com uma mulher representando o país nas Nações Unidas, a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, com um assento no Conselho Executivo da ONU Mulheres, com um programa de combate à extrema pobreza reconhecido internacionalmente por sua eficácia, o Bolsa Família, que beneficia uma maioria de mulheres e com a força de sua sociedade civil, que tem um dos mais articulados movimento de mulheres no mundo. O Brasil tem todas as razões para ter, cada vez mais, um papel de liderança nas instituições internacionais de governança na promoção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. O mundo está esperando grandes coisas do Brasil, como vocês todos sabem. O

sistema ONU, no Brasil, está ciente das legítimas ambições do Brasil no cenário internacional e de sua capacidade para conquistá-las através do exercício responsável que tem mostrado na projeção de seu poder internacional. O Brasil ganhou reconhecimento como um parceiro chave na governança internacional, não só porque atravessou muito bem a crise econômica financeira deflagrada em 2008, mas também porque demonstrou que suas instituições regulatórias, econômicas e domésticas, funcionam efetivamente. O Brasil tem contribuído para o crescimento global pós-crise, sustentando a recuperação econômica internacional, contribuindo para a prosperidade e também para a redução da pobreza através de políticas de distribuição da renda. Esse quadro coloca o Brasil em uma posição única, não só como uma economia emergente, de peso, mas, acima de tudo, como um parceiro estratégico capaz de contribuir como uma das âncoras de um novo sistema de governança internacional.

Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Nós agora podemos ter um breve momento para perguntas, ou intervenções curtas, porque ainda temos outro painel a realizar, antes do almoço, e estamos atrasados. Eu pediria, já temos duas pessoas ali que já levantaram a mão, que fossem breves na formulação de suas perguntas.

Senhora Vanessa Santana – Sim, sem dúvida. Duas perguntas. Primeiro à Embaixadora Vera Lúcia e também à Dra. Rebecca Tavares. A impressão que tenho de fora – sou Vanessa Santana do Rio de Janeiro – é que o Ministério das Relações Exteriores fez alguma coisa em relação ao empoderamento das mulheres na sua estrutura e acho que isso não é alguma coisa qualquer, visto que são carreiras de Estado, não é verdade? A posição como diplomatas e embaixadores. Queria ouvir um pouquinho sobre isso e queria que vocês contassem um pouco para nós, qual foi essa experiência nesses últimos anos, no sentido mais afirmativo, senão tão claro, de colocar as mulheres embaixadoras, diplomatas e em posições de negociação. Acho que isso podia ser relevante para o debate que estamos fazendo.

Em relação à Rebecca, bom, sabemos muito bem que a realização da Rio 92 foi muito importante para a cidade e para as mulheres, em especial. Então, queria saber, concretamente, qual é a expectativa que a

ONU Mulheres no Brasil tem em relação a isso, qual a demanda, o que podemos fazer juntos, qual a movimentação que devemos fazer junto aos estados, às empresas para que asseguremos um lugar de visibilidade das mulheres, das organizações das mulheres e da agenda de mulheres na RIO +20. Qual é a orientação?

Senhora Embaixadora Vera Lúcia Machado - Muito obrigada pela pergunta. Sua pergunta, aliás, é muito pertinente. Acho que sim, o ministério está implementando uma política de maior participação da mulher em extratos superiores da carreira. Não houve uma decisão mais acertada do que essa, porque vimos que, durante muitos anos, as mulheres tinham maior dificuldade de acesso, aliás, até no Instituto Rio Branco. Não sei se já comentaram aqui as perguntas às quais éramos submetidas para o exame de ingresso, por psicólogos. Perguntavam sempre o que aconteceria se a senhorita se casasse. Essa era sempre a pergunta chave, o que vai fazer? Opta pelo casamento ou pela carreira? Quando entrei me perguntaram isso disse que na hora veria, não estava sequer casada e não poderia fazer já uma opção neste momento de entrar para o Rio Branco. Assim foi durante muito tempo. As embaixadoras eram pouquíssimas, ficavam muito em um nível de Conselheira, Ministra – ministra da carreira diplomática – mas como embaixadora eram muito poucas. Foram embaixadoras as que entraram, como eu falei, antes do tempo do Rio Branco, no concurso do DASP, que era incrivelmente mais aberto para admissão de servidores públicos. Vem mudando por uma pressão interna habilmente apresentada às instâncias superiores essa política, enfim, de uma dificuldade maior para o acesso das mulheres, sobretudo, a nível de embaixador.

Acho que quem abriu, de fato, as portas foi o Embaixador Celso Amorim. Ele estabeleceu um sistema de cotas, que acho que não é o ideal e espero que um dia não seja mais necessário um sistema de cotas, mas há uma cota para ministra, embaixadora, que varia de acordo com o número de pessoas que estão na disputa, tanto homens quanto mulheres, na disputa de promoção. Têm também cargos de embaixador em postos difíceis para mulheres e essas que vão, não como embaixadoras plenas, mas como ministras em condição de embaixadora, têm, aliás, homens e mulheres, têm o acesso mais facilitado. Um exemplo assim, um diplomata homem ou mulher escolhe um posto em um país africano ou asiático

tem mais acesso que outros que estão servindo nas capitais dos países desenvolvidos, mais possibilidade de promoção. O que é considerado pela casa como bastante justo, porque as condições de vida variam muito de acordo com o local em que você está servindo. Mas acho que, também, o Embaixador Patriota continua essa política e espero que com isso, algum dia, a cota para mulher não seja mais tão importante para o acesso para todos e que seja, realmente, um reconhecimento geral do valor e da capacidade de cada um dos integrantes da carreira diplomática.

Obrigada.

Senhora Graciela Rodriguez - Uma parte da pergunta também tem a ver com a RIO +20. Meu nome é Graciela Rodriguez, sou da rede internacional de gênero e comércio e de entidade feminista, que se chama Instituto Equit, aqui no Rio de Janeiro. Queria problematizar as questões que foram levantadas, porque por um lado – bom, primeiro eu queria saudar a unificação das agências da mulher e da ONU Mulher, que acho que é uma grande conquistas para as mulheres dentro das Nações Unidas, dentro do esquema das agências. Em relação ao ciclo de conferências das Nações Unidas, que vivemos, sobretudo, na década de 90, a sociedade civil se engajou muito. Lamentavelmente temos que fazer um balanço desse processo todo, dessa década e o balanço não é muito positivo. A maioria das agendas e dos compromissos que foram assinados na década de 90, em várias dessas conferências da mulher, direitos humanos, enfim, não foram tão cumpridos e essa agenda, na verdade, ficou sumida, ficou um pouco desprestigiada enquanto o poder real passava para outras agendas, para outros lugares da governança global. Como foram as entidades financeiras multilaterais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, depois a OMC, a partir de 2005 e agora, recentemente, o G20, que piora as coisas, porque o G20 não tem nenhuma legitimidade, é um clube de vinte países, quase que as vinte maiores economias, mas enfim, não tem nenhuma legitimidade, nenhuma institucionalidade. Então, também tem um lado em que isso é muito preocupante, quer dizer, fizemos todo um esforço, as Nações Unidas fizeram, a sociedade se engajou, as agendas foram extremamente interessantes e positivas, mas quando se chegou, inclusive, a conferência do financiamento desse movimento em 2002, em Monterrey, que tinha que se botar o guizo no gato. Então, cadê o dinheiro para essa agenda, para o desenvolvimento de

toda essa agenda de direito. Esse dinheiro não aparece, não estão sendo cumpridos os compromissos e, inclusive, a agenda das metas do milênio não vem a ser cumprida. A maioria dos países não está cumprindo, entre elas, o tema de gênero. No tema de gênero, muitos países estão aquém do – enfim, não quero me estender, mas acho que no Brasil vamos ter um pulo com a inclusão de Dilma na presidência, isso melhora o índice, mas está, também, fora do cumprimento das metas até pouquíssimo tempo atrás.

Por outro lado, acho que essa RIO +20, e aí é a pergunta: se ela foi colocada como uma somatória das agendas, como um certo balanço da agenda do ciclo de conferências da ONU, ela também está se vendo prejudicada, porque o que está realmente aparecendo em jogo não é só a sustentabilidade e essa somatória das agendas, senão que também a saída da crise global, que está passando muito pela chamada economia verde, que está sendo colocado aí como o grande tema da Rio +20. Na verdade, é a forma de uma disputa entre qual seria uma agenda para sustentabilidade e qual seria a recuperação do capitalismo via economia verde. Então, fico preocupada, porque na verdade nós, como movimentos de mulheres, temos que entrar fortemente na disputa, porque quando vamos ver os dados que você mencionou, a vulnerabilidade das mulheres, a situação da pobreza no campo e na cidade e, por exemplo, na pauta do G20 é reforma do sistema financeiro, especulação do preço dos alimentos, grande crise no mundo inteiro pelo preço dos alimentos e a governança global. Simplesmente os vinte maiores países estão discutindo o preço dos alimentos. Então, acho que temos que reconhecer um avanço da agenda das Nações Unidas e dos direitos que conquistamos ao mesmo tempo em que ela faz água em espaços completamente informais, sem nenhuma institucionalidade, onde as empresas tradicionais têm maior poder de incidência e onde nós não temos nenhuma, porque não temos nenhuma transparência. Então, isso é muito preocupante essa contradição do poder, dessa governança global e acho que na RIO +20 temos que nos preparar, porque a disputa é sobre a saída da crise.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Doutora Rebecca.

Senhora Jacqueline Pitanguy - A Rebecca vai responder antes ou eu posso, brevemente, tomar a palavra?

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Bom, mas muito brevemente, porque vamos ter que encerrar.

Senhora Jacqueline Pitanguy - Muito bem. Queria cumprimentar a Embaixadora Vera Machado, cumprimentar a Rebecca, cumprimentar a mesa e colocar, sobretudo, a minha satisfação por estarmos aqui. Meu nome é Jacqueline Pitanguy, represento o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Estamos hoje em um momento em que o Brasil tem outro papel na política internacional, nas estruturas de governança global, como foi colocado, e acho que é o momento para que a sociedade civil também se organize de maneira a ter um olhar sobre a política externa brasileira. Eu acho que isso é um caminho ainda a percorrer e estamos talvez até iniciando esse diálogo que deve ser mais sistemático. O Itamaraty é um instrumento de excelência na sociedade brasileira, mas falta, talvez, tanto da parte da sociedade civil organizada, quanto do Itamaraty, a abertura de um maior diálogo sobre os temas de governança global para onde possamos levar algumas agendas específicas.

Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Eu creio que Dra. Rebecca e a Vera responderão algumas dessas observações.

Senhora Rebecca Tavares – Nós temos duas vertentes para seguirmos nessa resposta e estamos conscientes do tempo, mas primeiro queria agradecer a Jacqueline. Acho que ela entrou exatamente na resposta que eu queria dar no primeiro momento. A necessidade de articulação da sociedade civil com as agências da ONU, e também com o Itamaraty, mas respondendo a Vania, acho que nossa expectativa é que queremos articular, aprofundar junto com a sociedade civil. Temos pouco tempo, um ano de preparação para a conferência, onde terão dois espaços importantes sobre gênero, relacionados com a conferência. Serão dois grandes simpósios que a ONU está organizando: um é sobre questão de acesso das mulheres à justiça e desse movimento sustentável, a outra é sobre a questão de gênero e mudança climática. Precisamos organizar nossos preparativos nesses dois temas. Acho que a Vania colocou também a importância da colaboração e articulação com as empresas e com a academia. Então, essas grandes articulações entre setores seriam

importantes também. A expectativa em relação aos temas que devemos preparar – acho que com relação às mulheres urbanas deveríamos sim procurar entender melhor quais são nossas propostas para empregos sustentáveis, trabalho verde, junto com o setor privado e estatal, acesso das mulheres rurais a fontes sustentáveis de energia, água, recursos que precisam como agricultoras e como foi colocado pela ministra, Brasil sem miséria. A ministra explicou muito claramente o que as mulheres rurais precisam e que o governo brasileiro pretende estender a elas crédito, extensão rural, fertilizantes, etc. Então, todos esses insumos que as mulheres agricultoras precisam para manterem esse setor de pequenas agricultoras.

Passando disso para outro tema, que é o modelo para desenvolvimento sustentável. Acho que a Graciela colocou a importância desses debates para o RIO +20 e entender melhor o modelo de desenvolvimento que está sendo desenvolvido. Estamos observando uma tendência a uma concentração, a exportação de *commodities* e essa tendência não é somente aqui no Brasil, mas na América Latina e África, especialmente, está exagerando, está criando um efeito negativo para pequenos agricultores, pequenos empresários, etc. As economias estão cada vez menos diversas, há menos investimento e mais concentração em exportação de *commodities* e isso está resultando, para as mulheres, em problemas muito sérios. Está aumentando a desigualdade, criando inflação, afetando a moeda, etc. Então, precisamos sim examinar o modelo de desenvolvimento e não simplesmente pensar em criar emprego verde. Acho que precisamos trabalhar nas duas frentes. Efetivamente foi isso.

Senhora Embaixadora Vera Lúcia Machado – Gostaria de reagir, também, às duas perguntas. A primeira, o diagnóstico é exatamente o que fazemos e o que já vínhamos detectando há algum tempo. Nas próprias reuniões do G8 já tinha essa tendência de criar foros de discussão e, talvez, de decisão pelos países mais desenvolvidos do mundo sobre uma série de temas que fazem parte da agenda das Nações Unidas. Isso ficou muito evidente em uma das reuniões em que eu participei, do G8 +5, que foi uma tentativa de cooptar os países mais emergentes para se juntarem ao G8 e terem uma conversa sobre governança global. Chegamos a participar de algumas dessas reuniões, mas o diagnóstico se reafirmou com a tentativa de passar as Nações Unidas. E no G20, também agora e

cada vez mais, se acentua essa tentativa. Temos procurado levar sempre essa mensagem de que muito bem se discuta, mas que não se decida e os foros de decisão são outros, porque tem que ser inclusivos, tem que ser democráticos. Determinadas decisões de importância global não podem ser discutidas por cinco países mais alguns convidados, mas escolhidos a critério dos vinte. Certamente é difícil que essa tendência não venha a se concretizar em determinados aspectos pontuais, mas acredito que os países emergentes, sobretudo, estão muito conscientes desse risco e estão montando estratégias para contornar essas ameaças.

Quanto ao diálogo com o Itamaraty, que a Jacqueline apontou, estamos sempre abertos ao diálogo, sobretudo, pela Ministra Gláucia Gauch, que é a pessoa que chefia o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais e talvez seja a pessoa no ministério mais procurada por organizações não governamentais, juntamente com o Embaixador Figueiredo, que agora é subsecretário para questões ambientais. Voltando ao meio ambiente, aliás, o Embaixador Figueiredo me fez lembrar que havia ainda essa pendência a respeito do risco da conformação do conceito de economia verde e daí toda uma série de questões políticas decorrentes. Quando começou a surgir, a rodar nas Nações Unidas em foros específicos, o conceito de economia verde, nós nos preocupamos muito, porque vemos uma simplificação do conceito de desenvolvimento sustentável, que inclui o pilar ambiental, social e econômico apenas para centrar na questão econômico-tecnológica. Acho que é muito importante para a RIO +20 que primeiro se consiga consolidação ainda maior de um conceito fundamental que são as responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os países segundo o grau de desenvolvimento. Depois o conceito de desenvolvimento sustentável por oposição à economia verde, que é uma redução. Nós temos procurado, juntamente com vários outros países com o mesmo nível de desenvolvimento, os emergentes, que estão muito cientes disso, mas de fato existem iniciativas no âmbito do G20 e aí somos uma minoria que tenta promover esse conceito. Estamos alertas.

Voltando agora às perguntas da Jacqueline, participamos dos conselhos nacionais para uma coordenação da política externa com as políticas dos diferentes ministérios. Tenho a impressão de que os conselhos nacionais também têm uma participação de sociedade civil. Enfim, sempre estamos, de qualquer maneira, abertos a encontros,

reuniões para definições de políticas, para recebermos *inputs* que a sociedade civil considere importante. Procuramos, muitas vezes, para a coordenação de posições na delegação brasileira, nos foros de interesse direto e indireto da sociedade civil, procuramos sempre ouvir. Enfim, temos também que ser mais proativos no estabelecimento de contatos, mas isso também gostaria que vocês nos procurassem todas as vezes que tivessem algum tipo de demanda específica, de percepção específica.

Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Obrigado a todos. Eu declaro encerrado, acho que a qualidade do debate foi bastante abrangente. Temos ainda um painel antes do almoço, de modo que declaro encerrado esse painel. Agradeço a todos os participantes e debatedores. Não teremos nenhum intervalo e passaremos apenas a uma reorganização da mesa, e iremos para o painel Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos.

Obrigado.

Peço a todos que se dirijam aos seus lugares, porque, infelizmente, estamos muito atrasados e há pessoas que têm compromissos urgentes.

Nós vamos dar início agora ao quinto painel deste seminário intitulado Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. Dou, então, a palavra, em primeiro lugar, à senhora Taís Santos, Representante do Fundo das Nações Unidas para a População. Tenha a palavra.

Senhora Taís Santos – Obrigada. Boa tarde a todos. Gostaria de começar agradecendo ao Embaixador Saboia, e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o convite feito para participar desse seminário, que é um foro que trata de uma temática tão relevante, tão atual e, ao mesmo tempo, tão complexa. Acho que estou com algumas restrições aqui, porque quando ficamos muito para o final, muitas das coisas que falaremos já foram tocadas. Por um lado, isso é bom; por outro, isso, de certa forma, não deixa de ser uma restrição.

Dada essa questão do tempo e a complexidade da temática, vou concentrar a minha fala em dois pontos principais. Primeiro vou falar um pouco sobre a questão das desigualdades de gênero e os diferenciais sociodemográficos. Depois, falarei da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos. Acho que todos sabem que o Brasil tem sofrido mudanças significativas nas relações de gênero, na autonomia e empoderamento

das mulheres nos últimos tempos. Isso, acho que é inegável. Apesar de tudo isso, as disparidades entre os homens e mulheres ainda existem, como já vimos varias apresentações aqui sobre essa questão. Então, essas disparidades ainda persistem como, por exemplo, em relação ao trabalho, em relação à participação política e várias outras. Por outro lado, acho que tem uma coisa que tem surgido e que tem começado a chamar a atenção das pessoas, que é exatamente o aparecimento das desigualdades reversas e também das desigualdades intragênero. Então, acho que essa minha apresentação será com um olhar mais sociodemográfico sobre a questão. Acho que a grande riqueza de uma mesa diversa é porque as pessoas podem dar as diversas visões e também podem discutir sobre os diversos problemas envolvidos na temática.

Esse primeiro gráfico mostra a razão de sexo no Brasil de 1950 até 2050. O que é a razão de sexo? É exatamente o número de homens em relação ao número de mulheres. Historicamente o que temos é que existe um equilíbrio entre o número de homens e o número de mulheres e essa razão de sexo é algo que deve ficar em torno de 100. Temos que até 1980 – o Brasil é a linha em azul, o resto do mundo é a linha em vermelho. Então, temos que até 1980 essa razão de sexo se mantinha basicamente constante. A partir de 1980 ocorre uma desestabilização e isso vem ocasionar um superávit de mulheres. Essa transparência mostra a evolução da razão do sexo entre 1950 e 2050, através de projeção da ONU. Evidentemente que isso tem alguns fatores que contribuem para isso. O que contribui para isso? Historicamente, temos que as mulheres vivem, em média, mais do que os homens, ou seja, a esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens. Isso por um lado pode ser encarado como uma vantagem comparativa em relação aos homens. Fala-se assim: “Ah, nós estamos vivendo mais.”. Isso é legal, mas acho que tem o outro lado que depende da qualidade de vida e de uma série de coisas. Não é simplesmente viver por viver. Além do mais, existe um custo social envolvido nisso aí. Já foi mencionado ontem que a população brasileira está envelhecendo e de uma forma muito rápida. As projeções da ONU estimam que, por volta de 2050, 25% da população brasileira será constituída por pessoas de 60 anos ou mais. Isso também tem outra implicação grande, a questão da feminização do envelhecimento, porque se nós, mulheres, estamos vivendo mais, nós é que vamos chegar com um contingente maior ao final da pirâmide etária. E temos que nos preparar

para outro encargo que cairá sobre nossas costas. Ora, se no início temos todo o envolvimento no trabalho reprodutivo, no final teremos a questão do envolvimento como cuidadoras, porque na verdade as mulheres é que são as cuidadoras. Acho que tem um aspecto que tem que ser levado em consideração é que serão mulheres idosas cuidando de pessoas mais idosas ainda. E do lado das mulheres idosas como fica? Quem vai cuidar delas? Então, tem toda uma questão que está envolvida e temos realmente que começar a pensar na questão da feminização do envelhecimento. Acho que tem uma série de transparências, mas que por uma questão de tempo e de respeito com as colegas que não terão muito tempo também, vou passar direto – mas tem uma transparência ótima sobre o número de óbitos por AIDS, por sexo, entre 1980 e 2010, mostrando nitidamente a feminização da AIDS no período, que praticamente dobrou de 1991 para 2010, passando de 17% dos casos entre mulheres para 35%. Acho que tem um ponto bom que podemos frisar aí. Aquela linha verde mostra exatamente o percentual feminino e o que vemos é que o crescimento da feminização da AIDS já não se dá mais segundo um crescimento linear e já está tendendo, ainda é alto, mas já está tendendo para uma estabilização na tendência e isso é um ponto bom.

Chegando à questão da educação, acho que já foi bastante batido aqui e todos sabemos que a partir de 1980 houve uma inversão na tendência em relação à escolaridade feminina, com uma vantagem feminina em relação aos homens, ou seja, as mulheres passaram a ter uma escolaridade maior, maior número de anos de estudo do que os homens. Isso tem sido sistemático. Inicialmente era um fenômeno observado, basicamente, no ensino fundamental e no ensino médio, mas mais recentemente essa tendência já tem sido observada também na pós-graduação. Hoje em dia, você tem mais mulheres com título de doutorado do que homens. Então, temos aí outra vantagem das mulheres em relação aos homens. Aí é que tem a desigualdade reversa, mas tem o outro lado da moeda que temos que olhar também. Tem sempre uma vantagem, mas tem sempre o outro lado da moeda. As mulheres representam a maioria na população analfabeta, como já foi colocado aqui, me parece que ontem. Isso é em função do peso das mulheres mais idosas, que eram discriminadas em relação à educação. Essa é uma desvantagem e uma desvantagem maior ainda se reflete. Bom, seria ótimo se tivéssemos maior escolaridade e isso se revertesse em algum benefício em relação ao mercado de trabalho, mas

já vimos que essa vantagem, em termos de educação, não se reverte em relação ao mercado de trabalho. Temos esse gráfico que mostra as taxas de participação da população economicamente ativa por sexo. Os retângulos azuis são homens e os retângulos em vermelho são as mulheres, a linha verde representa a diferença. Então, de 1950 até 2009, vemos que a participação no mercado de trabalho é predominantemente masculina, apesar de a população feminina ser maioria. Por outro lado, também tem uma sinalização boa de que vemos um declínio nessa diferença entre homens e mulheres. É claro que tudo isso tem a ver com as conquistas das mulheres. Agora, evidentemente temos que olhar essa parte boa, mas temos que chamar a atenção para um ponto que é muito importante, a agregação dos dados. Isso está me falando o seguinte: tem melhorado a participação das mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens, mas não tem me falado que em termos salariais tem melhorado, não tem me falado que em termos de qualidade de trabalho tem melhorado e sobre as desagregações maiores ainda, como, por exemplo, em relação às mulheres negras e desagregações, também, regionais. Então, o gráfico mostra no geral uma tendência de melhora, mas mascara uma série de outras coisas que poderiam estar aí.

Bom, em relação ao uso do tempo, se falou que a mulher gasta mais tempo do que o homem no trabalho reprodutivo, evidentemente, e se falou também na questão dos espaços de poder. Hoje tinha uma transparência, mas acho que não precisa, porque já foi colocado. Somente frisando tivemos uma conquista grande no ano passado, tivemos duas candidatas à Presidência da República, portanto, dois terços dos votos foram para mulheres. O que combinou com a eleição de uma presidente. Atualmente, e já foi falado aqui várias vezes, temos dez mulheres nos ministérios, o que representa 24% de participação, um recorde histórico. É pequeno? É, mas é um recorde histórico. Mas apesar disso o Brasil ainda está longe de conseguir a paridade de gênero nessa questão dos espaços de poder. Já foi mencionado também que o Brasil ocupa, praticamente, a 14ª posição no *ranking* mundial, então está nem atrás, inclusive, de muitos dos países da América Latina.

Temos visto nessa questão dos determinantes sociodemográficos que há várias conquistas das mulheres, mas uma conquista que não podemos deixar de mencionar é com relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Acho que os conceitos de saúde sexual e reprodutiva e de direitos sexuais

e reprodutivos vinham amadurecendo ao longo do tempo. Sei que tem várias pessoas que são *experts* no assunto, mas vou pedir um pouco de paciência, porque tem gente que não é tão especialista no tema. Talvez o ponto fundamental para essa evolução dos direitos tenha sido a carta das Nações Unidas, de 1945, que falava na promoção e encorajamento e respeito aos direitos humanos independentemente de cor, raça, sexo, idioma ou religião. Posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, renovou a fé na carta das Nações Unidas. Acho que essa questão dos direitos vem evoluindo ao longo do tempo e passando pelas conferências sobre população e desenvolvimento realizadas pela ONU. Então, tivemos a Conferência de Roma, em 1954, a Conferência de Belgrado, em 1965, a de Bucareste, de 1974, e a do México, de 1980. Essas conferências tinham um aspecto interessante que centravam o debate em torno do trinômio controlista, natalista ou população tida como elemento neutro em relação ao desenvolvimento. De um lado tínhamos o bloco dos países desenvolvidos falando que o crescimento populacional era um entrave para o desenvolvimento, por outro lado tínhamos o bloco dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos falando que o crescimento populacional era uma consequência e não uma causa do desenvolvimento. Aí chegamos, realmente, na Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento, que, tenho certeza, muitas pessoas aqui participaram ou ajudaram na preparação da delegação brasileira. Essa conferência significou um ponto de reflexão em relação ao enfoque que era dado até então, como falei, baseado no trinômio controlista, natalista ou população como elemento neutro, e a Conferência do Cairo passou a ter um enfoque muito mais voltado para os direitos da população a uma vida melhor. Mais especificamente, se enfatizou o compromisso dos governos em proteger os direitos das mulheres, promover o fortalecimento delas, de forma a torna-las aptas a fazerem suas próprias escolhas, especialmente aquelas relacionadas à sua saúde sexual, reprodutiva e direitos. Estou falando aqui em nome do Fundo de População das Nações Unidas, que é a agência da ONU responsável pela **palavra não identificada*, implementação e monitoramento do programa de ação do Cairo. Então, como tal, o Fundo de População, evidentemente, respeita as legislações nacionais e apoia os governos em seus programas de direitos de saúde sexual e reprodutiva. Eu digo saúde sexual e reprodutiva, porque o mandato do UNFPA é Saúde Sexual e

Reprodutiva e Direitos. O UNFPA também reconhece a existência do conjunto de políticas que apontam para o cumprimento dos compromissos de estados brasileiros para com instrumentos internacionais e regionais, dos quais é signatário, e reconhece também, evidentemente, o avanço na área dos direitos sexuais e reprodutivos. Avanços esses que são muitos, mas poderíamos citar apenas alguns deles, como por exemplo, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, de 2005, e a Lei Maria da Penha, de 2006. Essa Lei Maria da Penha, ou a Lei de Enfrentamento Contra a Violência Doméstica, ou a Lei de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, nós sabemos, foi um avanço grande – teremos uma mesa à tarde que aprofundará sobre isso – mas ela tem enfrentado uma série de desafios, inclusive, de ameaças de retrocesso.

De toda forma, todas essas políticas que falamos aqui visam, no final das contas, o empoderamento da mulher, que evidentemente passa por eliminação de todas as práticas discriminatórias contra as mulheres. Tem que auxiliar as mulheres a tomarem consciência e a fazerem uso de seus direitos, incluindo aqueles relacionados à saúde sexual e reprodutiva e à eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, que envolvem assédio, exploração e abuso sexual. Falei na questão da mesa que vai discutir à tarde sobre a violência, mas queria mencionar algo em relação a isso. Falei inicialmente que a feminização da população brasileira tem a ver, em parte, com o aumento das mortes masculinas por causas externas, que seriam relacionadas a homicídios e acidentes. Nós temos que, nos últimos vinte anos, a proporção de mortes por causas externas, entre homens e em relação às mulheres, foi de 5:1. Só quero mostrar esse gráfico que trata sobre a mortalidade masculina no período de 1980 até 2009. Está por cores. Cada cor de retângulo representa um ano, mas o que vemos é que sistematicamente em todos os anos, a partir de 1980, existe uma sobre-mortalidade masculina em todas as idades. Aqui estamos pegando de 15 até 39 anos. Em todas as idades, uma coisa que preocupa bastante é a concentração nas faixas etárias bastante jovens, de 16 a 25 anos. Acho que isso é um problema que temos pela frente, e sei que muita gente aqui tem filhos nessa faixa etária, e isso traz uma consequência forte em termos de desestabilização da estrutura etária. Então, na questão da violência de gênero, essa violência se dá de forma diferenciada

para homens e mulheres. No caso das mulheres, temos a violência doméstica, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, entre outros. No caso dos homens, a violência se dá muito mais como mortes por causas externas como acidentes e homicídios. Acho o seguinte: temos conseguido muitos avanços em termos de posicionamento e dos direitos das mulheres, mas ainda tem muita coisa a ser feita. O interessante é que tem que chegar uma hora em que tenhamos essa luta já consolidada, em termos do posicionamento da mulher na sociedade, porque por uma questão de direitos, temos que passar a pensar em outro ponto que é exatamente aquele: políticas adequadas visando a equidade de gênero. Para formular políticas é preciso considerar não apenas os aspectos que mantenham a mulher em situação de desvantagem social, mas também as desigualdades no sentido contrário, ou seja, aquelas que desfavorecem homens e mulheres, além das desigualdades homens-homens e mulheres-mulheres. Acho que em algum momento temos que chegar nesse ponto e não ficar somente no avança e retrocede, avança e retrocede. Ficar só lutando para manter os nossos direitos. Oxalá nós cheguemos a uma situação dessas.

Obrigada e desculpe ter passado do tempo.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Passo agora a palavra à Professora Doutora Eleonora Menicucci de Oliveira, Pró-Reitora de extensão da Universidade Federal de São Paulo.

Senhora Eleonora Menicucci de Oliveira – Boa tarde a todos, ao Embaixador Gilberto Saboia, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, a quem agradeço o convite. Cumprimento as minhas colegas da mesa e, cumprimentando a minha amiga de longa data, Lúcia Xavier, Coordenadora da ONG Crioula.

Eu vou, realmente, tentar cumprir o tempo. Vou falar de algumas questões problematizadoras sobre direitos humanos, gênero e sexualidade, partindo de dois pressupostos. Os corpos de mulheres e homens são sexuados, portanto, para pensarmos no conceito de direitos humanos nós temos que sexualizá-los, a sexualização dos direitos humanos. A segunda é que não considero, e não concordo com o conceito de políticas públicas protecionistas dos direitos das mulheres, porque as políticas

públicas têm que existir para garantir o efetivo exercício dos direitos para homens e mulheres.

Então, partindo desses dois pressupostos, sendo o Brasil, um dos signatários dos compromissos e acordos nas reuniões internacionais, eu pergunto, problematizando: onde e como estão essas políticas no Brasil? Quais os desafios que precisamos enfrentar? É fundamental uma política pública que garanta o livre exercício da sexualidade das pessoas sem que essas políticas públicas normatizem, criem regras ou esquadrinhem a vida das pessoas. Também esquadrinham, no conceito **palavra não identificada*, as regras de sociabilidade sexual entre as pessoas. Isso não é garantia de direitos e isso não são direitos humanos. Outra questão que quero colocar, no caminho da negativa das políticas públicas protecionistas é dizer que, parafraseando a Sônia Corrêa, a linguagem sobre a sexualidade, o conceito sobre sexualidade, tem sumido e se tornado opaco, uma opacidade enorme dentro do conceito dos direitos sexuais. Uma coisa são os direitos sexuais, que garantem o exercício livre da sexualidade e isso não tem sido implementado e não tem sido exercitado com todas as garantias do ir e vir sexualmente. A outra questão, que também a Sônia Corrêa coloca, e eu concordo, é que não podemos pensar em um projeto político de sociedade, ou em um projeto de Estado sem fazer a relação necessária fundante de qualquer sociedade justa e garantidora das singularidades, das diferenças entre as pessoas. Não de igualdade, eu também não concordo com igualdade entre os gêneros ou entre os sexos. Para mim é equidade da diferença, é tratar os diferentes de forma universal, equânime e igual na perspectiva dos direitos. Sônia disse que é necessário existir a perspectiva de uma economia política que lide com as interações da sexualidade e estruturas como classe, raça e gênero reconhecendo a sexualidade como uma fonte de bem-estar prerrogativa e de satisfação. Sem isso, acabou antes de começar.

A outra questão, voltada para o exercício dos direitos humanos, é pensar na justiciabilidade real desses direitos humanos, que se dá única e exclusivamente no cotidiano das pessoas, ou seja, no dia a dia. Como as pessoas de todas as raças, cor, credo, escolha sexual, poder aquisitivo podem e devem ter acesso aos instrumentos que transformem os direitos humanos em alguma coisa concreta que traga melhoria em suas condições de vida, saúde, sexualidade e trabalho. A outra

problematização que falo é que, atualmente, tenho suspeitado, numa perspectiva crítica, dessa fala banalizada sobre os direitos humanos. Eu falo de um lugar que me dá certa legitimidade para falar sobre isso, por causa da minha trajetória de vida. Aí, nessa suspeição, está a suspeição deles, os direitos humanos, como emancipatórios. Por quê? Se nós não destrincharmos essa emancipação, na perspectiva de gênero e na sexualidade, estamos falando dos direitos humanos lá do pós Primeira Guerra. Então, de que direitos humanos estamos falando? De que emancipação estamos falando? Nós mulheres feministas falando e pensando: de que abordagens sobre os direitos humanos, estamos falando e pensando? Aí, em um mundo evidentemente globalizado, desde o nível local até o nível internacional, regido pelo mercado e por uma moral religiosa judaico-cristã, que coloca as mulheres em lugares de falso progresso emancipatório dentro das falas que propugnam a modernidade. Isso porque as mulheres, sem autorizarem, têm visto os conceitos construídos pelo movimento feminista, o conceito de cidadania emancipatória, onde o lócus da corporalidade é o eixo central desses direitos reprodutivos e sexuais, que seriam utilizados, muitas vezes, para explicarem ou justificarem o inexplicável. Então, quais são os problemas oriundos daí? E com isso estou quase terminando. Primeiro: o termo “direitos sexuais”, não é polissêmico com sexualidade. Segundo: o confinamento da sexualidade aos corpos jovens disciplinarizados a uma estética ditatorial da juventude, da plástica, de tudo, que a sociedade, chamada por alguns de pós-moderna, faz. Terceiro: é necessário, penso, ressignificar a sexualidade, passando pela ressignificação do erotismo como processo fundamental para reafirmar que, independentemente da idade, as mulheres têm o direito do exercício pleno de sua sexualidade, como um sujeito de direito sobre suas vidas, e que cabe unicamente a elas a decisão sobre o que fazer com a sua sexualidade. A quinta questão de problematização: recuperar as histórias sexuais e reprodutivas das mulheres mais velhas, idosas e reposicioná-las em relação às suas próprias histórias de vida e a si mesmas como sujeitos sexuados e de direitos. Aqui falo – a Ildete falou muito ontem das mulheres idosas e existe, sem dúvida nenhuma, um vácuo grande nos estudos feministas, não que não exista, sobre o envelhecimento das mulheres. Isso porque não envelhecemos. Nós da década de 60, hoje, envelhecemos e estamos preocupadas com isso e que bom que estejamos preocupadas com isso!

A questão dos direitos sexuais e reprodutivos remete à três questões. Primeiro, sem dúvida nenhuma, é a questão das mulheres não terem garantido, no Brasil, o direito da escolha pela maternidade, ou seja, o direito inalienável em relação ao seu próprio corpo, em relação à sua sexualidade e à maternidade. Estou aqui dizendo em letras garrafais, a garantia pelo direito à interrupção da gravidez, pelo aborto. Isso é fundamental para que a sociedade seja realmente democrática, justa e livre. O fato de o aborto ser proibido por lei, no Brasil, nos coloca, enquanto mulheres, em uma permanente e insuportável situação de violência física, psicológica e emocional. Essa violência, muitas vezes, não é percebida pelas mulheres e nem pelos profissionais, e sou da área da saúde. Como tal, foi explicitada em milhares de pesquisas, no Brasil. Eu quero destacar duas questões, como profissional da área da saúde da atenção básica no SUS, eu garanto que os profissionais da saúde não conhecem, e nem sequer têm informação da existência da norma técnica que regulamenta o atendimento nos hospitais públicos às mulheres em situação de abortamento, a qual tenta humanizar, garantir esse sem violência. Eles não conhecem de jeito nenhum, nem os profissionais que estão na ponta, como nós, da área de saúde falamos, nem as próprias mulheres.

Outra questão, que não podemos perder de vista, para a garantia dos direitos reprodutivos e sexuais: a fundante integralidade nas ações da saúde da mulher. Esta fundante integralidade. São os três princípios do Sistema Único de Saúde: integralidade, equidade e universalidade. Sem eles não existimos, enquanto sujeitos de direitos. Isso significa que temos uma política nacional de assistência integral à saúde da mulher, no Brasil, que várias de nós fomos formuladoras e sujeitos de direitos dessa política. No caso das mulheres lésbicas, que escolhem não abdicarem da sua sexualidade e nem da maternidade biológica, não da maternidade de adoção, como a minha filha fez, coloca a questão da ética e do direito da escolha e da informação como necessárias para que as mulheres possam exercer seus direitos humanos, reprodutivos e sexuais da melhor maneira para a sua própria saúde e para sua qualidade de vida como sujeito.

Outra questão que iria colocar, mas vou passar por cima, que é a violência, mas quero chamar a atenção para as cicatrizes que ficam nas mulheres estupradas que não curam e marcam seus corpos e, sobremaneira, a sua sexualidade, causando inenarráveis sofrimentos no processo de reconstrução da vida sexual. Quero fazer uma denúncia

pública do estado lamentável em que estão os nossos serviços de atendimento ao aborto legal no país.

Outra questão são os crimes contra a homofobia que, mesmo com a decisão favorável do STF em relação à união civil de pessoas do mesmo sexo, existem. Há no nosso Congresso Nacional um retrocesso, um conservadorismo, uma pressão dos evangélicos que nos coloca em uma situação de muita preocupação com a garantia desse direito historicamente negado. Assim, para terminar digo que se faz necessário repetir, reificar e reafirmar a necessária construção do biologicismo na relação corpo, sexualidade e entidade. O corpo é biológico, mas ele é uma construção social também. A sexualidade é uma construção em movimento e ninguém nasce hétero, ou homo, ou lésbica, se torna por interesse, desejos ou escolhas e, finalmente, quero dizer que também ao pensar nessa questão de gênero, sexualidade e direitos humanos, tem se fazer uma reflexão sobre as identidades sexuais. Aí trago a não-fixidade dessas identidades sexuais e a necessária imobilidade estratégica delas para que retire, também, os heterossexuais de uma zona de conforto que, supostamente, o patriarcado e as religiões os colocaram, porque não é uma zona fácil também, não é uma zona de conforto. Tem mulheres heterossexuais que não querem ter filhos, e daí? A política do bio-poder sobre o corpo das mulheres, a política pública que define que as mulheres têm que ter 'x' número de filhos, que é o controle da natalidade, mas estamos pensando um pouco a mais, mais longe, maior. Ao falar dessa zona de conforto, estamos trabalhando com uma relação de solidariedade.

Finalmente, quero dizer que desnaturalização é fundamental para pensar os direitos humanos. Aqui trago e finalizo umas linhas de uma feminista europeia que eu gosto muito, a Rosi Braidotti, que fala sobre as identidades nômades: “Mais uma vez, as teorias feministas são desbravadoras neste processo, tendo produzido ficções políticas poderosas para refigurar a Mulher, não como ‘Outro do Mesmo’, mas ao invés, como o outro em sua imensa diversidade, que nos convida a repensar as mulheres no sentido da ressignificação de suas sexualidades. Como nômades, aqui entendidos, como não fixa e nem estruturada por relações de poder patriarcais e sexistas. São sexualidades escolhidas pelas mulheres e que são, nesses casos, construtoras e fundantes de identidades sexuais, também nômades.”.

Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado, professora, pela sua intervenção. Passo agora a palavra à Senhora Jandira Queiroz, Assistente de Projetos do Observatório de Sexualidade e Política.

Senhora Jandira Queiroz – Boa tarde a todos. Peço desculpas por ler minha nota aqui. Em primeiro lugar, queria dizer que o meu lugar de observação é o ativismo pelos direitos sexuais, especialmente pelos direitos humanos de lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexos e as pessoas que se identificam como querem. Então, ao longo da minha fala, vou adotar a sigla LGBT, sem adicionar o I e o Q, para não complicar demais, também porque não tem muito essa discussão no movimento brasileiro. Penso que as lutas atuais dos direitos sexuais e reprodutivos, tanto das mulheres, quanto dos LGBT, não podem ser dissociadas. Tem origem no mesmo sexismo que oprime e imprime tantas desigualdades baseadas no gênero e, apesar de elas não terem dos dois movimentos, tanto feministas, quanto dos LGBT, não estarem dialogando tão proximamente, acredito que a finalidade é a mesma, que seria superar as desigualdades e violências baseadas nas peculiaridades de gênero, tão inerentes à diversidade do povo brasileiro.

Nos últimos quarenta anos, o movimento LGBT vem se organizando no Brasil, especialmente a partir da aparição e do combate ao HIV/AIDS e isso se reflete nas representações de diversos segmentos no Congresso Nacional, que disputam democraticamente o espectro das políticas públicas no cenário das casas e das comissões. Também as mulheres têm se apropriado dos direitos civis, econômicos e políticos, recentemente conquistados, como o direito de votar e ser votado sem restrição, que tem apenas 65 anos; o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres consolidado na constituição de 1988; mais recentemente as políticas públicas de combate à pobreza, desigualdade, que veem as mulheres como as mais confiáveis para receber os benefícios dos programas como Bolsa Escola, Bolsa Família e afins; enfim, porque não citar a Lei do Concubinato, que reconhece a união estável e que garante alguns direitos e uma certa segurança para mulheres que, antes, não tinham nem isso.

Mas, quando olhamos para a comunidade LGBT, nós não encontramos tantos avanços assim. Para essa discussão, gostaria de retratar três momentos importantes na história dos direitos sexuais, que seriam a própria invenção dos direitos sexuais, na Conferência do

Cairo, no processo Cairo-Pequim, como a Taís mencionou; a resolução brasileira apresentada no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2003 e processada entre 2003 e 2004, e, a partir daí, a elaboração dos princípios de onde a carta, para aplicação da Lei Internacional de Direitos Humanos, em relação à identidade de gênero, em 2007. Os direitos reprodutivos, enfim, são bem complementares do que a professora Eleonora estava falando, os direitos reprodutivos referem-se, de forma bem resumida, ao direito de decidir, livre e responsavelmente, sobre o número e espaçamento da oportunidade de ter filhos, bem como direito de ter acesso às informações e aos meios para essa tomada de decisão. Essa é uma definição da plataforma de Pequim definidos no parágrafo 96 e localizados no âmbito dos direitos das mulheres. Os direitos sexuais dizem respeito ao direito de exercer a sexualidade e à reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. É a partir daí que sigo.

Existem algumas críticas à redação e à linguagem adotada no parágrafo 96, que aparecem logo em seguida da aprovação da plataforma de Pequim, em função de ela adotar uma linguagem vitimizante, que não deixaria espaço para pensar a sexualidade como um exercício da autonomia e do prazer. Além disso, o texto tem um viés retro-normativo que restringe o escopo da definição entre as relações heterossexuais e ao casamento e união estável monogâmica. Tanto na revisão de Pequim, de cinco anos, quanto na plataforma de Pequim +10, diversos atores se destacaram. Autores que têm escritos sobre a trajetória desses direitos destacaram a reorganização de atores conservadores em novos tipos de aliança, como por exemplo, os países islâmicos da OIC e o Vaticano, visando desarticular o consenso de 1995, mas também, por outro lado, percebemos um reagrupamento de atores da política sexual na tentativa de reconstituir as pautas e seguir nas trincheiras. Esse processo pode ser assistido entre 2003 e 2004, quando a resolução brasileira foi apresentada ao Comitê de Direitos Humanos da ONU. A resolução proibiria a discriminação baseada em orientação sexual, se fosse aprovada e adotada pelos países membros. A partir daí, uma série de complexidades emergem, tanto em diplomatas quanto em ativistas pelos direitos sexuais, revelando total desconhecimento, por esses atores, do universo de travestis, transexuais e pessoas intersexo, mesmo em alguns casos, em diferenciar identidade de gênero relacionado a masculino e feminino. Outras tensões se articularam durante esse processo, desde defesas veementes da supremacia das

identidades sobre as estratégias de ampliação da abrangência do texto, até ataques virulentos à proposta sobre identidades sexuais, diferenças culturais plantados por países islâmicos e pelo Vaticano. A votação desse texto foi adiada para 2004, depois para 2005 e nunca foi aprovada. O impasse e regressão, observados no processo da resolução brasileira nesse período, motivaram um grupo de 29 especialistas em direitos sexuais, direitos humanos e áreas relacionadas, a formular um projeto para identificar e divulgar as definições da lei internacional de direitos humanos, de modo que fossem aplicadas de maneira direta e concreta, às situações de violações por razões de orientação sexual e identidade de gênero. Ao reiterar essas definições internacionais consagradas, como é o caso da Declaração Universal de Direitos Humanos e as convenções posteriores, os princípios de Jacarta, lembram aos Estados os seus compromissos assumidos quando assinaram as convenções e também alargam o conhecimento sobre esses textos na comunidade envolvida na luta pelos direitos sexuais.

Foi muito complicado para mim, preparar isso aqui no período que tivemos antes desse seminário, porque maio, para mim, está sendo o mês que não acabou ainda. Três episódios marcaram muito, na verdade quatro, porque vou destacar três, o mês de maio na temática de gênero, sexualidade e direitos humanos. Passados os cem dias de trégua entre oposição e governo, nesse começo de governo Dilma, as questões polêmicas do período da campanha eleitoral voltam e voltam ocupando o centro dos debates políticos nacionais. Estou falando dos direitos sexuais e reprodutivos, já que no campo político e econômico estava tudo meio combinado de ser uma continuidade. Uma informação breve: o dia 17 de maio é o Dia Internacional de Combate à Homofobia e Transfobia – na América Latina incluímos a Lesbofobia –, pela questão da visibilidade das violências e desigualdades que afetam as mulheres de modo mais amplo. A data marca o aniversário da decisão da Organização Mundial de Saúde, em 1990, de retirar da Classificação Internacional de Doenças a homossexualidade como enfermidade. No Brasil, o Presidente Lula, no ano passado, decretou o 17 de maio também como Dia Nacional de Luta Contra a Homofobia, então se torna um mês bastante emblemático para o movimento LGBT, especialmente a partir do ano passado com esse decreto. Então, por isso que no mês passado o movimento LGBT – tudo bem a parte que algumas pessoas chamam

de hegemônico – se reuniu em Brasília, levando mais ou menos cinco mil pessoas marchando pela Esplanada dos Ministérios na 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia pela aprovação do PLC 122, de 2006, que criminaliza a homofobia, e realiza um seminário nacional para discutir a possibilidade de uma emenda na constituição, no artigo que fala do casamento, garantindo então o direito do casamento a duas pessoas, seja lá quem elas forem. E maio começou com a decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade pelas uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, apesar das resistências dos setores religiosos e conservadores que lá estavam colocando a sua posição no plenário do STF. Em seguida vieram os eventos alusivos ao dia contra a homofobia e estávamos em Brasília muito felizes. Enquanto pensávamos que estávamos avançando, sentindo aquela brisa alentadora do progresso pelos nossos direitos sendo reconhecidos e garantidos – um avanço da sociedade brasileira nesse sentido, ficamos sabendo das articulações que vinham sendo realizadas, mais ou menos na surdina. Enquanto um deputado aqui e outro ali faziam alguma bagunça na porta do plenário, chamavam alguma atenção da mídia, por trás, nas igrejas, nos canais de televisão, no rádio e na internet, o discurso que estava sendo amplamente difundido era baseado em ódio e muita discriminação, que não batem nem com os nossos princípios constitucionais fundamentais. Então, na semana seguinte ao dia 17 de maio, a cena política brasileira foi sacudida pelas incoerências da aprovação do código florestal – incoerências, pelo menos eu vejo assim – com a polêmica envolvendo o Ministro Palocci e logo em seguida, junto com tudo isso, a suspensão do projeto escola sem homofobia, que viria a ser a primeira política aprovada no plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBTs, que foi elaborado pela Conferência Nacional e aprovado pela Presidência, etc. Seria a primeira coisa a sair do papel, seria esse kit do projeto Escola sem Homofobia, para tentar começar desde pequenos, como nosso povo aceitando e respeitando todas as diferenças. Então, subitamente recebemos a notícia que a Presidente Dilma mandou suspender e foi uma declaração da Presidente, diretamente. Nem demorou muito tempo essa discussão. Queria ressaltar que essa decisão da Presidente se deu a partir da pressão de deputados e senadores, que se utilizam de discursos “demonizantes” para difundir pânico moral na sociedade e, nesse caso, difundindo a ideia de que a intenção do kit gay seria ensinar para as

crianças do ensino básico, ou seja, de cinco, até sete ou oito anos, a serem homossexuais. Com esse discurso, eles conseguiram mobilizar 100 mil pessoas na Rio Branco, 20 mil pessoas em Brasília, 1 milhão de assinaturas contra a aprovação do PLC 122. Isso ressaltando que o projeto, na verdade, é orientado para escolas do ensino médio, que já relataram casos de homofobia e que demonstraram a intenção de trabalhar essa questão, enfim, não ensina nada. Seria uma ferramenta pedagógica para os professores trabalharem. Apesar de ser uma demanda do Plano Nacional dos Direitos Humanos, a questão da educação não homofóbica, e era a primeira coisa que estava saindo, a grande bandeira do movimento LGBT no Congresso, nos últimos anos, é a aprovação da legislação que equipara a violência homofóbica ao racismo e às outras discriminações, incluindo-se na lei 7716 de 1989, que é a lei KO, os termos da orientação sexual e a identidade de gênero. Essa proposta tramita no Senado desde 2006 e os termos e condições da penalização são os principais pontos de discordância entre os atores que estão envolvidos nessa pauta no Congresso Nacional, que são a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT e a Frente Evangélica, nas duas casas legislativas. Aí se juntam a Frente evangélica e outros atores bastante conservadores, como representantes católicos, que embora tenham um perfil menos holofóbico, estão ali e são muito hábeis na articulação política dentro do Congresso. Isso resulta que menos de dez dias depois da aprovação do STF, a bancada da Frente Parlamentar Evangélica anunciou formalmente sua contraofensiva ao projeto de gayzismo ou nacional gayzismo, como eles chamam. Primeiro que no dia 17 de maio, à noite, quando terminávamos o seminário e continuávamos com as outras atividades, ficamos sabendo, por nossos aliados nos corredores do Congresso, que o plenário estava uma confusão, porque os evangélicos estavam lá e diziam que não iam votar em mais nenhuma pauta de interesse do governo enquanto não tirassem o kit gay das escolas. Segundo, dez dias depois, temos a notícia de que apresentou ao congresso a Frente Parlamentar Evangélica a proposta de um decreto legislativo com vista a sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal, alegando que cabe ao parlamento zelar pela competência e não permitir que o judiciário assumira o lugar de legislar no lugar do legislativo. Ora bolas, como já vários juristas declararam, o Supremo tem um papel constitucional de acompanhar e ajudar nesses processos legislativos e não legislar, que essa decisão está

perfeitamente em ordem com a constituição. Voltando a falar do mês de maio, a coisa do dia 31 ser o dia das bruxas, diria que é esse o sentimento que acompanha o movimento LBGT no final desse mês. Depois dessa ameaça de tentarem suspender a união civil e depois do kit gay e tudo o mais, fomos chamados a Brasília para discutir a história do PLC 122 e aí fecha-se um acordo em gabinete, entre evangélicos e LBGT, não LBGT, mas, no caso, a Senadora Marta, que é uma aliada, para tentar passar o projeto de uma vez por todas, como já tinha acontecido em 2008, e não se cumpriu. Novamente, eu acho que não se cumprirá, porque não é de interesse. De interesse, é mesmo ficar trancafiando e atrapalhando o avançar dos direitos sexuais e reprodutivos.

Então, temos que no dia 30 e 31 temos essa reunião e no dia 1º de junho tem 25 mil pessoas em Brasília marchando, sendo lideradas pelas mesmas pessoas que estavam negociando a aprovação do texto, gritando palavras de ordem de ‘Não ao PLC’, e de ofensas graves às pessoas que tem uma sexualidade diferente da hetero. Então, deixa para nós – eu teria mais algumas páginas aqui para mencionar, mas, apesar de termos uma mulher Presidente hoje, apesar de termos dez ministras, apesar de alguns avanços nesse campo, apesar de muitas coisas, o mês de maio deixou, primeiro, um gosto muito amargo na boca com relação ao que estamos lutando para avançar nos direitos sexuais e, além disso, uma preocupação enorme e muito intensa, com relação ao rumo de uma nação que está sendo entregue, uma república, uma nação republicana, sendo entregue nas mãos de Deus.

Então, para o final da minha contribuição, era isso que queria deixar, e obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Assinalo que a senhora Taís Santos pediu desculpas por se ausentar, porque teve que partir para o aeroporto.

Agora dou a palavra à senhora Lúcia Xavier, Coordenadora da ONG Crioula.

Senhora Lúcia Xavier – Obrigada, embaixador. Obrigada pelo convite, tenho o prazer de estar na sua presença para um debate de fôlego como esse. Estivemos juntos, durante o processo da conferência de Durban e, de fato, a Embaixadora Vera já citou todos os elogios ao seu

trabalho, mas quero aproveitar e estendê-los à sua equipe, que, ainda hoje, tem uns membros ligados ao combate ao racismo e que isso nos tem feito muito bem. Ter ainda embaixadores preocupados com essa temática, nos livrando da ideia de que os embaixadores representam um país que não é o que vivemos, como dissemos várias vezes nas reuniões que tivemos, durante o processo de Durban. A participação desses embaixadores, nesses diversos temas, tem nos ajudado também a perceber o quanto a relação entre movimentos sociais e o Itamaraty facilita, possibilita novos processos de afirmação de direitos. Não combinei, mas queria cumprimentar a mesa na pessoa da Léo, minha Mestra em Direitos Humanos, onde convivemos em um profundo trabalho de averiguação de violações dos direitos das mulheres, especialmente, da mortalidade materna e no campo do trabalho, e que tenho o prazer de compartilhar esse debate.

Na verdade, vou ser um pouco oportunista nas questões que trarei a essa mesa, exatamente porque vou me deter nos temas atuais, nesses que todo dia abrimos os jornais, ligamos a televisão e nos deparamos com eles, porque eles tem nos oferecido um caldo de reflexão à cerca das profundas incoerências em que vive a nossa democracia, mas sobretudo, tem nos ajudado a pensar as estratégias que temos utilizado para o avanço no campo dos direitos, especialmente das mulheres, negros e homossexuais. Então, quero concentrar a minha fala nesse contexto atual e muito preocupada em receber esse bilhete, que é doloroso. Ele é muito bonitinho, escrito com uma letra muito mimosa, mas ele diz: ‘O seu tempo acabou’, e exatamente no momento que você ainda tinha aquela palavra que acha que vai ajudar essa plateia, especialmente uma plateia seleta como essa, a pensar um pouco mais os dilemas que vivemos como movimento. Então, quero me concentrar nesse contexto atual, porque esse debate tem sido um debate – apesar das nossas dificuldades de entendê-lo como um debate rico, promissor diante das nossas pautas – intenso e bastante provocante em relação à nossa sociedade, exatamente quando pensamos nos patamares de direito e do exercício da sexualidade alcançados nos dias atuais. Acho que temos muita dificuldade em enfrentar as desigualdades em que vivem esses diferentes grupos, de incorporar e garantir outras dimensões de direitos na nossa sociedade, a qual tem demonstrado uma falta de vontade política de outros setores, em abrir mãos dos privilégios gerados pelo racismo patriarcal. Nesse caso,

o exercício da sexualidade também é central para ampliar as dimensões dessas dificuldades que temos percebido e anunciado. Acho que a crescente manifestação contra qualquer possibilidade de permitir essas demandas, não são novas. Temos o hábito de dizer que elas são novas, mas qualquer possibilidade de admitir essa demanda dos outros grupos, como parte de direitos, tem levantado um debate para o campo da liberdade de expressão, da igualdade, da universalidade, da cidadania, como se essas demandas se opusessem a estes princípios. É como falar de como ser racista pode estar se contrapondo à liberdade de expressão, como a ideia da necessidade de enfrentar as desigualdades se contrapõe à ideia da igualdade e quando se fala da necessidade de arranjos institucionais, políticos e de políticas públicas para enfrentar os resultados dessas desigualdades significa dizer não à universalidade e à cidadania como um desses princípios. Por outro lado, temos visto que os direitos já consagrados, como os direitos sexuais, reprodutivos, o direito de viver sem violência e discriminação, são sempre considerados como exceção dos direitos humanos, que podem ser aplicados ou não dependendo do contexto ou das condições da sociedade, como se, efetivamente, eles não fizessem parte desse pacto mínimo entre os estados, entre os grupos sociais como fundamental para a garantia da vida humana, do exercício pleno dessa dignidade.

Então, algumas questões têm ganhado destaque nesse debate. Acho que a primeira seria a de dar visibilidade a essas demandas. Exemplo já trazido pela Jandira com a união civil, a mudança de sexo e de identidade, o enfrentamento do racismo, a implementação de ações afirmativas, o direito ao aborto, a ampliação da participação política, as dimensões de distribuições de orçamento de políticas públicas, ganham uma presença na discussão do Senado Nacional, como se fossem temas que despencaram de algum lugar e que não tem sentido no momento atual. Esse debate tem provocado uma reação forte do setor de conservadores e que, por sua vez, reagem exigindo do governo uma posição contrária a essas demandas e que, nesse caso, tem afetado especialmente o campo dos direitos humanos, da educação e do acesso à justiça. Essa exigência de reação do governo, na tomada de posição, tem levado o governo a reforçar essa posição conservadora. Vou citar aqui o exemplo do veto ao PNDH 3, o parecer da obra A caçada de Pedrinho, do Monteiro Lobato, o veto ao kit enfrentamento à homofobia nas escolas, a crescente propaganda

achincalhando as mulheres, como a da cerveja Devassa, a agressão de um parlamentar à cantora Preta Gil. Vão dando dimensão desse processo, mas vão nos parecendo distantes, vão nos parecendo como fatos corriqueiros da vida e não necessariamente quantos de inflexão entre essas duas ideias, esses dois discursos, um mais conservador e o outro mais progressista, e até dá a ideia de que nós, os mais progressistas, compreendemos o que os outros falam, porque somos progressistas e, logicamente, não iremos reagir a um discurso conservador, porque isso não seria ser progressista. Não entender o que significa a liberdade de expressão e nem tampouco se colocar, democraticamente, em relações de conflitos de interesses como é posto. Por outro lado, esse debate tem sido apropriado pelo setor progressista como um debate verdadeiro. De ontem para hoje, todo mundo aqui ouviu falar na palavra racismo, homofobia, sexismo, violência contra a mulher, desigualdade de gênero, desigualdade de raça, ouviram até falar dos povos indígenas, mas, no entanto, o silêncio que esses setores tem se colocado no debate da sociedade mostrará uma dificuldade de incorporar essas novas dimensões, novas demandas como também legítimas nesse processo. A ideia de que esses temas já foram apropriados, que já fazem parte da agenda, que já se colocam como temas naturalmente em todos os campos, vai dar certa tranquilidade a esse setor e impedir que eles sejam acusados de omissos em uma hora com essa.

Acho que tem outra questão importante que é a incoerência entre o discurso da inclusão dessas dimensões no campo do estudo acadêmico, das políticas públicas, da legislação, da efetivação desses processos. Essa incoerência entre o discurso e a efetivação desse processo se faz, cada vez mais presente, especialmente nas secretarias ou nos órgãos criados para o exercício dessas demandas. Cada vez mais, vemos a dificuldade de como seria a aplicação de direitos para as mulheres negras na Secretaria de Mulheres, que deveria a princípio, instituir políticas que pudessem garantir os direitos das mulheres negras. Ao mesmo ocorre na Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, que deveria estar atenta às desigualdades provocadas nesse tema e sem contar com a própria Secretaria de Direitos Humanos, que também tem essa mesma dificuldade. É lógico que enunciar esses instrumentos é só uma figura de linguagem. Qualquer um desses ministérios tem a mesma premissa, de defesa e garantia dos direitos, porque são estruturas do Estado para a realização da cidadania, mas a percepção que temos, na hora da realização

desses processos, é que justamente faltam instrumentos técnicos para essa realização, ora a transversalidade não dá conta, ora a especificidade não dá conta, ora rompemos a universalidade, ora esse problema não cabe a essa secretaria ou a esse ministério e ao final, alguém não tem o seu direito garantido porque nenhuma dessas estruturas é capaz de olhar aquele sujeito e considerar as suas demandas como fundamentais para a garantia dos direitos de todos. Acho que, no campo das políticas públicas, a realização desses direitos é notória, exatamente porque é nele que temos atuado com mais contundência. Só o movimento feminista, há mais de 30 anos, constrói políticas públicas nesse país, sem contar que o movimento negro, que há mais de 120 anos faz o mesmo, busca construir no processo do Estado-nação formas de reparação e garantias dos seus direitos como cidadãos e cidadãs. Não sei como faltam esses instrumentos para a realização dessas políticas, sem contar as legislações, que a princípio, são legislações negociadas, compreendidas por nós como processos negociados, mas que, no final, saem capengas. Às vezes, elas têm três pernas, dois braços, cinco cabeças, um só olho; quer dizer, elas não conseguem dar conta da dinâmica fundamental para a qual elas foram criadas. Haja vista, o próprio Estatuto da Igualdade Racial, que deveria ser um instrumento, mais do que ações afirmativas, um instrumento de reparação aos danos causados à população negra durante esses 500 anos de existência dessa nação.

O questionamento à Lei Maria da Penha vai na mesma direção, quer dizer, quando a sociedade aponta instrumentos de garantia mínima, de que alguém não seja morta, não apanhe, não seja violentada, essa discussão vai ao Supremo, como se esse direito não coubesse a essas pessoas, como se elas ainda não tivessem o direito de ter esse direito. Alguns esforços no campo da política pública, como o Eixo 9, do segundo Plano de Ação de Política para as Mulheres, podem ser exemplos dessa dificuldade, dessa inoperância da realização dos direitos. Lá tem a contribuição desses setores dizendo o que seria melhor para a realização desses direitos, mas eles ainda não são prioritários. Quero dizer que nem só de pão vivem as mulheres, nem só de pão vivem os seres humanos. Não basta acreditar que políticas relacionadas ao enfrentamento da pobreza resolverão todos os problemas da ordem da magnitude que vivemos. Cada um de nós, como disse a mesa anterior, é singular e diferente, mas não significa que as mesmas medidas caberão para a manutenção dessa singularidade, dessa

diferença. Precisamos de políticas que articulem o fim dessa estrutura racista patriarcal que garante a pobreza, a discriminação e a violência, com as quais mais sofremos.

Vocês vão dizer que não estou muito bem, porque viram vários programas de televisão e trazem aqui os elementos que estão todo dia no jornal e dizem para nós que isso é para uma reflexão. E é mesmo, porque daí surgirão alguns desafios. Desafios que não estão postos nesse debate, quando ele se apresenta, mas que exigem de cada um de nós, pessoas comprometidas com esse tema, ativistas desse campo, refletir sobre esses debates que aparecem por aí.

Recentemente um jornalista me perguntou:

– Qual a medida que a senhora acha que deveria ser aplicada ao parlamentar que ofendeu a cantora Preta Gil?

Eu falei:

– O mesmo previsto em todas as leis que já existem nesse país.

Ela:

– Você acha que ele deveria perder o mandato?

Eu falei:

– Lógico, porque um parlamento que pode garantir a liberdade de expressão, mas não pode garantir o direito de alguém que sofreu uma violência, não pode utilizar da mesma medida para fazer justiça. Então, se ele é capaz de gerar a violência e a discriminação, ele também precisa ser capaz de absorver as formas que a sociedade pensou para punir ou para reparar o dano causado a alguém.

Acho, então, que o nosso primeiro desafio está relacionado com a qualidade da nossa democracia e da responsabilidade dos diferentes setores no enfrentamento das desigualdades, na efetivação dos direitos e na participação do poder. Como disse, não vivemos só de pão. Isso não será suficiente para enfrentar os dilemas que a nossa sociedade vive. É preciso nos debruçarmos sobre esse processo democrático e trabalharmos para a sua qualificação. Esse desafio nos obrigará a pensar, além das dimensões políticas, esse modelo de desenvolvimento, a nação que queremos, considerando os direitos humanos como um elemento do pacto social necessário para a desinstitucionalização do racismo patriarcal. Se há algum nível de concordância dos demais setores da sociedade em relação aos direitos, estes se chamam direitos humanos. Este pacto, já vivenciado e esperado por nós desde a 2ª guerra, pode nos servir de

instrumento para a construção de um pacto que nos ajude a ampliar esses direitos e enfrentar o racismo patriarcal.

Antes que ele me dê aquele papelzinho – que eu já estou sentindo que está chegando: outro desafio importante é a adoção de medidas e de instrumentos, que já existem, para a garantia dos direitos. O campo de disputa tem sido, além do parlamento, a justiça, a mídia e as diversas instâncias de governo. Muitas das disputas que estamos enfrentando hoje não estão no campo da sociedade, estão no campo institucionalizado do estado. É preciso que reconsideremos algumas estratégias e esse seminário pode ser uma ponte para a construção de estratégias que levem em consideração que o debate se deslocou para outras instancias e, por causa disso, tem nos dificultado uma ação política mais contundente.

Em relação aos movimentos, acho que nosso principal desafio tem sido a construção de alianças que permitam a sustentação desse debate, porque ele é super importante para diferentes sujeitos políticos, que disputam a pauta dos direitos. A modificação da lei contra o racismo para a inclusão do crime de homofobia pode ser considerada por alguns setores da sociedade um retrocesso, mas para outros é fundamental que compreendamos que essa dimensão das ideologias, relacionadas à práticas sexuais, à sexualidade, precisa ganhar um *status* comparado a essa dimensão, porque ela está tratando também da dimensão de gênero.

A distribuição dos recursos públicos precisa ser considerada nesse processo e precisamos construir alguma estratégia que possibilite aglutinar diferentes bandeiras e as estratégias de atuação para enfrentarmos em conjunto esses retrocessos que se abatem sobre nós. Eu penso, como uma mulher negra, que, na medida em que um homossexual não pode andar livremente pelas ruas, significa o mesmo para mim, como mulher negra, mesmo que um homossexual não pense o mesmo sobre as mulheres negras. Mas é nessa medida que iremos requalificando a democracia em que nós vivemos.

Obrigado, porque o bilhete já chegou.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Acho que foi muito rica a participação dos palestrantes nesse painel. Queria dizer, com relação à sua exposição, que o governo e o Estado são heterogêneos e não agem de uma maneira necessariamente coerente. Percebi isso muito claramente, no curto período em que estive

na Secretaria de Estados em Direitos Humanos, e senti as resistências, as contradições. Acho que elas permanecem e precisamos continuar a lutar.

Não vou poder deixar que se faça um debate agora, porque estamos tão atrasados que o estaríamos prejudicando. Proponho que o debate se faça durante o almoço.

Então está encerrado.

10 de junho de 2011

Tarde

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Vamos, então, iniciar este último painel do Seminário – “Enfrentamento das Mulheres, Avanços e Desafios”.

Vou fazer um apelo, que decorre um pouco da experiência dos painéis anteriores, para que as intervenções realmente não ultrapassem os 15 minutos e que depois, no debate, também as perguntas e observações sejam bem breves, inclusive porque há pessoas que tem que ir para o aeroporto, com horário fixo.

Então, como primeira palestrante, convido a fazer sua apresentação a Professora Doutora Silvia Pimentel, que é atualmente Presidente do Comitê da Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, e também professora de direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Passo, então, a palavra à Doutora Silvia Pimentel.

Senhora Professora Doutora Silvia Pimentel – Senhores Embaixadores, vou cumprimentá-los os dois, ao mesmo tempo. Se me permitem, quero agradecer esse convite do Instituto Rio Branco, que pertence ao Ministério das Relações Exteriores.

Devido à forma com que avalio o trabalho e a possibilidade de expansão do meu trabalho no Comitê sobre a Eliminação de todas as

Formas de Discriminação em Relação à Mulher, o qual monitora a convenção com o mesmo nome – quase o mesmo nome – quero dizer que preciso agradecer aqui, em alto e bom som, mais uma vez, ao Ministério das Relações Exteriores, quer seja, a partir de Brasília, seja a partir de Nova Iorque, seja a partir de Genebra e, disseminadamente, a partir de vários *loci* do mundo, desenvolveram uma campanha, com muita vontade de me colocar naquele lugar. Quero, então, dizer que o fato de estar na presidência do comitê máximo, que monitora o cumprimento pelos Estados Partes da convenção, é uma experiência que agradeço ao Ministério das Relações Exteriores e a uma boa parte ao Movimento de Mulheres Brasileiro, que exatamente indicou o meu nome ao Ministério das Relações Exteriores.

Posto isso, embora o nosso painel seja especificamente voltado à violência, gostaria de me permitir e peço, senhor Embaixador, que cinco minutos antes de completar os 15, o senhor já me sinalizasse. Na realidade, gostaria de ficar aqui mais de hora conversando com vocês, porque realmente me apaixonei por esse trabalho que estou desenvolvendo, que, como disse agora há pouco, me permitiu expandir esse trabalho que realizava aqui no Brasil e na América Latina com o CLADEM (Conselho Latino Americano para Defesa dos Direitos Humanos da Mulher) e expandi para os quatro cantos do mundo.

Antes de falar sobre a violência um pouco e na perspectiva do comitê, gostaria de lembrar algumas companheiras porque ainda que seja o Movimento de Mulheres, ou seja, os brasileiros, em geral, e muito especialmente, os operadores de direito ou os profissionais do direito, não estão suficientemente informados. Não são, portanto, suficientemente conhecedores de todo esse conjunto tão importante de tratados de Direitos Humanos que temos a partir da Segunda Guerra, na ONU, e aonde se insere, em 1979, exatamente a criação da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres.

Como já foi lembrado hoje de manhã, essa convenção é fruto do que se decidiu, o que se pediu, o que se demandou, e realmente saiu da declaração da 1ª Conferência Internacional da Mulher, que se realizou no México, dando início à década da mulher, e que foi um esforço muito grande da ONU, em prol dos nossos direitos. E foi exatamente nessa conferência que – na linguagem do movimento nosso de militância, e principalmente estudantil – foi tirada a resolução. Precisamos sim de

uma convenção que, especificamente, contenha os nossos direitos de mulheres. Então, vejamos, hoje estou aqui em um painel porque todo esse seminário se chama autonomia e empoderamento.

Em primeiro lugar, gosto de dizer que fico muito contente de que, em um painel sobre autonomia econômica e empoderamento, não foi, de forma alguma, deixado de lado o aspecto da violência.

Como membro e atualmente presidente do CEDAW, na sua sigla em inglês – este comitê – gostaria de dizer e lembrar muito bem a todos que seria muito bom que todos aqueles que trabalham pelo empoderamento da mulher, inclusive nessa perspectiva da autonomia econômica, que foi muito bem lembrado pela nossa Presidente, logo que ela tomou posse. Desde que descobriu ter sido eleita, até mesmo antes da posse, ela vem mostrando compromisso dela com a miséria e o compromisso, inclusive com o empoderamento das mulheres também, e, muito especialmente, nessa área. Acho isso absolutamente fundamental. Mas, o que gostaria de lembrar aos senhores é que o nosso empoderamento de mulheres não vai ocorrer só pelo aspecto do econômico, e é por isso, então, que gostaria de lembrar com uma espécie de aspas, que considero que essa Convenção da Mulher, ainda não está suficientemente utilizada, seja pelas nossas áreas governamentais, seja pelos nossos profissionais do direito, e seja, às vezes, até talvez por alguns grupos e algumas colegas do Movimento de Mulheres. E por que digo isso? Porque exatamente essa convenção que vincula cada um dos Estados – os Estados são os países – parte da comissão, que são aqueles que assinaram e ratificaram; obrigam esses países, – vamos falar em uma linguagem mais corriqueira usual nossa – obrigam esses países em relação a uma série de compromissos e que aqui estão detalhados, – não só de estabelecer – não só primeiro compromisso no Artigo 1º, logo definindo o que é discriminação e mostrando o quanto é obrigação já no Artigo 2º de cada um desses estados que ratificaram, de tomar medidas de todas as ordens, medidas na área executiva, administrativa, legislativa, judicial, no sentido de efetivamente garantirem esse elenco muito, – não diria totalmente abrangente –, mas o mais abrangente que existe, enquanto um documento que fala sobre os direitos das mulheres.

Então, aqui temos todas as áreas. Existe o Artigo 13 que, fundamentalmente, se vincula a essa parte do empoderamento econômico e da autonomia econômica, mas temos uma porção de outros artigos,

e gostaria de mencionar aqui, por exemplo, o Artigo 5º, que trabalha com o tema da obrigação dos Estados Partes de desenvolverem todas as políticas, para questionar e superar padrões sociais que pretendem legitimar uma subalternidade, uma inferioridade nossa, nos mais distintos níveis.

Escutei com muito interesse, estamos nós, mulheres brasileiras, em termos de educação, e em outros termos também, avançando e caminhando? Quando chega na hora do empoderamento a partir, efetivamente, do estar no emprego e nos postos de decisão? Então, o mundo do trabalho – e os aspectos da decisão nesse mundo do trabalho, seja da área privada ou pública – é onde, apesar de termos uma Presidente mulher no órgão máximo, não vos enganeis! Eu diria: ainda estamos muito longe de estar em uma altura perpassa, vamos dizer, com os homens. Então, temos que saber, temos muito a caminhar, mas o que estava insistindo no Artigo 5º, que exatamente fala de padrões sociais, toca no aspecto dos valores, e toca nos aspectos dos estereótipos, preconceitos, que se nós, efetivamente, não trabalharmos com muita força esses preconceitos, vamos patinar, vamos conseguir este ou aquele avanço, mas fundamentalmente uma série de avanços que, efetivamente, poderiam configurar uma igualdade, uma equidade, como a querida Eleonora prefere dizer, da mulher na sociedade, nós ainda vamos estar muito longe disso.

Quero dizer, também, que aqui trabalhamos, por exemplo, no Artigo 5º, e depois, mais tarde, no Artigo 6º, vou procurar trabalhar – é quando analisamos o cumprimento dos países, no que diz respeito a esse Artigo 5º. É que lá, no nosso comitê, temos analisado as atividades dos vários países, no sentido de superar, de vencer uma violência, que é praticamente epidêmica ou endêmica nesses todos países. Quero dizer que fiquei triste de descobrir algumas coisas, a violência existe em todo o mundo, estando lá na ONU, imagine que tolce minha, – talvez meio burrinha –, é que fui descobrir que existe até nos países mais avançados, no que diz respeito aos direitos das mulheres, que todos os senhores sabem, e vocês colegas mulheres sabem que são os países nórdicos. Ainda temos discriminação contra a mulher, é terrível, e a pior das discriminações é a violência contra a mulher, que ainda temos. Se tem lá, vocês imaginam o que não tem em outros países, em outros Estados.

Então, essa ideia de que nós, que éramos e hoje não somos mais, ainda fazendo parte do time dos países subdesenvolvidos e, agora, nós crescemos nesse aspecto econômico. Nós queremos crescer igualmente no aspecto de cidadania de todos, homens e mulheres, mulheres e homens.

Bem, quando dizia aqui que achava que seria muito interessante que todas que ainda não se aproximaram, se aproximassem deste documento que é o tratado chamado Convenção da Mulher, ou CEDAW, na sua sigla em inglês, porque acredito que o empoderamento econômico, se não vier junto com uma série de outras condições de empoderamento para ser um empoderamento mais amplo, não adiantaria. Então, por exemplo, quero mencionar o Artigo 10, salientando o aspecto da educação; quero salientar o Artigo 11, que versa exatamente sobre trabalho; e o Artigo 12, que versa sobre a saúde da mulher.

Aqui, depois, nos últimos cinco minutos, por favor, o senhor me lembre, que não quero tomar o tempo das minhas colegas.

Eu quero dizer a vocês que a nossa convenção, que é de 1979, como já disse a vocês, quando não havia condições políticas para que a violência contra a mulher, e, muito menos ainda, a questão da saúde reprodutiva, aparecesse explicitada na convenção. Então, vocês vão dizer: mas, Silvia, no que você está tão empolgada com essa convenção, se ela não tem explicitamente a violência, como não tem a saúde reprodutiva, muito menos ainda na linguagem dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais, como nós falamos? O que quero dizer, a todos aqui presentes, é que essas lacunas que o comitê nunca assumiu, e menos ainda quando ele elaborou a Recomendação Geral nº 19, sobre violência contra a mulher; e, depois, a de nº 24, sobre a saúde. O que é isso recomendação geral? Vocês precisam primeiro saber que conceito é esse.

A partir da análise dos *reports*, relatórios que os países têm, periodicamente, que encaminhar para o comitê, nós, analisando a dinâmica dessas informações e desses encontros em sessões de diálogo construtivo, sessões públicas da ONU, avaliamos a necessidade de elaborar recomendações gerais para todos os Estados Partes da convenção, que é o tratado jurídico vinculante. Então, como é que fazemos isso? O comitê CEDAW elabora, a partir dessa experiência dele, recomendações gerais.

É aí, então, que gostaria de dizer a vocês: o comitê está cada vez mais dinâmico e criativo, e cada vez mais avançando. No quê? Na interpretação da convenção elaborada em 79, e que não continha temas como esses

dois, por exemplo, que mencionei, e que, através da legitimidade que tem, pessoas que foram eleitas em uma eleição grande. Aqui somos eleitas, porque os países como o Estado brasileiro me indicou não para estar lá, ele me indicou apenas como candidata, e depois é a eleição que se dá em uma plenária de todos os Estados Partes da convenção na ONU, em Nova Iorque.

O que gostaria de dizer para vocês é que efetivamente a nossa convenção, para ser compreendida dessa maneira dinâmica e criativa, precisa ser lida com acompanhamento dessas recomendações gerais, que são o que nós chamamos de uma interpretação da convenção que dá vida a esse texto normativo contextualizando na atualidade de todos esses fenômenos emergentes e dos sujeitos de direitos emergentes nesse processo que, como Bob fala naquele livrinho pequenino, belíssimo, dele, que ele chama de especificação dos sujeitos.

Obrigada. Tenho mais cinco minutos. Então, o que quero dizer? Lembrem-se bem, após a Segunda Guerra, a criação da ONU, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e só em 1966 conseguiram transformar os lindíssimos e fortes princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos em normas vinculantes. Façam a conta, 48 a 66, porque transformar é todo um outro assunto, que não apenas declaração de princípios que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muito bem, então aí esses princípios da declaração que, na realidade, foram subdivididos em dois pactos famosos, que todos conhecem, Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, e Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A partir daí, esses pactos que eram a todos foram se construindo cada vez mais tratados, muitas vezes agora com o nome de convenção, é a mesma coisa; nome de convenções, em que vai havendo especificação do sujeito, por exemplo, Convenção da Criança, Convenção da Mulher, agora mais recentemente outras convenções, como a última Convenção da Pessoa com Deficiência, e por aí vai. Então, vejam que interessante do genérico e abstrato, todos os seres humanos, homens e mulheres vamos diminuindo e conseguindo atingir, o que já foi mencionado aqui, essa diversidade que compõe a humanidade. Não somos todos iguais, somos muito diferentes, existem, inclusive, diferenças, como já foram lembradas aqui, entre nós mulheres e entre os homens mesmo.

Agora acho que são três minutos, Embaixador, que eu tenho. Bem, então, o que gostaria para fechar nesses três minutos é dizer a

recomendação geral 19, de 1992, que trata da violência; a 24, já mencionei, é da saúde. Gostaria de dizer que essa da saúde é interessantíssima, já traz as linguagens de Cairo, traz de Pequim, e já avançamos no que diz respeito à área da sexualidade e da reprodução.

Agora, o que quero dizer é que a posição do comitê CEDAW em relação ao tema do aborto é muito interessante. E aqui faço questão de falar nesse tema, porque é um tema que parece que sempre foi tabu, mas, de repente, nós, feministas, conseguimos jogar a bola e ainda manter em determinado nível, e a impressão que tenho, e parece que uma das colegas me precedeu também mostrou isso, parece que, no nosso Congresso Nacional, está cada vez mais difícil qualquer possibilidade de alargarmos, pelo menos aqueles incisos que permitem, neste caso ou naquele, e, portanto, tornando legal a interrupção da gravidez.

Então, o que quero é chamar a atenção é que nós estamos vivendo no mundo, também quero fazer essa relação Brasil e mundo, que existe sim, nitidamente a partir daquele *locus* lá de cima, um esforço muito grande, no sentido de fazer retroagir o que nós, mulheres feministas, conseguimos fazer avançar em muitos dos nossos países.

Agora, a minha mensagem a vocês é que nós, efetivamente, precisamos estar muito alertas, porque essa ideia de que as linhas vão ser sempre ascendentes, que existe sempre essa evolução para mais, não é verdadeira, a história do mundo mostra isso, e a nossa história de feministas já está nos permitindo, lamentavelmente, verificar os riscos que estamos tendo, inclusive em alguns países da América Latina, de retrocesso, na área de direitos reprodutivos e sexuais que já foram conquistados.

Agora, acho que tenho um minuto. Deixa ver se já paro por aqui. Vou aproveitar esse minuto para dizer o seguinte: além da convenção, em 2002, com muita polêmica, para ser elegante, mas com muita, entre aspas, na linguagem popular, muita “pauleira”, o que houve, inclusive no Congresso Nacional, nas audiências públicas, no sentido de conseguirmos aprovação do protocolo facultativo à convenção CEDAW, e a Igreja Católica e a Igreja Evangélica Pentecostal, muito especial – me lembro bem, eram os bispos de lá porque eu fui, estava na mesa nesta audiência. Uma coisa verdadeiramente impressionante, inclusive pela primeira vez vi, como é que é possível as pessoas que vão argumentar utilizando de argumentos que se referem a fatos que não existem.

Então, o que quero alertar a vocês: estamos no embate para fazer avançar os nossos direitos, que contamos com adversários que não são apenas adversários, idealmente seriam adversários respeitosos, da verdade, mas não. São efetivamente, com alta frequência, adversários que se valem de argumentos escorados em falsas realidades de fato.

Então, ficaria por aqui, mas lembrando então, temos esse protocolo, que com essa tensão toda foi aprovado, e o Brasil aprovou em 2002. Então, a convenção é de 1979; esse protocolo é de 1998 ou 98? Ele passou a vigorar em 2000, e o Brasil aprovou em 2002. E o que é que esse protocolo cria que a Igreja se movimentou tanto? Porque eles diziam, na fala, que o CEDAW e as pessoas do CEDAW são abortistas e por aí vai. Porque, de fato – uma coisa não é verdade, os argumentos que eles usavam –, mas o que quero dizer a vocês é que o CEDAW tem uma posição muito clara em relação a esse tema dos direitos reprodutivos, em que ele sempre convida os países, quando ele sabe que tem altos índices de mortalidade materna. Ele convida os países a refletirem sobre essa realidade e verificar a possibilidade de uma revisão de leis penais que tem como eficácia fundamentalmente a morte, a mortalidade materna. Certo? Então, essa é a posição do CEDAW. O que quero dizer é que em relação à sexualidade, e aí quero compartilhar com vocês, fui eu que durante três anos consegui fazer com que a maioria do Comitê CEDAW, a grande maioria, para surpresa minha, a cada reunião durante esses três anos foi aumentando, foi aumentando. O quê? A adesão à minha proposta de que tivéssemos uma recomendação geral, que mencionasse o tema da orientação sexual e da identidade de gênero. Cheguei até a receber ameaças, mas eu não tenho mais tempo para entrar em detalhes, mas o que quero dizer: consegui. Em outubro desse ano passado, aprovamos uma recomendação geral que tem o número 28; vocês pegam nos *sites* para verificar, e tem no Artigo 18, exatamente que trata da intersexualidade, mostrando o quanto a discriminação contra a mulher não é algo abstrato que falamos; discriminação contra as mulheres concretas de carne e osso, que, muitas vezes, ora são mulheres negras, ora são mulheres migrantes, ora são mulheres com as suas peculiaridades, como podemos colocar dentro da sua diversidade, e que precisam de um olhar mais atento.

Então, eu encerraria por aqui, e só lembrando, então, prezadas e prezados membros aqui presentes, colegas, que o protocolo criou a possibilidade de que indivíduos e grupos elaborem aquilo que é

chamado de comunicação. Na realidade, é uma petição, na nossa linguagem aqui conhecida, é uma petição, mas tem o nome de *communications*, comunicação ao comitê CEDAW, depois de exaurir todas as possibilidades do direito interno nosso brasileiro, mostrando que existe o desrespeito a um dos preceitos fundamentais da nossa convenção, e aí, se decidimos que, sim, há um desrespeito, chamamos esse país, nós fazemos recomendações, como foi feita pela Comissão Interamericana em Direitos Humanos, a recomendação, no caso, Maria da Penha, em que fui eu até que assinei a petição que fizemos na Maria da Penha. Não fui eu que elaborei, foi a Flávia Piovesan e a Valéria, mas como eu era coordenadora do Brasil, na época do CLADEM, eu é que assinei. Isso é um detalhe que me dá alegria, mas quero explicitar que não fui eu que elaborei essa petição. Foi uma cobrança da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de que o Brasil precisava ter uma legislação especial de violência doméstica, somada à cobrança do comitê CEDAW, ainda não estava lá, 2003, ao Brasil, de que ele precisava revisar uma lei de violência contra a mulher, que fez com que nós, feministas, que há tantos anos já trabalhávamos, querendo e exercitando exercícios de uma proposta de lei de violência contra a mulher; nós não conseguimos, na hora que veio esse *input* externo; foi que o Brasil efetivamente, – a Secretaria de Políticas da Mulher acabou então, efetivamente, encaminhando esse trabalho.

Não vou entrar em detalhes. Vou terminar. Queria agradecer, passei uns dois, três minutos, mas não mais que isso, se é que o senhor fez a conta direito. Não olhei no relógio. *[risos]*

Muito obrigada e vou procurar ficar aqui até o final. Muito obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado, professora. Se a senhora passou, foram alguns poucos minutos, mas compensado pelo conteúdo. E, por essa observação com a qual eu coincido muito, quer dizer, há, em vários setores da área de direitos humanos, uma tendência à regressão. E isso vemos no mundo inteiro, quer dizer, vemos que embora os instrumentos se tenham aperfeiçoado, a vontade política dos países, inclusive dos países que tinham liderança nessa área, mudou. Mudou em áreas como migração, como tratamento dos estrangeiros, xenofobia, intolerância e outras coisas. Quer dizer, enfim, há uma dificuldade nessa área que, depois, talvez, volte a se falar.

Eu agora tenho, então, o prazer de dar a palavra à doutora Ela Wiecko Wolkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República e Corregedora Geral do Ministério Público Federal.

Senhora Doutora Ela Wiecko Wolkmer de Castilho – Boa tarde, Embaixador Gilberto Saboia, quero, como todas as outras pessoas que me antecederam, agradecer não só à Fundação Alexandre Gusmão, mas também ao Ministério das Relações Exteriores, à Secretaria de Políticas para Mulheres, e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a oportunidade dessa reflexão em conjunto.

E também acho que já estamos assim finalizando, que se põe um agradecimento pela acolhida tão gentil, por todas as facilidades que foram proporcionadas, para que, nesses dois dias, pudéssemos aproveitar da melhor forma possível.

As minhas reflexões sobre o tema terão como foco a Lei Maria da Penha e decorrem da minha inserção no sistema de Justiça, como membro do Ministério Público Federal, e como professora de direito penal e criminologia da Universidade de Brasília.

Como membro do Ministério Público, atuo em processos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, onde chegam, principalmente por meio de *habeas corpus*, casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, e se firma entendimentos sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, que orientam decisões dos juízes em todo o país.

E, como professora, coordeno projeto de extensão do atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Ceilândia, que é uma cidade-satélite do Distrito Federal.

Eu avalio a Lei Maria da Penha como um avanço no enfrentamento da violência contra as mulheres, mas aqui, nesse momento, vou me ater aos desafios que ainda persistem, na sua efetiva implementação. O projeto de extensão iniciou em 2007, com o objetivo de fazer valer o direito das mulheres à assistência jurídica estabelecida na Lei Maria da Penha. Naquele momento, a Defensoria Pública do Distrito Federal só dava assistência jurídica aos réus, isto é, aos homens autores de violência doméstica e familiar. Mas as mulheres precisavam receber assistência jurídica para o eficaz encaminhamento dos pleitos de medidas protetivas.

Então, nessa perspectiva, o projeto começou realizando assistência jurídica tradicional, e privilegiando o asseguramento, às mulheres, das

medidas protetivas previstas na lei. E foi estabelecida a orientação de que não tínhamos como objetivo fazer assistência à acusação, buscando, por exemplo, obter a condenação dos agressores, nem estimular a propositura de ações penais privadas.

Atualmente dessas assistências jurídicas, no sentido estrito, fazemos o atendimento interdisciplinar na tríplice perspectiva: jurídica, psicológica e do serviço social. Esse objetivo foi concretizado em parte. Funciona relativamente bem. O atendimento integrado das áreas de direito e psicologia. Buscamos também estabelecer, com as mulheres atendidas, uma relação em que elas são sujeitos ativos no processo de construção, reconstrução de suas identidades e de sua autoestima, mas é importante registrar que a orientação de não intervir como assistente de acusação precisou ser mitigada, quando percebemos que, para obter as medidas protetivas, precisávamos produzir prova na audiência preliminar. De um lado, era insuficiente a atuação da promotoria, e, de outro, muito agressiva a atuação do advogado do réu, que costuma desqualificar a conduta da vítima, tal como em processos por crimes sexuais.

A experiência do projeto, desde o início, tem sido conflitiva com a polícia, com o judiciário, e, em certo grau, com o próprio Ministério Público do Distrito Federal, mesmo sendo ele parceiro formal do projeto.

Atuamos em casos nos quais detectamos evidências de que policiais protegem os agressores, porque tinham interesses comuns. Era uma organização criminoso mesmo. E já chegamos a temer pela integridade física de uma estagiária, o que me fez ir ao órgão de controle externo do Ministério Público do Distrito Federal para garantir essa segurança da estagiária.

E, atualmente, estamos vivenciando um conflito com um juiz titular do Juizado Especial Criminal, que também atende às causas do juizado de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esse juiz simplesmente proibiu, ele disse em alto e bom som, não escreveu ainda, mas disse isso; ele proibiu o atendimento jurídico de mulheres pelos advogados e advogadas do projeto, pois questionam e fazem constar, em atas das audiências, a insistência desse juiz em promover acordos.

Mas, esses problemas, eu os trouxe, mas não só problemas desse projeto. Tenho conhecimento de que são problemas que acontecem, talvez na maioria dos juizados do Brasil, e nas delegacias de polícia. Então, há um fato inegável, a Lei Maria da Penha encontra resistência em sua

aplicação, e essa resistência tem uma história. Quando o projeto de lei estava sendo discutido, no âmbito da Secretaria de Políticas de Mulheres, a associação dos juízes especiais criminais fez um forte movimento contrário à retirada dos crimes de lesões corporais leves do âmbito da Lei nº 9.099. Eles invocavam princípios da celeridade, mas o consórcio de entidades feministas argumentava que, em se tratando de violência doméstica e familiar contra mulheres, as ameaças ou as supostas lesões corporais leves, que sabemos que são consideradas leves, porque não é feita a comprovação, às vezes, por um laudo, na verdade, são lesões corporais graves, até gravíssimas, até mesmo tentativas de homicídio. Então, esse consórcio entendia que nenhuma agressão – e entende que nós, feministas, entendemos até agora –, não pode ser tratada como infração de pequeno potencial ofensivo.

Os juízes venceram naquele momento, e o projeto encaminhado pelo governo não continha a cláusula que proibia a aplicação da Lei nº 9.099. Entretanto, no Congresso, o substituto da Deputada Jandira Feghali conseguiu restabelecer a ideia inicial. Para isso, foram muito importantes as audiências públicas, se não me engano foram cinco realizadas no Brasil. E então se conseguiu restabelecer a ideia inicial de que o processo por lesões corporais independe de representação da mulher, e não pode haver transação a respeito do fato. Então, o que aconteceu? A lei saiu de uma forma diferente daquela que os juízes queriam por conta dessa movimentação do Movimento de Mulheres, mas depois de a lei promulgada, na prática, muitos juízes começaram a exigir a representação ou estimular a retratação e o acordo.

Essa interpretação contra o texto expresso da lei chegou a ser chancelada, pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de um recurso repetitivo.

Recentemente, houve um julgamento do Supremo Tribunal Federal em um *habeas corpus* em que se discutia se pode, ou não, aplicar a suspensão condicional do processo nos casos abrangidos pela Lei Maria da Penha. E a interpretação do Supremo Tribunal Federal foi no sentido de proibir a aplicação. Isso, tenho um certo receio, tem sido avaliado como muito positivo e como já avançando na decisão que o Supremo deve dar em uma ação direta de inconstitucionalidade da lei proposta pela Advocacia Geral da União, uma *ADIn* proposta pela, na época, Procuradora Geral da República em exercício, e, também, um recurso

extraordinário dessa decisão do Superior Tribunal de Justiça. Então, temos três decisões que devem ser proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, e esperamos que seja repetida essa interpretação no caso do *habeas corpus*.

A resistência pode ser lida como tendo uma natureza corporativa, como a maioria das causas dos juizados especiais criminais estaduais na Lei nº 9.099. Era relativa a lesões corporais, supostamente, repito, leves praticadas contra mulheres. A perda de competência enfraquecia o segmento dos juizes daqueles juizados que haviam se tornado um grupo muito influente.

Mas, a meu ver, a resistência tem raízes muito mais profundas. O sistema de justiça é um espaço sexista androcêntrico, criado por estereótipos de sexo e papéis sexuais de homens e mulheres, e pelo familismo, professora Lia Zanotta anota, e espero que envolva um pouco mais esse tema.

Então, a pergunta que faço, o desafio que vejo é: é possível tornar o juizado de violência doméstica e familiar contra mulher um espaço não sexista? É um desafio extremamente difícil. Para alguns autores e autoras, que contam com o respaldo de um órgão que é muito importante no mundo jurídico, que é o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – tem uma forte influência – esse objetivo é inalcançável, porque é uma característica estrutural do sistema de justiça reproduzir as relações de poder existentes e, por conseguinte, reproduzir a dominação masculina. Então, esses autores e autoras questionam radicalmente a intervenção penal, especialmente na violência doméstica. E, de alguma forma a tese que sustentam sobre sistema de justiça, reproduzir a violência contra as mulheres tem sido confirmada na prática da Lei Maria da Penha. A polícia, o Ministério Público, o judiciário interpretam a lei ampla e ativamente, no caso da união *gay*, restritivamente criando óbices à concessão de medidas protetivas, ou mesmo contra a lei, ao aplicar institutos da Lei nº 9.099, de modo a tirar-lhes a força e o foco, como uma lei que tem uma natureza de ação afirmativa. Não raro nessa aplicação, fazem da vítima a culpada pela agressão que sofreu. Esse padrão de conduta dos aplicadores da lei é bastante conhecido e estudado em pesquisas feitas, em todo o Brasil, em relação a crimes de estupro, crimes de homicídio de mulheres, e crimes de lesões corporais contra mulheres.

Para superar esse desafio, propõem-se a sensibilização dos aplicadores do direito, a capacitação de gênero. Então, a Escola Nacional da Magistratura, e outros órgãos da justiça, no Ministério Público também, têm promovido cursos e treinamento, mas cuja eficácia é discutível. Essas medidas, ou outras também necessárias, como a implantação efetiva de juizados de violência doméstica, de implantação de equipes multidisciplinares, melhores orçamentos, etc., não resolvem o padrão cultural, que não se restringe ao sistema de justiça, ele permeia a sociedade.

Vou repetir o que já foi dito aqui que a sociedade brasileira é sexista, e o judiciário brasileiro deixará de ser sexista, quando a sociedade brasileira deixar de ser. Então, como alcançar este objetivo? Não há uma solução única ou de curto prazo; resalto aqui, que recentemente li um texto da Rebecca Cook sobre estereótipos e sobre discriminação, e ela diz que é muito importante nesse processo você identificar, levantar dentro da discriminação negativa contra as mulheres qual é o estereótipo que está por traz, porque quando as coisas são reveladas, as soluções vão sendo construídas.

Eu já vou terminar, mas preciso de uns dois minutos. Chamou minha atenção a afirmação da Terezinha. Cadê a Terezinha? *[risos]* A Terezinha motivou muito a fala e muitas outras expositoras. Você ontem, na mesa, na tua fala, foi a primeira pessoa a falar na violência contra a mulher, e disse que o enfrentamento da violência contra a mulher é um mecanismo principal, para proporcionar autonomia das mulheres, porque as mulheres com autonomia econômica também são agredidas. Não tem caso emblemático do Pimenta Neves e da Sandra. Então, não sei se Terezinha estava se referindo à repressão penal da violência como esse mecanismo, ou ao conjunto de medidas preventivas previstas na Lei Maria da Penha, e eu destaco, entre elas, as incidentes na educação e na mídia. Mas o curioso é que no seminário que eu participei, na semana passada, sobre o tema do direito das mulheres aqui, na PUC do Rio, a professora Esther Vicente, da Universidade de Porto Rico, fez uma afirmação aparentemente contrária. Segundo ela, a violência não é eficazmente reduzida pela atuação do sistema de justiça, mas por políticas públicas que assegurem a autonomia das mulheres, e aí, no debate, ela foi questionada se maiores oportunidades de mulheres no mercado de trabalho não seriam capazes de assegurar essa autonomia? O que

tinha já modificado nessa inserção que foi demonstrada, esse aumento da presença feminina no mercado de trabalho? No que a professora respondeu que faltavam essas condições igualitárias no acesso – isso também já muito referido, no dia de ontem e no dia de hoje. Parece-me que as duas afirmações podem ser conciliadas, mas, no meu ponto de vista, a redução da violência contra as mulheres depende mais de uma superação do modelo de divisão sexual do trabalho do que de decisões que condenem alguns agressores, porque sempre vão ser alguns; seletividade é uma característica estrutural do sistema penal.

A mesa da manhã deixou muito claro que o nó a ser desatado é o da posição assinalar das mulheres, na contraposição de esfera pública e privada. Nesse desafio fundamental, eu ressalto um desafio lateral, que é o de não justificar as agressões como decorrente de uma patologia ou de cumplicidade das mulheres, considerar homens e mulheres como doentes, impondo inclusive tratamento significa negar a existência de uma desigualdade de gênero na sociedade brasileira, que se expressa na dominação masculina, alimentada por estereótipos e preconceitos e por violência física mesmo, como na violência doméstica. Este modelo não problematiza o contexto sociocultural, explica a violência doméstica e familiar como conflito interpessoal, localizado, individual, em geral relacionada ao uso de álcool e outras drogas. Nesse desafio se insere também a leitura da violência doméstica como relação neurótica entre homem e mulher que pode ser superada pela justiça restaurativa ou pela mediação.

Casos de agressão praticados por uma mulher contra seu companheiro são trazidos como exemplo de que a violência doméstica é comum aos dois sexos e ficam tirando o foco do problema. Então, nesse desafio ainda se insere a implantação no efetivo atendimento interdisciplinar guiado por referências feministas. A reprodução da dominação masculina não é restrita aos aplicadores jurídicos. Também é feita por profissionais da psicologia, do serviço social, e da saúde.

Então, passados cinco anos da vigência da Lei é inevitável a pergunta: a Lei Maria da Penha diminuiu a violência doméstica ou vai reduzi-la a médio prazo? Não temos elementos estatísticos suficientes para a resposta. Há referências de que houve aumento, precisamos, porém esclarecer se esse aumento ocorreu, porque as mulheres se sentem mais apoiadas para denunciar a violência, ou porque deixaram de considerar

natural a violência, ou ainda se os dados de violência contras as mulheres passaram a ser desagregados na estatística, ainda é pouco, mas em alguns lugares já. Minha hipótese é de que as respostas são afirmativas para todas as perguntas.

O empoderamento feminino incomoda o poder masculino, que reage fazendo pequenas concessões, iludindo, deslocando a violência da violência física. para formas mais sutis de violência. Mas acredito, e aqui finalizo mesmo, que vale a pena esse embate; em algum momento, a conjunção de estratégias provocará a mudança real nas relações socialmente construídas, que definem o que é ser homem, o que é ser mulher e quais os papéis que devem desempenhar.

Obrigada e desculpa.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação. Passo agora a palavra à senhora Verônica Teresi, consultora da reunião especializada da mulher, no Mercosul.

Senhora Verônica Teresi – Boa tarde a todos e todas. Antes de mais nada, queria agradecer à Fundação Alexandre de Gusmão pelo convite, à Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, pela indicação do meu nome para compor esse painel da mesa, e, em nome do Embaixador Gilberto Saboia, cumprimento a todos os membros da mesa, que, na verdade, são pessoas que sabemos do trabalho de longos anos, que vêm desenvolvendo na questão do enfrentamento à violência. Então, para mim, também é uma honra estar nesse seminário e, particularmente, nessa mesa. Dizer, antes de começar a falar, que certamente eu aprendi muito com esse seminário, vocês verão pela apresentação que farei, que trabalho com a questão da violência à mulher, especificamente o tráfico de mulheres, principalmente, ou especialmente, uma experiência na Espanha, de mulheres brasileiras que foram traficadas, ou que migraram, em situação de prostituição, para a Espanha. Então, a minha área de enfoque em relação à violência é um pouco diferente, mas que, obviamente, a violência se complementa ou tem aspectos estruturantes que são da própria violência. Então, é muito interessante para mim, poder somar esses aspectos e ter uma perspectiva muito mais ampla sobre a questão do enfrentamento à violência.

Antes de mais nada, queria contextualizar os dados e as reflexões que vou trazer hoje, e que surgem de uma pesquisa que eu realizei na Espanha, no *Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación*, na Universidade Complutense de Madrid, onde passei dois anos, trabalhando, especificamente, com um projeto; era uma pesquisa que pretendia trabalhar a cooperação do Brasil e da Espanha para o enfrentamento do tráfico. E aí, nesse contexto, identificar perfis – não falamos de um perfil só das mulheres traficadas brasileiras –, as rotas, identificar possíveis rotas de tráfico. E, nesse longo caminhar de contatos com atores não governamentais, ou seja, organizações que faziam atendimento direto a essas mulheres: Consulado Brasileiro na Espanha, Polícia Espanhola, Governo Espanhol, especificamente o Ministério do Trabalho e o Ministério da Igualdade – que seria a nossa Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, mais ou menos, mas seria, digamos, o ministério que teria competências muito parecidas. Percebemos a necessidade de pensar junto, Brasil e Espanha, o atendimento às mulheres que retornam ao Brasil. Nem todas as mulheres querem retornar, mas as que retornam, nós percebíamos, que havia uma dificuldade de articulação dessas redes de atendimento. E aí compreendendo um pouquinho; vou fazer, muito brevemente, como é que se deu essa entrada do Brasil para discutir a questão do tráfico, e aí vemos a ratificação do Protocolo de Palermo, no ano de 2004 – que é um protocolo adicional, é uma convenção que se chama Convenção Contra o Crime Organizado Transnacional –, e, nesse contexto, o crime do tráfico de pessoas é considerado um crime transnacional, porque ele envolve vários Estados, e aí acho que é muito visível a complexidade que está por trás de um crime desses, tanto na questão da prevenção, como na questão da repressão e da responsabilização desses traficantes, como no atendimento das vítimas.

Vou me centrar, especificamente, nos processos de retorno dessas mulheres. Então, primeiro a ratificação do Protocolo de Palermo e a Convenção Contra o Crime. Logo em seguida, ou um pouquinho depois, mas eu diria que, muito rapidamente, o Brasil assumiu essa causa e tivemos, no ano de 2006, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Plano Nacional, que vem em 2008, e acaba de vencer, digamos, o primeiro plano, e agora estamos construindo o segundo plano nacional. E, nesse contexto, em 2008, foi quando fui para a Espanha – fiquei dois anos e meio trabalhando nesse projeto –, obviamente, não

vou poder falar sobre tudo o que conseguimos identificar; vou falar só sobre os processos de retorno, mas, se houver interesse, eu posso passar o *link* de onde se podem tirar os documentos resultados da pesquisa.

Um primeiro resultado, um primeiro documento que fizemos: em 2008, fizemos um seminário, que chamou Seminário Internacional de Articulação da Rede Hispano-Brasileira, no contexto do atendimento às brasileiras vítimas de tráfico. E esse processo foi bastante interessante, porque articulamos os atores brasileiros e os atores espanhóis, todos aqueles atores que eu falei antes, levando-os todos para a Espanha, então conseguindo financiamento de não sei quem, conseguimos levar todo mundo para lá, e nos sentamos todos, e discutimos 22 propostas de como essa rede deveria funcionar com os atores de lá e os de cá, que é uma coisa muito difícil de conseguirmos fazer. Então, o que era importante para a rede saber, o que era importante para os atores espanhóis saberem na hora de encaminhar, e o que era importante para os atores brasileiros saberem na hora de receber essa mulher. Então, depois, se tiverem interesse, eu passo.

Na verdade, esse tema entra dentro dessa mesa que estamos, e dentro desse seminário, porque, na verdade, o que se pretende é garantir o empoderamento dessas mulheres e fazer com que esses retornos, essa nova etapa da mulher quando ela regressa ao Brasil, de construção dessa vida, que, na verdade, é como se fosse uma vida nova para ela, ou uma vida carregada de um monte de cicatrizes. Alguém dizia – não me lembro exatamente quem – que, depois da violência, ficam muitas cicatrizes, principalmente na questão do estupro. Falavam da questão do estupro, mas coloco a questão da mulher traficada, vítima de exploração sexual, pois ela traz um monte de cicatrizes, ela precisa retomar a sua vida, mas levando em conta todos esses aspectos. Então, como trabalhar, ou como pensar, o retorno dessas mulheres, a partir de uma experiência que ela tem fora, e a partir do atendimento que ela tem, em alguns momentos fora. Como fazer para que esse atendimento seja continuado no Brasil, e para que essa mulher tenha equipamentos, serviços e atendimento que possa fazer com que ela retome a sua vida. Odeio a palavra inserção social; a mulher já está na sociedade, mas ela precisa de um redirecionamento, ela tem que buscar o redirecionamento para a sua vida.

Então, trouxe uma apresentação basicamente para falar; vou falar de dois processos de retorno que são reais, não são inventados. Coloquei

o mapa da Espanha só para que vocês tivessem uma ideia muito rápida de onde essas mulheres, que vou falar dos retornos, vieram. Uma delas veio da Galícia, que é ali em cima, na Espanha, fronteira com Portugal; e a outra veio da Astúrias. Uma delas primeiro esteve na Islas Baleares e, depois, foi para Astúrias, e de lá veio para cá. Eu vou contar a história dela e, depois, vocês vão entender um pouquinho. Só coloquei o mapa, porque, às vezes, falamos “as mulheres estão na Espanha”, mas, onde elas estão? E, basicamente as mulheres brasileiras, pelo menos as que identificamos na pesquisa, e que tivemos oportunidade de ir até os locais onde elas estavam em situação de prostituição, de exploração sexual, era na Galícia, nas Astúrias, em Madri, na Andaluzia e na Catalunha, que é onde está Barcelona. Claro que existem mulheres em outras regiões, mas ali são basicamente onde identificamos.

Só trouxe alguns dados muito rápidos que eu não vou poder passar, mas, se vocês quiserem, está tudo na pesquisa, só para vocês terem uma ideia. Aquela organização Cicarasturias, que está nas Astúrias, obviamente, em Gijón, se vocês olharem, em 2005, 50% das mulheres que elas atenderam eram brasileiras; em 2006, eram 45%; em 2007, eram 48%. Depois, na Galícia, 80% das mulheres que elas atendem são brasileiras.

Um dado importante, não vou falar sobre elas, mas nunca lembramos das transexuais. E as transexuais e os travestis são um problema para a questão do atendimento, porque não há lugares específicos para atender e acolher essas mulheres. Então, é uma questão que temos que começar a abrir o olhar, porque não há lugares, abrigos, nem aqui, nem fora, que possam atender e receber essas mulheres.

Por exemplo, as regiões por perfil das mulheres, do Goiás, 95%, Minas Gerais, Tocantins e Pará. Motivações: trabalhos mal remunerados, com encargos familiares não compartilhados – que seriam as mulheres que são as chefes de família –, sem relação com a prostituição; isso é um dado interessante, pois, muitas vezes, se imagina que a mulher brasileira que vai para fora exercer prostituição, ou que é traficada, era prostituta no Brasil, e isso não é verdade, não é real. A grande maioria das mulheres, – eu tive a oportunidade de conhecer, sentar e conversar com mais de 100 mulheres, e dessas, eu poderia dizer que três ou quatro haviam exercido prostituição no Brasil. Isso não quer dizer que outras vulnerabilidades não existiam. Mas assim, a questão da prostituição não

é um dado. A dívida assumida: mais ou menos oito mil euros, de três mil a oito mil euros. E outro dado importante é a questão dos filhos – a grande maioria dessas mulheres tem filhos no Brasil.

Não vou me ater a esses são dados das polícias espanholas; mas eu não vou me ater, porque senão não dá tempo. Um aspecto só do perfil, que acho importante, quando falei dos filhos, é discutir – que começamos a discutir também – a questão da maternidade transnacional dessas mulheres. As mulheres migram, são traficadas, migram, saem do país, mas continuam exercendo sua função de mães, mesmo de longe. A primeira coisa que as mulheres compram, depois que elas saem daquela situação de dívida extrema, é um computador para poder ver seus filhos. Então, o homem quando migra, continua transferindo dinheiro, mandando as remessas de dinheiro, mas há uma desvinculação da preocupação do cuidado com aquela criança. E a mãe não; a mãe, mesmo longe, e deixando uma outra pessoa da família a cargo, ela continua tentando exercer a sua função de mãe. Mas isso são aspectos que não dá tempo de falar aqui; depois, se houver interesse, continuamos a discussão.

Falando dos processos de retorno, muitas dessas mulheres voltam por vontade própria, elas decidem em algum momento, seja porque, por exemplo, agora a Espanha está em uma situação de crise, ou porque passam por uma situação de exploração extrema e dizem “não quero mais, quero voltar para o Brasil”. Essas mulheres, em alguns casos, são atendidas por organizações não governamentais; nesses casos, elas expressam a vontade de retornar e são procurados os programas de retorno voluntário. Os programas de retorno voluntário, geralmente a OIM, que é a Organização Internacional das Migrações; e a ACEM, que é uma organização espanhola, do Projeto Rescate, que é resgate em português, que financiam o retorno dessas mulheres.

Essas organizações, – vou passar rapidamente um caso, por exemplo, que foi assistido; eu vou passar para o caso da -desculpa, gente, é que eu tive que cortar as coisas – Vitória Régia. Coloquei o nome de flores brasileiras, porque, obviamente, eu não ia identificar as mulheres. A Vitória foi atendida por uma ONG em Santiago de Compostela, na Galícia. O destino final dela era Goiás, porque ela é goiana; ela voltou em fevereiro de 2011, ou seja, de três a quatro meses atrás. Ela estava regularizando a situação documental dela na Espanha, foi detida pela polícia, ficou presa lá, em Santiago de Compostela – eles não dizem

presa, dizem detida; elas ficam nos CIAs, que são os Centros de Internamento de Migrantes –, e foi deportada. Obviamente ela já tinha um processo de extradição – que eu vou contar agora como se dão esses processos, não é em um primeiro momento que a pessoa é detida –, e aí a ONG, sabendo dessa situação, o que fez foi pelo trabalho que eu fiz lá. Muitas vezes, eles me contatam, dizendo que uma mulher está voltando, e aí, – obviamente que eu não tenho que fazer esse papel –, mas essa é a discussão que quero trazer, que discutamos um pouco os aspectos, as deficiências que temos nessas redes de retorno. Hoje, o que se vem fazendo é: se comunica à rede que se conhece, e essa rede, de alguma maneira, recebe essa mulher. Então, eles comunicaram, entramos em contato com o posto de atendimento de Guarulhos, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para que fizessem o atendimento em Goiás, e aí eles passaram todo o contato das pessoas que poderiam atendê-la em Goiás: a Secretaria Nacional de Justiça, que financiou a passagem dela de São Paulo até Goiás, porque, obviamente, essa mulher chega ao país e, se ela não tem assistência, que é o que acontece muitas vezes, essa mulher fica no aeroporto, vagando até que alguma coisa aconteça na vida dela, e ela possa retornar. Claro que hoje, com os postos de atendimento – hoje existem postos de atendimento em alguns aeroportos, são os postos humanizados, criados pelo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico –, e esses postos, de alguma maneira, tem essa função de articular o retorno dessas pessoas para o lugar de origem. Só que se não há um comunicado de que essa pessoa está chegando, obviamente, eles não tem tempo hábil para organizar da melhor forma, na forma de garantir o direito dessas pessoas e não revitimizá-las, e aí fica muito complicado. Então, nesse caso específico da Vitória Régia, ela foi recebida pelo aeroporto, pelo posto humanizado de Guarulhos, e foi encaminhada para Goiás. Em Goiás, ela chegou, a família dela já esperava, já sabíamos disso, só que – e é uma falha que vamos trabalhar, discutir –, é a questão do monitoramento. Nós não sabemos se essa mulher realmente procurou o serviço do Creas, que foi o serviço que iria fazer o atendimento. Hoje, no Brasil, quem presta o atendimento às mulheres vítimas de tráfico que retornam são os Centros de Referência da Mulher, se existirem naquela região, ou os Creas, que são os Serviços de Referência Especializada em Assistência Social; nesse caso, não tinha Centro de Referência, então quem prestaria o serviço seria o Creas.

Eu vou voltar nesses. São os casos de retorno voluntário, quando a mulher decide retornar. No caso, existem outros tipo de – já está acabando o meu tempo? Eu sei.

No caso de retorno involuntário, que são os casos mais graves de retorno, muitas vezes acontece porque essa mulher entra em uma situação de irregularidade documental; então, como é que acontece esse processo? E aí fiz questão de construir um graficozinho, para que pudéssemos visualizar. Essa mulher chega à Espanha, muitas vezes com o visto de turista, ela tem três meses, que é o tempo de visto de turista que ela poderia renovar, mas, obviamente, não renova porque está em uma situação, muitas vezes, de retenção de documentos, em um lugar fechado, e nem sabe que pode fazer isso. Em uma situação de exploração, obviamente, ela fica em uma situação de irregularidade. A polícia a identifica, a encontra, muitas vezes nos locais onde elas estão exercendo prostituição, inicia-se um processo administrativo de expulsão – que se chama expediente sancionador de expulsão, com proibição de entrada no espaço *Schengen*, que é aquele espaço da União Europeia –, e, obviamente, essa mulher, quando é encontrada, iniciam-se os processos, e ela vai para uma outra cidade, um outro estado, uma outra região da Espanha, ou para um outro lugar. Então, essa decisão não é comunicada a ela, mas ela já tem uma decisão administrativa de expulsão. Em outro momento, essa mulher já está em outro lugar, sendo explorada ou exercendo prostituição, e essa mulher, novamente, é identificada pela polícia, e, nesse caso, ela é detida no *CIA – que são os Centros de Internamento do Migrante –, quando ela é deportada.

E aí são os casos. O outro caso, que queria trabalhar com vocês, são os casos de deportação sem assistência. Nesses casos, elas ficam detidas na CIA, o que acontece é que a polícia pede para os Consulados ou Embaixadas do país, no caso o Brasil, uma carta de saída dessa brasileira, o Consulado ou Embaixada, obviamente, dão essa carta, mas eles não ficam sabendo quando essa mulher vai retornar para o Brasil. Então, o próprio Consulado não tem dados, elementos suficientes para comunicar ao Brasil que uma mulher em situação de irregularidade, ou em uma situação de tráfico, está sendo deportada. Obviamente isso é importante; as mulheres brasileiras, como é que funciona. *[áudio interrompido]* O que acontece com as mulheres brasileiras é que – isso eu não pude contar porque, obviamente, não daria tempo de falar tudo isso para chegar

aos retornos –, muitas vezes, essas mulheres são traficadas por redes informais, os grandes aliciadores não são pessoas de fora, de uma grande rede organizada, mas são da própria rede familiar. Então, essa mulher quando é encontrada pela polícia, e ao ser perguntada se ela quer colaborar com a polícia, no caso de tráfico, ela diz: “mas eu vou entregar quem? A minha amiga que me trouxe?”. Então, como ela não colabora com a polícia, o que acontece é que ela não é considerada vítima de tráfico e, não sendo considerada vítima de tráfico, não tem direito a nenhuma garantia como vítima de tráfico, e, nesse caso, ela é considerada uma imigrante irregular. Na Espanha, não ter os documentos para residir, ou para estar ali, não configura ilegalidade, porque não é crime, é uma infração administrativa. Então, quando falam, na Espanha, que uma imigrante é ilegal, é mentira; ou não sabem, não compreendem exatamente como funciona. Aquilo, na verdade, se trata de uma irregularidade documental. Ela é irregular, porque é um procedimento administrativo, na verdade. É um termo que parece uma besteira – por que você está se atendo a isso? –, mas, para uma mulher, que passa por uma situação de tráfico, não é reconhecida como vítima, porque ela não tem condições de colaborar, porque ela não conhece uma grande rede (não há uma grande rede por trás dela), e dizer para ela que ela é ilegal, com certeza, soa muito pior do que dizer: ‘olha, você cometeu uma infração administrativa e você é irregular por isso’. Então, pode parecer uma coisa muito simples, mas, na verdade, não é. Então, nesses casos, o que acontece é que a polícia deporta essas mulheres. Obviamente que a deporta pelo aeroporto que tiver, geralmente é pela Ibéria, porque é uma empresa espanhola. Não se pergunta, obviamente, se aquele aeroporto é o mais próximo do destino dela ou não, é onde tiver passagem. “É para São Paulo? É para São Paulo. É para o Rio? É para o Rio. É para o Ceará? Vai para o Ceará”. Então, obviamente que, nesses casos, somente se consegue assistir a essa mulher que retorna, se essa mulher, antes de ser presa pela polícia, já era atendida por uma organização, que é o caso que vou trazer para vocês.

Eu vou trazer o caso da Orquídea, que chamo de Orquídea para não configurar. Essa moça foi encaminhada pela organização Cicarasturias, que está em Gijón, lá no norte da Espanha; o destino dela era Nova Araguatins, em Tocantins. Ela voltou em maio de 2011, faz duas semanas que ela retornou, foi encaminhada por essa organização, que mandou todo o relatório situacional dela de assistência que eles fizeram, a situação

jurídica dela, qual era a situação psicológica dessa moça, para que, quando ela fosse recepcionada, já se soubesse qual o tipo de atendimento que ela deveria ter. O pessoal do posto do Rio de Janeiro atendeu – e aí tenho que dizer que o pessoal do posto aqui, do Rio, tem sem esmerado muito em atender essas mulheres que retornam. Tenho que citar até o Major Augusto Valentim, que é uma pessoa que se compromete, de verdade, com essa causa, e consegue abrigo, quando as mulheres não conseguem a passagem para o dia seguinte, então elas têm que dormir aqui, no Rio, para depois viajarem para o lugar de origem. No caso dela, era Tocantins, e não havia passagem no mesmo dia, e ela teve que ir embora. Então, a Orquídea, a história dela é que ela viajou para a Espanha em 2009, estava em situação de irregularidade, e foi deportada também pela polícia; ela também tinha uma situação de irregularidade. Ela teve uma filha enquanto estava na Espanha, e a filha dela tem nove meses, então também é um complicador nesse retorno. Ela vinha com uma criança de nove meses, que precisava de toda a atenção. Ela estava presa, havia uma situação de uma criança que vinha com ela, então esse atendimento ainda é mais particular. E essa mulher chegou a Tocantins e está sendo atendida pelo Creas. A Secretaria de Políticas para Mulheres também interveio nessa discussão, nesse retorno, ela foi encaminhada e o CREAS está atendendo essa mulher com essa criança. Quem financiou também a passagem dela para Tocantins foi a Secretaria Nacional de Justiça.

Tudo isso, esses casos que falei muito rapidamente, obviamente muitos aspectos ficaram faltando, e já vou terminar, prometo que já vou terminar. Só queria levantar alguns desafios para essa questão do enfrentamento ao tráfico e, principalmente, dos retornos. Vemos que existem muitos desafios ainda na construção dessa política pública de atendimento, tanto aos migrantes que retornam, como às mulheres que são vítimas de tráfico. E aí vemos a necessidade de uma cooperação para o atendimento, para a criação compartilhada e corresponsável de mecanismos de referência comuns. Sentimos a falta de mecanismos de referência comum, que definam as redes de atores envolvidos nessa questão, e que definam as competências de cada ator e os fluxos de atendimento que têm que ser seguidos, além de um ponto focal, tanto aqui, como lá, para que seja a pessoa, ou o órgão, ou a entidade, obviamente pública. Entendemos que isso tem que ser uma questão pública, não pode ser nem a Verônica, nem a Joana, nem a Maria, ninguém pessoal, tem

que construir uma política pública, que seja um ponto focal responsável por disparar essa rede de atores que tem que ser disparados, no caso do retorno de uma mulher. E aí identificamos, inclusive em função – também utilizando um pouco o que trabalhamos na Espanha –, que as organizações não governamentais são quem exercem o atendimento na Espanha. Lá, eles não têm como aqui, no Brasil, serviços públicos de atendimento; são organizações não governamentais, conveniadas pelo Estado, que prestam esse serviço, elas têm uma dificuldade pelo desconhecimento do que o Brasil tem construído como política pública, qual é a rede de serviços que temos disponível, quem é o ponto focal para fazer esses encaminhamentos. Isso é uma discussão: ‘Para quem eu encaminho? Eu tenho uma mulher, eu (organização espanhola), tenho uma mulher, para quem encaminho essa mulher? Para quem eu ligo? Para quem eu mando e-mail?’”

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Pediria à palestrante que terminasse.

Senhora Verônica Teresi – Tudo bem. E depois, aqui, no Brasil, sentimos uma dificuldade da ausência de mecanismos de referência comuns, para que pudéssemos trabalhar juntos, além de um ponto focal, que também pudesse ser um órgão responsável por fazer monitoramento dessa mulher, para que se pudesse identificar isso. Obviamente, gostaria de falar outras coisas, mas, pelo tempo, inclusive para que os outros palestrantes possam falar, termino, só indico. Qualquer coisa, terá um texto aqui, e deixaram um texto lá fora, da coleção Mundo Afora, do Ministério, que tem um texto sobre a violência das mulheres na Espanha. Então, ele também trabalha um pouco essa questão. Se tiverem interesse, é um texto interessante.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua apresentação. Depois, se houver tempo no período de debate, vou fazer algumas perguntas e observações sobre a questão do retorno e o papel dos consulados brasileiros nessa questão. Dou a palavra agora ao senhor Ian Jarabe, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Tenha a palavra.

Senhor Jan Jarabe – Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Vou tentar falar português, por favor, sejam tolerantes, é somente a segunda vez que vou falar em português em um lugar tão público, tão impressionante. Queria agradecer à Fundação Alexandre de Gusmão pelo convite de participar desse seminário como representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e da Navi Pilai. Nessa oportunidade, gostaria de expressar o nosso agradecimento ao governo brasileiro, pelo apoio financeiro recebido para o Programa de Prevenção à Violência Sexual na República Democrática do Congo, região que apresenta uma das situações mais extremas em relação à violência de gênero no mundo. Como representante regional da Navi Pilai, para a Europa, estou representando ela hoje, pela primeira vez fora do meu território geográfico, mas em um país muito ligado a minha vida pessoal.

Nosso tema, violência contra a mulher, é importantíssimo também no plano europeu e mundial. Nosso escritório em Bruxelas está focando muito nesse tema. Na semana que vem, teremos a primeira consulta regional, no nível europeu, da relatora especial para a violência contra a mulher, Arashidia Mandju, com instituições europeias, a comissão europeia, o parlamento europeu, representantes dos Estados membros da União Europeia e da sociedade civil. Em 2010, dedicávamos nossa primeira conferência ao problema dos direitos humanos das trabalhadoras domésticas e imigrantes na Europa; muitas são mulheres brasileiras, são pouco protegidas da exploração e violência e, na verdade, são discriminadas, mesmo na legislação dos vários países membros europeus. Fizemos uma análise dos problemas da perspectiva dos direitos humanos, apresentei, depois, os resultados na conferência da OIT, onde foi decidido criar uma nova convenção da OIT para o trabalho doméstico, adotada ontem. No Alto Comissariado para os Direitos Humanos, somos convencidos que o sistema das Nações Unidas tem que trabalhar em verdadeira sinergia. O sistema das Nações Unidas tem trabalhado para eliminar a violência contra as mulheres por mais de três décadas, começando com a adoção da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Hoje, quase universalmente, é ratificada a declaração da ONU sobre a eliminação da violência contra as mulheres. Hoje, temos um conjunto de normas acordadas a nível internacional sobre a prevenção, investigação e punição

da violência contra a mulher, decorrente de uma gama de tratados sobre os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses padrões de direitos humanos são complementados por profundos compromissos políticos, assumidos para eliminar a discriminação, a violência contra a mulher no âmbito da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. Nos últimos anos, houve significativa evolução normativa, no que diz respeito à violência sexual relacionada com conflitos, com destaque para a resolução 1960 do Conselho de Segurança, aprovada recentemente, que fornece à ONU os poderes para atuar, punir os autores da violência sexual e acabar com o ciclo da impunidade, embora haja violência sexual contra mulheres na guerra, nos conflitos, e tem sido uma característica das guerras, desde tempos imemoriais. Este crime era visto como uma consequência da guerra, mas agora existe um reconhecimento de que essa violência, em certas circunstâncias, é punível como crime de guerra, como crime contra a humanidade. A Navi Pillay, no seu papel precedente de Presidente da Corte Internacional para a Ruanda, contribuiu, de maneira importante, pela adoção dessa mudança. Infelizmente, apesar dessas normas e mecanismos, são os progressos que tem que ser reconhecidos como um grande abismo entre obrigações legais, políticas assumidas e sua efetiva implementação. A violência contra as mulheres continua a ser uma das formas mais regadas e persistentes de discriminação no mundo inteiro. Sabemos que as estatísticas são pouco confiáveis, particularmente quando se trata de violência contra as mulheres, de vida, estigma e pressão social em torno desse assunto. No entanto, como ressalvas como a sua exatidão, os recentes dados das Nações Unidas indicam que, em certos contextos nacionais, cerca de 60% das mulheres tem experiência da violência física, pelo menos uma vez na vida. Nenhum país, seja ele desenvolvido ou em desenvolvimento, pode dizer, com orgulho, que efetivamente tem conseguido eliminar a violência contra as mulheres, mas tem diferenças enormes entre os países.

Quando falamos de violência contra a mulher, a nível global, temos que destacar quatro problemas ainda muito presentes no mundo: o casamento forçado, a mutilação genital, o tráfico sexual de seres humanos e a prostituição infantil. O casamento forçado ainda existe em vários países, como a Índia, o Paquistão e outros. Mesmo na Europa, milhares de filhas de imigrantes desses países são obrigadas a se casarem sem seu consentimento, sem conhecer o futuro marido, em nome da tradição.

O mesmo se aplica no caso da mutilação genital, prática ainda muito corrente em vários países. A mensagem política deve ser clara, o respeito aos direitos humanos deverá ser mais forte do que o respeito às tradições.

O tráfico das mulheres é um fenômeno internacional, como falou a Verônica, dando o exemplo da Espanha. Milhares de mulheres são vítimas de tráfico, são vendidas, sequestradas, para viver em condições subumanas. Também há falta de informação sobre essa prática, então, várias mulheres entram nessa armadilha e se encontram desamparadas, com o passaporte confiscado, sem conhecer o endereço onde estão, tudo isso. Nós, em Bruxelas, participávamos ativamente no trabalho para criar as normas europeias sobre o tráfico, dando assento à proteção das vítimas, acesso à justiça e assistência jurídica.

A prostituição infantil continua um fenômeno cada vez mais espalhado pelo mundo, e está sempre conectado com a pobreza e a falta de estrutura social que apoia a criança e sua família. Aqui, reconhecemos o esforço do Brasil no combate à prostituição infantil, ao turismo sexual, através do Programa Turismo Sustentável Criança, que tem investigado denúncias e formado centenas de jovens muito implicadores, que passam a atuar, de forma incisiva, pela prevenção à violência, prevenção ao turismo sexual, inclusive nas competições esportivas internacionais, que serão cediadas pelo Brasil.

Em 2006, o Secretário-Geral das Nações Unidas declarou que os direitos humanos proporcionam um conjunto único de normas, que pode ser usado para trazer os governos responsáveis por cumprir suas obrigações, monitorar progressos e promover coordenação e consistência em suas políticas de combate à violência contra a mulher. Temos que tratar a violência contra a mulher como uma questão de direitos humanos, isso significa uma resposta multissetorial, holística e indivisível, seja na justiça criminal, na saúde, na educação, no desenvolvimento, na ajuda humanitária ou nos setores de segurança de promoção da paz. As intersecções entre violência contra mulheres e direitos humanos ocorrem em três níveis. Em primeiro lugar, existe o direito de ser livre de violência, como um direito humano em si, decorrente da dignidade garantida à pessoa humana. Em segundo lugar, a violência contra as mulheres é, muitas vezes, ligada a uma violação de outros direitos, incluindo o princípio de não discriminação. E, finalmente, a violência contra a mulher impede o pleno exercício de uma gama de direitos humanos, uma vez que

tenha consequências na capacidade das mulheres de participar da vida pública, ou de exercer o seu direito à educação, ao trabalho, para citar apenas alguns. Cada um desses direitos é ligado à autonomia econômica também. A violência doméstica é um exemplo ilustrativo, porque, como sabemos, ela pode ser física, sexual, emocional, mas é cada vez mais reconhecido que pode ser de forma econômica. A dimensão econômica é, muitas vezes, parte integrante de outras formas de violência doméstica. A violência econômica, muitas vezes, inclui o confisco pelo parceiro, ou outro membro da família, de salários, de outros ganhos, mas é também um meio de garantir a contínua dependência da vítima sobre o agressor, evitando a autonomia econômica.

A falta de autonomia financeira continua entre os principais fatores que impedem as mulheres de colocarem um fim ao círculo vicioso de degradação, que envolve a violência doméstica. Como regra geral, garantir a independência financeira e o empoderamento das mulheres é uma estratégia fundamental no combate à violência doméstica. No entanto, estudos mostram que o aumento da autonomia econômica de uma mulher tem sido um gatilho para aumento de abusos em vários casos. É uma complexa rede de interações, também ilustrada pelo fato de que a violência doméstica está aumentando em muitos países desenvolvidos, ou, pelo menos, parece estar aumentando. Há discussões sobre se é um verdadeiro aumento, ou se é um efeito da atividade crescente das vítimas dos casos que saíram da invisibilidade. Dependendo da corrente do pensamento, as vítimas da violência doméstica são vistas como portadoras de direitos, ou, de outro lado, como grupo vulnerável de necessidade à proteção. Nessa concepção, as soluções tendem a se concentrar apenas nas mulheres afetadas e, geralmente, consistem em um sistema de adoção de medidas que, de fato, acaba por restringir o pleno gozo de seus direitos. Como no sul da Ásia, o uso da custódia protetora que se torna uma preocupação, porque as leis são usadas como mecanismos de proteção para as mulheres, que são vítimas da violência doméstica e que, de maneira desproporcional, as deixa sem alternativas ou lugar para ir. No momento dessa minha fala, um recente relatório sobre boas práticas na prevenção da violência contra as mulheres, realizado pelo Alto Comissariado pelos Direitos Humanos, está sendo considerado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Atualmente em sessão em Genebra, países membros foram convidados a dar contribuição a esse relatório. As respostas mostram, então, que muitos

países se referem a uma existência de casas, abrigos como boas medidas preventivas. Embora essas instituições possam proteger as mulheres da revitimização, é importante lembrar que elas devem ser vistas como último recurso. As casas-abrigos devem ser combinadas com medidas que permitem a vítima exercer o seu direito à educação, à moradia adequada, a trabalhar, afim de assegurar, entre outras coisas, autonomia econômica sustentável. Ressalto a importância da presença de profissionais qualificados da área psicossocial, nesses casos, que apoiam as mulheres na elaboração de um novo projeto de vida. Contudo, em vários países, essas casas-abrigos são somente casas protetoras, como uma prisão domiciliar, e não muito diferente de um modelo do sul da Ásia, como já citei. Vale ressaltar que deixar a habitação comum é uma prática que, muitas vezes, é a única solução para as vítimas, mas, muitas vezes, é um modelo problemático. Sei que tenho pouco tempo, então, tenho que dizer que a violência, em outros países, como na Suíça, temos um movimento para uma legislação que permite a remoção do autor da violência, do suposto autor da violência doméstica, de sua casa para uma casa-abrigo de homens, onde terapia e tratamento sobre a violência é oferecido, em vez de encaminhar as mulheres agredidas para as casas seguras.

Finalmente, não posso deixar de levantar a questão da impunidade, que reforça e ajuda a perpetuar a violência. As leis existem e deveriam ser cumpridas. A justiça tem, por obrigação, proteger a vítima e, nesse sentido, aplaudimos a apresentação da Lei Maria da Penha no Brasil, uma das mais avançadas em matéria da violência de gênero no mundo, mas ainda, infelizmente, tem resistência, como falou a Subprocuradora Geral da República. O Alto Comissariado recebe informações dos nossos parceiros da sociedade civil de que a impunidade ainda existe de maneira importante, também no Brasil. Crimes domésticos contra as mulheres, mas também crimes de ódio contra as pessoas LGBT, ficam anos e anos nos sistema de justiça, sem que os culpados, especialmente os de classes mais avançadas, sejam punidos de acordo com a lei.

Sei que estamos na pressão do tempo. Vou acabar aqui, e dizer que, em uma última análise, usando a estrutura de direitos humanos às mulheres, mas também aos LBGTs, se serão capazes de exercer o seu direito de participar em processos decisórios, na formulação de políticas, desde a implementação, execução e prestação de contas.

Muito obrigado pela atenção.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Agradeço pela sua apresentação. Dou a palavra agora à senhora Lia Zanotta, Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Tenha a palavra.

Senhora Lia Zanotta – Primeiramente, queria agradecer ao convite da FUNAG e, ao mesmo tempo, parabenizar por esse seminário que, imagino, terá frutos para pensarmos a política no Brasil e as relações internacionais.

Queria começar dizendo que me foi pedido, inicialmente, sobre a temática que seria ampla: sexualidade, direitos humanos e enfrentamento da violência contra a mulher. Vou apresentar mais a questão da violência contra a mulher, mas a amplitude do tema me fez colocar determinadas questões que achei interessantes, que são esses desafios a pensar os direitos sexuais, juntamente com a não violência. Queria começar dizendo que, logo aqui, no começo da minha fala, estou citando, Embaixador Saboia, a Conferência Mundial de 1993 e, realmente, é uma alegria estar aqui, nesse momento, e estou vendo a importância que é necessária ser dada à conferência, especialmente à temática difícil que foi a questão da discussão de direitos culturais *versus* direitos das mulheres.

O Artigo 38, da Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos, afirma a importância de se trabalhar a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres na vida pública e privada, a eliminação de todas as formas de assédio sexual ou exploração e tráfico de mulheres, a eliminação de preconceitos sexuais na administração de justiça, e na erradicação de qualquer conflito que possa surgir entre os direitos das mulheres e as consequências nocivas de determinadas práticas tradicionais, ou costumeiras, do preconceito cultural e do extremismo religioso. Assim, na Declaração de Viena, a defesa dos direitos à diversidade cultural não pode prevalecer se contrárias aos direitos humanos das mulheres à não violência. Do mesmo modo, a vida privada se torna o espaço onde os direitos das mulheres devem ser assegurados, assumindo que modelos familiares, ancorados em tradições culturais, devem se adequar ao acordado em relação aos direitos humanos das mulheres. A questão hoje, em grande parte, se faz pensando, especialmente, nos países desenvolvidos europeus e norte-americanos. E o que isso significaria para países não ocidentais? E para nós, no Brasil, isso significaria o que pensar –digo que

não é suficiente só pensar nisso –, mas vamos pensar o que imediatamente assume, na discussão internacional sobre direitos humanos, é pensar: seria válida a concepção que se tem de violência, por exemplo, entre as mulheres indígenas. Acompanhei a discussão entre mulheres indígenas, urbanas e rurais – não vou apresentar e só estou me referindo – e, naquele momento, ficou claro, para mim, que as mulheres se propuseram a tomar o espírito da Lei Maria da Penha, ou seja, ecoou positivamente. Não que elas vivam as mesmas formas, como dizemos, patriarcais, e nem nada disso, mas ecoou, ou seja, se sentiram presentes na discussão, feita a nível nacional, da questão da Lei Maria da Penha. Havia as indígenas urbanas, que eram imediatamente favoráveis à aplicação, não todas, mas muitas se manifestaram à aplicação da Lei Maria da Penha, e aquelas das reservas indígenas que diziam: ‘Nós temos que repensar isso, mas nós queremos o espírito da lei, e nós vamos retomá-lo dentro das nossas comunidades e dos nossos valores’.

Então, tenho essa ideia de ecoar; não é que os direitos universais não sejam essência absoluta, eles devem simplesmente ecoar, fazer efeitos, dependendo das diversidades culturais, mas eles ecoam. Não são absolutamente relativistas e não são, de forma nenhuma, uma essência universal, como pudéssemos encontrar dessa forma. Então, tem autores como *Anaim, Wilson e Rita Segato, no Brasil, vários autores que discutirão, exatamente, a ressignificação cultural. Então, quando você quiser trabalhar com direitos das mulheres e direitos da diversidade cultural, é necessário você... há sempre um processo de ressignificação cultural. Desta forma, diria para vocês que têm duas vertentes principais. Uma que me preocupa que, depois da conferência sobre os direitos culturais, houve um crescimento da ideia de que você defende, primeiro, os direitos culturais e, depois, os direitos das mulheres, e essa discussão encontrei, quando estive agora nos Estados Unidos, muito presente.

A outra, que queria dizer para vocês, que é o que acho que eu sinto, é a percepção da maior parte, não só da movimentação feminista, mas também intelectual, acadêmica, é que a questão da violência contra a mulher é uma ressignificação cultural, não para os outros, mas para nós. Então, esse é o ponto fundamental. Não estamos com um modo de pensar a violência contra a mulher, e a constituição dos direitos humanos pensando ressignificações culturais para os outros; elas foram pensadas para nós, eu digo nós, a sociedade latino-americana; nós, as

sociedades europeias; nós, as sociedades de transocidentais; nós, norte-americanos, ou seja, todos aqueles em que a movimentação feminista fez espaço nos anos 60 e 70. Então, o meu entendimento, portanto, é que toda essa noção passou e, para podermos falar de direitos humanos, eu ia começar o meu *paper*, exatamente dizendo isso: que não é possível falar de direitos humanos, se não falarmos da trajetória dos direitos sociais de mulheres e dos movimentos feministas, dos movimentos LGBT, das mulheres lésbicas, das articulações das mulheres negras, dos movimentos por direitos humanos, e as formas como esses movimentos se articulam e se constituíram em organizações não governamentais e redes. Os espaços informais e formais de diálogos, convenções e tratados intergovernamentais, articulações internacionais entre movimentos sociais, organizações não governamentais e intergovernamentais e as políticas públicas nacionais que foram implementadas. Então, é um processo. Um processo de ressignificação cultural é um processo que tem resistências, mas é um processo que tem avanços. Então, precisamos pensar quem são os sujeitos desses direitos, e quem são os principais atores políticos na proposição dos sujeitos dos direitos sexuais e dos direitos à não violência.

Então, falo que há, na verdade, os direitos humanos universais indivisíveis e eles são individuais, mas, ao mesmo tempo, são sociais e econômicos, porque buscam justiça social. Sua efetiva implementação sempre exige pensar a universalidade, não como uma essência absoluta, mas como um processo incessantemente dirigido para a generalização dos direitos humanos, em busca de procedimentos que os viabilizem. Todas as legislações, dos países ocidentais desenvolvidos europeus e norte-americanos, tanto na sua competência cível ou penal, diferenciavam, desigualmente, direitos e deveres entre homens e mulheres, assim como fizeram as ordenações filipinas coloniais e as subsequentes legislações republicanas na região brasileira e hispano-americana. Aos homens, cabia corrigir e fazer obedecer as suas mulheres, escolher lugar de domicílio, deixá-las não trabalhar, obedecer em tudo que fosse justo e honesto – só resta saber quem ia decidir o que era justo e honesto; em caso de adultério, podiam, nos tempos coloniais, matar sem cometer crime e, nos tempos republicanos, seriam absolvidos em nome da honra ou da alegada passionalidade emocional. O estupro, nos Estados Unidos, nessas primeiras décadas do século XX, não era reconhecido caso fosse

perpetuado por marido, mesmo quando notoriamente não vivessem mais juntos, ou estivessem separados de fato. Os obstáculos e as resistências, acho que Dr^a Ela falou aqui, as resistências que existem no seio da sociedade são resistências que existem na operação do sistema de justiça; são resistências que existem na operação do sistema de serviços sociais de assistência social; são resistências que estão presentes no programa de saúde familiar; são resistências presentes nos operadores do Estado, nos operadores dos serviços públicos, na justiça; e são resistências que estão no seio da sociedade. Talvez, discorde, no sentido de que, no sistema operacional de justiça, só se encontra resistências. As minhas pesquisas encontram, absolutamente, muitas resistências que compartilho, mas também tem muita presença de polícias que estão operando a favor da Lei Maria da Penha, e que estão operando a favor de justiça e de aplicação da Lei Maria da Penha.

De qualquer forma, o que acho que é fundamental pensar é que você tem uma resistência que está muito presa ao formato, não só da nossa memória social e cultural, porque nossa memória cultural e social também se faz espelhada na memória dos códigos penais e civis. Não podemos esperar tudo das mudanças de leis, mas também não podemos dizer que as leis são indiferentes, porque elas consolidam uma determinada forma de ordenação social. Então, o que estamos pensando é que, se você olhar os códigos penais e civis, de uma forma resumida, o que se tem é que o que estava posto no Código Penal e Civil era, em grande parte, uma divisão de trabalho entre homens e mulheres; no Código Civil, com desigualdade da posição das mulheres, mas com a presença das mulheres nesse Código Civil, desigualmente, claramente desigualmente, com todos os direitos diferenciados no Código Civil e Penal, mas as mulheres estavam presentes no Código Civil. Por que estou insistindo nisso? Porque as identidades homossexuais não estão presentes no Código Civil, então, a presença da homossexualidade aparecerá pelos atos no Código Penal, tão somente. Aí você tem que a sodomia era crime, e ela marca aquilo que serão as identidades homossexuais. A questão das práticas sexuais diferenciadas, que estarão também no código penal, são o aborto, que é uma prática considerada criminosa, e o adultério, diferenciado para homens e para mulheres, na sua leitura, mas depois ele se torna igual, mas, em uma leitura inicial, o adultério dos homens só se fazia, se ele tivesse uma amante “teúda” e “manteúda”. Então, só para dizer como o

Código Penal diferenciava homens e mulheres, e colocava determinadas práticas sexuais como criminosas.

Antes de voltar àquilo que acho que é fundamental na discussão dos direitos sexuais, e da não violência, que é o fato da politização da vida privada. Por quê? Porque a politização da vida pública é feita, primeiro, pelas mulheres, quando vão entrar no voto político. Agora vamos voltar, porque não foi suficiente, mas a primeira entrada das mulheres é para ter lugar na esfera pública.

Agora temos que voltar de novo, porque está faltando lá. Mas a politização da vida privada, nos anos 60 e 70, que também vem junto com toda a movimentação LBGT, é fundamental, porque ela faz uma politização da vida privada, que vai dar resultados diferentes no que esses movimentos propõem, ou não: a penalização, a prevenção ou a despenalização. Esse é uma discussão que ela trouxe aqui, um pouco implicitamente: se nós temos que caminhar para um local de punição e penalização, e despenalização.

Antes disso, queria só dizer qual o panorama que vejo relativamente aos efeitos da Lei Maria da Penha, muito rapidamente. Primeiro, as pesquisas de opiniões públicas, que estão sendo feitas no Brasil, mostram que a opinião pública está amplamente favorável à Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Vou citar só uma pesquisa, entre várias outras: uma é a pesquisa do Data Senado, que vai mostrar que, na opinião pública, 54% das entrevistadas encontravam, nessa lei, um mecanismo institucional capaz de proteger total, ou parcialmente, as mulheres. Já anteriormente, no debate efervescente da Lei Maria da Penha, uma pesquisa do mesmo Data Senado disse que, na opinião pública, 95% das entrevistadas apostavam na criação de uma lei específica para proteger as mulheres contra a violência doméstica. O que quero dizer é o seguinte, a violência continua, a violência está lá e não sei se a Lei Maria da Penha vai reduzir, ou não, a violência, porque ela pode aumentar as denúncias, mas o que é importante pensar é que, no que tange à construção da ideia de um direito à violência das mulheres, acho que a movimentação feminista vê aqui um enorme ganho. Nas minhas pesquisas, todas as mulheres dizem que não sabem se saem da situação de violência, não sabem se vão conseguir, mas não é direito dele fazer o que ele fez. Então, essa legitimidade da igualdade, acho que é um grande ganho dos direitos humanos já, e da Lei Maria da Penha

também. Essa pesquisa de 2007, que vai mostrar no Data Senado, entre outras, que de cada 100 mulheres brasileiras, 15 vivem algum tipo de violência doméstica. Em um mapa da violência que saiu, se discute as questões – nós temos que pensar que a violência –, dos assassinatos de homens, que foi colado aqui. Nós temos um assassinato geral, na ordem da população, de 27:100.000; se vocês pensarem nos países europeus e norte-americanos, é de 2 a 7:100.000. A nossa taxa de feminicídios, portanto, só de homicídios contra as mulheres, é de 4.27 homicídios. Quer dizer, o quadro de feminicídios está na média, ou mais alta, que nos países europeus e norte-americanos, um pouco abaixo dos norte-americanos, que está em seis ou sete. Então, isso indica que, quando pensamos a violência contra as mulheres, temos que pensar em certo enraizamento da violência no Brasil, como forma de solução de conflitos interpessoais, que chega à ordem de 40 a 60% dos homicídios feitos entre pessoas que se conhecem. Entre os homicídios contra as mulheres, são 60% de ex-maridos ou maridos, 20% de parentes, 12% de conhecidos e o resto de desconhecidos. Então, isso mostra que não só as mulheres que são vítimas de violência, mas que as violências são diferentes. Os desafios entre os homens são desafios que podem chegar a laços fatais rapidamente. A ideia da violência contra a mulher, o que está suposto no fundamento cultural é corrigir e manter disciplinada a mulher, então não vale a pena matar, porque acabou com a obediência e controle. Então, é a violência constante.

Aí, coloco aqui a seguinte questão: na discussão que está hoje e que a ela colocou muito bem, da questão da representação, o que se discute, e com o que fico preocupada, porque é sobre o modo pelo qual os operadores de justiça trabalham, não só com a questão da mulher, mas com a questão de se pensar o que é uma lesão leve ou uma lesão grave. Então, repito aqui algo que já até pus em um texto anterior, mas é que a perda de um dente, ou de dentes, não é lesão grave, salvo se comprovado que ocasionou debilidade do órgão mastigatório; é lesão leve e não grave, se arrancou os dentes já, irremediavelmente, estragados. Para ser considerada deformidade, deve, ao menos, causar desagrado e ser irreparável pelos meios comuns da medicina. A queimadura no rosto é lesão leve. Você imobilizar com algema, amarrar a vítima, rasteira, empurrão ou bofetada são, via de fato, contravenções. Então, vocês imaginam isso posto no quadro de uma violência crônica, como é complicado saber o que vai movimentar o entendimento da lesão grave

ou da lesão leve. Então, esse é um dos pontos que me faz pensar a questão da representação, que é um lugar complexo, que é o seguinte: a mulher pode, ou não pode, depois de feita a denúncia, retirar a denúncia. A Lei Maria da Penha diz que pode do que for ameaça, do que for injúria, mas não do que for lesão corporal. Agora, o que se quer é que, nas lesões corporais leves, ela possa retirar a denúncia. A minha pergunta é: O que será o entendimento de uma lesão corporal leve?

Outro, a grande questão dos direitos humanos, que é a complexidade da lei e de várias outras questões da nossa movimentação feminista, como a questão dos trabalhadores de sexo, da prostituição, enfim, de tudo isso que pode, ou não, saber se esse tráfico foi por coerção, ou se foi por vontade da mulher que está ali, que é prostituta. Aí, pergunto, no caso de violência doméstica, queimado o rosto de uma mulher, ela se manifesta para retirar a denúncia, seria livre escolha ou coerção, seria grave ou leve a lesão da queimadura. Se fosse julgada leve, poderia retirar a representação? Estritamente, a lei diz que a retirada somente pode se fazer em lesões leves, e está discutindo agora uma das resistências, no Superior Tribunal Federal, que se ela pode ou não retirar representação. Vejam que isso não é uma situação simples, é uma situação complexa, porque se trata de você definir, ou não, se a mulher teve ou não coerção. Então, aqui é um elemento que diria fundamental para se pensar.

Então, para voltar à minha questão principal que é – aí, você tem uma politização da vida privada e essa politização da vida privada lhe diz hoje assim: “Nós estamos judicializando uma vida íntima e privada, que não deveria ser judicializada.” O que estou querendo dizer é que essa vida privada e íntima sempre foi extremamente regulada, ela nunca deixou de ser judicializada. Não estamos inventando judicialização nenhuma, estamos mudando as formas dessa judicialização. E que caminho a movimentação feminista está fazendo? Um caminho que vai no sentido da despenalização, e qual é esse caminho? É de você retirar do Código Penal tudo aquilo que está referente a práticas sexuais que não tem a ver com agressões e crimes contra as pessoas. Então, a palavra mulher honesta no Código Penal sai, porque mulher honesta só entra a que estava no Código Civil, a outra é desonesta. A despenalização do aborto, desta mesma forma, a despenalização da sodomia, a despenalização das relações homossexuais, a despatologização, ou seja, tudo isso em nome da privacidade e da intimidade, quando você pensa, e é uma

politização da vida privada, porque isso era regulado e moralista. Então, você desregula, e aí é libertário, porque não diz respeito ao outro. Agora, quando diz respeito ao outro, quando é uma agressão contra a pessoa, a movimentação feminista, LGBT e antirracista estão propondo a penalização, mas não é que somos incoerentes entre a despenalização e a penalização. Despenalização é pelas práticas culturais, pelas práticas discriminatórias em si e a penalização, que não é só a penalização, porque não há movimento feminista, homossexual ou antirracista que promova só a penalização. A Lei Maria da Penha tem toda uma série de prevenções, de medidas preventivas, que não fazemos só com a lei, mas a lei é um elemento fundante para você conseguir fazer uma ressignificação cultural, que não é fácil de ser feita. Então, temos que pensar na movimentação da sexualidade, políticos da questão dos direitos sexuais, como sujeitos homossexuais, pois também a vida privada é politizada. Rejeita-se criminalização, patologização dos atos sexuais baseados na moralidade dos bons costumes. Aqui, a despenalização se faz em nome da defesa, da intimidade sexual e da não intervenção do Estado na vida privada. Segundo, proponha-se aos direitos do casamento, união civil e a direitos previdenciários, de herança, de saúde decorrente, buscando a equiparação com os interesses sexuais na vida privada e no Código Civil. Terceiro, proponha a penalização dos crimes – o segundo é quase a entrada no Código Civil, eles estavam fora, excluídos dele – então, a penalização dos crimes de ódio contra homossexuais e dos atos de discriminação. E, da mesma forma, diria, se nós pensarmos que a movimentação feminista se faz de determinadas formas e é interessante mudar algumas variantes. A despenalização do aborto, do adultério e do fim do casamento indissolúvel está presente em vários países, em várias movimentações. Enquanto nos Estados Unidos, a força dos argumentos pela descriminalização do aborto se acertou na liberdade da vida privada, e na liberdade, na França e no Brasil, entre outros países, os argumentos sustentaram a defesa da saúde pública, nos direitos sociais das mulheres pobres e vulneráveis, com menos acesso aos equipamentos médicos e às formas de contracepção. Contudo, a defesa da privacidade, também no Brasil, se faz implicitamente, pois é vigente, entre classes populares e classes médias, a dupla referência moral na tradição brasileira. Aceita-se a interrupção da gravidez quando, privadamente, se sabe, de forma profunda, da impossibilidade social, econômica, afetiva, ou qualquer

outra, de levar adiante a gravidez, mas não se declara publicamente que os outros o possam fazer.

Então, é isso que eu queria mostrar, como a questão da coerção. É um campo de tensões e controvérsias também, especialmente na relação com outro sujeito social da discussão da sexualidade que são as prostitutas, porque elas propõem a liberdade de poderem exercer o que elas chamam de suas profissões. Os Estados Unidos têm uma enorme incisão, que compara a escravidão à prostituição, portanto, torna crime a prostituição, mantém que seja crime, e aqueles que a defendem usam a legalização, como tem alguns estados em que é legalizada. Então, diria que a diferença dos direitos humanos são demandas éticas por pluralidade, e que as nossas resistências são que nós estamos no interior de um processo de ressignificação cultural, – mas não só –, estamos em um momento em que a resistência também advém de uma organização das forças conservadoras, no Brasil, fortemente pelas bancadas evangélicas, católicas, pela organização e pelo acesso de movimentação organizada que tem, junto aos poderes públicos, e que também não é só no Brasil, mas também está se fazendo internacionalmente. Então, só queria fazer a diferença. Acho que essa proposta conservadora está baseada em uma moralidade repressiva e não está em nome dos direitos, enquanto que o movimento dos direitos humanos é libertário, é humanitário e está propondo a penalização só quando há coerção sobre outro e agressão sobre o outro. Portanto, acho que há uma diferença entre os movimentos éticos e os movimentos moralistas.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Passo agora a palavra à senhora Leila Linhares Barsted, coordenadora da CEPIA.

Senhora Leila Linhares Barsted – Boa noite para todos. Eu também queria agradecer ao Embaixador Saboia e ao Embaixador Pimentel por estarem, não apenas coordenando essa mesa, mas por terem sido fundamentais na promoção desse seminário promovido pela Fundação Alexandre de Gusmão, e também agradecer à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e à Secretaria de Direitos Humanos, que se aliaram a essa iniciativa extremamente importante. Queria cumprimentar

as minhas colegas e meu colega de mesa e, especialmente, as minhas companheiras e companheiros, que ainda estão aqui, até essa hora, para assistir a essa última mesa desse seminário.

Acho que todas que me antecederam falaram de vários aspectos sobre a violência contra as mulheres. Vou tentar fazer um pouco de uma síntese, e uma das coisas básicas, que temos que levar em consideração, é que violência contra as mulheres significa relações de poder. Relações de poder, e acho que a Lia chamou bastante a atenção para essa questão da sexualidade, do corpo feminino e relações de poder que significam, também, a retirada da liberdade, da autonomia daqueles que são subjugados nessas relações de poder. Foi nesse sentido o trabalho fundamental, uma *advocacy* feminista internacional e depois uma *advocacy* feminista nacional, que possibilitou que essas relações de poder pudessem, pela primeira vez, ser contestadas. Fiquei muito feliz quando a Embaixadora Vera chamou a atenção de que, em 1928, quando foi criada a União Pan-Americana, e lá estava a nossa sufragista Bertha Lutz. Um momento em que não tínhamos o voto feminino, que só conseguimos em 1934, e já vemos mulheres de todos os países, e também do Brasil, se mobilizando no plano internacional, para conseguir um pouco de liberdade, para conseguir ter o direito político, de ser considerada uma cidadã do ponto de vista político. Na realidade, nessa *advocacy* feminista no Brasil, ela ganha impulso com a redemocratização na década de 80, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, com a possibilidade de termos escrito uma carta das mulheres aos constituintes, na qual incluímos tudo aquilo que queríamos, mas, infelizmente, não conseguimos duas coisas: uma, a descriminalização do aborto, e a outra, a extensão de todos os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas. Mas obtivemos um avanço: o feminismo se caracterizou nesse momento, e a sociedade, o Estado assim o reconheceram como um ator político. Isso é extremamente interessante, porque considerando que os setores religiosos sempre foram atores políticos importantes no país, principalmente a Igreja Católica, a força desse movimento, nas últimas décadas, foi uma espécie de medição de forças com esse setor conservador secular. Então, realmente, foi a nossa teimosia, a nossa irreverência, a nossa capacidade de articulação e mobilização política, que permitiu um avanço constitucional, e que vem permitindo alguns outros avanços, ao longo dessas últimas décadas.

Aqui, se falou de diversas formas de violência, de diversas mulheres em situações de violência: a violência doméstica, o tráfico de mulheres, a violência racial, os estereótipos que fundamentam o incentivo à violência, a violência contra as crianças, presidiárias, mulheres rurais, indígenas. Nós poderíamos citar um conjunto de problemas que estão presentes quando falamos de violência contra as mulheres. E também, a Silvia Pimentel chamou a atenção de que a violência está presente em todos os países, e nós, da CEPIA, tivemos a oportunidade de fazer uma pesquisa muito interessante, que foi pedida pela Fundação Ford, onde analisamos os relatórios enviados para o CEDAW, e outros documentos de oito países, onde se constata a violência contra as mulheres, sob diversas formas. A violência no Brasil, nos Estados Unidos, na China, na Índia, na Rússia, na África do sul, no Egito e na Palestina, são violências que apresentam formas diferenciadas de manifestação, mas que representam a permanência dessa prática, dessa manifestação de relação de poder sobre as mulheres e, particularmente, sobre o corpo das mulheres. O texto que fiz é um texto em que abordo legislação, mas acho que isso foi falado na mesa da manhã, e foi falado também agora, nessa última mesa, então vou redefinir a minha exposição, até aproveitando que Silvia está aqui, como membro do CEDAW, como presidente do CEDAW. Silvia falou das recomendações gerais, para todos Estados membros da ONU, e também para as recomendações para cada estado e, no caso, para o Brasil.

Em 2002, o Brasil, pela primeira vez, apresentou um relatório nacional ao comitê CEDAW e esse relatório foi defendido em 2003, nas Nações Unidas e, a partir da apresentação desse relatório, o comitê CEDAW apresentou uma série de recomendações para o Estado brasileiro, particularmente quanto à questão da violência contra as mulheres. Em 2005, a Organização dos Estados Americanos criou um comitê de monitoramento da convenção de Belém do Pará – esse comitê é formado pela Comissão Interamericana de Mulheres e por um comitê, com técnicos e especialistas, que é chamado de comitê CEVI, do qual tenho muita alegria de poder ser membro. Esse comitê, em um processo de sinergia com as recomendações do CEDAW, a partir de 2005, definiu quatro ou cinco indicadores, para se avaliar o avanço dos Estados Partes da OEA, em relação à implementação da convenção, para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: a convenção de Belém do Pará. Estes quatro indicadores são: legislação, acesso à justiça, dados

estatísticos e orçamento. Em relação à legislação, planos nacionais e mecanismos, vemos que, realmente, ao lado do notável avanço legislativo internacional com as convenções, e também com os documentos de plano de ação e de declarações das Nações Unidas, também houve um notável avanço legislativo no Brasil. Não apenas com a Constituição brasileira, mas, ao longo das décadas de 90 e 2000, veremos uma série de leis, inclusive na área penal, eliminando todas as discriminações existentes contra as mulheres no Código Civil e Penal, restando apenas, e o que esperamos que possa ser superado, a descriminalização do aborto. Então, poderíamos dizer que o Brasil, do ponto de vista da legislação, tem uma legislação avançada, coerente com as recomendações do Comitê CEDAW e do mecanismo da convenção de Belém do Pará. Isso, no entanto, não significa aquilo que o Embaixador Saboia chamou a atenção, no primeiro dia do seminário de manhã, que há uma distância considerável entre as declarações formais de direito, as vidas das pessoas e as práticas na sociedade. Mas, de qualquer maneira, o direito tem uma força e acho que, quando fala da Lei Maria da Penha, isso aponta muito. O direito tem uma força educativa, não é apenas uma força repressora, de um direito conservador de manutenção do *status quo*, mas uma força educativa. Há um direito do passado, que teve uma força educativa de fortalecer uma visão sexista, racista, discriminadora, e um direito do presente, que foi conquistado a partir da segunda metade do século passado, que é o direito libertador, que educa para a cidadania, para a liberdade. Então, nesse sentido, não podemos subestimar o avanço legislativo, mesmo compreendendo essa distância entre declarações formais e direito. Em termos, no Brasil, temos vários planos nacionais, o Plano Nacional de Política para as Mulheres, o Pacto de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, temos mecanismos institucionais, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e mecanismos estaduais e municipais, embora esses não tenham orçamento, estrutura e nem a força de um mecanismo nacional, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Na questão da legislação, se fez referência aqui à Lei dos Crimes de Menor Potencial Ofensivo. Essa lei, de 1995, é contemporânea do momento em que o Brasil assina a convenção de Belém do Pará. Então, de 1995 até 2006, tivemos um conflito legislativo entre a convenção de Belém do Pará, que se tornou lei interna, e que dizia que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos, seja qual for a maneira

em que ela se manifeste – o tapa, ou a queimadura, ou qualquer tipo de violação de direitos humanos – e que não pode ser nunca considerado um crime de menor potencial ofensivo. Então, convivemos, durante 11 anos, com um conflito legislativo entre a convenção e a Lei nº 9099. Esse conflito se justifica, de alguma maneira, porque, até hoje, as convenções internacionais, apesar de serem consideradas, na nossa Constituição, nos parágrafos do Artigo 5º da Constituição, como direitos reconhecidos constitucionalmente nesses tratados e nessas convenções. No entanto, não fica claro, não há uma definição ainda, na doutrina jurídica brasileira, em relação a se esses tratados internacionais têm mais poder do que as leis ordinárias. Então, nesse sentido, no conflito legislativo, se conviveu com ele, em detrimento dos resultados desse conflito sobre as mulheres.

Um dado também importante é que a Lei Maria da Penha, se por um lado encontra resistências, que existem de fato, por outro lado, concordo plenamente com a Lia Zanota de que ela tem educado a sociedade brasileira para saber e reconhecer a violência contra as mulheres, e foi extremamente interessante que essa lei tivesse um nome de mulher, não apenas um número.

Outro indicador de avanço é sobre os serviços, o acesso à justiça, compreendida não apenas como a justiça no sentido estrito, mas a justiça como os caminhos em que as mulheres, em situação de violência, possam recorrer. Então, são as delegacias de mulheres, os centros de referência, os abrigos, os serviços na área de saúde, de atendimento à violência sexual, e também na área da justiça, defensoria, os juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres divulgou um dado: existem, no Brasil, mais de 800 serviços de atenção às mulheres vítimas de violência. Lógico que esses serviços são pequenos em relação à extensão territorial e à população do país, são serviços que não necessariamente contam com profissionais qualificados, para dar um bom atendimento; são serviços que, praticamente na sua maioria, estão concentrados na região sudeste e nos centros urbanos na região sudeste. Ao mesmo tempo, os serviços das instituições, na área da justiça, apresentarão também limitações, tanto da compreensão do que é violência contra as mulheres, quanto das limitações oriundas desse sexismo, que já foi falado aqui, na mesa, dessa cultura jurídica que a doutora marcou. E esses limites fazem com que os operadores do direito tenham, muitas vezes, e alguns deles, dificuldades de entender

a necessidade de uma lei que defina o que é violência, e de uma lei, então, que está caracterizada como adequada à uma convenção que diz que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos. Essa cultura jurídica, o que percebemos é que é uma cultura que, apesar dos grandes avanços legislativos que ocorreram, não se apropriou dos tratados e convenções internacionais, que não se apropriou daquilo que poderíamos chamar de doutrina jurídica dos direitos humanos, que são os conteúdos dos planos de ação, de todas aquelas conferências, principalmente das conferências da década de 90: Viena, Cairo, Beijing, Durban. Nesse sentido, há, ao mesmo tempo, um avanço legislativo e um divórcio entre o pensamento jurídico brasileiro, a doutrina jurídica que informa o Poder Judiciário brasileiro, apartada da doutrina jurídica internacional, em relação aos direitos humanos.

Em relação aos dados estatísticos, vimos que tem um avanço, embora esse avanço ainda necessite de muito mais esforços. Alguns estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, passaram a organizar os dados de criminalidade desagregados por sexo, desagregados por cor, desagregados por idade, desagregados pela relação entre vítima e agressor. Então, desde 2005 ou 2004, temos séries sucessivas de dossiês-mulher aqui, do Rio de Janeiro, promovidos pelo Instituto de Segurança Pública, onde podemos ter um perfil da violência contra as mulheres, do ponto de vista de identificar quem é a vítima, a idade da vítima, a situação social da vítima.

Sabemos que esses registros são subregistros, principalmente nos casos de violência sexual, também são subregistros porque há uma violência, como se fala, da democratização da violência, independente da classe social – ligar a violência contra as mulheres apenas em relação à questão da pobreza, todos sabemos que isso não é uma verdade. E, nesse sentido, há uma parcela da classe média, de mulheres de classe alta, que, por diversos motivos, deixam de buscar as delegacias de polícia e talvez busquem os advogados privados para defendê-las.

Então, mas por outro lado, do ponto de vista nacional, o que temos é a pesquisa nacional da SENASP, onde, talvez, o único crime que fica caracterizado como crime contra as mulheres é o crime de estupro. A partir de 2009, isso se complica, na medida em que o crime de estupro e o crime de atentado violento ao pudor se tornam um único crime; e o atentado violento ao pudor pode ser feito contra a mulher ou contra

homem. Então, nós não necessariamente, os dados criminais, a partir daí, se não tiverem um esforço para serem desagregados por sexo, nós sequer vamos saber quantas mulheres foram vítimas de violência sexual, no caso do estupro.

A linha 180 da SPM registrou uma demanda muito grande de atendimentos, o que significa uma maior visibilidade, maior conhecimento, por parte das mulheres, dos serviços existentes. E o aumento dos registros tanto pode significar o aumento da violência, como pode significar o aumento de canais de denúncia, e de maior coragem das mulheres de denunciar, e aí, mais uma vez, faço um tributo aos nossos movimentos de mulheres, aos movimentos feministas que tem dado uma visibilidade constante aos movimentos de mulheres. A criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e, particularmente, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres também tem sido um mecanismo extremamente interessante para dar maior visibilidade, e que os estados se tornem mais comprometidos.

E, nesse sentido, precisamos muito ainda caminhar, para termos realmente dados estatísticos nacionais, desagregados por sexo, por cor, por relação vítima/agressor, por idade, onde nós possamos identificar a magnitude da violência contra as crianças, a magnitude da violência contra mulheres idosas. As recomendações do CEDAW chamam a atenção para a violência contra as mulheres negras, também a violência contra as mulheres indígenas, muitas vezes vítimas de estupros nas regiões de fronteira e de tráfico de mulheres.

Em relação ao orçamento, sabemos que o orçamento para a questão da violência contra a mulher é pequeno, mesmo considerando que esse orçamento, não é só o orçamento da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres; há uma parte de recursos do Ministério da Saúde para a questão da violência contra as mulheres, uma parte de recursos do Ministério da Justiça. Enfim, poderemos perceber que, em diversas áreas do Estado, existem algum tipo de recurso, algum montante de recursos que é alocado no enfrentamento da violência contra as mulheres. Mas sabemos que esses recursos ainda são muito poucos, e os estados e municípios não necessariamente investem nesses serviços.

Faz-se necessário, também, um trabalho contínuo de monitoramento. A sistemática de monitoramento e avaliação é fundamental, e, nesse sentido, temos alguns desafios a enfrentar. Um desafio é consolidar o

que conseguimos, ou seja, muitas vezes as nossas conquistas se tornam conquistas de governo, e não conquistas do Estado brasileiro, então, sendo entendidas, muitas vezes, como conquistas de governo; mas o governo seguinte, muitas vezes, freia, deixa de colocar mais recursos, deixa de dar mais atenção. Então, é fundamental que possamos consolidar o enfrentamento da violência contra as mulheres como uma questão de Estado. Por outro lado, veremos que há também um problema da continuidade. A continuidade significa: mesmo sendo encarada como uma questão de Estado, muitas vezes, a questão da violência contra a mulher passa a ser diluída no conjunto das discriminações contra as mulheres. E, nesse sentido, toda essa discussão sobre autonomia econômica e empoderamento das mulheres não pode nos levar a imaginar que o empoderamento econômico, por si só, como muitas de nós dissemos aqui, vai ser capaz de acabar com a violência contra as mulheres, contra as relações de poder, contra o sexismo de um modo geral.

A questão da judicialização é um dado importante, ao mesmo tempo que a judicialização pode fortalecer as nossas conquistas junto ao Poder Judiciário, na ausência de uma postura do Poder Legislativo, também sabemos que a política pode ser judicializada. Então, nesse sentido, não necessariamente as altas cortes de justiça do Brasil estariam livres do sexismo que permeia a cultura jurídica brasileira.

E, nesse sentido, acho importante também, assim como a Dra. Ela Wiecko chamou a atenção para as dificuldades da implementação da Lei Maria da Penha, ouvir também o que a Dra. Lia Zanota chamou para as possibilidades, para os exemplos, para os fatos positivos que mostram o quanto essa lei está impactando o Estado e a sociedade. É importante que possamos dar, também, visibilidade, não apenas aos obstáculos, aos desafios, mas que possamos dar visibilidade aos avanços e estarmos realmente mobilizadas, continuamente, para poder consolidar esses avanços e continuar impactando como ator político o estado e a sociedade brasileira.

Obrigada.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado pela sua intervenção. Vimos que todas as intervenções, nesse painel, foram extremamente substantivas, e, apesar do avançado da hora, os que puderam permanecer acompanharam com grande atenção, e para mim,

foi muito interessante acompanhar isso, porque vi várias questões serem abordadas aqui que tem a ver com temas que tratei, e ainda trato e, portanto, que dizem respeito, enfim, a questões que são essenciais para o desenvolvimento do Brasil, a meu ver. Aqui se falou que empoderamento econômico não é suficiente, e eu me lembrei agora que Amartya Sen, economista indiano-americano, que recebeu o prêmio Nobel, dizia que, se não houver espaço de liberdade, de democracia, também não pode haver de desenvolvimento, então acho que isso é um pouco também a conclusão que se poderia tirar.

Queria, antes de abrir o debate, me prevalecer um pouco da minha situação aqui de usurpador do poder, *[risos]* e fazer um comentário sobre o que a Dra. Leila falou entre o problema do conflito de leis e tratados internacionais. A questão da Convenção de Belém e a lei sobre as lesões corporais leves, a Lei nº 9.090. No direito brasileiro, entendo que é uma questão complexa, os Tratados de Direitos Humanos que, de acordo com a Constituição, tem uma situação especial na hierarquia das leis, e eles se equiparam às leis federais. Digo isso sobre a reserva de pessoas mais autorizadas corrigirem o que estou dizendo e, portanto, uma lei federal tem um valor importante aqui. Agora, tem o seguinte, quer dizer, as convenções internacionais que tratam, por exemplo, de situações de violação de direitos humanos e falam de situações de violência etc., não podem ser aplicadas pelo direito brasileiro, se não forem transformadas em um tipo penal, porque a lei penal brasileira não permite a punição de algum crime, sem que ele seja tipificado de acordo com a lei do processo penal, e que seja prevista uma pena. E isso é uma dificuldade, quer dizer, por exemplo, quando o Brasil aderiu à Convenção Contra a Tortura. A Convenção Contra a Tortura acertadamente previu que uma das obrigações principais do país que a ratificava era a de tipificar, no seu sistema penal, o crime de tortura, tal como definido na convenção e atribuir-lhe uma pena equivalente a um crime de muita gravidade. Isso obrigou, isso levou vários anos de tramitação no Congresso Nacional, até que se conseguisse cumprir essa obrigação internacional. Então, alerta isso, quer dizer, o fato, evidentemente, que uma lesão corporal, ainda que leve, se ela é feita no contexto de uma violência contra a mulher, é um crime complexo, porque é um crime de discriminação; no fundo, é um crime de despersonalização, que está transformando a pessoa em um objeto. Então, não é como uma briga de duas pessoas iguais, onde

uma provoca lesões corporais leves na outra, é uma coisa inteiramente diferente.

Então, concordo também, inteiramente, que há um divórcio muito grande ainda – embora as novas gerações, acho que vão compensar isso –, entre os juízes em geral, e a mentalidade dos direitos humanos. O Ministério Público, acho que está trazendo uma contribuição importante para uma gradual melhor compreensão dos direitos humanos, de como integrar essa visão sistemática do funcionamento do sistema brasileiro de aplicação da lei, eles são os guardiães dos direitos humanos, de uma certa maneira, porque são os guardiães dos direitos difusos. Então, proponho, por exemplo, – acho que isso já é a prática, pelo que vejo –, que haja uma aliança muito grande entre o Movimento Feminista e as ONGs de direitos humanos com o Ministério Público, porque o Ministério Público dispõe de instrumentos para a defesa dos direitos humanos, assim como dos direitos ambientais, e de outros direitos relativos à discriminação, à, enfim, proteção da sociedade.

Eram comentários que queria fazer, antes de abrir ao debate, mais uma vez, pedindo a compreensão de todos que ainda permanecem aqui, para que sejam breves, porque estamos terminando o nosso seminário.

Senhora Vera Mota - Boa noite a todos e a todas. Infelizmente cheguei um pouquinho, perdi muito, não perdi pouco não, perdi muito. Sou Vera Mota, da Força Sindical do Rio de Janeiro, Secretária da Mulher, e eu fui pena, porque não é um motivo de agressão, como diz, é uma agressão. Tive que estar ausente devido a uma pessoa da família estar com câncer. Então, é uma agressão, digo que hoje o câncer é uma agressão também, não só da mulher, quanto do homem, mas que é o que vai acontecer futuramente. Também foi dito aqui, agressão, quando passa a se conviver com homens e mulheres juntos, e também vai ocorrer isso. Queria só deixar uma parte que eu vim pensando e já coloquei.

Agressão, hoje, será que é só física? Agressão que, em um programa do Globo Repórter, teve agressão da solidão, e agressão da solidão a pessoa muda, ou o desprezo, que também é uma agressão, e é uma coisa que devemos pensar nisso também. O que é agressão da pessoa? A muda agressão do desprezo, que pode também matar, pode também se calar, como se mostrou no programa, que se cala para se conviver, e é uma agressão. Então, é só uma colocação que quis colocar a mais, já que perdi

tanta coisa boa. Um prazer a todas que estão aqui, a todos, e a vocês, à professora Sílvia que foi embora, e estive com ela há duas semanas, em São Paulo. Mas é uma coisa para vocês pensarem, que estão mais estudiosos, porque, ao contrário de nós que estamos aprendendo, vocês são os estudiosos sobre essa violência do silêncio e a violência do desprezo, que também mata e não tem penalidade, e você convive com ele junto, porque você não pode falar, você tem que se calar para conviver.

Obrigada e boa noite.

Senhor Embaixador Gilberto Saboia – Muito obrigado! Muito obrigado!

Não havendo mais pedido de palavra, queria avisar a todos, primeiro, agradecer aos palestrantes, tanto os presentes, alguns se desculparam, nessa mesa, por terem partido antes do encerramento, por compromissos de partida.

Queria dizer que todos receberão, dentro de algum tempo, uma publicação com os textos que foram fornecidos, uma gravação que será feita das apresentações e dos debates e o certificado. Peço que tenham o cuidado de verificar se fizeram a inscrição com endereço correto, para que possamos enviar essas publicações para o endereço correto.

Então, muito obrigado e bom fim de semana.

Formato 15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica 12 x 18,3cm
Papel pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes Times New Roman 17/20,4 (títulos),
12/14 (textos)